

Texto Crítico do Trabalho Acadêmico

**CONSTRUINDO UM ESTILO DE PENSAMENTO NA
QUESTÃO AGRÁRIA:
o debate paradigmático e o conhecimento
geográfico.**

**Volume 1
(Parte 1 e 2)**

Bernardo Mançano Fernandes

Presidente Prudente, junho de 2013



FICHA CATALOGRÁFICA

Fernandes, Bernardo Mançano.
F398c Construindo um estilo de pensamento na questão agrária : o debate paradigmático e o conhecimento geográfico / Bernardo Mançano Fernandes. - Presidente Prudente : [s.n], 2013
v.1-2 : il + memorial

Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Geografia. 2. Debate paradigmático. 3. Questão Agrária. 4. Campesinato. 5. Agronegócio. I. Fernandes, Bernardo Mançano. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

**Dedicatória**

Para

Ana, Tales e Catarina,

Leonor, Eunice e Thais

Minha família.

Toda tese é um ato de separação do convívio familiar.

Persistirei em procurar um forma de fazer com que o trabalho intelectual não me

separe das pessoas que mais amo.

Volume 1



Bernardo Mançano Fernandes



Agradecimentos

Tenho muito a agradecer, especialmente, aos meus orientandos, meus professores e colegas de pesquisa. São pelo menos uma centena de pessoas que estão registradas em minha história de vida. Agradeço a todos que colaboraram para que eu conseguisse realizar esta livre-docência, mas em especial aos colegas que sempre me motivaram, professores Raul Borges Guimarães, Antônio Thomaz Júnior, Maria Encarnação Beltrão Sposito, Eliseu Savério Sposito e João Lima Sant'Anna Neto.

Meus agradecimentos para Cliff Welch, almost brother e companheiro de pesquisa e projetos. Meus sinceros agradecimentos a Jun Borrás, Henry Veltmeyer, Harry Vanden, Patryusha Basu, Richard Peet, José Antonio Segrelles, Luis Hoscsman, Virginia Rossi, Luciano Conchero, Carlos Rodrigues, Emir Sader, Armando Bartra, Annette Desmarais, Wilder Robles, Jorge Neff, Hannah Wittmann, Wendy Wolford, Sam Moyo, Paris Yeros, Miguel Carter, Roberto Gonzales, pelas contribuições nos debates, nos eventos e nas publicações.

Aos companheiros da REDE DATALUTA, João Cléps, João Fabrini, Rosa Medeiros, Rosemeire Almeida, Paulo Scarim, Eraldo Ramos e Emilia de Rodat, que nos últimos anos têm sido um dos principais espaços do coletivo de pensamento e de debate paradigmáticos. Aos companheiros do NERA, Eduardo Girardi, Ricardo Pires, Carlos Alberto Feliciano, Janaina Francisca de Souza e Ronaldo Messias, pelo apoio e compartilhamento dos trabalhos. E um agradecimento especial para Lara Dalpiero, Hellen Mesquita e Thais Almeida Fernandes, pelo suporte na elaboração do memorial. Sou muito grato a todas.

**Resumo**

Nesta tese de livre-docência apresento uma reflexão crítica da trajetória de quatorze anos sobre nove temas da questão agrária. Neste tempo, no coletivo de pensamento do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA, produzimos um estilo de pensamento que chamamos de debate paradigmático, o sétimo tema desta tese, para fazer uma leitura do desenvolvimento territorial e suas conflitualidades, que são o quinto tema analisado. O primeiro tema é a própria questão agrária, explicando como velhos e novos elementos modificam a conjuntura sem abalar a estrutura. Um exemplo dessa tese são o latifúndio e o agronegócio analisados como o segundo tema. Outro exemplo estudado no quarto tema, são os conceitos de agricultura camponesa e agricultura familiar, que representam os mesmos sujeitos, mas que são vistos como diferentes pelo paradigma da questão agrária e do capitalismo agrário. Para um aprofundamento do desenvolvimento territorial, proponho uma tipologia de territórios na perspectiva de superar o pensamento simples de entender o território como espaço de governança. Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais são o sexto tema, onde procuro exemplificar com referências do campo e da cidade. A estrangeirização da terra é o tema mais recente que tenho estudado, de modo que apresento minhas primeiras leituras a respeito deste novo elemento da questão agrária. E por fim, a luta pela terra e pela reforma agrária que são gerados e produtores da questão agrária. Minhas leituras foram construídas com a colaboração de uma equipe de pesquisadores do NERA e de outros grupos de pesquisa no Brasil e no exterior. Embora, este trabalho seja meu, não o teria realizado sem a contribuição de todos.

Palavras-chave: Questão agrária. Desenvolvimento territorial. Camponato. Agronegócio. Debate paradigmático.

**Abstract**

This thesis for associate professor I present a critical path fourteen years on nine themes of the agrarian question. At this time, the collective thinking of the Center for Studies, Research and Agrarian Reform Projects - NERA produced a style of thinking we call paradigmatic debate, the seventh theme of this thesis, to do a reading of territorial development and its conflictualities that analyze is the fifth theme. The first theme is the actual agrarian question, explaining how old and new elements modify the conjuncture without to change the structure. An example, of this thesis are the landowners and agribusiness analyzed as the second theme. Another example studied in the fourth theme, are the concepts of peasant agriculture and family farming, which represent the same subject, but they are seen as different paradigms for the agrarian question and agrarian capitalism. To the further deepening territorial development, I propose a typology of territories from the perspective of overcoming the simple thought to understand the territory as space governance. The socio-spatial and socio-territorial movements are the sixth issue, which seek to exemplify references the countryside and the city. The foreignization of land or land grabbing is the latest theme I have studied, so I present my first reading about this new element of the agrarian question. And finally, I debate the struggle for land and agrarian reform that are generated and producers of the agrarian question. My readings were built in collaboration with a team of researchers from NERA and other research groups in Brazil and abroad. Although, this is my job, I would not have done without the contribution of all.

Keywords: Agrarian question. Territorial development. Peasantry. Agribusiness. Paradigmatic debate.

**LISTA DE SIGLAS**

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio
ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANMTR – Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
BNDS Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGU – Consultoria Geral da União
CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPCT – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSAG – Conselho Nacional do Agronegócio
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENERA – Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
ENG – Encontro Nacional de Geógrafos
ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETRAF-SUL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FLONA – Florestas Nacionais
FNA – Fórum Nacional de Agricultura
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL – Fundo de Assistência Rural



IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA – Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Estudos Espaciais
MA – Ministério da Agricultura
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MARA – Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
OAN – Ouvidoria Agrária Nacional
PA – Projeto de Assentamento Federal
PAE – Projetos Agroextrativistas
PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário
PCB – Partido Comunista do Brasil
PD – Partido Democrático
PDS – Projetos de Desenvolvimento Sustentável
PE– Projeto de Assentamento Estadual
PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação no Campo
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRORURAL – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
PT – Partido dos Trabalhadores
PQA – Paradigma da Questão Agrária
PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool
PRODECER – Program of Brazilian and Japanese Cooperation for the Agricultural Development of the Brazilian Cerrado



RDS – Reservas de Desenvolvimento Sustentável
RIST – Relatórios de Impactos Socioterritoriais
RESEX – Reservas Agroextrativistas
SDT– Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SINGA – Simpósio Internacional de Geografia Agrária
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPA – Sociedade Paulista de Agricultura
SRB – Sociedade Rural Brasileira
SUPRA – Superintendência da Política Agrária
UASB – Universidad Andina Simón Bolívar
UDR – União Democrática Ruralista
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância



SUMÁRIO

Volume 1

		Página
Agradecimentos		04
Resumo		05
Abstract		06
Lista de siglas		07
Apresentação		12
Parte 1 – Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico		14
Parte 2 – Artigos selecionados		114
1	A questão agrária no limiar do século XXI	116
2	Agronegócio e reforma agrária	140
3	Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro	146
4	Sobre a tipologia de territórios	168
5	Entrando nos territórios do território	190
6	Conflitualidade e desenvolvimento territorial	222
7	Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais	280
8	Campesinos y procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas	298
9	Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária	312
10	Reforma agrária e educação do campo	322





Apresentação

O conhecimento é um escolha tanto de um modo de vida quanto de uma carreira; quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma-se a si próprio à medida que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício.

Charles Wright Mills

Este volume está organizado em duas partes. Na primeira parte apresento minhas reflexões sobre minha produção, na maior parte, desde meu doutorado, mas com algumas incursões para períodos anteriores. Selecionei nove dos temas que tenho pesquisado e fiz uma breve reflexão crítica sobre cada um, analisando as contribuições, limites e momentos da pesquisa. Fazer esta reflexão foi como uma viagem de volta, em que vemos outro lado da paisagem dos nossos pensamentos. Fiquei satisfeito com este trajeto e avalio que poderia tê-lo feito há alguns anos atrás, mas fui impedido pelo envolvimento com vários projetos de pesquisa, extensão e ensino.

Na segunda parte, apresento dez textos de minha produção relacionados aos temas selecionados na primeira parte. Comparando as duas partes, compreendo que nosso coletivo de pensamento formado no NERA avançou em seus quinze anos de vida, porque meus textos são frutos desse processo, todavia, estamos longe de consolidar nossos trabalhos, porque os principais conceitos com que trabalhamos ainda não estão formados ou estão em reformulação, indicando que estamos acompanhando o movimento da realidade.



**PARTE 1****Construindo um estilo de pensamento na questão agrária:
o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**





"Quando escrevo, repito o que já vivi"

Guimarães Rosa

Introdução

Esta tese de livre-docência é resultado de trinta anos de trabalho acadêmico em que estudei a questão agrária, o campesinato e o desenvolvimento territorial entre outros temas que destaco nos capítulos deste volume. O ponto de partida é o meu ingresso no curso de graduação em Geografia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1983. Iniciei minha pesquisa em Geografia Agrária sob orientação do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira que também me orientou no mestrado e no doutorado e por quem nutro enorme gratidão. Ele me indicou os caminhos da pesquisa em questão agrária, na qual dediquei meus estudos nestas três décadas. Neste tempo, também construí meu caminho, participando da construção de um *estilo de pensamento* (Fleck, 2010), que tem como método o *materialismo dialético* (Marx, 1982; 1989). Com este texto, dedico-me a uma reflexão sobre o trecho percorrido para fazer uma autocrítica e outras críticas, no contexto do debate paradigmático, procurando refletir sobre minha história recente, que representa mais da metade de minha vida.

Embora, esteja no trecho há trinta anos, ainda estamos começando, de modo que o que fizemos até 2013 são os primeiros esboços de uma contínua contribuição para o processo de construção do conhecimento, a partir da Ciência Geográfica. Neste ponto, como o leitor observou mudei do “eu” para “nós” porque a construção do conhecimento sempre é coletiva. É feita pelos *coletivos de pensamento* (Fleck, 2010) em que cada pensador tem seu papel essencial. Coloco



me como geógrafo, professor de geografia e militante da questão agrária, do desenvolvimento territorial, atividades que exerço com muito gosto e que me proporcionaram este momento e movimento de reflexão sobre o que fiz, juntamente com diversos colegas e instituições, que podem ser conferidos no volume 2 e em meu memorial. Como escrito no epígrafe acima, estou revivendo minha vida ao escrever esta tese.

Este reviver significou para mim o revigorar de minhas ideias, mas evidente que não estancou as inúmeras dúvidas que possuo, e que talvez possam ser superadas pouco-a-pouco no debate paradigmático que acontece no campo do conhecimento, ou seja, na realidade. Quando construímos uma ideia e a manifestamos, propomos um debate e esta ideia embora seja referenciada, já não é mais somente do propositor, pois ou foi incorporada pelos *coletivos de pensamento* ou foi contestada. Quando iniciamos a construção de uma ideia, estamos começando a construir um território imaterial, uma leitura, uma interpretação, que explicita nosso método, nosso referencial teórico, a metodologia utilizada etc. Esta é uma marca de minha trajetória: construir ideias, criar espaços e territórios, cultivar as mudanças da realidade.

Outra marca de minha trajetória é o debate com estudiosos de outras áreas do conhecimento a partir de temas relevantes para a Geografia. Uma de minhas preocupações acadêmicas é com o método geográfico, seu sentido e sua pertinência. Para ser coerente com minha formação em Geografia, sempre me preocupei com uso das categorias geográficas no debate com pensadores de outras ciências. Logo, apresento aqui diálogos: debates e embates de minhas ideias com outras, afim de procurar explicar as realidades que nos propusemos compreender, muitas vezes de modos diferentes, o que explicita as disputas paradigmáticas.



Portanto, as citações referem-se a esta discussão, não farei citações abundantes dos autores que trabalham com o tema, mesmo sabendo que “*a academia gosta muito de citações, quantas vezes ociosas e até mesmo ridículas*”. como afirmou Santos, 2000, p. 11, o fundamental é definir quais as principais referências que representam os *coletivos de pensamento* analisados.

Neste volume, organizei um conjunto de trabalhos que reúne o que julgo ser minhas principais contribuições para a construção de um *estilo de pensamento* sobre a questão agrária ou paradigma da questão agrária, a partir do pensamento geográfico. Os textos, organizados nos capítulos 2 a 11, destaquei de minha trajetória acadêmica, que é – portanto - minha caminhada teórico-política. Este volume também tem como referências os capítulos do volume 2, que são os textos selecionados de minha produção com outros estudiosos. Como afirmei, a partir das proposições conceituais de Fleck, 2010 e Khun, 1978, os *coletivos de pensamento* produzem *estilos de pensamento* ou *paradigmas*. Somos indivíduos que constroem conhecimentos em *coletivos de pensamento*. Estes são produzidos e produtores de *estilos de pensamento*, portanto os *paradigmas* são imateriais e se materializam nas práxis dos grupos de pesquisa.

Nos estudos de Geografia Agrária, elegi alguns temas para estudar a questão agrária, tema que tem desafiado muitos intelectuais a compreender suas diferentes conjunturas. O que procuro trabalhar neste texto, através do debate paradigmático, seria como uma elaboração aproximada para mapear os diferentes pensamentos que interpretam a realidade. Estou associando propositadamente, Kuhn, 1978; Fleck, 2010, para construir procedimentos de leituras de pensamentos, utilizando das ideias de *paradigmas*, *coletivo de pensamento* e *estilo de pensamento*, mas não somente como formas de organização do conhecimento,



segundo estes autores propuseram, mas também como espaços da organização do conhecimento, como imaterialidade da materialização da existência humana (Lefebvre, 1991) e como a imaterialidade nos sistemas de ações (Santos, 1996), sem nunca pensar em separar o imaterial do material, a forma do conteúdo, a realidade da teoria ou o concreto do abstrato, o sujeito do espaço e estes do território, que produzem e são produzidos, por meio de relações sociais que os determinam e por quem são determinadas, formado pelas “*síntese das múltiplas determinações*” ou “*unidade do diverso*” (Marx, 1989).

Todavia, há diferentes caminhos, formas, espaços e territórios para a leitura das “múltiplas determinações”, porque os intelectuais têm a liberdade de selecionar quais determinações e dimensões da realidade vão priorizar e de qual forma. Estas escolhas provêm de distintos métodos e teorias, que na construção do conhecimento, possibilitam a transformação da realidade que igualmente influenciam os métodos e teorias. É deste modo que compreendo os *coletivos de pensamento* como *paradigmas* em sua materialidade e *estilos de pensamento* como *paradigmas* em sua imaterialidade. Os coletivos são e formam espaços a partir de suas relações, sistemas de ações e *estilos de pensamentos*, explicitando suas leituras de interpretação das realidades, constituindo assim os territórios imateriais e materiais. Os coletivos são e produzem diferentes paradigmas e o debate entre eles é imprescindível para o desenvolvimento das ciências. Os paradigmas são expressões e representações da materialidade e da imaterialidade, de modo que os grupos de pesquisas e seus pensamentos expressam e representam paradigmas. Pretendo demonstrar que o debate paradigmático permite uma aproximação desta síntese ou unidade de diferentes modos e portanto produz distintas leituras científicas, políticas



e ideologias, esta entendida como pensamento ofensivo, não sendo, portanto, falsa consciência, como afirmou Marx, 1982.

Este é um trabalho para atuar na “batalha das ideias na construção de alternativas” (Anderson, s.d.), que também pode ser chamado de disputas territoriais tanto materiais quanto imateriais, porque a produção do território é a produção dos sujeitos, de suas ideias e objetos, desde uma perspectiva da indissociabilidade dos sistemas de ação e objetos (Santos, 1996). E produzir espaços ou territórios pode significar sua manutenção ou superação. De modo que a construção de alternativas acontece pela produção territorial. Alternativas para a superação numa perspectiva anticapitalista, são aqui pesadas desde uma análise da questão agrária e diversos de seus temas, como o campesinato, o agronegócio, a reforma agrária, a conflitualidade no contexto das disputas territoriais e de modelos de desenvolvimento que alguns movimentos socioterritoriais, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outras organizações da Via Campesina vêm realizando. Esta é a alternativa proposta nesta tese: a produção de espaços e territórios no processo de resistência na construção de alternativas ao modelo capitalista hegemônico.

A resistência, a subalternidade e a destruição são as condições do campesinato no capitalismo. Elas podem ocorrer simultaneamente ou em tempos distintos, o que mantém o debate sobre a condição camponesa no sistema capitalista. A inserção do campesinato no capitalismo somente pode acontecer de forma subalterna e o capital o destrói e o recria conforme as conjunturas políticas. Como a conjuntura é formada por múltiplas determinações, não se limitando ao sistema capitalista, o campesinato também se reconstrói através da luta pela terra



(Fernandes, 2000a). Mas a recampanização significa subalternidade ao sistema capitalista, em que pode-se perguntar qual a diferença entre subalternidade formal do camponês e a real do assalariado. Discutiremos esta questão no capítulo referente ao campesinato, mas adiantamos que o território é referência fundamental para compreender a distinção. Estamos defendendo que é desde dos territórios não capitalistas que pode-se construir alternativas na luta anticapitalista, através da territorialização. Evidente que compreendidas as condições do campesinato no capitalismo.

Sader, 2003, denominou de pós-neoliberal o governo Lula que “optou por uma programa de saída do neoliberalismo baseado na aliança do capital produtivo contra o especulativo” (Sader, 2003, p. 185) através do “incentivo à pequena e média empresa, ao mercado interno de consumo popular, à expansão da produção alimentícia, pelo apoio à reforma agrária, para poder avançar no plano social...” (Sader, 2003, p187). Esta condição permitiu que as políticas sociais fossem guiadas pelos critérios da assistência social, como o Bolsa Família. Conforme Sader, argumenta: “O resultado desta política é um híbrido, de difícil caracterização. Nas próprias palavras de Lula, no momento de sua reeleição: ‘Nunca os ricos ganharam tanto, nunca os pobres melhoraram tanto o seu nível de vida’. Qualquer análise unilateral conduz a sérios equívocos, a tal ponto que é mais fácil dizer o que não é o governo Lula, do que aquilo que ele efetivamente é” (Sader, 2009, p.84-5). Como interpreta Sader, 2009, p. 88, “considerar o governo Lula a partir de suas contradições internas permite, ao contrário, distinguir seus elementos positivos e lutar pelo seu fortalecimento e contra seus elementos conservadores”

A proposição de políticas de desenvolvimento também é competência da sociedade organizada, de onde deveriam nascer a maior parte das políticas



públicas. Esta é uma ação importante na disputa do Estado e do governo, na construção de alternativas. Ganhar as eleições não é suficiente, é essencial ter uma postura política propositiva para romper a hegemonia do sistema capitalista. As políticas de distribuição de renda é uma das características dos governos pós-neoliberais. A outra é o enorme investimento do governo nas empresas capitalistas. Estas políticas são referências para explicitar a correlação de forças pela disputa do governo e do Estado. Outra característica desses governos são as políticas públicas para promover o desenvolvimento. Estas são elementos da construção de alternativas, pois uma política pode fortalecer ou enfrentar o sistema hegemônico. É neste campo que vamos debater nas políticas compensatórias e as políticas emancipatórias. Para o campesinato, estes atos têm profunda significação, pois estas políticas podem subordiná-los ou contribuir para a sua emancipação. E esta condição está diretamente relacionada com o desenvolvimento do País.

Nos últimos dez anos, observamos que as políticas governamentais de distribuição de renda promoveram qualidade de vida da população. Para o campesinato, outras políticas públicas também contribuíram com esta melhoria, como por exemplo o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em artigo recente, Miranda, 2013, p. A2, destaca o resultado do Bolsa Família no período deste seca (2012/2013). Em suas palavras: “O programa garante alimentação a quase todas as famílias do semiárido nordestino”. O Nordeste é a maior região camponesa do Brasil. Embora empobrecidos, estes camponeses contribuem significativamente para o abastecimento da região. O efeito do Bolsa Família deve ser considerado na articulação com outras políticas como a reforma agrária e o Programa de Aquisição de Alimentos. É o conjunto das políticas que amenizou a seca: “Ao contrário do que



ocorria no passado, não houve ondas de saques, nem deslocamentos de flagelados, nem a organização de frentes de trabalho pelo governo, nem a invasão de cidades ou ataques a armazéns em busca de comida. Não existem campanhas na televisão para arrecadar alimentos para as vítimas da estiagem” (Miranda, 2013, p. A2,).

A construção de políticas emancipatórias promove o desenvolvimento e fortalece a compreensão da luta contra a hegemonia. É uma forma de resistência na luta anticapitalista e um território para avançar na constituição de uma sociedade democrática e menos desigual. Não usarei a expressão “socialismo”, porque as referências que temos é de partidos únicos e papel central do Estado nas políticas de desenvolvimento. O papel da sociedade organizada não é o de estar subalterno ao partido ou ao Estado, mas de promover suas instituições, sem ser massa. O protagonismo é condição principal para a superação do sistema capitalista, mas não bastam as mudanças das instituições, será necessário criar uma nova relação social, um novo modo de produção. Os territórios camponeses são espaços importantes neste processo tanto pela sua natureza anticapitalista, quanto por suas possibilidades e perspectivas. Este texto não tem nenhuma outra pretensão que não seja contribuir com debate de modo propositado. Apresento esforços para construir caminhos e territórios para a agricultura camponesa

**Questão Agrária**

*“Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa”
Guimarães Rosa*

Nos últimos 15 anos, escrevi diversos artigos, verbetes, capítulos de livros, um pequeno livro sobre a questão agrária e o MST (Fernandes, 2001a) e organizei um livro sobre a Questão Agrária, Campesinato e Agronegócio na América Latina (Fernandes, 2008a). Estes textos, assim como a maior parte de meu trabalho, são resultados da produção de um *coletivo de pensamento* que através das pesquisas realizadas no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), tem contribuído com a construção do estilo de pensamento ou o paradigma da questão agrária (Fernandes, 2008b). O debate sobre esta experiência também aconteceu em diversos eventos científicos, entre os quais destaco: o Encontro Nacional de Geógrafos, o Simpósio Internacional de Geografia Agrária, o Encontro Nacional de Geografia Agrária, o International Congress of the Latin American Studies Association e as reuniões do Grupo de Trabajo en Desarrollo Rural do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Foi tentando acompanhar momentos de diferentes relações sociais em sua produção territorial, no movimento da realidade, através das pesquisas de campo em vários países e no debate com colegas, que elaborei vários textos e selecionei nove que considere os mais representativos:

Fernandes, Bernardo Mançano. **A reforma agrária que Lula fez e a que pode ser feita**. In: Sader, Emir (org). *10 anos de governos pó-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial: Flacso Brasil, 2013, p. 191-206.



Fernandes, Bernardo Mançano. **Agrarian issues in the Brazilian governments Cardoso and Lula: challenges for agrarian geography.** In: *Law and Social Sciences*. Macau: University of Macau, 2009a, p. 273-290.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Cuestión agrária.** In: *Latinoamericana - Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe*. Madrid: Akal, 2009b, v.1, p. 52-58.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio.** *Reforma Agrária*, v.34, p.77 - 94, 2007.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez Editora, 2001a.

Fernandes, Bernardo Mançano. O MST mudando a questão Agrária In: D'Incao, Maria Angela (org). **O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização.** São Paulo: editora Cortez, 2001b, p. 237-246.

Fernandes, Bernardo Mançano. **A questão agrária no limiar do século XXI.** *Espaço e Geografia*, v.04, p.07 - 24, 2001c.

Fernandes, Bernardo Mançano. O MST no contexto da formação camponesa no Brasil In: Strozake. Juvelino José (org). **A questão agrária e a justiça.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000b, p. 13-83.

Fernandes, Bernardo Mançano. A questão agrária e sua nova configuração socioeconômica, política e territorial In: Egler, Cláudio; Miranda, Mariana; Castro, Iná Elias de (orgs) **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 223-232.

A reflexão que farei envolve a minha produção intelectual, portanto não me limitarei aos textos acima, mas ao conjunto da obra em permanente diálogo com outros pensadores com que comparto o debate paradigmático. Resolvi começar pela Questão Agrária, porque a considero o tema mais amplo de minha tese. Todos os outros derivam dela. Entendo a questão agrária como um problema produzido por um sistema político econômico hegemônico. Portanto, a questão agrária não é somente um problema do capitalismo, mas também dos sistemas que o precederam por subalternizaram e provocaram a destruição do campesinato, como podemos ler



nas obras de Mazoyer e Roudart, 2001; Duby, 1999; Franco, 1997; Chevitarese, 2000, Chonchol, 1994 e Oliveira, 2007, que analisaram diversos temas da história da agricultura, campesinato e questão agrária, desde sociedades escravistas, feudal e capitalista. E também há uma questão agrária no socialismo. Em minhas missões de trabalho e estudos em Cuba (1995, 2006, 2009), observei os problemas agrários gerados pelas empresas estatais que assalariavam os camponeses¹ ou da medida do governo em limitar a área e o número de assalariados permanentes e temporários que um camponês poderia ter, exatamente, para evitar que virasse um capitalista. De modo que o campesinato também carrega em si a essência da questão agrária, que significa sua sujeição e sua destruição quando ele se relaciona com um sistema político econômico hegemônico. Ele pode ser subjugado e destruído pelo sistema, tornando-se um assalariado, ou pode renunciar a condição camponesa e converter – se em outra classe, tornando-se um capitalista.

A existência do campesinato é, portanto, um dos principais temas da questão agrária atual. Na nossa sociedade, a palavra “atual” seria mais que um adjetivo e até poderíamos falar da “questão-agrária-atual²”, para explicitar o movimento das conjunturas determinadas pelas circunstâncias produzidas pelas relações sociais, que as atualizam constantemente sem superar o problema. De modo que o velho sem morrer, torna-se o novo sem nascer. É a continuidade do mesmo de forma diferente, contemporânea. Logo, o capitalismo supera suas crises, reproduzindo-se por meio da modernização conservadora. A expansão do modo

¹ Nesta pesquisa, lembrei-me de Engels, 1981, p. 63, quando escreveu que o camponês como “futuro proletário deveria dar ouvidos à propaganda socialista”. Se entendemos a resistência do campesinato contra o assalariamento, esta é contra o assalariamento capitalista ou socialista.

² Utilizando o mesmo recurso que Ricardo Antunes usou para falar da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2003, p. 104).



capitalista de produção em todos os setores, proporcionou ao mesmo criar sistemas e agregá-los em um complexo que usa novas e velhas formas de exploração, em todas suas intensidades. Assim nasceu o agronegócio, através da reunião dos sistemas agrários, industriais, mercantis, financeiros, tecnológicos e ideológicos. Evidente que as ações do agronegócio diferem das ações dos coronéis do século XIX e XX, mas quando se trata da questão agrária, elas são similares, porque a exploração e a expropriação são propriedades do capitalismo em todas as suas fases. O campesinato também é atual e carrega em si todas as marcas do passado, sendo que suas estruturas se reproduzem no presente como o trabalho familiar e associativo e seus costumes, em especial: suas lutas. As camponesas e camponeses do MST e de Canudos praticaram e praticam lutas de re-existências para serem e sendo o que sempre foram: camponeses, sem permanecer os mesmos. Capitalismo e campesinato se renovam e se enfrentam: são duas classes produtoras de territórios a partir de distintas relações sociais. Surgem novos conceitos, como agronegócio e agricultura familiar, mas as estruturas permanecem mudando as conjunturas. Estas estruturas em movimentos nos ensinam que as múltiplas determinações não estão definidas: elas são resultados das ações que causam suas próprias transformações.

Nos anos 2000, na Universidade Federal de Goiás, apresentei minhas primeiras reflexões sobre a questão agrária, em uma mesa redonda do XV Encontro Nacional de Geografia Agrária. Este trabalho foi publicado como “A questão agrária no limiar do século XXI” (Fernandes, 2001c), onde apresentei minha compressão sobre o tema que tem nos tem desafiado. Neste texto eu afirmo que:



“A questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo. Assim, a produção teórica constantemente sofre modificações por causa das novas referências, formadas a partir das transformações da realidade”.

Foi partir deste texto, que comecei a elaborar a ideia de movimento da questão agrária pelas conjunturas político-econômicas gerando novos problemas sem eliminar o principal que está em sua essência: a desigualdade socioterritorial acompanhada fortemente da expropriação. As conjunturas mudam a questão agrária, criando novos desafios para os movimentos camponeses e para o agronegócio.

Exemplos dessas mudanças agrárias estão presentes na coleção de nove livros sobre a História Social do Campesinato, publicados pela Editora da UNESP em 2008, organizada por diversos professores, atendendo a uma demanda do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e na coleção de oito livros sobre a Questão Agrária, publicados pela Editora Expressão Popular, que começou a ser organizada por João Pedro Stedile, na década de 1990 e também no recente livro de Henry Bernstein, publicado em português (Bernstein, 2012). Dessas mudanças surgem novos elementos com a permanência dos antigos elementos sem que sejam mais os mesmos, porque foram transformados pelo novo. O latifúndio e a reforma agrária são exemplos de permanência e atualidade. Mas são diferentes do que foram nas décadas de 1950 ou 1980. Destacamos a formação de um novo elemento, o agronegócio, que modificou ambos. Consolidado nos EUA no final dos anos 1940, o agronegócio está organizado em um complexo de sistemas que



reúnem vários setores produtivos (Davis e Goldberg, 1957). Esta forma de organização do capital, que através da produção de commodities, ampliou sua capacidade produtiva, necessitando cada vez de mais terras, territorializando-se, ocupando os latifúndios e afetando a reforma agrária. Esta ampliação da capacidade está relacionada também com a expansão da produção de agrocombustíveis (Fernandes, Welch e Gonçalves, 2010) que gerou crises alimentares (Oliveira, 2008) em escala global (Bello, 2008), o que provocou o aumento da intensidade da estrangeirização da terra (Fernandes, 2011).

As políticas neoliberais de ajuste estrutural impactaram a questão agrária de forma mais intensa no hemisfério sul. O movimento de capitais excedentes para países com escassez aumentou com a criação de instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC), que contribuíram para aumentar o poder das corporações com a minimização do Estado. A movimentação de capitais colaboraram para a consolidação do complexo de sistemas agronegócio, tornando-o o modelo hegemônico, de modo que nem mesmo os governos pós-neoliberais têm realizado alguma política que tenha efeito para impedir a intensa territorialização do agronegócio. O processo de estrangeirização da terra é um dos resultados dessa intensificação. Há séculos que a questão agrária dos países do hemisfério norte tem sido exportada para os países do hemisfério sul por meio do modelo expropriador-monocultor-agroexportador, denominado de “plantations”. Na última década, também a China, Coréia do Sul e países árabes também utilizaram este modelo na compra e arrendamento de terras na América Latina e África para produção de alimentos e agrocombustíveis. Para uma leitura territorial, nos cabe analisar como esse processo gerou disputas entre agronegócio e campesinato para garantirem os espaços necessários de suas reproduções. A permanência dos territórios



camponeses é uma possibilidade para territorialização do capital, da mesma forma que os territórios capitalistas é uma possibilidade para a territorialização do campesinato.

Denominamos o agronegócio como complexo de sistemas, cuja formação vem acontecendo durante as diversas fases do capitalismo. O capital articulou os sistemas de modo a ampliar o processo de acumulação capitalista. Esta é mais uma razão para compreendermos que as ações do latifúndio e do agronegócio se complementam no processo de acumulação territorial. Através da produção de commodities agrícolas e minerais - também chamado de agrohidronegócio - este complexo acumula com base na exploração de recursos naturais, ocupando o centro das disputas territoriais e de classe neste século XXI (Thomaz Júnior, 2010). A hegemonia deste complexo mantém as formas clássicas ao mesmo tempo que aprimorou a subalternidade. A concentração da terra é mantida pela territorialização do capital e a concentração do mercado pela renda da terra e a renda capitalizada da terra. O processo de produção de mercadorias no capitalismo se utiliza de relações não capitalistas que são subalternizadas através da realização da renda capitalizada. A mais-valia e a renda capitalizada da terra são duas formas de subordinação do trabalho ao capital, pela relação capital-trabalho por meio do assalariamento e pela relação capital-campesinato, pelo monopólio do território camponês pelo capital (Oliveira, 1991), que é uma forma de territorialidade capitalista no território camponês (Fernandes, 2013).

Entramos o século XXI com a questão agrária ainda mais acirrada, propagando sua essência de desigualdade, dominação por subalternidade, expropriação e resistência. O nascimento da Via Campesina, no começo da década de 1990, articulou movimentos camponeses de vários países, espacializando a



resistência camponesa, defendendo a soberania alimentar como uma de suas principais bandeiras, que explicita a disputa por modelos de desenvolvimento, distinguindo a produção local e regional, em parte agroecológica e orgânica da produção global de commodities predominantemente com agrotóxicos e em crescente uso de transgênicos. A questão agrária deste século deverá ter como elemento de destaque a soberania alimentar, ou seja além da terra, a comida e a qualidade dos alimentos reforça os elementos dos problemas agrários. Um belo exemplo desse tema é o livro “O dilema do onívoro” (Pollan, 2007). Estudos da FAO têm demonstrado que o crescimento econômico com a expansão das commodities não é suficiente para acabar com a fome e com a má nutrição (FAO, 2012). É grande a probabilidade da comida estar no centro da questão agrária, assim como as disputas territoriais e o papel da agricultura camponesa para contribuir com a minimização deste problema. Para contribuir com a compreensão da questão agrária, analisamos a seguir alguns dos temas selecionados que trabalhamos procurando aprofundar esta reflexão.

Latifúndio e agronegócio

“O senhor ache e não ache. Tudo é e não é ...”

Guimarães Rosa

Iniciei uma contribuição à compreensão deste processo, ao defender o estudo da relação latifúndio e agronegócio, procurando analisar seus desdobramentos no campesinato e na reforma agrária, através dos artigos selecionados e indicados a seguir:



Fernandes, Bernardo Mançano. **O nome novo é agribusiness**. Reportagem. São Paulo, p.45 - 47, 2004a.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Agronegócio e Reforma Agrária** In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado - RS. Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2004b.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Compreendendo a conflitualidade entre o agronegócio e os movimentos camponeses no Brasil** - Latin American Studies Association - LASA, Puerto Rico: 2006a.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Los dos campos de la cuestión agraria: campesinado e agrogenocidio**. Asunción: Revista Acción, p.36 - 39, 2008

Fernandes, Bernardo Mançano. Welch, Cliff. Campesinato e Agronegócio da laranja nos EUA e Brasil In: **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a, p. 45-70.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Agronegocio** In: Latinoamericana - Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe. Madri: Akal, 2009e, v.1, p. 60-62.

Girardi, Eduardo Paulon. Fernandes Bernardo Mançano. **Campesinato, agronegócio e latifúndio: territórios da questão agrária e a fronteira agropecuária brasileira** In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, Rio de Janeiro: 2006.

Nestes artigos procurei analisar como o agronegócio tornou-se um dos elementos mais ofensivos da questão agrária, mudando as características relativas ao uso do território do latifúndio, ampliando sua hegemonia e a exclusão do campesinato. Além desses trabalhos, tenho orientado dissertações, teses e realizado pesquisas nas Américas e em Moçambique em que a disputa territorial entre agronegócio e campesinato é o tema principal. Neste ponto é necessário comentar que não faço a simples associação do agronegócio como uma forma de organização dos setores econômicos, como fazem Pinazza e Araújo, 1993, porque estes não podem ser separados da classe e do sistema que o criou. A história da



agricultura capitalista mostra que a constituição do agronegócio foi um processo secular. A formação do complexo de sistemas foi possível a longo prazo pela acumulação de capital e de tecnologia pelos capitalistas, bem como com a concepção do paradigma do capitalismo agrário. Este processo fortificou as relações capitalistas, abastecendo as corporações que intensificaram tanto a disputa territorial quanto ideológica. Esta condição intensificou a territorialização e a territorialidade do agronegócio, aumentando sua agressividade com as relações camponesas, atacando suas identidades e suas territorialidades, subordinando ainda mais seus territórios.

Nas linhas anteriores discutimos o latifúndio e o agronegócio, fazendo duas considerações: suas relações se complementam e ambos impactam o campesinato por meio da expropriação e criando obstáculos à reforma agrária, questão que analisaremos na última parte deste capítulo. A maior parte dos estudos que analisam as relações entre latifúndio e agronegócio é derivada da tendência campesinista do paradigma da questão agrária. Todavia, predomina o entendimento linear de que por serem distintos, em que um representaria o atraso e o outro o moderno, a comparação não seria factível. Este pensamento possui esta linearidade porque sua intenção é ver uma relação unidimensional entre latifúndio e agronegócio e não suas contradições. Esta é uma característica do paradigma do capitalismo agrário. Lembro de ter iniciado este debate há dez anos (Fernandes, 2004a) e, à época, souu muito estranho para vários colegas que me questionaram em vários eventos, afirmando que eu estaria forçando a relação e suas contradições. Revendo meus textos, vejo que minhas primeiras ideias ainda não deixavam claro o que meus artigos mais recentes têm procurado analisar: que o agronegócio tem suas bases na



produção monocultora para exportação; que a territorialidade do agronegócio no latifúndio não o elimina, apenas disfarça suas relações; que com isto o agronegócio impôs novos elementos para a questão agrária. O latifúndio, compreendido como relação social controladora de imensas frações do território, representa a maior parte da base territorial do complexo de sistemas do agronegócio. Antes da formação deste complexo de sistemas, o latifúndio administrava a produção de commodities como fornecedor para a indústria e foi denominado de complexo rural (Graziano da Silva, 1996). Contratava o trabalho assalariado e ou arrendava terras aos camponeses para a produção monocultora ou de culturas diversas.

O caráter latifundiário é permanente e está explicitado no controle territorial determinado pela concentração da terra. Todavia, em sua formação, o complexo articulou os sistemas agrícola, industrial e comercial que se utilizou da verticalização da produção, por causa do uso intensivo de tecnologias e de grande investimentos, de modo que o latifúndio, embora continue sendo base territorial por concentrar o recurso terra, o processo produtivo é controlado pelo agronegócio. Depois de Davis e Goldberg, 1957, que criaram o conceito de *agribusiness*, tornando-se uma obra de referência do paradigma do capitalismo agrário, surgiu em 1980, o primeiro trabalho crítico elaborado a partir do paradigma da questão agrária, escrito por Roger Burbach e Patricia Flynn, com o título “*Agribusiness in the Americas*” (Burbach e Flynn, 1980). Quando analisamos estas duas obras, observamos que a preocupação de Davis e Goldberg era compreender a natureza do agronegócio, a partir da revolução tecnológica na indústria e na agropecuária e sua imensa estrutura organizacional em formação, pensando inclusive suas potencialidades futuras, sem mencionar os possíveis impactos no campo, porque



sua base teórica e método de análise eram baseados somente na lógica do modo capitalista de produção.

Por outro lado, duas décadas depois, a preocupação de Burbach e Flynn foi compreender os impactos do agronegócio no campo com a territorialização das corporações apropriando-se de grandes extensões de terras, expropriando e proletarizando o campesinato e povos indígenas na América Latina, ampliando as mal denominadas “repúblicas das bananas”. Em 2006, ministrando na graduação a disciplina Geografia Agrária no Departamento de Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia, propus aos alunos um atividade de pesquisa via internet para observar o comportamento da Del Monte e da Cargill, entre outras corporações no período entre o estudo de Burbach e Flynn e o ano da disciplina. Esta breve atividade foi reveladora para compreender as mudanças das empresas ampliando-se através de conexões com outras empresas em diversos setores da economia. Neste mesmo ano, participei de uma mesa redonda com Roger Burbach e Cliff Welch no encontro do Latin American Studies Association, em Puerto Rico, onde apresentei minhas análises sobre a conflitualidade entre movimentos camponeses e agronegócio.

O livro de Burbach e Flynn foi traduzido para o português em 1982 com o título “Agroindústria nas Américas”. Nesta época ainda não existia a tradução de *agribusiness* para agronegócio, porque no Brasil este complexo de sistemas ainda estava em formação. O livro “A nova dinâmica da agricultura brasileira” foi uma das principais referências nacionais sobre os complexos agroindustriais e outros complexos (Graziano da Silva, 1996). Partindo do complexo rural (sistemas agrícola e pecuário) com o uso intensivo do assalariamento e outras formas de exploração do trabalho, o autor destaca o processo de industrialização da agricultura e a urbanização brasileira. Desde sua criação em 1957, a ampliação do processo de



formação do complexo de sistemas em todo mundo fez com que o conceito de agronegócio fosse utilizado mais amplamente, denominando tanto o processo quanto as corporações e suas instituições representativas. No Brasil, em 1993, foi fundada a Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG. Uma referência da articulação de sistemas na direção da formação de um complexo é o livro “O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo á organização “em rede”” (aspas no original) (Mazzali, 2000). O autor afirma que o conceito de complexo agroindustrial perdeu seu poder explicativo com sua ampliação para uma “rede”. A ideia de rede de sistemas é adequada quando nos referimos às diversas empresas de cada um dos sistemas que se organizam em rede para compor o agronegócio, que pode ser partes de uma corporação ou de várias corporações. Preferimos utilizar a ideia de complexo de sistemas, que - em nosso entendimento - explicita melhor a trama das corporações e tem como referencial sua expansão desde os complexos agroindustriais.

Este processo foi articulado pelas relações de reprodução ampliada do capital – por meio da exploração do trabalho – que permite ultrapassar os limites do tempo e do espaço, fazendo com que possa se explorar extensas áreas quase que ininterruptamente. Evidente que este modelo de desenvolvimento não serve para o campesinato, mesmo que esta população amplie sua prática de auto exploração ao limite do insuportável. Nem mesmo nos sistemas socialistas, as grandes experiências coletivas conseguiram tamanho e número das grandes corporações do agronegócio. Em sua formação esse complexo investiu muito no sistema tecnológico que estendeu seu poder, fortalecendo a condição de manutenção de sua hegemonia. Em Fernandes e Welch, 2008, p. 48-49 apresentamos pela primeira vez nossa noção de agronegócio. Desde então, ampliei o conteúdo do conceito como



complexo de sistemas agrários, industriais, mercantis, financeiros, tecnológicos e ideológicos. Um exemplo deste último sistema é o movimento Sou Agro como estratégia de manutenção da hegemonia do agronegócio (Bruno, s.d.). Estas são referências que reunimos para conceituar o agronegócio nestes 10 anos de pesquisa, procurando contribuir com o estilo de pensamento do paradigma da questão agrária.

A relação concentração da terra, produção, tecnologia e mercado tem gerado a barbárie e a modernidade (Oliveira, 2003). Aproximou latifúndio e agronegócio, fortalecendo o capitalismo e colocou em questão o argumento da função social da terra. A formação do complexo e o fluxo de capitais têm imobilizado terras e território por meio de grilagem, arrendamento e compra. Na tabela 1, pode-se observar que entre os anos 1992 - 2011, a área total das propriedades rurais brasileiras quase que dobrou, passando de 310 para 590 milhões de hectares. Com base nos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, organizados no relatório DATALUTA, pode-se observar que a área das propriedades de menos de 200 hectares passou de 82 para 148 milhões de hectares, enquanto as médias e grandes passaram de 228 para 442 milhões, sendo que as pequenas tiveram aumento relativo de 80% e as médias e grandes de 94% (DATALUTA, 2012). Estes dados são uma referência para compreender como o agronegócio se utiliza da concentração territorial para garantir sua expansão, ao mesmo tempo que o campesinato também se expande, por meio da luta pela terra e da reforma agrária.



**Tabela 1 - Brasil - Mudanças da estrutura fundiária por classes de área
1992, 2003 e 2011**

Classes de Áreas (em ha)	1992		2003		2011	
	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)
TOTAL	2.924.204	310.030.752,20	4.290.531	418.483.332,30	5.356.425	590.716.875,33
Menos de 1	47.034	24.483,10	81.995	43.409,10	113.160	57.066,67
1 a menos de 2	88.408	120.422,40	141.481	191.005,50	165.560	224.511,20
2 a menos de 5	343.539	1.168.374,60	559.841	1.874.158,80	734.298	2.465.145,60
5 a menos de 10	428.783	3.116.262,60	626.480	4.530.025,20	805.588	5.821.439,70
10 a menos de 25	804.376	13.081.255,30	1.109.841	18.034.512,20	1.358.537	22.022.892,37
25 a menos de 50	477.439	16.679.065,90	693.217	24.266.354,60	838.694	29.435.561,05
50 a menos de 100	319.256	22.205.515,70	485.956	33.481.543,20	595.961	41.306.259,46
100 a menos de 200	191.539	26.032.300,20	272.444	36.516.857,80	342.041	46.171.314,37
200 a menos de 500	133.506	41.147.556,90	181.919	56.037.443,20	237.231	73.317.570,54
500 a menos de 1.000	48.873	33.812.939,40	68.972	47.807.934,80	85.218	59.287.289,60
1.000 a menos de 2.000	22.374	30.767.926,40	35.281	48.711.363,10	40.454	55.876.890,16
2.000 a menos de 5.000	13.982	41.222.330,50	26.341	77.612.461,90	31.566	92.893.149,58
5.000 a menos de 10.000	3.190	22.414.364,90	5.780	41.777.204,40	6.099	43.730.865,46
10.000 a menos de 20.000	1.187	16.269.632,00	635	8.600.834,20	1.067	14.650.668,60
20.000 a menos de 50.000	537	15.610.841,20	294	8.502.361,60	608	18.008.767,32
50.000 a menos de 100.000	113	7.604.137,20	32	2.181.546,40	135	9.513.092,82
100.000 e mais	68	18.753.343,90	22	8.314.316,30	208	75.934.390,83

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2012. www.fct.unesp.br/nera

Com esta reflexão, baseada nos artigos citados que são frutos de trabalhos de campo e debate em vários eventos, procuramos afirmar que a questão agrária mudou com a postura ofensiva do agronegócio, obrigando-nos a pensar sobre o futuro do campesinato e da reforma agrária, o que faremos a seguir.

**Agricultura camponesa e agricultura familiar**

“Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera.”

Guimarães Rosa

Foi na conjuntura neoliberal dos anos 1990 que surgiu, no Brasil, o conceito de agricultura familiar como moderno em oposição ao conceito de camponês como atrasado como pode ser analisado nas obras de Abramovay, 1992; Lamarche, 1993; Lamarche 1998. Esta é uma das fortes expressões do debate paradigmático por refletir a leitura sobre o sujeito, redefinindo categorias de análise. Depois da controvertida morte física do campesinato pela vertente proletarista nos estudos do paradigma da questão agrária, surgiu a vertente da agricultura familiar no estudos do paradigma do capitalismo agrário com a morte ideológica do camponês. O surgimento do conceito de agricultura familiar impactou a realidade de forma ostensiva, criando políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF) e um movimento socioterritorial nacional: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Outros dois fatos que corroboram a ofensiva deste conceito são: 1) a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu “as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”, e 2) o Censo Agropecuário 2006 que, pela primeira vez, publicou uma edição especial destacando a produção a agricultura familiar brasileira em relação a produção não familiar (agronegócio). Mas esta separação da produção não significou um entendimento das diferenças das relações sociais familiares (não capitalista) e capitalista. Para os



coletivos de pensamento do paradigma do capitalismo agrário, a agricultura familiar é parte do agronegócio.

A dicotomia entre o conceito de agricultura familiar como moderno ao conceito de camponês como atrasado ainda é muito forte no imaginário acadêmico e social. Quantas vezes ouvi em eventos científicos que o conceito de camponês estava ultrapassado e que o conceito de agricultura familiar era o mais adequado. Muitos faziam e fazem esta afirmação apenas porque leu alguma referencia do paradigma do capitalismo agrário, mas sem se perguntar qual a razão dessas ideias. Com o objetivo de superar esta dicotomia, começamos a trabalhar sobre este tema na segunda metade da década de 1990 e os resultados primários de nossas primeiras reflexões a partir dos debates realizados no colóquios do NERA foram apresentados no Encontro Nacional de Geografia Agrária de Goiânia em 2000 e publicados em Fernandes, 2001c. Desde então, temos estudado este tema e a seguir apresentamos alguns artigos, onde eles comparecem:

Fernandes, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (org.). Editora da Unicamp, 2008b.

Felício, Munir Jorge. Fernandes, Bernardo Mançano. **A conflitualidade dos projetos de desenvolvimento rural a partir dos conceitos camponês/agricultor familiar** In: III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária e Jornada Orlando Valverde, 2007, Londrina. CD ROM do evento. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Agricultura familiar e agricultura camponesa** In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, João Pessoa. CD do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002a.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro** In: XVI Encontro Nacional de Geografia



Agrária, 2002, Petrolina - PE. Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2002b. v.1. p.61 – 71

Fernandes, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo : Cortez Editora, 2001a.

O pensamento que separa o campesinato da agricultura familiar ignora as lutas camponesas de resistência ao capital e defendem a “integração” da agricultura familiar ao agronegócio. Não se encontra escritos da tendência da agricultura familiar no paradigma do capitalismo agrário nenhum estudo sobre a resistência camponesa, nem mesmo quando estes se referem ao campesinato, pois a destruição do campesinato ou sua metamorfose em agricultor familiar é compreendida como única possibilidade. Neste paradigma, há duas tendências: uma que estuda a agricultura familiar e outra que se concentra nos estudos do agronegócio. Por exemplo: para a tendência da agricultura familiar há estudos como de Schneider, 1999 sobre a pluriatividade no processo de industrialização, em que o conceito de agricultura familiar é central, e o estudo de Graziano da Silva, 1999, sobre a diferenciação econômica a partir do uso de tecnologias, que utiliza tanto o conceito de agricultura familiar quanto o conceito de campesinato. Para a tendência do agronegócio, o estudo organizado por Campos e Navarro, 2013 é elucidativo, pois não aceitam o conceito de camponês e tampouco o de agricultura familiar, utilizando o termo pequena produção e questionando o seu futuro.

O conceito de agricultura familiar no Brasil surgiu na mesma época que nasceu a Via Campesina e os movimentos camponeses que se articularam na Via, como o MST, MPA e MAB não adotaram o conceito de agricultura familiar em seus documentos, enquanto que outros movimentos camponeses como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e a FETRAF o adotaram.



Outras organizações passaram a utilizar o termo agricultura familiar camponesa, como a Comissão Pastoral da Terra. Martins, 1981, p. 21 e 22, no clássico “Os camponeses e a política no Brasil” afirma que a palavra campesinato é “importação política”, dá exemplos de denominações próprias como caipira, caiçara, caboclo entre outros para concluir que camponês e latifundiário não são meras palavras e que explicitam confrontos entre classes sociais. Vinte anos depois, Martins, 2000, p. 45, escreveu que quando se refere ao campesinato está pensando no agricultor familiar. Também em Martins, 1981, p. 117, o autor afirma que “já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência”. Todavia, em Martins, 2000 ou em suas obras mais recentes, esta leitura não comparece. Estas mudanças podem ser melhor compreendidas na faixa de sobreposição do debate paradigmático, em que a tendência agricultura familiar do paradigma do capitalismo agrário e a tendência campesinista do paradigma da questão agrária se encontram. Na parte sobre o debate paradigmático, apresentamos uma figura que ilustra este ponto de encontro das tendências e dos paradigmas.

Campesinato e agricultura familiar são um mesmo sujeito compreendido por diferentes conceitos, tendências e paradigmas, representados pelas leituras que se fazem da agricultura não capitalista e suas relações com a agricultura capitalista. A importância desta discussão pode ser destacada no debate promovido pelo Movimento dos Pequenos Agricultores com vários intelectuais do paradigma da questão agrária, que resultou no livro *O campesinato no século XXI* (Carvalho, 2005). Este trabalho foi ampliado com a elaboração do projeto *História Social do Campesinato*, numa atividade conjunta com a Via Campesina, que resultou em uma coleção de nove volumes, coordenada por Horácio Martins de



Carvalho, Márcia Motta e Paulo Zarth. Esta coleção procurou recuperar a memória da história camponesa, num momento em que se tentou aniquilar o conceito. Na apresentação do primeiro volume há uma ampla reflexão sobre como os estudiosos entendem o campesinato e é um excelente exemplo para o debate paradigmático. Esta discussão não é exclusiva do Brasil, há outros esforços sobre a conceitualização e reconceitualização de campesinato, como o livro “Defining Peasants” (Shanin, 1990) e *Reconceptualizing the Peasantry* (Kearney, 1996). Também, pode-se encontrar vários estudos sobre o campesinato no mundo no *Journal of Peasant Studies* e até mesmo na América Latina, em que políticas governamentais utilizam cada vez mais o conceito de agricultura familiar, colocando o conceito de campesino em segundo plano.

A discussão sobre estes conceitos tem um papel importante no debate paradigmático porque reflete sobre as possibilidades de existência do campesinato, traz à luz as intencionalidades dos pensadores e revelam suas posições sobre o modelo de desenvolvimento que defendem. Este tema está associado ao debate sobre desenvolvimento territorial e conflitualidades, onde se pensa quais os caminhos do campesinato na hegemonia do agronegócio. A agricultura familiar é vista como parte dos sistemas agrícola e pecuário do complexo de sistemas, onde sua relação sempre é subordinada, embora seja chamada de integração. A questão que o debate coloca é: a agricultura camponesa pode se desenvolver na luta contra o capital, a partir de seu próprio modelo de desenvolvimento, aprimorar seu conjunto de sistema a partir de sua lógica produtiva ou somente de forma subordinada ao capital. Evidente que se a condição de enfrentamento for ampliada, as relações de subalternidade ainda continuarão e por esta razão o conceito de conflitualidade é importante para entender as disputas



territoriais e por modelos de desenvolvimento. A produção de alimentos e de agroenergia não pode ser monopólio do agronegócio. O direito à comida e o direito de produzir alimentos está entre as principais lutas contra a hegemonia do agronegócio.

Superar a dicotomia entre agricultura camponesa e agricultor familiar é fundamental para a compreensão da luta camponesa contra o capital, afinal, em toda sua existência, o camponês que sempre foi agricultor familiar. O sentido da dicotomia é de enfraquecimento político na luta de classes.

Tipologia de territórios

“Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.”

Guimarães Rosa

Como salientamos, as mudanças agrárias debatidas por diferentes paradigmas ou estilos de pensamentos, constroem leituras distintas sobre o desenvolvimento territorial do campo. É neste contexto, que o conceito de território passou a ser muito utilizado nos estudos sobre “desenvolvimento territorial” em regiões camponesas e indígenas, que visavam e visam a adequação das comunidades às políticas de ajuste estrutural do neoliberalismo. Os primeiros textos escritos sobre este processo, utilizaram o conceito de território apenas como área a ser modernizada de acordo com os parâmetros do capital (Schejtman e Berdegué, 2003), criando as condições necessárias para a territorialização do agronegócio, para subalternizar e expropriar territórios camponeses e indígenas. Da mesma forma, os movimentos socioterritoriais se apropriaram do conceito de território para



resistir a expropriação (Fernandes, 2009c). Na IV Conferência Internacional da Via Campesina, em 2004, realizada em Indaiatuba - SP, entrevistei lideranças de movimentos camponeses de diversos países sobre os significados de terra e território e pude compreender mais sobre o uso capitalista do território e o uso camponês do território.

De 2005 a 2010, coordenando o grupo de trabalho Desenvolvimento Rural da CLACSO, viajei para quase todos os países América Latina, participando de reuniões científicas, ministrando aulas e realizando visitas de campo, conhecendo a multidimensionalidade e a multiterritorialidade dos territórios camponeses e indígenas, através de suas lutas contra as corporações transnacionais. Também nos anos 2004 a 2007, assessorei a Pastoral de la Tierra Interdiocesana – PTI, para implantar o banco de dados de luta pela terra na Guatemala, dando continuidade ao trabalho realizado no Brasil com a Comissão Pastoral da Terra. Durante estes anos, visitei dezenas de comunidades camponesas e indígenas atingidas pelo avanço de commodities minerais e agrícolas, com predominância da banana. Estas experiências e a literatura produzida sobre terra e território motivaram-se a escrever sobre a ideia de tipologia de territórios. No ano de 2008, quando fiz meu pós-doutorado na Universidade do Sul da Flórida, realizando um estudo comparativo sobre a produção de laranja em São Paulo e Flórida (Fernandes e Welch, 2008), produzi meu primeiro artigo sobre a tipologia de territórios (Fernandes, 2009d).

Estas realidades exigiram uma reflexão sobre as diversas concepções de território na Ciência Geográfica e que há de comum na sua significação. Essas foram as referencias que utilizei para escrever sobre o tema e elaborei artigos e capítulos de livros como indicado a seguir:



Fernandes, Bernardo Mançano. Território camponês In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012a, v.1, p. 744-748.

Fernandes, Bernardo Mançano. Assentamentos como territórios In: Lourenção, Mirian (org.). **Assentamentos rurais e cidadania**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011a, p. 177-186.

Fernandes, Bernardo Mançano. Acerca de la tipología de los territorios In: **Defensa comunitaria del territorio en la zona central de México: enfoques teóricos y análisis de experiencias**. Coyoacan: Juan Pablos, 2010, v.1, p. 57-76.

Fernandes, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios In: Saquet, Marco. Sposito, Eliseu (org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009d

Fernandes, Bernardo Mançano. Território, teoría y política In: Ferro Medina, Juan Guillermo; Lozano Velásquez, Fabio (orgs.) **Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009c, p. 35-66.

Fernandes, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território In: Paulino, Eliane Tomiasi. Fabrini, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008d, p. 273-302.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio**. Reforma Agrária, v.34, p.77 - 94, 2007.

Fernandes, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In **A pesquisa em Educação do Campo**. Brasília: Pronera, 2006b.

Fernandes, Bernardo Mançano. Território. **Brasil em números**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005a, p.35 - 45.

Fernandes, Bernardo Mançano. **La creación de una base de datos de conflictos del campo guatemalteco**. Hacia donde vamos: conflictividad agraria e laboral. , v.1, p.21 - 24, 2005b.



Iniciei minhas reflexões teóricas sobre o conceito de território, tomando como referências os trabalhos de Oliveira, 1991 e 1999, compreendendo-o como totalidade, como síntese contraditória. A partir de Lefebvre, 1991, Raffestin, 1993, e Santos, 1996 analisei tanto as diferenças e relações entre espaço e território e suas multidimensionalidades. Além de Haesbaert, 2004, os textos de Souza, 1995 e 2006, Saquet, 2007 e foram referências para compreender as articulações e as multidimensionalidades dos diferentes tipos de territórios. Com Gottmann, 1973, pude reler o processo de colonização pelos impérios no século XIX e sua leitura sobre a importância do território neste contexto com destaque para a questão da soberania. Todavia, o autor também se propôs compreender o território como espaços de governança, o que não era suficiente para minhas análises, pois a escala das disputas territoriais que eu analisava estava inserida nos territórios das nações. Era evidente que os territórios das nações estavam em disputa, mas esta compreensão era insuficiente para entender as disputas territoriais entre campesinato e agronegócio. As escalas territoriais das disputas foram minha principal preocupação para superar a ideia de espaço de governança que domina a maior parte das concepções de território na geografia e fora dela.

Para construir uma compreensão das escalas das disputas, utilizei como ponto de partida a ideia de frações do território de Oliveira, 1991, para analisar o processo de monopolização do território camponês pelo agronegócio e a territorialização do capital. Outro autor que contribuiu para esta ideia foi Delaney, 2005, onde encontrei uma discussão sobre território e propriedade e recentemente em Paulino e Almeida, 2010 e Elden, 2010 as discussões sobre terra e território. Há três elementos essenciais dessas discussões sobre terra, território e propriedade: a síntese contraditória, a multidimensionalidade e a multiescalaridade. Quero lembrar



que nos trabalhos de Haesbaert, 2004 e Saquet, 2007 encontramos diferentes perspectivas, amplitude, abordagens e concepções de território, mas nesta reflexão vou me limitar a pensar o território a partir de suas múltiplas escalas, definidas por relações de poder o que garante ao território sua permanência e sua indefinição. Nesta concepção de território o entendo como espaço apropriado por relações sociais que o produzem em suas multidimensionalidade. Este território também é fragmentado e uma de suas frações é a propriedade da terra.

Quando se pensa o território desde esta concepção, há dois pressupostos que precisam ser considerados: que o conceito de território não deve ser pensando como uno, mas sim como totalidade, a partir de suas múltiplas escalas e dimensões; que a terra é a base do território, sendo espaço limitado por relações de poder, sob a forma de propriedade, constitui-se em fração do território que é disputada por distintos interesses das classes sociais Fernandes, 2008c; Elden, 2010. É dentro destes espaços que se produzem diferentes relações e classes sociais, construindo diferentes territórios e territorialidades. Espaços, relações, classes e territórios são conceitos inseparáveis, pois a destruição de uma classe, significa o desaparecimento de seu território e vice-versa. No desenvolvimento da agricultura há uma permanente disputa territorial por causa dos interesses do campesinato, do agronegócio e dos governos. Mas não há somente disputas entre campesinato e agronegócio, há também disputas entre camponeses, entre camponeses e indígenas e entre indígenas e agronegócio.

Nos textos que citei como referência deste tema e em nossas pesquisas no NERA, trabalhamos a ideia de tipologia de territórios em diferentes escalas a partir de distintas relações: o primeiro território é o espaço de governança, tendo o Estado como instituição fundamental e os governos como gestores



principais e contém o segundo e o terceiro territórios. A propriedade é uma referência que uso como exemplo de segundo território, mas não me limito aos vários tipos de propriedades, porque os segundos territórios são formados dentro do primeiro e também através de relações de poder, são portanto frações do primeiro. O terceiro território é um espaço relacional, considerado a partir de suas conflitualidades, é fluxo e – portanto – se move sobre os segundos territórios, assim como no primeiro. Talvez, o terceiro território represente melhor a definição de poder como potencial de ação, que pode se manter ou se diluir de acordo com a organização das relações sociais (Arendt, 1981, p. 212). Enquanto o primeiro e o segundo são fixos, o terceiro território é fluxo, mas estas não são as únicas qualidades dos territórios, seu uso implica em outras propriedades, assim como seu estado físico e material contém a imaterialidade que o produz. A produção do território imaterial parte de uma ideia situada tanto em um ponto no estilo de pensamento, que é um espaço imaterial, quanto em um ponto no espaço geográfico que é o território material.

Talvez, o último segmento do parágrafo anterior possa ter confundido o leitor no que se refere ao que é espaço e o que é território. Santos, 2004, p. 34, recusa “o debate da diferença entre espaço e território”, já Raffestim, 1993, p. 144, afirma que “o espaço preexiste a qualquer ação” e Lefebvre, 1991, p. 102 afirma que “o espaço social é a materialização da ciência humana”. Entendemos que o espaço contém o território que são produzidos pelas relações sociais que os produzem. Para trabalhar com estes conceitos nos territórios do debate paradigmático é preciso compreender que “todo conceito tem um contorno irregular, definido pela cifra de seus componentes” (Deleuse e Guattari, 1992, p. 27). Estas leituras são melhor compreendidas no sentido da imprescindibilidade do debate paradigmático (Felício,



2011). Eu compreendo que território imaterial é um estado do território material, de modo que não é outro tipo, mas que possui seus próprios tipos. Esta compreensão dialoga com a leitura de Saquet, 2007, p. 163, “O território pode ser pensado como um texto num contexto, como lugar articulado a lugares, por múltiplas relações econômicas, políticas e culturais; é movimento e unidade entre o ser e o nada, (i)materialmente. É desconstruído e reproduzido, num único processo”. Esta reflexão é parte de nosso ato intelectual de contribuir para com o estilo de pensamento que defendemos. Não termina aqui, talvez nem termine, porque é um movimento.

Desenvolvimento territorial e conflitualidades

*“Sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier,
que venha armado!”*

Guimarães Rosa

As políticas de ajuste estrutural intensificaram as disputas territoriais com a territorialização do agronegócio e resistência do campesinato. As crises alimentares e a mudança da matriz energética com a expansão das commodities de agroenergia também aumentaram a demanda por terra pelo agronegócio. Debatendo com o paradigma do capitalismo agrário, em abril de 2004, participei de dois seminários com os professores Antônio Márcio Buainain, Carlos Enrique Guazinroli e Antony Hall, em no Lincoln Institute of Land Policy e na Harvard University, discutindo a questão do acesso à terra e conflitos agrários no Brasil. Apresentamos visões distintas, o que possibilitou bom debate com os presentes e também entre nós. O professor Buainain propôs publicar o artigo em um livro que ele



organizou (Fernandes, 2008b), para expandir o debate, contribuindo com o desenvolvimento do conhecimento e, certamente, produzindo novos conflitos acadêmicos entre os teóricos da questão agrária. Neste artigo, afirmo que as disputas territoriais estão relacionadas às diferentes visões de desenvolvimento. E que os conflitos territoriais entre campesinato, indígenas e agronegócio representam também o enfrentamento de diferentes modelos de desenvolvimento. Inspirado no conceito conflitualidade, de Santos, 1999, analiso o conjunto de conflitos como um processo de resistência à subalternidade ao agronegócio e a perspectiva de um modelo de desenvolvimento para os territórios do campesinato.

Este tema passou a fazer parte de minhas pesquisas desde meu doutorado, quando viajei vinte e três unidades da Federação para realizar meu trabalho de campo sobre a formação e territorialização do MST e pude observar a permanente conflitualidade e disputas territoriais. Escrevi vários artigos e também com meus orientados e destaco alguns a seguir:

Fernandes, Bernardo Mançano. Disputas territoriais entre movimentos camponeses e agronegócio In: Ayerbe, Fernando (org.). **Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012b, v.1, p. 203-230.

Fernandes, Bernardo Mançano. **La expansión del agronegócio y la expropiación del campesinado** In: Universidad en Movimiento. Montevideo: Nordan Comunidad, 2011c, v.1, p. 57-63.

Fernandes, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (org.). Editora da Unicamp, 2008b.

Fernandes, Bernardo Mançano. Agronegocio y campesinado: dos sistemas en conflicto In: Giarraca, Norma (org.). **El trabajo por venir**. Buenos Aires: Antropofagia, 2008e, v.1, p. 72-76.



Fernandes, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (org.). Editora da Unicamp, 2008b.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e território camponês no Brasil** In: Campo, políticas públicas e educação. Brasília: INCRA/MDA, 2008f, v.7, p. 39-66.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Teoria e política agrária: subsídios para pensar a Educação do Campo** In: Por uma Educação do Campo. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2008g, v.6, p. 155-178.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Libre Pensamiento**. , v.52, p.74 - 61, 2006.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Desenvolvimento territorial: conflitualidade e sustentabilidade** In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005c.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Impactos Socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: uma contribuição crítica à publicação A Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária Brasileira** In: Assentamentos em Debate. Brasília: NEAD, 2005d, v.8, p. 113-132.

Fernandes, Bernardo Mançano. Welch. Cliff. **Modelos de desenvolvimento em conflito: agronegócio e Via Campesina** In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado. Tradição e Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: ENFA/UFRGS, 2004.

Fernandes, Bernardo Mançano. Ramalho, Cristiane Barbosa. **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema - SP**. Estudos Avançados. , v.43, p.239 - 254, 2001.

Fernandes, Bernardo Mançano. Welch. Cliff. Gonçalves, Elienai Constantino. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma : International Land Coalition., 2012, v.1. p.62.

Silva, Anderson Antonio. Fernandes Bernardo Mançano. Por que a luta pela terra no Pontal do Paranapanema interessa ao turismo In: **O turismo rural e as territorialidades na perspectiva do campo e da cidade**. Campo Grande : Editora UFMS, 2012, v.1, p. 155-172.



Girardi, Eduardo Paulon. Fernandes, Bernardo Mançano. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro In: **Lutas camponesas contemporâneas: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo : Editora da UNESP, 2009, v.2, p. 339-366.

Silva, Anderson Antonio. Fernandes Bernardo Mançano. Valenciano, Renata. **Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas no Pontal do Paranapanema**. São Paulo : INCRA, 2006, v.1. p.374.

Fernandes, Bernardo Mançano. Molina, Monica. O campo da Educação do Campo In: **Por uma Educação do Campo**. Brasília : NEAD, 2004, v.5, p. 53-89.

Fernandes, Bernardo Mançano. Leal, Gleison. Fagundes, Diana. Meneguette, Arlete. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra; ocupações e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema In: **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas/Araraquara : Unicamp/Uniar, 2003, v.01, p. 79-105.

A contribuição teórica que pretendemos oferecer ao estilo de pensamento do paradigma da questão agrária possui relação com temas já apresentados até agora e os que apresentarei nas próximas partes deste capítulo, bem como em todos os artigos deste volume e do volume dois. Reafirmo que este é um pensamento coletivo construído pelo trabalho intelectual de uma equipe de geógrafos e geógrafas reunidos no NERA. Estamos em movimento de construção de uma leitura contestatória à compreensão do paradigma do capitalismo agrário que vê as lutas camponesas como obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista e – evidentemente - não vê o capitalismo como obstáculo ao desenvolvimento da agricultura camponesa. Esta ocultação da realidade impede uma leitura crítica da conflitualidade. Em nossos estudos procuramos analisar como as lutas camponesas promovem o desenvolvimento territorial também através da luta pela terra, com as ocupações e através de diversas formas de manifestação e resistência. A disputa de territórios, que podem ser espaços naturais, latifúndios,



territórios indígenas etc., pelo campesinato e agronegócio não podem ser compreendidas apenas pelo modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista. Há uma experiência de aprimoramento da agricultura camponesa em curso, a partir da agroecologia, que tem se tornado um campo de resistência ao agronegócio (Rosset, e Martínez-Torres, 2012).

A ideia de desenvolvimento territorial em suas diferentes matizes e matrizes tem algo em comum: a visão multidimensional do desenvolvimento que superou a pobreza da antiga visão setorial, que era predominantemente econômica. No Brasil, desde 2003 foram criados 120 territórios da cidadania que levaram políticas públicas para as regiões mais pobres do país, onde vivem 42,4 milhões de pessoas (MDA, 2010). É importante lembrar que estas políticas não foram aos territórios por iniciativa somente do governo, mas como resultado do processo de reivindicação e proposição, de diálogo e embate entre governo e os movimentos camponeses. O Brasil é, talvez, o único país do mundo que tem dois ministérios da agricultura: o Ministério do Desenvolvimento Agrária – MDA, que trata exclusivamente da agricultura familiar ou agricultura camponesa e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) que trata do agronegócio que segundo sua definição, “o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final” (<http://www.agricultura.gov.br/ministerio>, acessado em 21 de fevereiro de 2013), de modo que o MAPA também inclui a agricultura familiar em suas políticas.

Em Fernandes 2008b, iniciamos uma reflexão com base na compreensão das classes sociais e nas conflitualidades, esta entendida como



movimento que promove, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formados e formadores de diferentes classes sociais. A conflitualidade é o processo de enfrentamento perene que explicita as contradições e as desigualdades do sistema capitalista, demonstrando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e políticos, a respeito do controle do desenvolvimento. Santos, 1999, apresentou o que denominou de ideias-elementos que acrescentadas noções de uma leitura da espacial e da territorialidade da conflitualidade, pode ser entendidas como: 1) a complexidade das relações sociais construídas de formas diversas e contraditórias, produzindo espaços e territórios heterogêneos; 2) a historicidade e a espacialidade dos processos e conflitos sociais, dinamizadoras e não determinadas; 3) a construção política de uma perspectiva relacional das classes sociais em trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução social; 4) o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao “consenso”; 5) o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao “consenso”; 6) posicionar-se ante aos efeitos da globalização da sociedade, da economia e dos espaços e territórios, marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades e ameaçando a consolidação da democracia.

Os trabalhos citados anteriormente são tanto resultados de pesquisas realizadas no NERA, como da participação nos debates sobre o Plano Camponês junto ao Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, sobre Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo na Comissão Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA e na coordenação da Cátedra UNESCO



de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, além de debates com a Via Campesina e no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ainda tenho participado de debates com movimentos camponeses na Argentina, Guatemala, Bolívia, México, Colômbia, Estados Unidos, Canadá e Espanha. Os resultados das pesquisas e dos debates estão em elaboração, formando um enorme conjunto de arquivos que exige a participação de uma equipe para analisa-lo durante anos. Por essa razão, esta reflexão é apenas um clarão, partes de referências, peças de um quebra-cabeça que estamos tentando organizar.

A seguir apresentamos um resumo muito curto do que pensamos e estamos desenvolvendo. O ponto de partida é a compreensão de que uma relação social e seus territórios necessitam de determinadas políticas para o seu desenvolvimento que pode ser públicas e ou privadas. Contudo, é essencial enfatizar que os conteúdos das políticas devem ser pensados de acordo com as lógicas das relações sociais. Os territórios dos agronegócio tem se valido de políticas públicas e privadas para desenvolverem seus territórios a partir da lógica do trabalho assalariado e da produção de commodities para exportação. Os territórios camponeses necessitam de políticas de desenvolvimento a partir da lógica do trabalho familiar, cooperativo ou associado, para a produção de diversas culturas para os mercados locais, regionais e nacional e para exportação. Enfatizando novamente, cada território precisa produzir políticas de acordo com sua lógica, seu modo de produção. As políticas dos territórios camponeses não podem, portanto ser elaboradas a partir da lógica do agronegócio. As políticas públicas com esses princípios devem ser elaboradas preferencialmente pelos movimentos camponeses, sindicatos e suas confederações. A participação do governo é importante, mas não pode ser intrusiva. Desde esse entendimento, o grande desafio do campesinato é



elaborar um plano de desenvolvimento e de enfrentamento ao capitalismo, para garantir o direito de sua existência. Em certa medida, a experiência brasileira de políticas de desenvolvimento do campo ainda é muito primária, baseada principalmente nos princípios de produção de commodities. Superar esta visão e construir um plano baseado na biodiversidade é um salto de qualidade importante e para tanto, será necessário a criação de políticas públicas emancipatórias.

Conhecendo diversas definições do conceito de política pública, apresentadas em Souza, 2006, sabemos que são ações disputadas, usadas para tentar superar problemas territoriais emergentes ou que se arrastam há longo tempo. A dinâmica e amplitude do conceito exigiu a elaboração de um dicionário (Di Giovani e Nogueira, 2013), como ocorreu com a Educação do Campo que surgiu como uma ação e se transformou em uma política pública, tendo também o seu dicionário (Caldart et al, 2012). A política pública pode ser elaborada de “baixo para cima” ou de “cima para baixo”, ou seja pode ser um proposição de diferentes organizações civis e pode ser uma intervenção estatal, mas com certeza sempre será disputada na relação Estado e sociedade e por suas classes sociais. No debate sobre definição de política pública há uma compreensão predominante que esta é de competência do Estado, mesmo que em parceria com organizações civis. Todavia, há experiências de políticas públicas que não são de competência do Estado pelo fato da estrutura estatal não querer se prestar a este papel, como é o caso das ocupações de terras. Estas ações são protopolíticas públicas, pois sem elas a maioria dos assentamentos de reforma agrária não existiria.

A partir desses princípios, cunhamos os conceitos de políticas públicas emancipatórias confrontando com a ideia de políticas compensatórias. No Brasil, nas últimas três décadas surgiram diversas políticas públicas de caráter emancipatório e



compensatório. Estes estilos de políticas são relativos a correlação de forças que definem os destinos da população subalterna rural e urbana. O protagonismo dessa população é condição essencial para as organizações que querem defender suas intencionalidades e interesses, de modo propositivo. As políticas compensatórias, quase sempre, são elaboradas de cima para baixo com o objetivo de controle político das populações subalternas. As políticas emancipatórias, quase sempre, são elaboradas de baixo para cima com o objetivo de construir autonomias relativas e formas de enfrentamento e resistência na perspectiva de superação da subalternidade. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA nasceu da proposição de movimentos camponeses e se consolidou como política emancipatória em constante disputa. A reforma agrária tem sido realizada predominantemente como um política compensatória e os resultados, como demonstramos neste trabalho, estão aquém das proposições dos movimentos. Vale salientar que ao reunirmos o tema da reforma agrária e da Educação do Campo neste artigo, organizamos sua análise conjunta por consideramos que são duas políticas do processo de desenvolvimento territorial rural.

A síntese desta breve reflexão ou resumo muito curto, mas que está baseada numa produção de um coletivo de pensamento e em experiências diversas, sendo que muitas se concretizaram, é que os movimentos camponeses precisam ser protagonistas de suas próprias políticas públicas para o desenvolvimento de seus territórios, disputando com os governos as intencionalidades e direcionalidades das políticas de acordo com a lógica de seu modelo de desenvolvimento.

**Movimentos socioterritoriais**

“O mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando.”

Guimarães Rosa

Na graduação, em meados da década de 1980, comecei a estudar o MST e ouvi de alguns professores que movimento social era objeto de análise da Sociologia e não da Geografia. Esta compreensão poderia ter me desanimado, mas ao contrário me motivou a querer entender o processo de construção do conhecimento. A compreensão reducionista de um conceito sempre me preocupou, de modo que procurei trabalhar sucessivamente com a amplitude do conteúdo dos conceitos no sentido de incorporar os componentes permitidos pela coerência e rigor. Um de meus primeiros esforços para estudar este tema foi em Fernandes, 1991, quando procurei refletir sobre a relação sujeito – espaço superando a visão reducionista e dicotômica tão presente na geografia. Este é um dos temas que mais me dediquei em estudar, definindo – o como uma categoria de pesquisa do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, para acompanhar os processos de formação dos movimentos socioterritoriais do campo. Este também é um dos temas que mais escrevi e destaco aqui apenas alguns estudos recentes e de caráter teórico:

Fernandes, Bernardo Mançano. MST In: Caldart, Roseli Salete. Pereira, Isabel Brasil Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. 1 ed. Rio de Janeiro: São Paulo : Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012c, v.1, p. 496-500.

Fernandes, Bernardo Mançano. Via Campesina In: Caldart, Roseli Salete. Pereira, Isabel Brasil Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio. (orgs.). **Dicionário da**



Educação do Campo. 1 ed. Rio de Janeiro: São Paulo : Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012d, v.1, p. 765-768.

Fernandes, Bernardo Mançano. The MST and Agrarian Reform in Brazil. **Socialism and Democracy**. , v.23, p.90 - 99, 2009f.

Fernandes, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses In: Oliveira, Márcio Piñon. Coelho, Maria Célia Nunes. Corrêa, Aureanice de Mello. **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)** ed. Rio de Janeiro : Lamparina, 2008h, p. 385-404.

Fernandes, Bernardo Mançano. O MST e a luta pela terra: 1979-2005. **Observatório Social de América Latina**, v.4, p.281 - 310, 2006e.

Fernandes, Bernardo Mançano. Para una lectura geográfica de los Movimientos sociales. **Noticias del Programa Social Agrario**. Buenos Aires, Programa Agrário, p.6 - 7, 2006d.

Fernandes, Bernardo Mançano. Chiapas In: **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. 1 ed. São Paulo : Boitempo, 2006c, v.1, p. 275-275.

Fernandes, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**. V.16, p.273 - 284, 2005e.

Fernandes, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra - construção conceitual In: **XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2004, Gramado - RS. Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. , 2004c.

Fernandes, Bernardo Mançano. The massacre of human dignity. **América Latina en Movimiento**. , v.26, 2003.

Fernandes, Bernardo Mançano. Os Sem Terra do Brasil: geografia de um movimento socioterritorial. **Biblio 3w** (Barcelona). , v.7, p.x - xi, 2002c

Fernandes, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. , v.15, p.59 - 85, 2000c.

Fernandes, Bernardo Mançano. **O todo e a parte e a parte e o todo: a interação espaço-sujeito**. Revista de Geografia (São Paulo), v.10, p.31 - 38, 1991.

Fernandes, Bernardo Mançano. Martin, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais** (PUCSP). , v.12, 2004.



O MST foi o tema principal de minha primeira pesquisa em Geografia Agrária, no mestrado e no doutorado, quando procurei contribuir para com os estudos da questão agrária. Busquei, principalmente na Sociologia e na História, os referenciais teóricos para compreender mais sobre os movimentos sociais, mas não fiquei satisfeito porque não encontrava uma leitura espacial dos movimentos sociais. E a importação do conceito de movimento social da sociologia não me permitia uma análise da produção territorial pelos movimentos. Foi em Santos, 1996, p. 70-1, que encontrei uma referência que me ajudou a pensar a criação de novos conceitos:

“Conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são flashes isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações. Uma definição consistente do espaço geográfico não pode ser encontrada nas metáforas provindas de outras disciplinas. Nem os conceitos de espaço que essas disciplinas estabelecem podem passar, automaticamente, para a disciplina geográfica. Mesmo as ideias seminais de Einstein, como a da relatividade e a equivalência entre o tempo e o espaço, necessitam de adequação, para se tornarem operacionais em geografia. É à geografia que cabe elaborar os seus próprios conceitos, antes de tentar emprestar formulações de outros campos”.

Compreendi, então, que não encontraria na Sociologia referências para os estudos que pretendia fazer sobre as produções espaciais e territoriais dos movimentos. Dediquei-me a pensar sobre as ações dos movimentos camponeses na luta, conquista e estabelecimento de relações sociais nos territórios que transformavam completamente a paisagem de um latifúndio, quando este era transformado em um assentamento. Coordenando a realização de Planos de desenvolvimento de Assentamentos – PDA, que pude observar com mais detalhes



essas produções territoriais, ao analisar as histórias espaciais e suas potencialidades. Foi desse modo que cunhei os conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial. A primeira vez que expus esta ideia para a comunidade geográfica foi no XII Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Florianópolis, no ano de 2000, quando apresentei o trabalho “movimento social como categoria geográfica” (Fernandes, 2000c). Desde então, nunca mais ouvi alguém dizer que movimento social não era objeto de análise da geografia. Foi neste processo de construção de um estilo de pensamento no NERA, com base no método geográfico, que mais investi em pesquisa sobre movimento socioterritorial. Além de minha tese de doutorado e minha dissertação de mestrado, em que me dediquei aos estudos do MST, o artigo mais citado é Fernandes, 2005e, que reproduzo como um dos capítulos deste volume. Quero salientar que os conceitos de movimentos socioespacial e socioterritorial não suprimem o conceito de movimento social. O que estou propondo é uma leitura da produção espacial e territorial dos movimentos. Este foi o meu esforço ao pesquisar as ações da Via Campesina na Espanha, Canadá, Estados Unidos, México, Brasil e Argentina. Reuni material documental, bibliografia e entrevistas para análise de modo a explicar como os movimentos camponeses desses países produzem seus territórios, estão subordinados e enfrentam o agronegócio.

Além dessas pesquisas em andamento, tenho orientado vários trabalhos sobre as ações dos movimentos socioterritoriais e sobre a produção geográfica sobre este conceito (Pedon, 2013). Partimos da premissa da inseparabilidade sujeito-espaco de modo a compreender que a forma do movimento pode ser melhor compreendida quando associada à produção espacial e territorial. Pois, a forma é criada pela relação social que produz o seu território, onde elas são



construídas. Este processo determina os modos de uso dos territórios. São esses pressupostos que nos levam a compreender como as relações camponesas e capitalistas produzem distintos territórios. Analisando as diferentes relações que produzem espaços e territórios, tenho definido como movimentos socioterritoriais aqueles que têm como razão de sua existência a luta, criação e manutenção de um ou mais territórios, ou de frações do território. A Via Campesina e os movimentos a ela articulados são um exemplo. Outro é o movimento dos sem-teto (Souza Júnior, 2008) e o movimento quilombola (Furtado, 2012). E tenho definido como movimentos socioespaciais como aqueles que lutam por um espaço político, uma reivindicação, uma relação social, direito ou reconhecimento, como por exemplo o Movimento Passe Livre, os movimentos gays, os movimentos negros, movimentos de mulheres. Os movimentos sindicais podem ser socioespaciais ou socioterritoriais.

Lembrando Deleuze e Guattari, 1992, afirmamos que os contornos dos conceitos são formados pelo número de seus componentes. Podem ser mais amplos ou mais reduzidos como cujos conteúdos podem ter diferentes compreensões. Se não aceitamos a diferença entre espaço e território, todos os movimentos sociais são socioespaciais e socioterritoriais. Defendemos que a materialidade contém a imaterialidade, mas é preciso reconhecer as suas diferenças para poder distinguir um movimento socioterritorial de um socioespacial, porque a luta por um direito, uma relação social, uma reivindicação ou reconhecimento são territórios imateriais, o que pode fazer com que algumas pessoas vejam os movimentos socioespaciais como socioterritoriais. A compreensão da diferença distingue os movimentos do mesmo modo que as ações dos movimentos determinam suas vidas. Em nossos estudos temos observado algumas fases em seu processo, como a de protomovimento, um exemplo foi a fase do MST entre 1979 e 1984. Os movimentos representam a busca



da superação das instituições formais. Os movimentos são instituições da sociedade, porém na maioria dos casos não são instituições formais. Alguns tentam a se transformar em instituições formais e outros seguem suas trajetórias.

A relação dos movimentos com instituições formais, como com os partidos, governos, universidades podem acontecer por parcerias, alianças e outras relações. Tenho várias experiências como referências, mas vou relatar aqui somente a experiência com o Curso Especial de Geografia, em nível de graduação, com apoio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, por um convênio entre a UNESP e o INCRA, com estudantes oriundos dos assentamentos de vários estados, vinculados a vários movimentos camponeses. O protagonismo dos estudantes oriundos de movimentos organizados aconteceu de forma propositiva, fazendo com que a relação com a Universidade fosse transformada tanto por conflitos quanto por colaborações. Esta relação de conflitualidade mudou os movimentos e mudou a Universidade, mudou a nossa forma de ver ambas as instituições e como tratar e superar situações criadas pela nova experiência. Foram produzidos novos espaços e novos territórios para que a parceria entre os movimentos camponeses e Universidade se realizasse. Em 2013, criamos um mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. Esta experiência, agora internacional necessitará de novos espaços e territórios para se realizar, porque estamos criando novas situações, de modo que os conceitos de movimento social, movimento socioespacial e movimento socioterritorial seguem em construção.

**Debate paradigmático**

"o real não esta no inicio nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia"...

Guimarães Rosa

O ponto de partida para o debate paradigmático é a intencionalidade. O que nos conduz ao debate é tanto a intenção de defender nossas visões de mundo, nossos estilos de pensamento, nossos paradigmas, nossas posições políticas, quanto de conhecer outras posições teórico-políticas e suas visões de mundo, respectivos estilos de pensamento e distintos paradigmas. Mesmo não tendo noção dos paradigmas e suas tendências, os trabalhadores intelectuais transitam por esses territórios epistemológicos, onde a filosofia e a ciência se encontram (Japiassu, 1979). A intencionalidade é manifestada de diversos modos: pela ação cognitiva, percepção, linguagens, práticas etc. (Searle, 1995). Ao mesmo tempo em que ação cognitiva é produtora de territórios imateriais a ação prática é produtora de territórios materiais. Esta relação tempo-espço a partir das ações cognitivas e práticas criam a conexão entre o pensamento e realidade, o conhecimento e o fato. Este processo é um movimento que possui direções expressando diferentes intencionalidades, como também é uma espécie de trilha entre o sujeito e o objeto (Santos, 1996, p.74). Este processo-movimento-dirigido é a práxis (Vázquez, 2007), que ninguém pode evitar, pois qualquer ato é revelador de ação, tanto a proposição quanto a negação.

O processo de construção do conhecimento é uma práxis intelectual e política que através de coletivos de pensamento se organiza para produzir seus estilos de pensamento, seus paradigmas (Fleck, 2010; Kuhn, 1978). Nenhum trabalhador intelectual está fora deste processo, nem os que trabalham em



grupos de pesquisas, em redes nacionais e internacionais, e nem mesmo aquele que trabalha sozinho. É através da práxis intelectual que utilizamos conceitos produzidos e produzimos outros, ao adentrarmos nos territórios das teorias conduzidos pelo método. A discussão sobre os conceitos tem um papel importante dentro do debate paradigmático, porque trazem à luz as intencionalidades dos pensadores e revelam suas posições políticas. Iniciei essas leituras logo durante minha tese de doutorado e nos últimos dez anos tenho me dedicado também a este trabalho intelectual de caráter mais teórico de analisar estilos de pensamento. O NERA tem sido o espaço onde tenho praticado o ato de pensar junto com meus orientandos, que resultou em parcerias prolíferas, como mostrado nas indicações bibliográficas a seguir, que é um esboço de nossa produção. A coordenação do grupo de trabalho em Desenvolvimento Rural da Clacso também foi outro espaço onde tenho promovido o debate paradigmático.

Bernardo Mançano Fernandes. **Campeŕinos e procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas**. Conferencia magistral del VIII congreso de la Asociación Mexicana de Estudios Rurales (AMER) “Campeŕinos y procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas”, realizado em Puebla, México, 2011 e publicado em Boletim DATALUTA. , v.44, p.1 - 12, 2011d.

Fernandes, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (org.). Editora da Unicamp, 2008b.

Campos, Janaina Francisca de Souza. Fernandes, Bernardo Mançano. O conceito de paradigma na Geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da geografia agrária. **Campo - Território**. , v.6, p.21 - 52, 2011.

Felicio, Munir Jorge. Fernandes, Bernardo Mançano. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Trabalho apresentado na X Reunión del Grupo de Trabajo Desarrollo Rural “Contribución a la



actualización del conocimiento sobre el desarrollo rural en Latinoamérica y Caribe”, 21 a 26 de junio de 2010. Universidad Autónoma Metropolitana, no prelo.

Lembrando da afirmação feita na introdução deste capítulo, optamos pelo método do materialismo dialético o que significa estar aberto ao diálogo, ao debate para melhor compreensão das razões. Significa também ter uma posição definida nos territórios imateriais formados pelos paradigmas. Estes são formados por teorias, que são pensamentos de referências organizados em correntes teóricas, que são interpretações dos fatos, o que implica necessariamente ter uma postura política diante dos mesmos. Na Geografia, uma referência que temos para este debate é o texto “Questões teóricas sobre a agricultura camponesa” (Oliveira, 1991, 45-9) em que apresenta três grupos de autores e suas visões sobre o desenvolvimento da agricultura. O primeiro entende que o campesinato seria destruído pela diferenciação produzida pela integração ao mercado capitalista ou pela modernização do latifúndio que levaria as relações não capitalista à extinção. O segundo grupo compreende que a destruição das relações culturais e comunitárias - provocada pelo individualismo gerado pela economia de mercado – levaria a proletarianização. O terceiro acredita que o campesinato é criado e recriado pelo capitalismo. Oliveira, 1999, p. 63, afirma que discutir a Geografia agrária e as transformações territoriais no campo brasileiro abre perspectivas para discussões profundas sobre o rumo que o Brasil está trilhando...” e que discutir este tema “é função básica da produção acadêmica. Discernir entre o político, o ideológico, e o teórico é igualmente tarefa da reflexão intelectual”. É isto que me proponho neste texto, discernir para conhecer melhor os sentidos, sem desconhecer suas relações intrínsecas.



A primeira vez que manifestamos nosso entendimento sobre o debate paradigmático na forma de texto foi em Carvalho, 2005, p. 23-5, onde apresentamos as primeiras ideias de paradigmas. As teses recentes de Felício, 2011, Campos 2012 e Camacho, 2013 são contribuições fundamentais para o avanço desta iniciativa inaugurada há uma década, com o objetivo de analisarmos melhor os pensamentos, as políticas e os territórios que são produzidos pelas ações de diferentes instituições no desenvolvimento da agricultura. O debate paradigmático explicita a disputa de paradigmas que se utilizam do embate das ideias, dos campos de disputas, por meio de relações de poder, para defender e ou impor diferentes intenções que determinam seus modelos interpretativos. Os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. Por intermédio do recurso paradigmático, os cientistas interpretam as realidades e procuram explicá-las. Para tanto, eles selecionam um conjunto de constituintes como, por exemplo: elementos, componentes, variáveis, recursos, indicadores, dados, informações etc., de acordo com suas perspectivas e suas histórias, definindo politicamente os resultados que querem demonstrar. Evidente que sempre respeitando a coerência e o rigor teórico-metodológico.

Nas leituras sobre o desenvolvimento e as transformações da agricultura, nos detemos nos problemas e soluções criadas pelas relações sociais na produção de diferentes espaços e territórios. Estas leituras paradigmáticas têm influências na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura, definindo a aplicação de recursos em determinadas regiões, territórios, setores, culturas, instituições etc. Por essa razão, conhecer o movimento paradigmático que vai da construção da interpretação à execução da política é fundamental. Tomamos como



ponto de partida dois paradigmas para representar as posturas das diversas instituições, como os governos em diferentes escalas: federal, estadual e municipal, as corporações do agronegócio nacional e multinacional e dos vários movimentos camponeses.

O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade (Fernandes, 2008c). O paradigma da questão agrária está disposto em duas tendências: a proletarista que tem como ênfase as relações capital trabalho e a camponista que tem como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital. Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Nessa lógica, campesinato e capital compõem um mesmo espaço político fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma. (Abramovay, 1992). Este paradigma possui duas vertentes, a tendência da agricultura familiar que acredita na integração ao capital e a vertente do agronegócio que vê a agricultura familiar como residual. Em síntese, para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato.

Esses paradigmas têm contribuído para a elaboração de distintas leituras sobre o campo brasileiro realizadas pelas universidades, pelos governos, pelas



empresas e organizações do agronegócio e pelos movimentos camponeses. Na atualidade, as organizações mais influentes do agronegócio são: a Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Entre as organizações camponesas estão a Via Campesina, formada pelo MST, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Movimento das Mulheres Camponesas e Comissão Pastoral da Terra - CPT; a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF. O governo federal possui dois ministérios que tratam das políticas de desenvolvimento para o campo: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Entre as universidades mais influentes, destacamos: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Universidade de São Paulo - USP, Universidade Estadual Paulista – UNESP e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Nas figuras a seguir apresentamos essas ideias com logos das instituições, inclusive dos partidos políticos, como forma de ilustrar o debate e a disputa.



A análise do debate paradigmático também contribui para uma postura crítica em relação às atitudes dos governos. A partir das políticas de governos, por meio de seus documentos, pode-se ler suas tendências políticas e formular proposições para muda-las. O paradigma do capitalismo agrário é hegemônico hoje, embora pode-se encontrar algumas políticas públicas oriundas do paradigma da questão agrária. Em alguns eventos, tenho sido questionado sobre por que dois paradigmas? Respondo que nos parâmetros de minhas análises ainda não encontrei referências suficientes que possibilitassem pensar um terceiro paradigma. Todavia, recentemente na América Latina tem surgido novo debate sobre “vivir bien” e “buen vivir”. Vários estudiosos estão apresentando suas primeiras análises e perguntando se não estaria nascendo um novo paradigma não capitalista e contra hegemônico, como são os trabalhos organizados em Farah e Vasapollo, 2011 e Hidalgo e Fernandez, 2012. Estas questões estão colocadas e estudos futuros com certeza contribuirão para se conhecer como acontecerá a superação da hegemonia.

Estrangeirização - *land grabbing* – *acaparamiento*

“O sertão é do tamanho do mundo”

Guimarães Rosa

Este é o tema mais recente de minhas pesquisas. A razão pela qual decidi pesquisa-lo é porque o considero um elemento da questão agrária novas características. A estrangeirização da terra é um fenômeno recente compreendido por mega - investimentos de países ricos e emergentes, que tem atingido países emergentes e pobres, por meio de aquisição ou aluguel de grandes extensões de terras para produção agrícola. A palavra estrangeirização traz o significado da



invasão de estrangeiros no controle do território. Em espanhol, a palavra acaparamiento tem o sentido de monopólio e em inglês, a palavra Land Grabbing tem o sentido de grilagem de terras. Invasão, monopólio, grilagem são significados fortes que representam uma relação de dominação com a exploração e a expropriação entre países, governos, empresas e comunidades. Este processo representa também criação de infraestruturas, como estradas, portos, transferências de tecnologias para produção, promovendo o desenvolvimento do agronegócio e surgimento de novos mercados.

Está se formando uma nova geopolítica da questão agrária (Fernandes, 2011b) em que políticas neoliberais criaram novos elementos e utilizam antigos elementos da questão agrária. A territorialização de transnacionais do agronegócio de países ricos para outros países não é processo recente. Burbach e Flynn, 1980, Mazoyer e Roudart, 2001 e Chonchol, 1994, analisaram este processo desde a economia colonial até o século passado. Para esclarecer, o que estou denominando de geopolítica da questão agrária é o controle de grandes áreas agrícolas por uma ou mais corporações transnacionais, que fazem parte de uma ação global em que vários países com escassez de terras e ou com excedente de capital praticam a acumulação por despossessão (Harvey, 2011, p. 46), exportando a questão agrária dos países do hemisfério norte para os países do hemisfério sul. Esta combinação de velhos e novos elementos se expressa pelo avanço do capitalismo rentista em escala mundial (Oliveira, 2010a) em meio a uma conjuntura contraditória de “supersafras” e crises alimentares. Outro novo elemento é a mudança na matriz energética que tornaram-se temas de políticas governamentais com envolvimento direto de governos em investimentos territoriais na aquisição e arrendamento de terras em outros países para produção de agrocombustíveis



(Fernandes, Welch e Gonçalves, 2010). Estes processos acontecem através da exclusão e expropriação de comunidades camponesas e indígenas de suas terras. A estrangeirização se utiliza do modelo de produção em grande escala para exportação, predominando a mecanização no processo produtivo (Rubio, 2009).

São poucos os estudiosos que têm analisado esta questão no Brasil. Os primeiros trabalhos são de Fernandes, 2011b; Sauer e Leite, 2012 e Oliveira, 2010a, que escreveu algumas críticas ao meu artigo, publicado no Caderno Conflitos no Campo – Brasil em 2011. A primeira é que meu artigo “parece repousar sob uma teoria do imperialismo que não tem mais capacidade de explicar a economia mundial no Século XXI” (Oliveira, 2010a, p. 67). A segunda é que eu não fiz uma discussão sobre uma discussão sobre o uso da noção/conceito de estrangeirização em geral e na geografia. A terceira é que eu não teria tratado metodologicamente minha afirmação sobre o arrendamento de apenas 2.2% das terras em Madagascar pelo Daewoo da Coreia do Sul. Na quarta crítica, meu mestre afirma que eu estou querendo fazer crer que só há uma estrangeirização das terras, mas o que está ocorrendo é uma mundialização monopolista da produção agropecuária do mundo (Oliveira, 2010a, p. 68). A quinta crítica é que citei dados do Banco Mundial, por fonte secundária, sem sustenta-los com dados estatísticos. A sexta é que aderi à tese do ex-presidente do Incra, da Grain, um organização não governamental sediada em Barcelona, que tem organizado um dos mais importantes banco de dados sobre estrangeirização da terra no mundo, e da mídia, alardeando um processo de estrangeirização que até o momento é de 0,5% do território brasileiro. A sétima crítica é que abandonei o tema da reforma agrária em meus estudos.

Meu mestre foi cruel comigo em algumas questões e em outras, talvez não tenha acompanhado mais de perto as minhas pesquisas. Quanto à primeira



crítica, eu compreendo que o conceito de imperialismo continua com seu poder explicativo e o livro *Novo Imperialismo* (Harvey, 2004) e o *Enigma do Capital* (Harvey, 2011), tem demonstrado que os países com excedentes de capital procuram cada vez mais regiões mundiais com escassez de capital para investimentos. E para fazer circular este capital com maior agilidade foi preciso conectar os governos com as corporações e criar agências multilaterais como a Organização Mundial do Comércio para agilizar a circulação. Estas sempre foram características do imperialismo que somadas ao poderio militar colonizaram e dominam vários países. Todavia, hoje esse processo ocorre pelos mercado e circulação da produção, o que fez surgir uma nova geopolítica, que Amin, 2012, tem chamado no imperialismo contemporâneo, da mesma forma que Moyo, Yeros e Jha, 2011, tem destacado em seus estudos ao pesquisar a corrida imperialista para a África para uso dos seu recurso terra. Sua segunda crítica sugeria um detalhamento conceitual que o tamanho do texto não permitia, pois enquanto ele publicou um artigo de 110 páginas na *Revista Agrária* no ano de 2011, mas com data de 2010, eu tinha somente 6 páginas para o meu artigo. Ariovaldo sabe que este é o espaço para escrever artigos para o *Caderno de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra*, o que torna impossível fazer uma discussão sobre a estrangeirização da terra na geografia e em geral.

A respeito da terceira crítica, o que discuti de fato é o processo de subalternidade de Madagascar com relação a uma corporação sul-coreana, tanto que o presidente de Madagascar foi derrubado por causa do arrendamento. Nem neste caso e nem no caso do Brasil, ao apresentar números, eu estava preocupado somente com a extensão das terras dominadas por transnacionais, mas sim com a questão agrária desses países. Com relação à quarta crítica, eu não separei o



processo de controle da terra do processo de monopolização da produção, como sempre demonstrei em meus trabalhos. Sobre a quinta crítica, não vi fundamento, pois ao citar os dados do relatório do Banco Mundial, informei números se mantiveram. A discussão que Oliveira faz é que a Grain crítica o relatório por não trazer nada de novo, daquilo que ela já conhecia. A sexta crítica está relacionada ao percentual e ao processo, sempre lembrei que ambos têm suas importâncias em nossas análises e não podem ser desconsiderados. A estrangeirização de terras é um processo crescente e isso não pode ser negado. A última crítica não procede, porque nunca deixei de estudar a reforma agrária, o que vem acontecendo é uma divergência de compreensão do processo entre eu e meu ex-orientador como demonstrarei na próxima parte deste capítulo.

A pesquisa sobre estrangeirização da terra é extremamente difícil porque neste caso a questão agrária extrapola as fronteiras nacionais. Em dois anos de pesquisa em vários estados, não foi possível fazer uma entrevista com empresas que compraram e arrendaram terras no Brasil. O currículo Lattes, neste caso é uma arma contra o pesquisador, pois alguns dos possíveis entrevistados me informaram que observando meu Lattes, perceberam que meus temas de pesquisa não condizem com suas atividades. E isto não aconteceu somente comigo, até mesmo um colega pesquisador da Universidade da Califórnia, trocou de tema de pesquisa por ser impedido de ter acesso às informações. Por essa razão, decidi mudar meus estudos para Moçambique, onde o Brasil é um dos principais especuladores no processo de estrangeirização da terra naquele país. Estamos procurando uma relação entre a grilagem de terras no passado e no presente. Antigamente, a grilagem se utilizava da falsificação de documentos para controlar grandes áreas para a produção de commodities, expropriando camponeses e indígenas.



Atualmente, a grilagem não necessariamente precisa se utilizar deste artifício, mas continua a se apropriar de grandes extensões de terras e expropriação das populações nativas. A marca da grilagem não se limita à falsificação, mas deve ser compreendida pela apropriação e expropriação territorial, que produz o modelo hegemônico do agronegócio. Isto está acontecendo no Brasil e em outros países da América Latina, África e Ásia. O Brasil sofre e promove a grilagem internacional com o recente interesse em adquirir terras agrícolas em Moçambique. Ele também expõe o paradoxo da postura do governo brasileiro em relação à prática de grilagem de terras. Durante a tentativa de restringir a aquisição de terras agrícolas por estrangeiros, em um contexto doméstico, em nome da proteção da “soberania nacional” e “segurança alimentar”, o governo brasileiro está promovendo simultaneamente a grilagem de terras, através do agronegócio em Moçambique como um meio para atingir sua segurança alimentar e, portanto, a soberania nacional (Clements e Fernandes, 2012).

Até o momento, produzimos dois artigos: Fernandes, 2011 e Clements e Fernandes, 2012. Também incorporamos este tema na REDE DATALUTA e pretendemos acompanhar o processo no Brasil para compreender melhor este novo elemento da questão agrária.

Luta pela terra e reforma agrária

“Sertão é dentro da gente”
Guimarães Rosa

A luta pela terra e pela reforma agrária são inseparáveis. Na história do Brasil, a segunda nunca existiu sem a primeira. Este é tema que mais tenho me



dedicado junto com os estudos sobre o MST, de longe o movimento camponês que mais luta pela reforma agrária. Desde 1998, tenho trabalhado no DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra, onde temos sistematizado dados sobre ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais, manifestações e estrangeirização da terra, para a publicação anual do relatório DATALUTA Brasil. Este trabalho tem nos permitido acompanhar a parte da conjuntura da questão agrária ano a ano, possibilitando uma visão mas detalhada deste processo histórico. Desde meu doutorado até esta tese de livre-docência escrevi dezenas de artigos sobre o tema da reforma agrária, como exponho alguns a seguir:

Fernandes, Bernardo Mançano. **A reforma agrária que Lula fez e a que pode ser feita**. In: Sader, Emir (org). *10 anos de governos pó-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial: Flacso Brasil, 2013, p. 191-206.

Fernandes, Bernardo Mançano. Reforma Agraria e Educação do Campo no governo Lula. **Campo território**. , v.7, p.1 - 21, 2012e.

Fernandes, Bernardo Mançano. Réforme agraire et Mouvement des sans-terre sous les gouvernement Lula In: **Le Brésil de Lula: un bilan contrasté** ed.Louvain : Syllepse, 2010b, p. 105-122.

Fernandes, Bernardo Mançano. Reconceitualizando a reforma agrária. **Boletim Dataluta**. , p.2 - 5, 2010c.

Fernandes, Bernardo Mançano. Reforma Agrária In: **Diccionario del Pensamiento Alternativo** ed.Buenos Aire: Biblos, 2008i.

Fernandes, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Observatorio Social de América Latina**. , v.24, p.73 - 85, 2008j.

Fernandes, Bernardo Mançano. Espacialização da Luta pela Terra In: **Dicionário da Terra** ed.Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2005f, p. 197-198.

Fernandes, Bernardo Mançano. La reforme agraire: l'espoir. In: **Pour comprendre le Brésil de Lula**. Paris : L'Harmattan, 2004d, v.1, p. 143-150.



Fernandes, Bernardo Mançano. The occupation as a form of access to land In: **XXIII International Congress of The Latin American Studies Association, 2001**, Washington. XXIII International Congress of The Latin American Studies Association, 2001d.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro** In: XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2002, Petrolina - PE. Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2002b. v.1. p.61 – 71

Fernandes, Bernardo Mançano. Brésil: quelle réforme agraire?. **Les Cahiers D'Outre - Mer.** , v.1, p.393 - 400, 2001e.

Fernandes, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Cultura Vozes.** , v.93, p. 10-21, 1999b.

Fernandes, Bernardo Mançano. Ocupações de terra e políticas de assentamentos rurais. **Lutas Sociais** (PUCSP). , v.1, p.125 - 136, 1999c.

Fernandes, Bernardo Mançano. Welch, Cliff. Brazil's Experience with Agrarian Reform, 1995-2006: Challenges for Agrarian Geography. **Human Geography.** , v.1, p.59 - 69, 2008b.

Girardi, Eduardo Paulon. Fernandes, Bernardo Mançano. Luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária** (São Paulo. Online). , v.8, p.73 - 98, 2008.

Neste tempo, mudei a minha concepção de reforma agrária e a demarquei em Fernandes, 2010c, 2012e e 2013. O conceito clássico de reforma agrária está baseado predominantemente no componente desapropriação da terra. Esta foi a referência que usei em meus primeiros estudos até 2008. Todavia, através dos estudos sobre os dados do DATALUTA, e dos trabalhos de campo por este Brasil a fora, passei a compreender que o conceito clássico não contribui para explicar a realidade brasileira, onde a reforma agrária que está se realizando predominantemente pela regularização fundiária. Eu considero que 8.951



assentamentos com 1.045.069 famílias em 83.366.844 hectares é reforma agrária. A partir desta realidade, passei a considerar a regularização fundiária como componente do conceito. Até o momento, nem o Partido dos Trabalhadores e os movimentos camponeses conseguiram constituir uma correlação de forças para mudar esta tendência. E não há no cenário, outra forças políticas que poderiam fazê-la. Portanto, não há forças políticas que imponham uma reforma agrária predominantemente desapropriatória. Mas a luta pela terra através das ocupações de terra, foram essenciais para a realização de uma reforma agrária conservadora que tem como componente principal a regularização fundiária.

No Fórum Social Mundial de 2003, em Porto Alegre, Lula falou: “Eu continuo com o meu sonho de fazer a reforma agrária neste país” (Zero Hora, 2013, p. 8). Depois de duas gestões, o sonho de Lula foi parcialmente realizado e a reforma agrária permanece como desafio para o Brasil. A não superação deste desafio no governo Lula está associado ao fato de não ter enfrentado duas questões estruturais: a manutenção do campesinato em estado permanente de subalternidade ao capitalismo, através da renda capitalizada da terra e insuficiência das políticas de desenvolvimento para a agricultura camponesa. Nesta condição de sujeição e escassez, é difícil implantar uma política de reforma agrária que destrua o território do capitalismo, que são as propriedades capitalistas, mesmo que não cumpram com sua “função social”, como consta no Artigo 184 da Constituição. Mas para implantar a reforma agrária é preciso muito mais que a desconcentração fundiária, é imprescindível eliminar a hegemonia do agronegócio sobre as políticas de desenvolvimento da agropecuária e reconhecer a importância das diferentes relações de produção, como a familiar, a associativa e a cooperativa.



O agronegócio tem se apropriado das terras dos latifúndios e do campesinato para se territorializar. Através da produção de commodities, nos últimos duzentos anos, o capitalismo uniu diversos setores de produção e produziu um império global que domina a produção agroindustrial, o mercado e as tecnologias. (Ploeg, 2008; Mazoyer, Roudart 2010). O agronegócio agora compreendido pelas corporações nacionais e transnacionais é o império que com o apoio dos governos se apropriam de terras em diversos países da América Latina, África e Ásia, através de processo recente denominado de estrangeirização da terra ou land grabbing ou acaparamiento. O impacto do agronegócio nas agriculturas camponesas do mundo é devastador, colocando em questão se agricultura capitalista e agricultura camponesa formam parte de um mesmo modelo de desenvolvimento ou se são modelos distintos que vivem em permanente conflitualidade. Optar pela ideologia do agronegócio de que é o único modelo possível mata a reforma agrária.

Para fazer a reforma agrária, é preciso enfrentar os capitalistas/ruralistas que formam a base aliada. O governo Lula enfrentou, em parte, e por isso mesmo a maior fatia das terras destinadas para a reforma agrária em seu governo não tem origem na desapropriação, mas sim na regularização fundiária de terras da União. E a reforma agrária parcial do governo Lula aconteceu predominantemente sob pressão das organizações camponesas, como o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A subordinação da agricultura camponesa ao capitalismo é resultado de políticas de desenvolvimento que determinam esta condição. Mudanças políticas podem romper com os níveis desta dependência, pois são os governos, na correlação de forças que os apoiam, que definem estas políticas. A submissão do camponês ao capital é tanto um problema de economia



política quanto de política econômica, mas esta condição é resultado de decisão política. Este fato é o cerne da questão agrária.

E é exatamente o debate sobre a questão agrária que gera os parâmetros para uma política de reforma agrária. Os governos neoliberais retiraram a questão agrária da pauta política e o governo Lula, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tratou-a com excessiva timidez, o que impediu que realizasse uma reforma agrária plena e criasse mais políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Nos governos neoliberais, principalmente na segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso, o campesinato foi desqualificado como sendo um sujeito atrasado, que não consegue se desenvolver e que sua única alternativa é se transformar num agricultor familiar “integrado” ao capital, considerado como moderno. O campesinato é um agricultor familiar por natureza, mas a intensa diferenciação econômica entre os pequenos agricultores foi usada como causa do problema, criando-se a ideia de que existe um campesinato atrasado e um agricultor familiar moderno. Este preconceito foi gerado pelo paradigma do capitalismo agrário ao transferir o motivo da diferenciação, que está nas relações de subordinação, para os próprios sujeitos que sofrem com a diferenciação. Esta ideologia está sendo superada pelas organizações camponesas ao afirmarem que as diferenças são criadas pelos distintos níveis de subalternidade ao capital e não pela oposição camponês-agricultor familiar.

Desde a perspectiva capitalista, a reforma agrária é vista como uma política para pobres, como ajuda humanitária para os sem-terra, que através de um pedaço de terra, devem se capitalizar para se integrarem ao capitalismo e se tornarem moderno. Este modo de pensar procura convencer a sociedade que o agronegócio é o modelo moderno de desenvolvimento e o campesinato é uma forma



residual, cuja sobrevivência está em questão. Este entendimento está associado à compreensão de que todos devem se unificar nas relações capitalistas, por estas serem a única via possível. Esta visão linear, além de extremamente limitada, é uma falácia. Evidente que nem todos os camponeses criados pelas políticas de reforma agrária conseguirão se integrar ao capitalismo. Alguns camponeses deverão ser transformados em capitalistas, outra parte seguirá como camponeses/agricultores familiares médios ou pobres e a maior parte será expropriada, desterritorializada. Este é o movimento desigual que faz parte da lógica das relações capitalistas. Nenhuma corrente teórica ou paradigma discorda desse processo. A história do capitalismo agrário é prova cabal desta realidade.

A reforma agrária contribui para a correção dessa injustiça do capitalismo que destrói o campesinato, tornando a maioria esmagadora pobre e miserável, por se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho, concentrando terra e poder. Portanto, o desafio é realizar uma política que abale as estruturas do poder hegemônico. O governo Lula teve suas duas gestões marcadas por um modelo de desenvolvimento articulado com políticas de distribuição de renda, como o Bolsa Família. Mas perdeu uma enorme oportunidade de distribuir terra, ampliando ainda mais a participação do campesinato no desenvolvimento da agricultura brasileira. A parcialidade da reforma agrária do governo Lula está relacionada com o não tratamento da questão agrária de forma mais arrojada.

O governo Lula aconteceu numa conjuntura dominada pela hegemonia unipolar dos Estados Unidos da América, quando as políticas neoliberais já se encontram em refluxo. A caída do campo socialista na década anterior foi acompanhada pelo fracasso do neoliberalismo, que permitiu ao governo Lula um programa de governo, que Sader, 2003, denominou de pós-neoliberal. O governo



Lula “optou por uma programa de saída do neoliberalismo baseado na aliança do capital produtivo contra o especulativo” (Sader, 2003, p. 185) que, entre outros, tinha como objetivos “o incentivo à pequena e média empresa, ao mercado interno de consumo popular, à expansão da produção alimentícia, pelo apoio à reforma agrária, para poder avançar no plano social...” (Sader, 2003, p187). Embora o governo Lula tenha praticado diversas políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa, estas não foram suficientes para diminuir os níveis de subalternidade do campesinato ao agronegócio e tampouco para realizar uma reforma agrária plena.

As razões desta parcialidade encontram-se na difícil e contraditória convivência da hegemonia do capital financeiro com políticas sociais redistributivistas estabelecidas no governo Lula (Sader, 2009). Esta condição permitiu somente que as políticas sociais fossem guiadas pelos critérios da assistência social, como o Bolsa Família. A reforma agrária não é uma política social redistributivista, porque a propriedade fundiária no Brasil sempre esteve concentrada e tampouco é uma política de assistência social. A reforma agrária é uma política de desenvolvimento territorial. Conforme Sader, argumenta: “O resultado desta política é um híbrido, de difícil caracterização. Nas próprias palavras de Lula, no momento de sua reeleição: “Nunca os ricos ganharam tanto, nunca os pobres melhoraram tanto o seu nível de vida”. Qualquer análise unilateral conduz a sérios equívocos, a tal ponto que é mais fácil dizer o que não é o governo Lula, do que aquilo que ele efetivamente é” (Sader, 2009, p.84-5). Para a população camponesa esta melhoria não foi suficiente para causar mudança na condição de subalternidade. Mesmo com esses resultados, o governo Lula não perdeu o apoio majoritário das organizações camponesas que decidiram pressionar o governo para colocar a palavra desenvolvimento territorial na ideia de políticas sociais. Como interpreta Sader,



2009, p. 88, “Considerar o governo Lula a partir de suas contradições internas permite, ao contrário, distinguir seus elementos positivos e lutar pelo seu fortalecimento e contra seus elementos conservadores”

No início do governo Lula esteve em questão o modelo de reforma agrária que deveria ser adotado. A proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentada em 2003 pela equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, considerava todas as formas de obtenção de terras: desapropriação, regularização, permuta, compra e venda e tinha como meta assentar um milhão de famílias nos anos nos anos 2004-2007. Uma proposta desta amplitude com determinação

“de realizar uma reforma agrária “ampla” coloca a necessidade de combinar adequadamente a magnitude das ações da desconcentração da propriedade fundiária com as ações dirigidas a assegurar a qualidade dos assentamentos, medida pelos recursos técnicos e financeiros postos à disposição das famílias assentadas, a fim de que possam explorar economicamente a terra e auferir renda suficiente para viver com dignidade. Em outras palavras, a distribuição de terras precisa atingir magnitude suficiente para provocar modificações na estrutura agrária do país. Caso contrário, os mecanismos regressivos dessa estrutura continuarão a operar, gerando pobreza, desigualdade e exclusão no meio rural” (Sampaio, 2005, p. 126)

A Proposta apresentava a disponibilidade de 120 milhões de hectares de terras suscetíveis para a reforma agrária, segundo as estatísticas cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA) (Sampaio, 2005, p. 143-158). Embora para assentar um milhão de famílias fossem necessários apenas 35 milhões de hectares. Considerando que em média a agricultura capitalista controla 70% das propriedades agropecuárias, que representam 300 milhões de hectares , o montante de 35 milhões representava menos de 12% do território



capitalista. Não era de fato uma proposta que abalasse tanto as estruturas do poder hegemônico. Mesmo assim, a Proposta não foi aceita pelo governo Lula.

A proposta adotada foi o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA): Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural, elaborada pela equipe do ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Miguel Soldatelli Rosseto. O II PNRA apresentava como meta assentar 400 mil famílias, financiar a aquisição de terras para 130 mil famílias e regularizar as terras de 500 mil famílias, no período de 2003-2006 (MDA, s.d). No total, um milhão e trinta mil famílias teriam suas terras, por meio da desapropriação da propriedade capitalista, da compra ou da regularização fundiária. Apesar de tímido, o II PNRA tentara seguir as metas da Proposta elaborada pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio, mas indicava que não enfrentaria o problema da concentração fundiária e da subalternidade do campesinato, pois priorizava a regularização e a “integração” do campesinato no capitalismo. Tanto o plano governamental quanto a Proposta utilizaram como referências de demandantes de reforma agrária as famílias acampadas, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Censo Agropecuário, o Censo Demográfico e o Sistema Nacional de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA/INCRA). As estimativas de ambos eram em torno de cinco milhões de famílias, indicando que uma política de reforma agrária não seria realizada somente por um governo.

A reforma agrária de Lula, em seus dois mandatos, resultou em torno de 37% da meta do II PNRA para o primeiro mandato, como apresentado no quadro 1. A regularização fundiária respondeu por 74% da área dos assentamentos, a desapropriação representou 11%, o restante ficou com outras modalidades de obtenção de terras como compra e reconhecimento etc. (Ver Prancha 1). Embora o



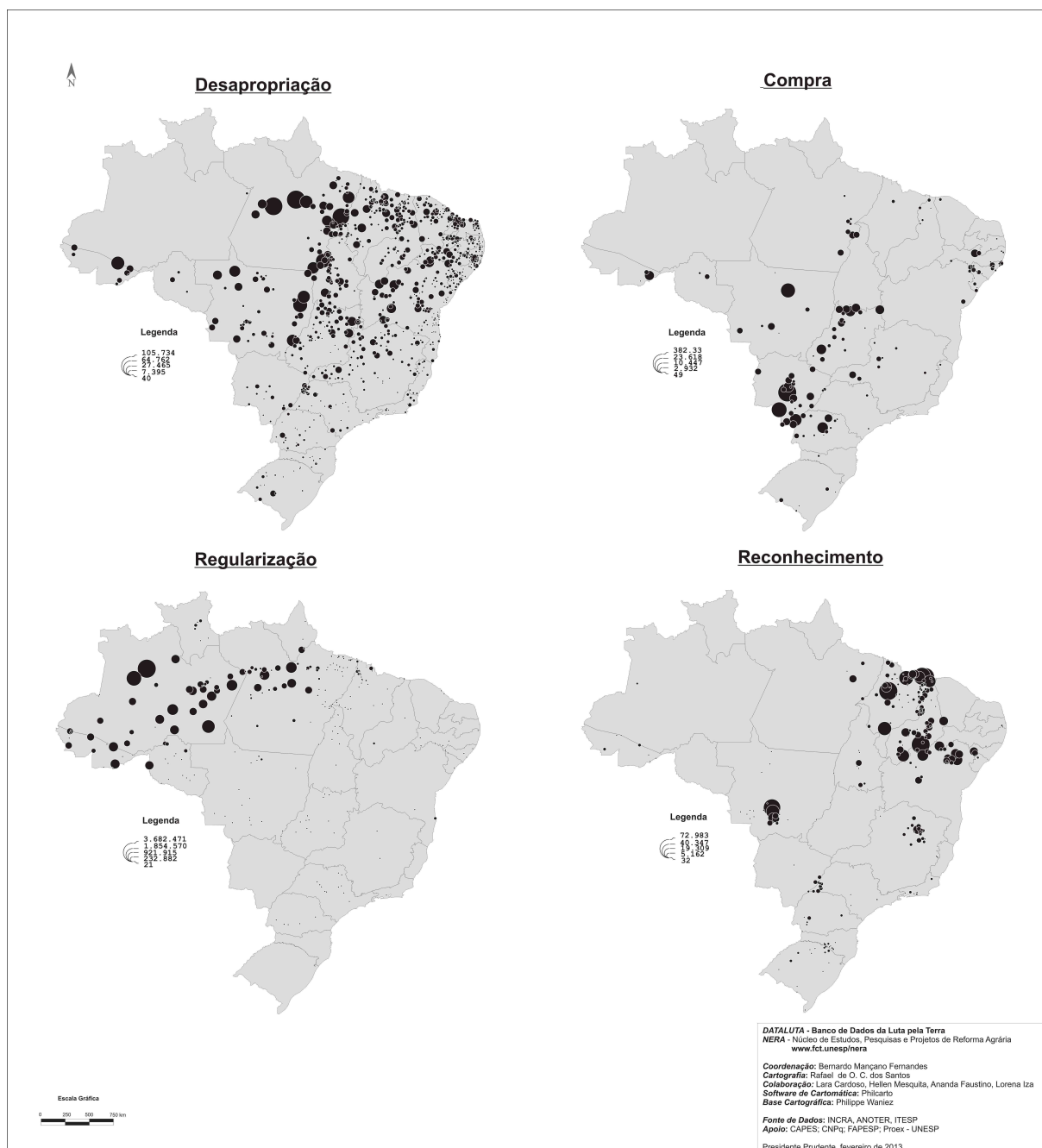
governo Lula não tenha atingido a meta, este resultado parcial não pode ser desconsiderado. O acesso à terra para mais de 377 mil famílias é muito significativo para o desenvolvimento do Brasil, que somados às famílias assentadas em governos anteriores chegam a um milhão. Este número representa uma parcela importante da formação da população camponesa brasileira, que contribuiu para diminuir a intensidade da queda da população rural.

QUADRO 1 - BRASIL - NÚMEROS DE ASSENTAMENTOS, FAMÍLIAS E ÁREA - 2003-2010

Assentamentos	Famílias	Área (ha)
3602	377.847	49.599.859

FONTE: RELATÓRIO DATALUTA BRASIL 2012.

Mas, o segundo governo Lula, a reforma agrária perdeu força e os números caíram pela metade (quadros 2 e 3). Algumas das razões para explicar essa queda estão situadas nas políticas de redistribuição de renda, na diminuição do desemprego com a retomada do crescimento que reativou o mercado interno, ampliando o consumo de massas. Neste período, as ocupações de terras despencaram de 110 mil famílias em 2004 para pouco menos de 17 mil famílias em 2010 (DATALUTA, 2012).

Prancha 1 – Modalidades de obtenção de terra (ha)³

³ Para melhor compreensão da proporcionalidade das áreas de cada modalidade de obtenção, atente aos círculos proporcionais e seus números nas legendas de cada mapa.



QUADRO 2 - BRASIL - NÚMEROS DE ASSENTAMENTOS, FAMÍLIAS E ÁREA - 2003-2006

Assentamentos	Famílias	Área (ha)
2386	270.090	32.648.119

FONTE: RELATÓRIO DATALUTA BRASIL 2012.

QUADRO 3 - BRASIL - NÚMEROS DE ASSENTAMENTOS, FAMÍLIAS E ÁREA - 2007-2010

Assentamentos	Famílias	Área (ha)
1216	107.757	16.951.740

FONTE: RELATÓRIO DATALUTA BRASIL 2012.

Uma análise apressada pode concluir que o aquecimento da economia diminuiu o número de pessoas interessadas em trabalhar como agricultoras. Na verdade, a melhoria da renda com o Bolsa Família chegou a grande parte da população urbana e rural. Nos assentamentos este benefício chegou a 37% das famílias. A baixa renda das famílias assentadas que com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, no Brasil a renda média mensal de uma família assentada era de R\$ 500,55, sendo Rondônia o estado com menor renda = R\$ 176,54 e São Paulo com a maior renda = R\$ 1.266,36. (Ferreira, et al, 2012, p.11-15). Os agricultores não se mantêm com uma renda tão baixa e evidente que não atrairá novos agricultores. Agricultor com renda baixa e recebendo ajuda do governo não é uma condição que promova a reforma agrária. Diferente do trabalhador urbano, que recebe um salário, o camponês trabalha com sua família na sua terra e dela tem que tirar seu sustento. Portanto, não são somente ajudas governamentais que podem melhorar sua renda, mas principalmente políticas públicas de crédito, educação, criação de tecnologias apropriadas à pequena escala, à agroecologia etc. Mas, a questão estrutural da baixa renda dos agricultores assentados está associada a subalternidade ao mercado capitalista. Somente um governo que compreender esta



condição, poderá construir políticas de desenvolvimento para os agricultores familiares.

Há várias políticas públicas em desenvolvimento, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que melhorou significativamente o nível educacional da população assentada; o Programa de Aquisição de Alimentos, criado em 2003, tem sido uma das mais importantes fontes de renda para os assentados. Todavia, estas políticas ainda não foram suficientes para mudar o quadro de pobreza nos assentamentos e no campo, como veremos na próxima parte deste artigo. Ainda a lógica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem contribuído muito com o endividamento das famílias assentadas, sendo um dos programas que precisam ser reformulados, como afirma Ferreira, et al, 2012, p.31). A reforma agrária parcial e a situação de precariedade das famílias assentadas foi denominada de não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula (Oliveira, 2010). Entendemos que o governo Lula deu um importante contribuição para a reforma agrária, mesmo que incipiente, considerando os dados do II PNRA. Qualificar e ampliar as políticas públicas e criar novas são necessárias para uma reforma agrária ampla. Para isso, é necessário optar por um paradigma que considere a importância de uma agricultura camponesa autônoma.

As disputas políticas são paradigmáticas. O conceito de paradigma é uma referência para analisarmos melhor os pensamentos, as políticas e os territórios que são produzidos pelas ações de diferentes instituições no desenvolvimento da agricultura e em especial da reforma agrária. Paradigmas são visões de mundo, construções mentais, que se utilizam das batalhas das ideias nos campos de disputas, por meio de relações de poder, configurando-se como territórios imateriais



(Fernandes, Welch, Gonçalves, 2012), para defender e ou impor diferentes intenções que determinam seus modelos interpretativos. Os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. Por intermédio deste recurso teórico político, cientistas interpretam as realidades, procuram explicá-las e convencer outros a aplicar estes pensamentos. Para tanto, eles selecionam um conjunto de referências constituintes como, por exemplo: elementos, componentes, variáveis, recursos, indicadores, dados, informações etc., de acordo com suas perspectivas e suas histórias, definindo politicamente os resultados que querem demonstrar.

Nas leituras sobre da reforma agrária no contexto do desenvolvimento e transformações da agricultura, nos detemos nos problemas e soluções criadas pelas relações sociais na produção de diferentes espaços e territórios. Estas leituras paradigmáticas têm influências na elaboração de políticas públicas, definindo a aplicação de recursos em determinadas regiões, territórios, setores, culturas, instituições etc. Por essa razão, conhecer o movimento paradigmático que vai da construção da interpretação à execução da política é fundamental. Tomamos como ponto de partida dois paradigmas para representar as posturas das diversas instituições, como os governos em diferentes escalas: federal, estadual e municipal, as corporações do agronegócio nacional e multinacional e dos vários movimentos camponeses.

O desenvolvimento do campo brasileiro não pode seguir sob a hegemonia do agronegócio. A relação entre as agriculturas capitalista e camponesa sempre foi conflituosa, na disputa por terra, trabalho e renda. Esta conflitualidade é parte de um disputa por modelos de desenvolvimento, que muitas vezes tem



promovido uma verdadeira judicialização da luta pela terra. O Poder Judiciário e o agronegócio tornaram-se os principais inimigos da reforma agrária. As ocupações de terras são a melhor representação desta disputa por modelos. Os defensores do capitalismo agrário defendem a criação de um mercado de terras para suprimir o ato político da desapropriação, tentando resolver o problema pelo mercado capitalista que é onde acontece o processo de capitalização da renda camponesa. Uma demonstração deste processo encontra-se na parte seguinte.

A política de reforma agrária jamais poderá estar associada ao agronegócio. Nos últimos trinta anos o agronegócio manteve a concentração da terra e tornou-se um império que hegemoniza as políticas agropecuárias em todos os países do mundo intensificando a estrangeirização da terra. O Brasil é um país continental, sendo o quinto do mundo em extensão e com grande potencial agropecuário, possui desigualdades tão grandes quanto seu território. Essas desigualdades são formadas pela hegemonia do modelo do agronegócio no desenvolvimento da agricultura, que controla os territórios de duas formas: pelo monopólio do território camponês pelo agronegócio, como destaca Oliveira, 1991, ou territorialidade do capital em território camponês onde as técnicas e as tecnologias de produção agropecuária são determinadas pelo agronegócio, que evidentemente, capitaliza a renda produzida pelas famílias camponesas. Esta relação capital – campesinato produz um paradoxo em que a produção agropecuária camponesa aparece nos resultados econômicos do agronegócio e a maior parte da riqueza produzida é desviada para as corporações que industrializam e comercializam os produtos camponeses. Estes processos intensificam as desigualdades comandadas pelo reprodução ampliada do capital, que centraliza territórios e tecnologias, portanto, intensifica a concentração de riquezas. Estes processos geram a



modernidade e a barbárie com a espoliação territorial, onde as pessoas são excluídas de todas as formas de autonomia e são subjugadas ao modelo de desenvolvimento hegemônico (Oliveira, 2004). Para alguns, o êxodo rural e a concentração territorial - tecnológica e, portanto, a concentração de riqueza é parte de um processo “natural” da modernização da agricultura no contexto do capitalismo agrário. Para outros, é parte da questão agrária, cujos problemas podem ser minimizados através de políticas públicas e de enfrentamento com o agronegócio na luta contra o capital. Estas duas posturas representam os dois paradigmas que produzem as políticas de desenvolvimento para agricultura discutidos neste artigo.

O Brasil possui 8.514.876,599 km² e possui extremas desigualdades territoriais que mantém uma das estruturas fundiárias mais concentradas da mundo, representada pelo índice de Gini de 0.854, sendo que a maior parte das terras estão sob o domínio de grandes corporações nacionais e multinacionais. Estas empresas controlam as políticas de desenvolvimento da agricultura, ficando com a maior parte dos recursos do crédito agrícola, monopolizando os mercados em todas as escalas e dirigindo a produção de tecnologias destinadas à qualificação da produção agropecuária. Produzindo predominantemente commodities, o agronegócio no Brasil também constitui-se em um poder hegemônico que determina o planejamento da agricultura e subalterniza os camponeses responsáveis pela maior parte produção dos alimentos destinados à economia doméstica.

O Brasil é um dos mais importantes países agrícolas do mundo e sua extensão equivale a 851.487.659 hectares. Deste total, 330 milhões de hectares foram utilizados pela agropecuária, no período 1996/2006, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE. Esta área agricultável chegou a 375 milhões de hectares no período 1975/1985, o que significa que o Brasil tem utilizado entre 39 a



44% de seu território para a produção agropecuária, representando uma das maiores áreas agricultáveis do mundo. A persistente desigualdade territorial rural fica ainda mais evidente, quando comparamos a agricultura camponesa com o agronegócio. O Censo registrou 5.175.489 estabelecimentos, sendo que 84.4% (4.367.902) são unidades familiares e 15.6% (805.587) são capitalistas. A área total das unidades familiares era de 80.250.453 hectares e a área total dos estabelecimentos capitalistas era de 249.690.940 hectares. Embora o agronegócio ou agricultura capitalista tenha utilizado 76% da área agricultável, o valor bruto anual da produção do foi 62% ou 89 bilhões de reais, enquanto o valor bruto anual da produção da agricultura camponesa foi de 38% ou 54 bilhões de reais, utilizando apenas 24% da área total, de acordo com os dados do Censo de 2006.

Para uma ênfase maior, mesmo utilizando apenas 24% da área agrícola, a agricultura camponesa reúne 74% do pessoal ocupado ou 12.322.225 pessoas, sendo que o agronegócio emprega em torno de 26% ou 4.245.319 pessoas. Esta desigualdade fica mais evidente quando observamos que a relação pessoa – hectare nos territórios do agronegócio é de apenas duas pessoas em cada cem hectares, enquanto nos territórios camponeses a relação é de quinze pessoas para cada cem hectares. Esta diferença ajuda a compreender que a maior parte das pessoas que trabalham na agricultura camponesa vive no campo e que a maior parte das pessoas que trabalham no agronegócio vive na cidade. Igualmente esta diferença revela as distintas formas de uso dos territórios, enquanto para o campesinato, a terra é lugar de produção e moradia, para o agronegócio, a terra é somente lugar de produção. Estas são características importantes para conceber o campesinato e o agronegócio como diferentes modelos de desenvolvimento territorial.



Esta desigualdade fica ainda mais acirrada quando analisamos detalhadamente a participação dos estabelecimentos no valor da produção total. Conforme a análise de Alves e Rocha, 2010, somente 8.19% ou apenas 423.689 dos 5.175.489 estabelecimentos geraram 84.89% do valor da produção total. Para destacar mais esta brutal desigualdade, isto também significa que 91.81% ou 4.751.800 estabelecimentos respondem por tão somente 15.11% deste valor. Estes dados demonstram que a concentração territorial explicita a concentração de riquezas e do controle do capital. A situação fica ainda pior, quando se observa que em 3.775.826 estabelecimentos, vivem aproximadamente 11.3 milhões de pessoas que conseguem ficar com a ridícula soma de 4.03% da riqueza produzida e que as famílias de 2.014.567 estabelecimentos tem receita anual de até meio salário mínimo. A maioria dos estabelecimentos que fica com a menor parte da riqueza é da agricultura familiar.

Os contrastes do Brasil são ainda mais fortes quando observamos que estes agricultores que ficam com a menor parte da riqueza produzida na agropecuária são responsáveis por 70% do feijão, 87% da mandioca, 38% do café, 46% do milho e 34% do arroz. Na pecuária, garantiram 59% dos suínos, 50% das aves, 30% da carne bovina e 58% do leite. A desigualdade também está presente nos tipos de produção. Por exemplo: 1.57% dos estabelecimentos produtores de milho respondem por 68.31% da produção e 26.7% do leite vem de 80.41% dos estabelecimentos produtores, ou seja 19.59% produz 73.3% do leite. A concentração é uma marca forte no campo brasileiro. Este fato tem produzido diferentes posturas a respeito do desenvolvimento da agropecuária. Algumas defendem a eliminação dos produtores que produzem menos, outras defendem políticas que ampliem a participação dos agricultores na produção e na riqueza produzida, inclusive com



políticas de acesso à terra para aumentar o número de agricultores, como por exemplo a reforma agrária e crédito fundiário.

O Brasil agrário é por demais injusto porque 74% dos agricultores recebem somente 15% do crédito agrícola, possuem apenas 24% da área agricultável, mas produzem 38% do valor bruto. É pouca terra e muita gente que recebe pouco crédito e divide o resto da riqueza produzida, ou seja a parte que o capital permitiu que ficasse com o campesinato. Do outro lado, o agronegócio fica com 85% do crédito agrícola, controla 76% da área agricultável, produz 62% do valor bruto e emprega cerca de 26% das pessoas. É muita terra e pouca gente para ficar com a maior parte dos recursos empregados na agropecuária e com a riqueza produzida e que fica também com parte da riqueza produzida pelo campesinato, através da renda capitalizada da terra, pois é o agronegócio que comercializa a maior parte da produção camponesa. Este paradoxo é melhor compreendido pela desigualdade existente entre a classe camponesa em que 2 milhões de famílias, embora contribua com a produção de 38% do valor bruto, têm uma renda mensal em torno de 15 dólares e são obrigados a viverem de ajuda governamental, como o Bolsa Família.

A divisão regional explicita as diferenças constituídas pelas políticas governamentais e pelas políticas privadas por meio dos projetos das corporações nacionais e transnacionais. Outras instituições também participam da produção dos espaços regionais, mas em menor escala e com poderes limitados. É o caso dos sindicatos de trabalhadores e das organizações camponesas. Na maior parte das vezes, essas instituições não elaboram projetos de desenvolvimento, mas se submetem aos projetos apresentados pelo Estado e pelo capital. Esta postura subalterna dos trabalhadores e dos camponeses frente a postura ofensiva do capital



que por meio das políticas de governos se manifesta, determinando predominantemente a lógica do ordenamento territorial. Esta diferença de posturas geram conflitos constantes entre as classes e nos permite compreender melhor as singularidades dos diferentes modelos de desenvolvimento. Podemos visualizar com mais detalhes as diferenças regionais ao analisarmos os elementos da questão agrária de cada região brasileira. São muitas as variáveis que podem ser escolhidas para se configurar a questão agrária de uma região, da mesma forma que cada região possui variáveis que são mais intensas que em outras. Por esta razão, além das variáveis singulares de cada região, escolhemos as principais commodities, a estrutura fundiária, os conflitos e algumas culturas da agricultura camponesa. Estas são uma referência para conhecer as questões agrárias regionais.

O governo Dilma poderá tomar a decisão de enfrentar os problemas estruturais da questão agrária e investir no desenvolvimento da agricultura camponesa com a continuação da reforma agrária. Para isso, é fundamental que o governo defina sua posição político - paradigmática no sentido de trabalhar com dois modelos de desenvolvimento, criando as políticas e tecnologias necessárias

Se um século de história for suficiente para nos convencer que o capitalismo não será o único modelo de desenvolvimento da agropecuária, que o campesinato não foi destruído pelas relações capitalistas e que continua sendo fundamental para a produção de alimentos, fibras e agroenergia, então a reforma agrária tem sentido. Mas o cenário futuro não é tão promissor. Se os governos não enfrentarem a questão agrária e continuarem se baseando no capitalismo agrário, a conflitualidade tende a se multiplicar. A Amazônia tem sido uma área de escape para os conflitos, especialmente com a regularização fundiária, como demonstramos nos mapas. Todavia, a fronteira agrícola está se fechando e as terras da União não



serão suficientes para fazer a reforma agrária. A desconcentração fundiária acontece principalmente pela desapropriação.

A reforma agrária continua sendo um tema atual. As mudanças agrárias dos últimos cinquenta anos e os trinta anos da experiência brasileira de reforma agrária ofereceram diversos parâmetros para analisarmos a política de reforma agrária do governo Lula, as demandas dos movimentos camponeses no Brasil e pensar a reforma agrária para o futuro. A reforma agrária que pode ser feita para minimizar a subalternidade do campesinato, melhorar a renda e a qualidade de vida, desenvolver o mercado local e ampliar a produção de alimentos saudáveis. Esta é uma forma de fortalecer a agricultura brasileira, diversificando modelos e oferecendo a outros países uma referência de democratização do campo.



Bibliografia

Abramovay, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.

Amin, Samir. Contemporary Imperialism and the Agrarian Question. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, p. 1-11, 2012

Anderson, Perry. **A batalha das ideias na construção de alternativas**. Sl. Sd. biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/hegemo/pt/Anderson.rtf acessado em 30/05/2013.

Antunes, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Arendt, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Edusp, 1981.

Bello, Walden. **Globalization, development, and democracy: a reflection on the global food crisis**. CASID Keynote Lecture. Vancouver: 2008.

Bernstein, Henry. **Dinâmicas de classe e mudança agrária**. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

Burbach, Roger and Flynn, Patricia. **Agribusiness in the Americas**. New York: Monthly Review Press, 1980.

Burbach, Roger and Flynn, Patricia. **Agroindústria nas Américas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Bruno, Regina. **Movimento sou agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio**. Anpocs, s.d.

Caldart, Roseli Salete. Pereira, Isabel Brasil Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio. (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: São Paulo : Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

Camacho, Rodrigo Simão. **Paradigmas em Disputas na Educação do Campo**. Relatório de Qualificação de Doutorado, 2013. Programa de Pós – Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

Campos Silvia Kanadani. Navarro Zander (org.) **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013



Campos, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo.** Presidente Prudente. Tese (Geografia) 2012. Programa de Pós – Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

Campos, Janaina Francisca de Souza. Fernandes, Bernardo Mançano. O conceito de paradigma na Geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da geografia agrária. **Campo - Território.** , v.6, p.21 - 52, 2011.

Carvalho, Horácio Martins. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 2005.

Chevitaese, André Leonardo. **O Campesinato na História.** Rio de Janeiro. Relume Dumará, FAPERJ, 2002.

Chonchol. Jacques. **Sistemas Agrarios en América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora.** Fondo de Cultura Económica: Santiago, 1994.

Clements, Elisabeth Alice. Fernandes, Bernardo Mançano. Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique In: **Second International Academic Conference on Global Land Grabbing**, 2012, Ithaca.

Davis, John, H. Goldberg, Ray, A. **A concept of agribusiness.** Boston: Harvard University Press, 1957.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil - 2011.** Presidente Prudente: REDE DATALUTA, 2012.

Delaney, David. **Territory: a short introduction.** Pondicherry: Blackwell, 2005.

Deleuze, Gilles. Guattari, Felix. **O que é filosofia.** São Paulo: Editora 34, 1992.

Di Giovanni, Geraldo. Nogueira, Marco Aurélio (orgs.). **Dicionário de políticas públicas.** São Paulo: FUNDAP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013.

Duby, Georges. **Guerreros y campesinos: desarrollo inicial de la economía europea (500-1200).** Madri: Siglo Veinteuno Editores, 1999.

Elden, Stuart. Land, terrain, territory. **Progress in Human Geography**, 2010. Vol. 34(6) p. 799–817



Engels, Friederich. O problema camponês na França e na Alemanha. In: **A Questão Agrária**. Silva, José Graziano. e Stolcke, Vera (Orgs.). São Paulo: Brasiliense. 1981. p. 59-80.

FAO, FIDA y PMA. 2012. **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2012. El crecimiento económico es necesario pero no suficiente para acelerar la reducción del hambre y la malnutrición**. Roma, FAO, 2013.

Farah, Ivonne. Vasapollo, Luciano. **Vivir bien: paradigma no capitalista?** La Paz: CIDES-UMSA, 2011.

Felício, Munir Jorge. Fernandes, Bernardo Mançano. **A conflitualidade dos projetos de desenvolvimento rural a partir dos conceitos camponês/agricultor familiar** In: III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária e Jornada Orlando Valverde, 2007, Londrina. CD ROM do evento. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

Felício, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Tese (Geografia) 2011. Programa de Pós – Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

Felicio, Munir Jorge. Fernandes, Bernardo Mançano. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agraria e do capitalismo agrário**. Trabalho apresentado na X Reunión del Grupo de Trabajo Desarrollo Rural “Contribución a la actualización del conocimiento sobre el desarrollo rural en Latinoamérica y Caribe”, 21 a 26 de junio de 2010. Universidad Autónoma Metropolitana, no prelo.

Fernandes, Bernardo Mançano. A reforma agrária que Lula fez e a que pode ser feita In: Sader, Emir (org). **10 anos de governos pó-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial: Flacso Brasil, 2013, p. 191-206.

Fernandes, Bernardo Mançano. Território camponês. In: Caldart, Roseli Salette. Pereira, Isabel Brasil Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio. (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: São Paulo : Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012a, v.1, p. 744-748.

Fernandes, Bernardo Mançano. Disputas territoriais entre movimentos camponeses e agronegócio In: Ayerbe, Fernando (org.). **Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012b, v.1, p. 203-230.



Fernandes, Bernardo Mançano. MST In: Caldart, Roseli Salete. Pereira, Isabel Brasil Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. 1 ed. Rio de Janeiro: São Paulo : Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012c, v.1, p. 496-500.

Fernandes, Bernardo Mançano. Via Campesina In: Caldart, Roseli Salete. Pereira, Isabel Brasil Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. 1 ed. Rio de Janeiro: São Paulo : Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012d, v.1, p. 765-768.

Fernandes, Bernardo Mançano. Reforma Agrária e Educação do Campo no governo Lula. **Campo território**. , v.7, p.1 - 21, 2012e.

Fernandes, Bernardo Mançano. Assentamentos como territórios In: Lourenção, Mirian (org.). **Assentamentos rurais e cidadania**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011a, p. 177-186.

Fernandes, Bernardo Mançano. Geopolítica da questão agrária mundial. In **Cadernos Conflitos no Campo – Brasil**. São Paulo: Comissão Pastoral da Terra, 2011b.

Fernandes, Bernardo Mançano. **La expansión del agronegocio y la expropiación del campesinado** In: Universidad en Movimiento. Montevideo: Nordan Comunidad, 2011c, v.1, p. 57-63.

Bernardo Mançano Fernandes. **Campesinos e procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas**. Conferencia magistral del VIII congreso de la Asociación Mexicana de Estudios Rurales (AMER) “Campesinos y procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas”, realizado em Puebla, México, 2011 e publicado em Boletim DATALUTA. , v.44, p.1 - 12, 2011d.

Fernandes, Bernardo Mançano. Acerca de la tipología de los territorios In: **Defensa comunitaria del territorio en la zona central de México: enfoques teóricos y análisis de experiencias**. Coyoacan: Juan Pablos, 2010a, v.1, p. 57-76.

Fernandes, Bernardo Mançano. Réforme agraire et Mouvement des sans-terre sous les gouvernement Lula In: **Le Brésil de Lula: un bilan contrasté ed.** Louvain : Syllepse, 2010b, p. 105-122.

Fernandes, Bernardo Mançano. Reconceitualizando a reforma agrária. **Boletim Dataluta**. , p.2 - 5, 2010c.



Fernandes, Bernardo Maçano. Agrarian issues in the Brazilian governments Cardoso and Lula: challenges for agrarian geography In: Espadinha, Maria Antonia (org.) **Law and Social Sciences**. Macau: University of Macau, 2009a, p. 273-290.

Fernandes, Bernardo Maçano. **Cuestión agrária** In: Latinoamericana - Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe. Madrid : Akal, 2009b, v.1, p. 52-58.

Fernandes, Bernardo Maçano. Territorio, teoría y política In: Ferro Medina, Juan Guillermo; Lozano Velásquez, Fabio (orgs.) **Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009c, p. 35-66.

Fernandes, Bernardo Maçano. Sobre a Tipologia de Territórios In: Sposito, Eliseu. Saquet, Marco (org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009d.

Fernandes, Bernardo Maçano. **Agronegocio** In: Latinoamericana - Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe ed. Madrid : Akal, 2009e, v.1, p. 60-62.

Fernandes, Bernardo Maçano. The MST and Agrarian Reform in Brazil. **Socialism and Democracy**. , v.23, p.90 - 99, 2009f.

Fernandes, Bernardo Maçano (org). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo : Expressão Popular, 2008a

Fernandes, Bernardo Maçano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (org.). Editora da Unicamp, 2008b.

Fernandes, Bernardo Maçano. **Los dos campos de la cuestión agraria: campesinado e agrogenocidio**. Asunción: Revista Acción, p.36 - 39, 2008c.

Fernandes, Bernardo Maçano. Entrando nos territórios do Território In: Paulino, Eliane Tomiasi. Fabrini, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008d, p. 273-302.

Fernandes, Bernardo Maçano. Agronegocio y campesinado: dos sistemas en conflicto In: Giarraca, Norma (org.). **El trabajo por venir**. Buenos Aires: Antropofagia, 2008e, v.1, p. 72-76.

Fernandes, Bernardo Maçano. **Educação do Campo e território camponês no Brasil** In: Campo, políticas públicas e educação. Brasília: INCRA/MDA, 2008f, v.7, p. 39-66.



Fernandes, Bernardo Mançano. **Teoria e política agrária: subsídios para pensar a Educação do Campo** In: Por uma Educação do Campo. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2008g, v.6, p. 155-178.

Fernandes, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses In: Oliveira, Márcio Piñon. Coelho, Maria Célia Nunes. Corrêa, Aureanice de Mello. **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas** (II) ed.Rio de Janeiro : Lamparina, 2008h, p. 385-404.

Fernandes, Bernardo Mançano. Reforma Agrária In: **Diccionario del Pensamiento Alternativo** ed.Buenos Aire: Biblos, 2008i.

Fernandes, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Observatorio Social de América Latina**. , v.24, p.73 - 85, 2008j.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio**. Reforma Agrária, v.34, p.77 - 94, 2007.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Compreendendo a conflitualidade entre o agronegócio e os movimentos camponeses no Brasil** - Latin American Studies Association - LASA, Puerto Rico: 2006a.

Fernandes, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In **A pesquisa em Educação do Campo**. Brasília: Pronera, 2006b.

Fernandes, Bernardo Mançano. Chiapas In: **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**.1 ed.São Paulo : Boitempo, 2006c, v.1, p. 275-275.

Fernandes, Bernardo Mançano. Para una lectura geográfica de los Movimientos sociales. **Noticias del Programa Social Agrario**. Buenos Aires, Programa Agrário, p.6 - 7, 2006d.

Fernandes, Bernardo Mançano. O MST e a luta pela terra: 1979-2005. **Observatório Social de América Latina**, v.4, p.281 - 310, 2006e.

Fernandes, Bernardo Mançano. Território. **Brasil em números**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005a, p.35 - 45.

Fernandes, Bernardo Mançano. **La creación de una base de datos de conflictos del campo guatemalteco**. Hacia donde vamos: conflitividad agraria e laboral. , v.1, p.21 - 24, 2005b.



Fernandes, Bernardo Mançano. **Desenvolvimento territorial: conflitualidade e sustentabilidade** In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005c.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Impactos Socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: uma contribuição crítica à publicação A Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária Brasileira** In: Assentamentos em Debate. Brasília: NEAD, 2005d, v.8, p. 113-132.

Fernandes, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**. V.16, p.273 - 284, 2005e.

Fernandes, Bernardo Mançano. Espacialização da Luta pela Terra In: **Dicionário da Terra** ed.Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2005f, p. 197-198.

Fernandes, Bernardo Mançano. **O nome novo é agribusiness**. Reportagem. São Paulo, p.45 - 47, 2004a.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Agronegócio e Reforma Agrária** In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado - RS. Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2004b.

Fernandes, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra - construção conceitual In: **XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2004, Gramado - RS. Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. , 2004c.

Fernandes, Bernardo Mançano. La reforme agraire: l'espoir. In: **Pour comprendre l'ê Brésil de Lula**. Paris : L'Harmattan, 2004d, v.1, p. 143-150.

Fernandes, Bernardo Mançano. The massacre of human dignity. **America Latina en Movimiento**. , v.26, 2003.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Agricultura familiar e agricultura camponesa** In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, João Pessoa. CD do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002a.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro** In: XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2002, Petrolina - PE. Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2002b. v.1. p.61 – 71.

Fernandes, Bernardo Mançano. Os Sem Terra do Brasil: geografia de um movimento socioterritorial. **Biblio 3w** (Barcelona). , v.7, p.x - xi, 2002c



Fernandes, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo : Cortez Editora, 2001a.

Fernandes, Bernardo Mançano. O MST mudando a questão Agrária In: D'Incao, Maria Angela (org). **O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização**. São Paulo: Editora Cortez, 2001b, p. 237-246.

Fernandes, Bernardo Mançano. **A questão agrária no limiar do século XXI**. Espaço e Geografia, v.04, p.07 - 24, 2001c.

Fernandes, Bernardo Mançano. The occupation as a form of access to land In: **XXIII International Congress of The Latin American Studies Association, 2001**, washington. XXIII International Congress of The Latin American Studies Association, 2001d.

Fernandes, Bernardo Mançano. Brésil: quelle réforme agraire?. **Les Cahiers D'Outre - Mer.** , v.1, p.393 - 400, 2001e.

Fernandes, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis : Editora Vozes, 2000a.

Fernandes, Bernardo Mançano. O MST no contexto da formação camponesa no Brasil In: Strozake. Juvelino José (org). **A questão agrária e a justiça**. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000b, p. 13-83.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra Livre, v.15, p.59 - 85, 2000c.

Fernandes, Bernardo Mançano. A questão agrária e sua nova configuração socioeconômica, política e territorial In: Egler, Cláudio; Miranda, Mariana; Castro, Iná Elias de (orgs) **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999a, p. 223-232.

Fernandes, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Cultura Vozes.** , v.93, p. 10-21, 1999b.

Fernandes, Bernardo Mançano. Ocupações de terra e políticas de assentamentos rurais. **Lutas Sociais** (PUCSP). , v.1, p.125 - 136, 1999c.

Fernandes, Bernardo Mançano. **O todo e a parte e a parte e o todo: a interação espaço-sujeito**. Revista de Geografia (São Paulo), v.10, p.31 - 38, 1991.

Fernandes, Bernardo Mançano. Leal, Gleison. Fagundes, Diana. Meneguette, Arlete. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra; ocupações e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema In: **Dinâmicas familiar,**



produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas/Araraquara : Unicamp/Uniarara, 2003, v.01, p. 79-105.

Fernandes, Bernardo Mançano. Martin, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais** (PUCSP). V.12, 2004.

Fernandes, Bernardo Mançano. Molina, Monica. O campo da Educação do Campo In: **Por uma Educação do Campo**. Brasília : NEAD, 2004, v.5, p. 53-89.

Fernandes, Bernardo Mançano. Ramalho, Cristiane Barbosa. **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema - SP**. Estudos Avançados. , v.43, p.239 - 254, 2001.

Fernandes, Bernardo Mançano. Welch. Cliff. Gonçalves, Elienai Constantino. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma : International Land Coalition., 2012, v.1. p.62.

Fernandes, Bernardo Mançano; Welch, Clifford Andrew and Gonçalves, Elienai Constantino. Agrofuel policies in Brazil: paradigmatic and territorial disputes. **Journal of Peasant Studies** (Londres), v.37, n. 4, p.793-819, 2010.

Fernandes, Bernardo Mançano; Welch, Clifford Andrew. Campesinato e Agronegócio da laranja nos EUA e Brasil In: Fernandes, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a, p. 45-70.

Fernandes, Bernardo Mançano. Welch, Cliff. Brazil’s Experience with Agrarian Reform, 1995-2006: Challenges for Agrarian Geography. **Human Geography**. , v.1, p.59 - 69, 2008b.

Fernandes, Bernardo Mançano. Welch. Cliff. **Modelos de desenvolvimento em conflito: agronegócio e Via Campesina** In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado. Tradição e Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: ENFA/UFRGS, 2004.

Ferreira, Brancolina et al. A importância do crédito para o desenvolvimento social e produtivo dos assentados. IPEA, **Nota Técnica número 11**. Brasília, 2012.

Fleck, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

Franco, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.



Furtanto, Marivania Leonor Souza. **Aquilombamento no Maranhão: um rio grande de (im)possibilidades.** (2012) Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente.

Girardi, Eduardo Paulon. Fernandes, Bernardo Mançano. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro In: **Lutas camponesas contemporâneas: a diversidade das formas das lutas no campo.** São Paulo : Editora da UNESP, 2009, v.2, p. 339-366.

Girardi, Eduardo Paulon. Fernandes, Bernardo Mançano. Luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária** (São Paulo. Online). , v.8, p.73 - 98, 2008.

Girardi, Eduardo Paulon. Fernandes Bernardo Mançano. **Campesinato, agronegócio e latifúndio: territórios da questão agrária e a fronteira agropecuária brasileira** In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, Rio de Janeiro: 2006.

Gottmann, Jean. **The significance of territory.** Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.

Graziano da Silva, José. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

Graziano da Silva, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Instituto de Economia, 1996.

Haesbaert, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Harvey, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

Harvey, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

Hidalgo Flor, Francisco. Fernandez, Alvaro Marquez. **Contrahegemonia y buen vivir.** Quito: Universidad Central del Ecuador y Universidad del Zulia – Venezuela, 2012.

Japiassu, Hilton. **Introdução ao Pensamento epistemológico.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

Kearney, Michael. **Reconceptualizing the peasantry.** Colorado: Westview Press, 1996.



- Kuhn, Thomas. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978
- Lamarche, Hugues (org.) **A Agricultura Familiar: do mito a realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- Lamarche, Hugues (org.) **A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- Martins, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- Martins, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- Lefebvre, Henri. **The production of space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.
- Marx, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.
- Marx, Karl. Engels, Friederich. **Ideologia alemã**. São Paulo: Livraria Editora Ciência Humanas, 1982.
- Mazzali, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- Mendras, Henri. **La fin des paysans**, Paris, SEDEIS, 1967; rédition, Arles, Actes Sud, coll. « Babel », 1992.
- Mills, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- Miranda, Evaristo Eduardo. **A seca e o Bolsa Família**. O Estado de S. Paulo, 30 de março de 2013, página A2.
- Mazoyer, Marcel. Roudart, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Piaget, 2001.
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Um novo mundo rural**. Brasília: MDA, 2010.
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília: MDA, s.d.
- Moyo, Sam. Yeros, Paris. Jha, Praveen. Imperialism and primitive accumulation: Notes on the New Scramble for Africa. Agrarian South: **Journal of Political Economy**. V 1, n 2, p. 181–203, 2011.



- Oliveira, Ariovaldo Umbelino. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Agrária**, São Paulo, No. 12, pp. 3-113, 2010a.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010b.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino. **Agrocombustíveis e produção de alimentos**. Folha de S. Paulo, 17 de abril de 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1704200809.htm>. Acessado em 17 de abril de 2008.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. Terra Livre, v.21, p. 115-156, 2003.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes do campo brasileiro. In Carlos, Ana Fani Alessandri (org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1991.
- Paulino, Eliane Tomiasi; Almeida, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: A Questão Camponesa no Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- Pedon, Nelson. **Geografia e Movimentos Sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo, Editora da Unesp, 2013.
- Pinazza, Luiz Antonio. Araújo, Ney Bittencourt. **Agricultura na virada do século XX: visão do agribusiness**. São Paulo: Editora Globo/ABAG, 1993.
- Ploeg, Jan DouveVan Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- Pollan, Michael. **O dilema do onívoro**. São Paulo: Editora Intrínseca, 2007.
- Raffestin, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- Rosset, Peter M. Martínez-Torres, Maria Elena. Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. **Ecology and Society** 17(3): 17. 2012.



- Rubio, Blanca. **Explotados y excluidos: los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal**. El Quinde (Quito) 2009.
- Sack, Robert David. **Human Territoriality - Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986
- Sader, Eder. **A vingança da história**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.
- Sader, Eder. **A nova toupeira**. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.
- Sampaio, Plinio de Arruda. Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária. In **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, número 1. Volume 32. São Paulo: ABRA, 2005.
- Santos, José Vicente Tavares. Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização. In **Violências no tempo da globalização**. SANTOS, José Vicente Tavares (org.) São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- Santos, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- Santos, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- Santos, Milton. **Testamento Intelectual**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- Saquet, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popula, 2007.
- Shanin, Teodor. **Defining Peasants**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- Sauer Sergio. Leite, Sergio. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil, **Journal of Peasant Studies**, 39(3-4), 873-898, 2012.
- Schneider, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- Schejtman, Alexander. Berdegué Julio. **Desarrollo Territorial Rural**. Santiago: RIMISP, 2003.
- Silva, Anderson Antonio. Fernandes Bernardo Mançano. Por que a luta pela terra no Pontal do Paranapanema interessa ao turismo In: **O turismo rural e as territorialidades na perspectiva do campo e da cidade**. Campo Grande : Editora UFMS, 2012, v.1, p. 155-172.
- Silva, Anderson Antonio. Fernandes Bernardo Mançano. Valenciano, Renata. **Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas no Pontal do Paranapanema**. São Paulo : INCRA, 2006, v.1. p.374.



Souza, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

Souza, Marcelo Lopes de. **A Prisão e a Ágora. Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Souza, Marcelo José Lopes. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In **Geografia: conceitos e temas**. Castro, Iná Elias. Gomes, Paulo Cesar Costa. Corrêa, Roberto Lobato (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Souza Júnior, Xisto Serafim de Santana. (2008). **A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço urbano de João Pessoa – PB**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente.

Thomaz, Júnior, Antonio. **O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI**. In *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

Vázquez, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Buenos Aires : São Paulo : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; Editora Expressão Popular, 2007.

Zero Hora. Lula no Fórum: denúncias arranham promessas. Porto Alegre, 13 de janeiro de 2013, p. 8. Caderno de p.8.





PARTE 2
ARTIGOS SELECIONADOS





1. A QUESTÃO AGRÁRIA NO LIMIAR DO SÉCULO XXI¹

Bernardo Mançano Fernandes²

Introdução

Neste final de século, o debate a respeito da questão agrária contém antigos e novos elementos que têm como referências: as formas de resistência dos trabalhadores na luta pela terra e a implantação de assentamentos rurais simultaneamente a intensificação da concentração fundiária. No centro desse debate, desdobra-se uma disputa política por diferentes projetos de desenvolvimento do campo.

Desde a década de setenta o campo brasileiro passa por profundas transformações, resultantes da implantação do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária pelos governos militares e pelas ações dos principais protagonistas da luta contra esse modelo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

No começo da derrocada da ditadura militar, os sem-terra recolocaram a reforma agrária na pauta política. No primeiro governo da Nova República foi criado o Plano Nacional de Reforma Agrária, que não se concretizou. A maior parte dos assentamentos implantados durante esse governo foi resultado das ocupações. Ainda nesse período, os trabalhadores conquistaram o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procera. Nos governos Collor e Itamar, as políticas criadas para tratar da questão agrária mantiveram a repressão aos sem-terra. Também nesse tempo, os trabalhadores conquistaram alguns assentamentos, criaram o Sistema Cooperativista dos Assentados, além de diversos outros setores de atividades do Movimento, dimensionando a luta pela

¹ Trabalho apresentado no 15º Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Goiânia, de 2 a 5 de dezembro de 2000, organizado pelo Curso de Geografia do Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás.

² Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp – campus de Presidente Prudente. Coordenador do NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. bmf@prudente.unesp.br



terra e constituindo um projeto de desenvolvimento para o campo. Políticas de repressão sempre foram adotadas para impedir o avanço dessa luta. A militarização da questão agrária tem sido uma cerca à luta dos trabalhadores. Na década de noventa emergiu uma nova cerca: a judicialização da luta pela terra, representada pela intensificação da criminalização das ocupações e na contínua impunidade dos mandantes e assassinos dos trabalhadores.

As ocupações massivas são um elemento novo que contribui para o avanço da luta pela terra. Somente na década de noventa, mais de quatrocentas mil famílias ocuparam latifúndios³. Essas lutas foram desenvolvidas por meio dos processos de espacialização e territorialização dos movimentos sociais no campo. Embora alguns pesquisadores denominem essa política de assentamentos rurais como uma política de reforma agrária, a existência da imensa maioria dos assentamentos é resultado da luta pela terra. Assim, pela inexistência da reforma agrária, as ocupações têm sido a principal forma de acesso à terra.

Todavia, há diferenças substanciais entre as políticas dos governos anteriores e a do atual governo. Os três primeiros governos da Nova República apenas fortaleceram o modelo de desenvolvimento econômico para a agropecuária, atendendo aos interesses e privilégios da agricultura capitalista, não criando nenhum projeto de desenvolvimento rural. Na verdade, o discurso político que predominou nesse período foi que a reforma agrária seria apenas uma política social, de modo que a territorialização da luta pela terra foi determinante na conquista de políticas de desenvolvimento para o campo, principalmente para os assentamentos.

O atual governo vem tentando implantar que denominou de “Novo Mundo Rural”. Nesse programa, o governo reconhece a importância dos pequenos agricultores para o desenvolvimento do campo e cria um conjunto de políticas para tratar da questão agrária. Todavia essas políticas têm o capital e o mercado como principais referências, de modo que procura destituir de sentido as formas históricas de luta dos trabalhadores. A luta pela terra que tem como princípio o enfrentamento ao capital, defronta-se com esse programa, através do qual

³ Ver a respeito os Cadernos Conflitos no Campo, publicados pela Comissão Pastoral da Terra. A CPT desenvolve o mais amplo levantamento das diferentes formas da resistência dos trabalhadores rurais e dos diversos tipos de violências sofridas pelos camponeses na luta pela terra.



pretende-se convencer os pequenos agricultores e os sem-terra a aceitarem uma política em que a integração ao capital seria a melhor forma de amenizar os efeitos da questão agrária.

Esse programa contém a “nova reforma agrária”, que além da desapropriação de terras, inclui a compra de terra, procurando incutir essa referência no conceito de reforma agrária, descaracterizando-a. Por não ter interesse político de enfrentamento com os ruralistas, tampouco em desmontar os esquemas fraudulentos de indenizações milionárias, o governo vem abandonando a sua competência determinada pela Constituição, em fazer a reforma agrária. Assim, optou por enfrentar os trabalhadores. Através desse programa, com a implantação de um conjunto de medidas para desmobilizar e enfraquecer os trabalhadores organizados, tenta redirecionar a questão agrária e impedir que a luta pela terra continue crescendo.

Desde a sua primeira gestão, o governo Fernando Henrique Cardoso tem criado diversas políticas com o objetivo de impedir o avanço da luta pela terra. Para tentar diminuir o crescimento das ocupações de terra, foi criado o Banco da Terra: uma política de compra e venda de terras. Igualmente, por meio de medidas provisórias, iniciou uma série de políticas, como por exemplo: não realizar vistorias em terras ocupadas, não assentar as famílias que participarem de ocupações, excluir os assentados que apoiarem outros sem-terra na ocupação de terra, tentando, dessa forma, impedir o processo de territorialização da luta pela terra. Criou a “*reforma agrária pelo correio*”, também na tentativa de desmobilizar os movimentos sociais. Com relação à política de crédito, os trabalhadores viram o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procera ser substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – Pronaf. Essa mudança não representa somente uma perda econômica para os trabalhadores, mas também uma derrota política na implantação de um projeto de resistência da luta pela terra. Essas políticas foram criadas em resposta às ações dos trabalhadores sem-terra, mas também são resultados de um novo paradigma da questão agrária, denominada de *agricultura familiar*, que tem como principal referência o papel central do Estado como gestor de projetos para a *integração* dos camponeses ao mercado.



Nesse contexto, desde meados da década de noventa, a luta pela terra e a implantação de assentamentos têm sido elementos importantes para analisar as transformações que vem ocorrendo no campo. Sem a realização da reforma agrária, as ocupações, os assentamentos e a concentração fundiária crescem. Para contribuir com os estudos e o debate, propomos uma reflexão teórica sobre a questão agrária e uma análise da realidade da luta pela terra, principalmente no campo do embate entre governo Fernando Henrique Cardoso e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

1 – Reflexões para o estudo da questão agrária

A questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo. Assim, a produção teórica constantemente sofre modificações por causa das novas referências, formadas a partir das transformações da realidade.

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política.

A questão agrária é um elemento estrutural do capitalismo. Portanto, o conjunto de problemas é constante, pode-se amenizá-los, diminuir suas escalas, mas não é possível solucioná-los totalmente. Políticas públicas são medidas possíveis para amenizar a intensidade dos problemas. Essas medidas de controle político podem diminuir a violência das desigualdades. Outras possibilidades são



as formas de lutas dos trabalhadores, por meio da pressão política: as ocupações de terra, as marchas, ocupações de prédios públicos, as greves etc. Essas são ações que modificam a conjuntura, mas não impedem o processo de intensificação das desigualdades, geradoras da miséria e da fome. A persistência do movimento e a inovação dos problemas são próprias da lógica da questão.

Pelo fato da questão agrária ser um conjunto de problemas inerentes ao capitalismo, para serem amenizados é necessário que se realize simultaneamente medidas de caráter político e socioeconômico. Efetuá-las é a questão da questão agrária, porque somente as lutas pela terra e pela reforma agrária não são suficientes para amenizar os problemas. Assim como, apenas, as políticas governamentais também não são eficientes. A questão não é só a distribuição da terra, mas também construir novas relações de poder com a participação dos trabalhadores na efetivação das políticas públicas. Esse é o sentido de se correlacionar forças políticas no plano dos conflitos no capitalismo. Políticas públicas eficazes se efetivam com a participação dos trabalhadores. Na inexistência dessa condição ou na implantação de projetos unilaterais, as lutas populares sempre foram fundamentais para o enfrentamento e as conquistas dos trabalhadores rurais.

Ao compreendermos a questão agrária como o movimento dos problemas relativos da agropecuária e inerentes do processo das relações capitalistas, defrontamos com os seus elementos estruturais e conjunturais, que conforme as políticas desenvolvidas, são intensificados e dimensionados. Dessa forma, o conjunto de problemas é expandido e a questão é territorializada. Desse modo, não há saída para os problemas criados e recriados pela questão agrária. O seu limite é a sua superação e isso é impossível no capitalismo. Lutar para tentar superá-la, significa lutar contra o capital. E nessa condição também há limites, porque vivemos em um tempo em que precisamos construir novas experiências e referências para pensarmos a transformação da sociedade. Desconsiderar essa possibilidade é perder a perspectiva, é ignorar a realidade do sistema capitalista e aceitá-lo. É querer ser engolido pela questão agrária ou ser definhado lentamente. As referências teóricas e as experiências históricas são fundamentais para a construção de novas práticas na luta contra o capital. Abandonar os clássicos da



questão agrária e da luta pela transformação da sociedade não nos levará há lugar algum. Tomá-los como referências para contribuir na leitura do mundo em que vivemos é essencial para lutarmos por uma outra sociedade, por algum lugar. A luta contra o capital é, igualmente, a luta por um espaço político. É lutar para tentar ser protagonistas e não coadjuvantes do processo. E nessa caminhada, o saber da lógica destruidora da questão agrária está contido na consciência dos que lutam e resistem.

A partir dessas referências são construídas novas interpretações, novas teses. Nesse processo de formação de paradigmas do conhecimento acontecem as persistências e superações de teorias, contribuindo com o debate da questão agrária por meio das análises das diferentes correntes teóricas em determinados momentos históricos.

Desse modo, não se pode negar algumas das mais importantes obras clássicas que são referências teóricas fundamentais para compreendermos esse movimento. As primeiras são: *A Questão Agrária*, de Kautsky; neste trabalho seminal encontramos excelentes análises a respeito dos elementos estruturais da questão. Outra obra contemporânea desta, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, de Lênin, também contribui para formarmos os quadros de referências para o estudo do capitalismo agrário. A partir dessa compreensão, essas obras são ponto de partida e de retorno para análises apuradas. Portanto, esses livros não se inserem somente no quadro de lutas políticas em que viveram os seus autores, como afirma Abramovay (1992). De fato, são referências essenciais para a pesquisa do movimento da questão agrária e contribuem na elaboração de novas idéias a respeito do dimensionamento dos problemas agrários.

Outro clássico é *A Questão Agrária* de Caio Prado Júnior. Este livro foi publicado pela primeira vez em 1979, e relançado pela Editora Brasiliense em 2000. Os artigos que compõem a obra foram publicados na Revista Brasiliense entre 1960 e 1964. Pela lógica e persistência da questão, o livro de Caio Prado, além do referencial teórico e documento histórico importantes, traz os principais elementos estruturais para a análise da questão agrária brasileira. Também, o clássico *Quatro séculos de latifúndio* de Alberto Passos Guimarães é outra obra de referência, principalmente, para entender a formação dos latifúndios. Esses autores



proporcionaram debates políticos a respeito de suas diferentes interpretações da questão, construíram conhecimentos científicos e contribuíram com suas teorias relativas à questão no desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Estão entre as principais referências teóricas desde meados deste século.

Nos territórios dos debates, dos processos de formação das idéias e suas leituras diversas, os elementos estruturais da questão agrária foram interpretados pelos cientistas, que apresentaram diferentes visões a respeito do desenvolvimento do capitalismo no campo. Entre os elementos estruturais que se encontram no centro da questão, estão os problemas relativos à *diferenciação do campesinato*. Nesse ponto, há diferentes leituras: de um lado, a premonição dos que acreditam na destruição do campesinato e uma possível hegemonia da condição de assalariamento; de outro os que defendem a tese da *persistência de relações não capitalistas de produção*, no contexto das desigualdades e das contradições das *relações capitalistas de produção*. Essas interpretações da questão contribuíram para a elaboração de distintas políticas referentes às leis trabalhistas e a reforma agrária. Vide Estatuto do Trabalhador Rural, 1962, e o Estatuto da Terra, 1964.

Outro elemento essencial da questão é a concentração fundiária. A reforma agrária é uma política pública para a democratização do acesso à terra e formação do campesinato. Nesse sentido, foi e é defendida como uma possibilidade de desenvolvimento do capitalismo, como também é uma forma de construção de novas experiências de luta contra o capital, ao mesmo tempo em que representa efetivamente a ressocialização dos expropriados. Nesse âmbito, acontecem as discussões em que a reforma agrária é vista como questão econômica, como questão social, de solução de injustiças etc.

Essas leituras estão presentes nos documentos das instituições que trabalham a questão: movimentos, sindicatos, Estado, Igreja e partidos. Assim, foram construídas diferentes leituras da realidade nos territórios teóricos e no desenvolvimento de políticas.

Na década de oitenta, pelo menos duas obras podem ser indicadas entre as mais importantes na análise da questão agrária: *Os camponeses e a política no Brasil* de José de Souza Martins, e *A Modernização Dolorosa* de José



Graziano da Silva. Esses trabalhos também se tornaram referências para o desenvolvimento dos estudos, bem como consolidaram o debate, tornando-se fundamentais pelas análises e contribuições teóricas a respeito do movimento da questão. Martins discute as origens e a formação do campesinato. É, sem dúvida, referência essencial para uma leitura sociológica desse processo. Graziano analisa as transformações recentes da agricultura e a permanência da estrutura fundiária concentrada; a fronteira agrícola e a subordinação do camponês ao capital. Essas obras tornaram-se bibliografias obrigatórias para o estudo da questão agrária.

Na década de noventa, uma referência importante é o livro *A Questão Agrária Hoje*, organizado por João Pedro Stédile. É uma coletânea de artigos em que são debatidas desde as questões teóricas do desenvolvimento do capitalismo no campo aos desafios das lutas dos trabalhadores organizados. Essa obra contém estudos que analisam as distintas dimensões da reforma agrária, os elementos estruturais e alguns elementos conjunturais que compuseram a questão agrária nas décadas de oitenta e noventa.

Em algumas partes dessa obra, as desigualdades geradas pela territorialização do capital e a reforma agrária são vistas como questão social, ou seja como uma forma de distribuição de renda, como forma de luta e resistência dos trabalhadores, na compreensão que esta não teria mais necessidade para o desenvolvimento capitalista e não interessa à burguesia. Que a tendência é de desintegração do campesinato e de intenso êxodo rural e que, desse ponto de vista, só teria sentido como luta política. Que a organização da pequena produção camponesa não leva à transformação da sociedade e é preciso, portanto, construir novas experiências coletivistas nos assentamentos conquistados.

De outro ponto de vista, a reforma agrária é analisada como inviável, mesmo reconhecendo as enormes desigualdades geradas pelo progresso técnico e pelo *padrão agrário vigente*. Que uma tendência do desenvolvimento da agricultura capitalista não é o de geração de empregos diretos, mas nos setores de serviços criados pelas demandas dos *complexos agropecuários*. Numa postura mais à direita, defende-se medidas de combate ao desemprego e não o assentamento dos sem-terra. Posteriormente, chegou-se a defender políticas assistenciais como forma de combate à miséria. Na outra ponta, discute-se que



políticas reformistas são paliativas e que somente a luta pelo socialismo seria um processo verdadeiro de transformação.

Ainda, na década do noventa, surgiu outra obra que se tornou referência importante nos estudos da questão agrária, na elaboração de políticas públicas e organização sóciopolítica. É a tese de Ricardo Abramovay, denominada de “*De camponeses a Agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão*” e publicada com o título: “*Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*”, (ABRAMOVAY, 1992). Esta obra tem sido uma referência muito utilizada nos estudos da questão agrária em diversas áreas das Ciências Humanas. Ela é parte de um amplo conjunto de estudos sobre a *Agricultura Familiar*, noção que tem ganhado status em detrimento do conceito de camponês. Nesse paradigma defende-se que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está *altamente* integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo⁴, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão *agricultura patronal*. O que está em questão nesses estudos é a defesa da tese em que a agricultura familiar está inserida na lógica do desenvolvimento do capitalismo; que a sua existência deve-se muito mais às políticas criadas pelo Estado para garantir a produção de alimentos do que aos interesses políticos e às lutas dos pequenos agricultores. Esta visão da agricultura camponesa está presente no conjunto de políticas do Banco Mundial, criadas na década de 1990, para o “desenvolvimento rural” dos países pobres. Evidente que nesta visão não estão presentes os conflitos políticos e as possíveis soluções para a questão agrária estariam nas políticas econômicas ditadas pelo Banco Mundial.

A maior parte desses referenciais teóricos demonstra que a existência do campesinato é conseqüência da sua luta heróica contra a expropriação e a proletarização, causada pelo desenvolvimento do capitalismo, no movimento de criação e recriação do campesinato no processo de diferenciação.

⁴ Em parte, aqueles que são denominados de *agricultores familiares*, são na verdade empresas familiares. Concordamos com Graziano, quando afirma que são unidades de produção que “*possuem uma série de elementos que definem uma empresa comercial, mas mantêm, ainda, alguns traços típicos de atividades familiares*” (SILVA, 1999, p. 214).



Esse é um processo contraditório que acontece por meio da sujeição da renda da terra ao capital. Desse modo, a formação do campesinato acontece simultaneamente pela exclusão/inclusão das condições de realização do trabalho familiar, na criação/destruição/recriação das relações sociais como a propriedade camponesa, a posse, o arrendamento, a meação, e a parceria. Ao mesmo tempo em que o capital destrói o campesinato em um lugar ele recria em outro. Ou no mesmo lugar em outro tempo. Dessa forma, pode-se compreender a destruição do campesinato pela territorialização do capital, bem como o processo de recriação do campesinato, onde o capital se territorializou. E isso acontece porque o campesinato, no processo de diferenciação, ao ser totalmente expropriado torna-se um assalariado, e ao se capitalizar pode se tornar um capitalista. E no interior desse processo, resistindo, se mantém como camponês, ou ainda nas regiões onde ocorreu a difusão e ou interiorização industrial, torna-se um camponês - assalariado. É da formação do campesinato que também se desenvolvem as relações capitalistas. Assim, o capital destrói e recria relações não capitalistas e também se desenvolve a partir de seu contrário, ou seja das relações não capitalistas. De qualquer modo, estamos frente a um processo de subordinação ao capital, de exploração, de expropriação. O que significa que no capitalismo, o campesinato está submetido a esse processo. A questão é se o camponês luta contra o capital ou aceita esse “destino”.

A questão é que, na sua territorialização, o capital expropria muito mais rápido do que recria. Ou seja a territorialização do capital é muito mais intensa que a territorialização do campesinato. Para os trabalhadores expropriados, que são a maior parte, e vivem na miséria e lutando contra a fome, só lhes restam lutar para mudar esse “destino”. É por essa razão que os camponeses se organizam. É nesse contexto que camponeses expropriados e em processo de exclusão se organizaram e criaram o MST. A luta pela terra é outra forma de recriação do campesinato⁵. Em sua reprodução ampliada, o capital não pode assalariar a todos, excluindo sempre grande parte dos trabalhadores. A manutenção do exército de reserva, por meio do controle do desemprego, e o interesse do capital em se apropriar da renda da terra ocasionam as condições de

⁵ A respeito desse processo, ver FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Vozes; Petrópolis, 2000.



luta contra o capital. Assim, por meio da ocupação da terra, os trabalhadores sem-terra do campo e da cidade se ressocializam, resistindo e se subordinando ao capital, porque ao conquistarem a terra, se (re) inserem no processo de diferenciação, e podem ser novamente expropriados e outra vez se ressocializarem. Desenvolve-se, assim, o intenso e tenso processo de territorialização da luta pela terra. O sentido dessa resistência – na luta contra o capital - é lutar para continuarem sendo eles mesmos. Resistem para não se tornarem assalariados, nem capitalistas. Portanto, muitos trabalhadores conscientes do “destino”, lutam contra essa desventura.

Na década de oitenta, no campo das pesquisas da questão agrária, continuava forte a posição dos que defendiam que o campesinato iria acabar, que não tinha futuro. A proletarização era um processo iminente. Havia os que defendiam a sua existência no processo desigual e contraditório do modo de produção capitalista. A única saída para esses sujeitos, quer queira como camponeses ou como assalariados era a luta contra o capital, numa perspectiva revolucionária de transformação da sociedade. Neste limiar de novo século e de milênio, essa contestação permanece. Essas teses continuam atuais e vários estudos são realizados a partir desses referenciais. O que há de novo é que, desde o início da década de noventa, surgiu outra leitura desse processo em que se defende a *integração* ao capital. Essa é a tese da *Agricultura Familiar*. Compreende a diferenciação e as desigualdades, mas – evidente – não discute a perspectiva de luta contra o capital, entendendo o desenvolvimento do agricultor familiar na lógica do capital. Nesta tese, o Estado tem um papel determinante na elaboração das políticas que garantam a diminuição das desigualdades geradas pelo processo de diferenciação. Nos países em que o Estado cumpre esse papel, com políticas de controle fundiário, crédito e de subsídios para os camponeses como, por exemplo, na Europa, o processo de expropriação é menos intenso. Todavia, no Brasil, em que o Estado e o Congresso são controlados pelos interesses do empresariado e dos ruralistas, são raríssimas as políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento da agricultura camponesa. E quando são criadas é por causa das lutas dos trabalhadores. Basta observar as políticas do Ministério da Agricultura, voltadas exclusivamente para a agricultura capitalista.



Esse fato é tão evidente, que as atuais políticas para a chamada *agricultura familiar* são desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em São Paulo, da mesma forma, a Secretaria da Agricultura está sob controle dos interesses dos agricultores capitalistas, e os sem-terra recebem assistência técnica do Instituto de Terras, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Essas são algumas das razões pelas quais ainda não foi possível nem ao menos realizar uma política de reforma agrária.

A idéia de *agricultura familiar* também ganhou força e organização. Está em gestação no Brasil, a formação de sindicatos, federações e confederação dos agricultores familiares, formando assim, também, um paradigma político. No gradiente das organizações do campo vão se configurando e se delimitando novos espaços políticos. Em uma parte, pode-se situar – grosso modo – as organizações de *agricultores familiares* - vinculadas à Contag/CUT - que estão mais voltadas às políticas de *integração* ao capital. Noutra parte, estão o MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e, em certa medida, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, que defendem políticas de resistência na luta contra o capital. Evidente que a relação política dessas organizações com o Governo são distintas. Como os projetos do governo foram criados a partir de uma forte influência da visão da *agricultura familiar*, os primeiros movimentos têm facilidade em aceitá-los, pela identificação que há em seus propósitos. Como é o caso do Pronaf, que tem com perspectiva de desenvolvimento a capitalização dos camponeses, transformando-os em pequenos capitalistas. Esse programa é determinado para todos, sem direito à negociação dos princípios, como pode ser observado no projeto Novo Mundo Rural elaborado pelo governo, na explicação das finalidades do Pronaf:

A integração do assentado ao universo dos agricultores familiares, com o objetivo de proporcionar a sua participação no mercado competitivo, foi prevista no Programa Novo Mundo Rural. A viabilização do programa iniciou-se com a inclusão dos beneficiários do extinto Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) em nova linha de crédito do Pronaf/Planta Brasil⁶.

⁶ - O que é o Pronaf. Ver: www.desenvolvimentoagrario.gov.br.



O Novo Mundo Rural é um projeto criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso e tem como princípio:

promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais – que compreendem pequenos e médios centros urbanos –, usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 1999).

Nesse projeto, cabe ao Estado a definição de um modelo de desenvolvimento e a determinação de políticas às quais os trabalhadores deverão se interagir. Em sua acepção predominam políticas como por exemplo: o Banco da Terra, ou seja as negociações são definidas no território político-econômico da lógica do capital. Nesse sentido, qualquer forma de “*enfretamento ao capital*” acontece apenas no campo da luta por resultados. Em outro projeto, os movimentos sociais, principalmente do MST, MPA e MAB, têm como princípio à perspectiva de luta o território da organização dos camponeses, onde seus planos políticos e econômicos de enfretamento e de construção de novas experiências sejam as referências, como pode ser observado em alguns itens de sua plataforma política, em discussão:

Pela democratização da propriedade da terra. Fixar limites do tamanho máximo da propriedade. Priorizar a desapropriação de todos os latifúndios. Contra o funcionamento do Banco da Terra... Garantia de renda mínima, a partir da valorização do trabalho do agricultor, a todas as famílias que vivem no meio rural... Criação de linha de crédito subsidiada para todos os pequenos produtores... Recursos de crédito especial e subsidiado para agroindústria associativa e cooperativada... Suspensão do pagamento da dívida externa brasileira: que consome bilhões de dólares anuais, e proibição de remessa de lucros, e aplicação desses recursos nesse plano de desenvolvimento rural... Ampliação e execução do Imposto Territorial Rural como forma de tributar os latifúndios, e aplicar esses recursos na reforma agrária (MOBILIZAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS, 2000, p. 80).



A partir dessas referências, pode-se observar que a dimensão política do território teórico do paradigma da *agricultura familiar* é direcionada para dentro, para a valorização das relações capitalistas. De fato, essas idéias representam uma mudança, pois reconhecem a inerência do trabalho familiar no desenvolvimento do capitalismo. É um avanço em relação à visão de que somente as relações capitalistas predominariam na agricultura. Mas é um atraso, ao entender que esteja somente nas políticas formuladas pelo Estado a garantia de uma integrabilidade, entre trabalho familiar e relações capitalistas, desconsiderando a essencialidade da luta contra o capital. Por outro lado, a dimensão política do território teórico do paradigma da agricultura camponesa é direcionada para fora, na perspectiva da superação das relações capitalistas. Ao mesmo tempo em que pressiona o Estado, constrói sua organização e seus projetos. Desse modo, os camponeses participam ativamente do processo desigual e contraditório em que estão inseridos. Tem, portanto, a perspectiva da superação das condições de exclusão em que se encontram. Lutar contra o capital não significa nenhuma transformação estrutural de imediato, significa resistir contra a expropriação, lutando por mudanças conjunturais que acompanhem e diminuam a intensificação das desigualdades. Abandonar essa perspectiva, como quer os ideólogos da *agricultura familiar*, e consentir a integração subserviente ao capital, é aceitar a expropriação, a miséria e a fome como uma “determinação natural” e não como uma determinação do capital.

Portanto, não há como não lutar contra o capital, não há como não enfrentar o projeto do governo. E, neste ponto, é essencial destacar uma questão: não é porque o governo foi eleito, que tem o direito de impor as suas políticas de cima para baixo. Compreender esse enfrentamento, no campo teórico, entre as propostas dos projetos de desenvolvimento, contidos em diferentes perspectivas de sociedade, é hoje elemento importante para analisar a questão agrária. Essas leituras são referências fundamentais. No final dos anos noventa, a questão agrária foi dimensionada por essas novas características que geraram o atual impasse nas negociações entre governo e movimentos sociais. Esse tema é analisado a seguir.



A luta pela terra no limiar do século XXI

A luta pela terra é uma importante dimensão da questão agrária. Desta nascem diversas outras lutas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST é hoje, sem dúvida, importante organização dos trabalhadores a praticá-las. Essas ações têm mantido na pauta política os debates da necessidade de realização da reforma agrária, bem como de diferentes políticas públicas para o campo.

Por meio dessas ações dos trabalhadores podemos compreender as formas de resistência aos processos de expropriação, de expulsão e exclusão. Pode-se analisar, igualmente, a disputa política por projetos de desenvolvimento rural. A amplitude dessa luta é conhecida pelas diversas manifestações cotidianas dos sem-terra, desde o trabalho de base às ocupações de terra; do enfrentamento aos latifundiários nas diversas formas de violência contra os sem-terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de prédios públicos às intermináveis negociações com o governo; do assentamento à demanda por política agrícola, na formação da consciência de outros direitos básicos, como educação, saúde etc.

Essas manifestações são frutos do processo de criação do projeto de desenvolvimento sociopolítico e econômico dos trabalhadores sem-terra que conflita com as políticas compensatórias do projeto do Governo Fernando Henrique Cardoso. Nas diferenças desses projetos estão explícitas as visões de mundo. No plano estrutural há ideologias divergentes e perspectivas distintas de sociedade. Todavia, não há um completo desencontro, já que no plano conjuntural existem algumas propostas que se equiparam, pois nem as políticas compensatórias podem ignorar as lutas populares, tampouco as ações dos trabalhadores não se utilizam dessas políticas. Mesmo o governo reconhece a importância do papel histórico dos movimentos camponeses. Nessa contestação está a núcleo da questão, que tem gerado um importante debate crítico, travado entre o MST e o Governo. Desse debate também participam diversos cientistas que, conforme os paradigmas em que desenvolvem seus estudos, o que pode levar ao engajamento ao governo ou aos movimentos, defendem parcialmente ou totalmente o projeto de



uma ou de outra instituição. Evidente que nessa situação, nem o Governo e nem o MST estão totalmente impossibilitados de dialogar. Há questões que podem ser superadas com as mudanças conjunturais, que acontecem no enfrentamento da correlação de forças. Se com relação aos conteúdos há divergências, nas adjacências desses projetos há interação entre as forças políticas e os cientistas. Por enquanto, este tem sido o território da negociação e da interlocução.

No âmago da questão está uma marca do MST: a luta contra o capital. No 2º Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA, realizado em 1979, o sociólogo José de Souza Martins apresentou um excelente trabalho denominado “*A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária*” (MARTINS, 1981). Depois de 21 anos, estamos realizando o 15º ENGA e o texto continua atual. A razão da atualidade do artigo de Martins não está somente no seu conteúdo de análise estrutural do desenvolvimento do capitalismo. Também porque, nesse tempo, a questão agrária foi intensificada principalmente pelos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra, desenvolvidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e diversos outros movimentos sociais (FERNANDES, 2000). Por esse motivo, a resposta do governo Fernando Henrique Cardoso foi a implantação de uma política de assentamentos rurais que, evidentemente, gerou e multiplicou demandas.

Assim, lutar pela terra não tem apenas o sentido de conquistar a terra⁷. Esse foi o significado das primeiras lutas do MST, desenvolvidas desde o final da década de setenta até final da década de oitenta, quando criou o Sistema Cooperativista dos Assentados. A criação desse setor no Movimento representa outra dimensão da luta pela terra, que amplia ainda mais na construção de um projeto de desenvolvimento rural e de país. É importante destacar que os Sem Terra nunca separaram a luta pela conquista da terra das lutas de resistência na produção agropecuária, agroindustrial e para a comercialização, entre outras. Porque estes são elementos intrinsecamente ligados. O governo vem criando

⁷ Muitos oportunistas de plantão, principalmente os da mídia, têm enfatizado que o MST não quer a terra, ele quer o poder. Ora, seria ingênuo pensar que somente a conquista da terra seria suficiente para garantir que os sem-terra consigam desenvolver os assentamentos. Ter a terra é o primeiro passo. Dessa condição nascem outras necessidades, que pela inexistência de políticas agrícolas, entre outras políticas públicas voltadas para a população camponesa, se transformam em lutas perenes. E, evidentemente, essas lutas estão representadas em uma luta mais ampla pelo poder, que não é só dos sem-terra mas de toda a classe trabalhadora.



medidas políticas para evitar essa forma luta, criminalizando os trabalhadores que apoiam e participam das ocupações de terra ou de prédios públicos. A separação dessas lutas tem por objetivo solapar a organização dos camponeses e fracionar as suas lutas.

A existência de milhares de assentamentos é muito mais fruto da luta pela terra construída pelos trabalhadores e não somente das políticas do governo. A competência do governo em implantá-los não lhe dá o mérito como principal protagonista do processo, mas é sim o reconhecimento de uma realidade que o mesmo tem insistido em negar. É exatamente por admitir essa realidade que o governo iniciou uma série de medidas de desmantelamento do projeto dos sem-terra. E criou o seu projeto, que implica em tentar acabar com as ocupações por meio da criminalização dessa ação com a judicialização da luta pela reforma agrária⁸. Também, em parte, abrindo mão de sua competência, criou o Banco da Terra, beneficiando ainda mais os latifundiários, que passa a receber em dinheiro e à vista, fortalecendo-os e enfraquecendo os trabalhadores. Nesse sentido, o governo criou uma enorme desigualdade nas negociações políticas, já que dessa forma é o mercado que passa a ser a condição de acesso à terra e não mais as ações dos trabalhadores e a intervenção do Estado.

Essa política torna ainda mais fortes as classes dos proprietários e dos capitalistas. Ou seja, a perspectiva de realização de um projeto de reforma agrária de fato foi transformado em mais um território do capital. Em seu desenvolvimento, o capital domina todas as relações sociais, de modo que a luta contra essa dominação é própria da consciência histórica de quem conhece e sofre com os resultados desse processo.

Portanto, concordamos com Martins, que na conclusão de seu trabalho salienta: *“Já não há como separar o que o próprio capital unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência”*. (MARTINS, 1981, p. 177).

Esta também é a essência de outras dimensões da luta pela terra, pois com os assentamentos conquistados, desdobraram-se demandas relativas à

⁸ A respeito do processo de judicialização, ver FERNANDES (1999).



luta de resistência na terra, como por exemplo: políticas agrícolas, de crédito, de subsídios, de mercado; formas de organização política e do trabalho, da produção e da comercialização, políticas de habitação, educação, saúde, saneamento, eletrificação rural, transporte, telefonia etc. Afinal, a transformação do latifúndio em assentamento é a construção de um novo território. É outra lógica de organização do espaço geográfico. Essas políticas não nascem somente do interesse do Estado, mas muito mais da organização dos trabalhadores. Lutar pela infraestrutura básica dos assentamentos é parte de um processo que acontece concomitantemente às ocupações de terra. Faz parte do universo da luta, que não acaba com a conquista do assentamento. Esse é um caro princípio do MST, que em seu movimento amplia a luta, dimensionando-a. Esse é o processo de territorialização, de crescimento, de multiplicação do Movimento que o governo tenta refrear.

Alguns estudiosos, por causa de seus referenciais teóricos e políticos têm dificuldades para compreender esse processo. Como se pode observar nesta manifestação de Francisco Graziano, quando fora presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e negociava soluções para a luta pela terra no sudeste do Pará, e que acabou resultando no massacre de Eldorado dos Carajás:

Eles tinham se comprometido, publicamente, a não mais invadir terras na região, desde que fossem assentados na fazenda Rio Branco. Afinal, após tanto sofrimento, acampados, vivendo na intempérie, receberiam a terra prometida... Agora o lance era a Macaxeira”. Senti aquilo como uma verdadeira traição. Minha reação foi imediata. Chamei a liderança do movimento e ameacei: se invadirem a Macaxeira, não recebem a Rio Banco. E, contemporizando, me comprometi a mandar realizar uma vistoria técnica na nova área para ver se era produtiva ou não... (GRAZIANO NETO, 1996, p. 24-25).

De fato, durante algum tempo, no governo, acreditava-se que assentando as famílias acampadas, o problema dos sem-terra estaria resolvido. Que as famílias que pleiteiam terra, são somente as que estão acampadas. E que, afinal, não existiria tanto sem-terra. Todavia, o problema não se resolvia e se multiplicava. E isso acontece pelo fato do assentamento não ser o fim da luta, mas sim o território de início de novas lutas, e porque pelas experiências históricas e



consciência política os sem-terra sabem que só colherão o que plantarem. Que se não continuarem fazendo a luta, ela morre à mingua. A morte da luta também significa a morte de quem luta.

Desse modo, o Movimento desenvolve a espacialização e a territorialização da luta pela terra. Esses processos representam a criação e a recriação da luta daqueles que não aceitam o destino de expropriados. Dessa forma, os sem-terra conquistaram a maior parte das terras, onde hoje estão assentados. E, é importante enfatizar, essa realidade é fruto da luta pela terra. A competência do governo nesses processos é a regularização fundiária. A luta pela terra não é, evidentemente, uma política do governo, mas sim dos trabalhadores. Sem reforma agrária, a implantação dos assentamentos tornou-se a política do governo.

Todavia, há diversos autores que compreendem esse processo como uma política de reforma agrária. Como, por exemplo, Martins que defende que a atual política de assentamentos e a regularização de fundiária da situação dos posseiros são, de fato, reforma agrária

Qualquer ato do governo em relação à reforma agrária é questionado em nome do fato de que não se trata de reforma agrária. Autores e militantes dizem com frequência que a regularização fundiária da situação dos posseiros na extensa e complicada região amazônica e no centro-oeste não é reforma agrária e não deveria entrar nas estatísticas oficiais da reforma. Estranhíssima interpretação... De fato a regularização fundiária no Brasil é, na maioria dos casos legítimo ato de reforma agrária... Ora, assentamento é a forma de redistribuição da terra, que é em que consiste no essencial, qualquer reforma agrária. Reforma agrária é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseados nos interesses pactados da sociedade (MARTINS, 2000, p. 100-102).

Se compreendermos reforma agrária pelo menos como distribuição de terra, como mudança na estrutura fundiária a partir de uma política intensiva implementada pelo governo, não tem sentido entender a regularização de posses como reforma agrária, porque os posseiros já estavam na terra. Para destacar melhor esse processo, citamos uma outra obra de Martins, onde afirma:



É verdade que o governo militar não faria a reforma agrária: em duas décadas foram feitas apenas cento e setenta desapropriações de terra, cresceu enormemente a concentração da propriedade fundiária e a proletarização dos camponeses (mais de um milhão e seiscentos mil camponeses se converteram em proletários entre 1970 e 1980)... O governo alega que distribuiu um milhão de títulos de terra. Distribuir títulos não é a mesma coisa que distribuir terra. Muitos desses títulos são mera licença de ocupação para pessoas que já estavam na terra. Outros são títulos que regularizam posses antigas (MARTINS, 1986b, p. 25 e 35).

Para se falar em reforma agrária é preciso que exista – *de fato* – uma política nesse sentido, um plano com objetivos e metas para a desconcentração fundiária. O governo tem tentado solucionar conflitos no campo com algumas desapropriações e com compra de terra, respondendo às pressões das famílias sem-terra. Se as famílias não ocuparem a terra, não há assentamento. Ao denominar a atual política de assentamentos de reforma agrária, ignora-se a história da luta pela terra e respectivamente os seus protagonistas. Ainda, ao mesmo tempo em que uma família é assentada, pelo menos duas são expropriadas ou expulsas. E mais, a supervalorização das desapropriações, muitas vezes, possibilita ao latifundiário adquirir uma área maior do que a que foi transformada em assentamento. Dessa forma, a implantação dos assentamentos cresce simultaneamente à concentração fundiária. Portanto, solucionar a posse é regularização fundiária. Assentamento implantado como resultado de ocupação é luta pela terra. Essas políticas e as compras de terra não são reforma agrária.

Manter o caráter da reforma agrária como política pública para a democratização do acesso à terra, com a desapropriação e penalização dos latifundiários, de acordo com a Lei, é uma questão de demarcar territórios teóricos e políticos. Porque o debate hoje, não é o de não assentar as famílias sem-terra, mas da forma como vão ser assentadas. Podemos compreender assim, que a questão da reforma agrária vai perdendo força ao mesmo tempo em que outras políticas ocupam esse espaço, como o Banco da Terra, e são denominadas de reforma agrária. Assim, o conceito foi banalizado e tudo se tornou reforma agrária. Nesse contexto, na mídia em geral, o governo faz propaganda afirmando que está fazendo uma coisa, enquanto faz outra.



Da mesma forma como o governo se apropria de conceitos e tenta transfigurá-lo, também procura dominar espaços políticos, como por exemplo no estabelecimento de políticas públicas. Nesse espaço acontecem importantes embates entre o Governo e o MST. Por sua lógica, os sem-terra procuram participar de todo o processo de luta. Assim, as políticas geradas pelo Governo em qualquer setor do desenvolvimento dos assentamentos são um espaço importante para ser ocupado. Isso significa trabalhar para o avanço de seus princípios, lutar e construir novas experiências. O desafio do Governo é impedir que os sem-terra participem dessa forma. O seu objetivo é fazer com que o seu programa não seja apropriado politicamente pelo MST. Foi por essa razão que o governo acabou com o Proceca e com o programa de assistência técnica Lumiar. Sem nenhuma outra proposta, deixou milhares de agricultores sem assistência técnica porque esse programa estava servindo para fortalecer os trabalhadores. Igualmente, o Governo resolveu investigar as cooperativas dos assentados, tentando desmoralizar o Movimento. E, para isso, tem tido todo o respaldo da maior parte da mídia, com raras exceções, entre outras, como é o caso da revista Caros Amigos.

O objetivo do governo com o seu programa é controlar a luta dos trabalhadores rurais em um determinado espaço político, *o espaço do capital*. Essa é uma ação estratégica do Governo, porque atinge princípios e tenta aniquilar os valores de uma instituição histórica que é o campesinato. As teses que defendem tanto o fim quanto à integração subserviente do campesinato ao capital contribuem para facilitar esse aniquilamento. Assim a expropriação dos trabalhadores rurais não é somente resultado da lógica desigual do capital, mas também das teorias que possibilitam a elaboração de políticas para ativar esse processo. Esse enfrentamento tem intensificado os conflitos no campo. E de forma selecionada. Somente neste ano, o MST sofreu em torno de 180 processos e 10 militantes forma mortos. A partir de uma leitura quantitativa, pode-se dizer que o número de assassinatos de trabalhadores diminuiu, mas em uma análise qualitativa, observa-se que a violência está centrada nos que lutam pela terra e contra o projeto do Governo. Essa realidade efetivamente fez com que diminuíssem os números das ocupações, do que o Governo tanto se vangloria. Mas, é importante destacar que a diminuição das ocupações está relacionada com a intensificação de diferentes



formas de violência e da criminalização dos sem-terra, com a cerca da judicialização.

Na luta pela terra, a ocupação é uma comprovação que o diálogo não é impossível. Ao ocupar a terra, os sem-terra vêm a público e iniciam as negociações, os encontros com todas as forças políticas. Ao ocupar espaços políticos, reivindicam seus direitos. Quando o governo criminaliza essas ações, corta o diálogo e passa dar ordens. Tenta destruir a luta pela terra sem fazer a reforma agrária.

A luta contra o capital é uma forma de resistência. Está inserida numa perspectiva de transformação da sociedade. Para romper com essa perspectiva, o governo procura tratar a questão agrária exatamente no campo do inimigo: o território do capital. Essa é a falácia do paradigma da *agricultura familiar*. Tenta destruir, assim, as formas de luta dos sem-terra, exatamente na dimensão política da luta pela terra⁹. Isso significa a exclusão política que pode resultar na intensificação da luta ou na subserviência dos movimentos sociais do campo, o que pode eliminar a organização dos trabalhadores. Esse momento coloca em questão, mais uma vez, a resistência dos movimentos camponeses. Em diversos momentos de nossa história foram criadas, pelo governo e pela elite, formas para destruir o movimento camponês. Assim como aconteceu com Canudos, com as Ligas Camponesas, hoje há uma nova forma política. Aceita-se o campesinato, desde que ele se aceite como outro, em seu “destino” de subordinação.

Esses novos elementos da questão agrária nos colocam desafios. Ainda não temos uma análise mais profunda dos problemas e dos impasses gerados. No próximo ano, estaremos comemorando 20 anos das lutas da Encruzilhada do Natalino, quando o MST estava em gestação. Na resistência que possibilitou rasgar o cerco do então coronel Curió, a mando do general Figueiredo, está o sentido da luta camponesa. Das formas de resistência serão colhidas as experiências e as lições que permitirão romper com as novas cercas que hoje estão sendo construídas.

⁹ Interessante como alguns membros do governo procuram enfatizar que é preciso “despolitizar” a reforma agrária. Traduz-se nesse discurso a politização do programa do governo.

**Referências**

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo 1999**. Goiânia: CPT, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A judicialização da luta pela reforma agrária. In SANTOS, José Vicente Tavares (organizador). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 388-402.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GÖRGEN, Frei Sérgio. **A Resistência dos Pequenos Gigantes: a Luta e a Organização dos Pequenos Agricultores**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **Qual Reforma Agrária? Terra, pobreza e Cidadania**. São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986a.
- MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986b.
- MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a História possível**. São Paulo: Edusp, 2000.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **O Novo Mundo Rural - projeto de reformulação da reforma agrária em discussão pelo governo**. www.desenvolvimentoagrario.gov.br - Brasília, 1999.



- MOBILIZAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS. **Situação e Perspectivas da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Mobilização Nacional dos Trabalhadores Rurais: MPA, MST, Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR, Pastoral da Juventude Rural e Comissão Pastoral da Terra, 2000.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- SILVA, José Graziano da. **Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- STEDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 1994.



2. AGRONEGÓCIO E REFORMA AGRÁRIA

Bernardo Mançano Fernandes

Latifúndio e agronegócio

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem.

Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo (sic), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo.

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas



socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade.

A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. Nessa nova fase de desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, se torna o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento.

A fundação do agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – consequentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada.

Agronegócio e agricultura familiar

Outra construção ideológica do agronegócio é convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção da agropecuária. Toda vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio. É a arte da supremacia.

Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária com se fosse o único produtor do país. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor



e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola.

O agronegócio vende a ideia de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível. Essa condição é reforçada pela mídia e por estudiosos que homogeneizam as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território como se fossem da mesma natureza. Desse modo, procuram comparar as produtividades do agronegócio e da agricultura familiar. Como se fosse possível comparar a produção de pães de uma padaria com a de uma empresa multinacional.

A agricultura camponesa não é adepta do produtivismo, ou seja produzir uma única cultura e com exclusividade para o mercado e nem se utiliza predominantemente de insumos externos. Seu potencial de produção de alimentos está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais. Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores, a desigualdade é menor e por conseguinte os índices de desenvolvimento estão entre os maiores.

O agronegócio como supremacia procura cooptar a agricultura camponesa para defender o seu modelo de desenvolvimento. Esse processo de cooptação começa pela eliminação das diferenças: todos são iguais perante o mercado. E continua com essa propaganda para que todas as políticas sejam construídas tendo como referência o negócio.

O poder do agronegócio aparece como se fosse construído a partir do mercado, do “livre comércio”. Enquanto de fato o mercado é construído a partir das ações resultantes das políticas que regulam as práticas do mercado. Portanto, o mercado não está começo, mas nos resultados das políticas. Com esse poder de controle social, o mercado é o paraíso do agronegócio e o purgatório da agricultura familiar.

As ideologias do agronegócio trabalham com a combinação e a oposição, quando estas lhes convêm. Procuram combinar diferentes tipos de relações sociais e opor uma mesma relação social por meio de sua diferenciação interna.

A combinação é realizada como se agricultura capitalista e agricultura camponesa fossem da mesma natureza. Enquanto, a agricultura capitalista se



realiza a partir da exploração do trabalho assalariado e do controle político do mercado; a agricultura camponesa ou familiar é intensamente explorada por meio da renda capitalizada da terra, ficando somente com uma pequena parte da riqueza que produz, a maior parte é apropriada pelas empresas que atuam no mercado.

A oposição é feita por meio da fragmentação da agricultura camponesa. Para enfraquecê-la, alguns intelectuais procuram fracioná-la por meio da diferenciação econômica. Nesta visão, os pequenos agricultores empobrecidos seriam camponeses e os remediados (ou capitalizados) seriam agricultores familiares. O primeiro seria atrasado, o segundo seria moderno. Desse modo, o empobrecimento e a capitalização dos camponeses não aparecem como resultados da desigualdade gerada pela renda capitalizada da terra, mas como diferentes tipos de organização do trabalho. Essa fragmentação se constituiu com tanta força, que se formaram movimentos de agricultores familiares que aceitam sem muita resistência as políticas construídas tendo como referência o negócio ou o mercado.

Por outro lado, esta construção ideológica provocou a intensificação da resistência camponesa. Um destaque é a formação da Via Campesina, uma articulação mundial de movimentos camponeses contra o modelo do agronegócio. No Brasil, a Via Campesina é composta pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pelo MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, pelo MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens e pelo MMC – Movimento de Mulheres Camponesas.

Agronegócio e reforma agrária

O agronegócio procura manter o controle sobre as políticas e sobre o território, conservando assim um amplo espaço político de dominação. Tudo o que está fora deste espaço é sugado pela ideologia do agronegócio. Um exemplo é a reforma agrária.

Para combater as ocupações de terra, a política criada pelo agronegócio foi a Reforma Agrária de Mercado. Depois de denominada de Cédula



da Terra virou Banco da Terra e hoje é chamada de Crédito Fundiário. É uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio.

As ocupações de terra ferem profundamente esta lógica e por essa razão o agronegócio investe ferozmente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a espacialização desta prática de luta popular. O controle do território e das formas de acesso à terra é objetivo da mercantilização da reforma agrária. Não importa para o capital ser o dono da terra, o que importa é que a forma de acesso seja por meio das relações de mercado, de compra e venda. O controle da propriedade da terra é um dos trunfos do agronegócio. É fundamental que a terra esteja disponível para servir à lógica rentista.

Por essa razão, as ocupações de terra são uma afronta ao agronegócio, porque essa prática secular de luta popular encontra-se fora da lógica de dominação das relações capitalistas. Assim, o sacro agronegócio procura demonizar os movimentos socioterritoriais que permanentemente ocupam a terra. Na última década, o espaço político mais utilizado é o Poder Judiciário. Recentemente tem ocorrido uma verdadeira judicialização da luta pela terra, em que o Poder Judiciário se apresenta como uma cerca intransponível aos sem-terra. Para não manchar a sua imagem, o agronegócio procura desenvolver políticas de crédito e ou bolsas de arrendamento, de modo a trazer os ocupantes de terra para o território do mercado.

A cada ano o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa ou familiar. O empobrecimento dos pequenos agricultores e o desemprego estrutural agudiza as desigualdades e em não resta à resistência camponesa outra saída a não ser a ocupação da terra como forma de ressocialização.

As ocupações de terras do agronegócio já começaram nas regiões onde esse modelo de desenvolvimento controla a maior parte do território, concentrando riqueza e aumentando a miséria. Este é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI.



Para tentar evitar o enfretamento com os camponeses, o agronegócio procura convencê-los que o consenso é possível. Todavia, as regras propostas pelo agronegócio são sempre a partir de seu território: o mercado.

O campesinato é um grupo social que além das relações sociais em que está envolvido, tem o trunfo do território. A cada ocupação de terra, ampliam-se as possibilidades de luta contra o modo capitalista de produção. Pode se fortalecer cada vez mais se conseguir enfrentar e superar as ideologias e as estratégias do agronegócio. Se conseguir construir seus próprios espaços políticos de enfretamento com o agronegócio e se manter sua identidade socioterritorial. Essas condições são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e do Brasil.



3. ESPAÇOS AGRÁRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL: NOVAS CONFIGURAÇÕES DO CAMPO BRASILEIRO¹⁰

Bernardo Mançano Fernandes¹¹

Introdução

Para desenvolver o tema proposto pelos organizadores do XV Encontro Nacional de Geografia Agrária, escolhi por analisar o espaço como dimensão da realidade que se configura como território e é construído por diferentes relações sociais, definindo novas configurações do campo brasileiro. É importante destacar que inclusão e exclusão social são resultados de ações políticas que se configuram num mesmo espaço, especificamente pelo caráter contraditório das relações sociais.

Desse modo, discuto diferentes espaços de inclusão, como por exemplo: a luta pela terra por meio das ocupações, acampamentos, assentamento e uma breve discussão a respeito dos conceitos de novo mundo rural e de agricultura camponesa. Igualmente, discuto diferentes espaços de exclusão, como por exemplo: a judicialização da luta pela terra e a agricultura familiar. Por fim, faço uma reflexão a respeito da reforma agrária no governo Lula.

Neste sentido, este texto contém três partes: na primeira, desenvolvo uma análise a respeito do atual momento da luta pela terra e da política do governo Fernando Henrique Cardoso, denominada de novo mundo rural. A segunda parte é uma breve reflexão a respeito dos conceitos de agricultura camponesa e agricultura familiar. E a terceira é uma proposta de debate a respeito do sentido e as perspectivas de uma política de reforma agrária hoje.

Este texto é uma coletânea de leituras que venho desenvolvendo a partir de minhas pesquisas, estudos e assessorias junto aos movimentos

¹⁰ Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Petrolina – PE, de 8 a 12 de dezembro de 2002.

¹¹ Professor nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp – campus de Presidente Prudente. Coordenador do NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Rua Roberto Simonsen, 305 – Presidente Prudente – SP. 19060-900. nera@prudente.unesp.br



camponeses. Parte do conteúdo já foi divulgada em outros eventos, onde recebi contribuições importantes, que me ajudaram a desenvolvê-lo até este momento. Meu interesse é debater essas ideias, procurando contribuir com a compreensão do atual momento da questão agrária, pensando em políticas públicas ressocializantes e com a evolução do pensamento geográfico nesta área do conhecimento em que milito: a Geografia Agrária.

Governo FHC: a judicialização da luta pela terra e o novo mundo rural

Estamos vivenciando um novo momento da luta pela terra, que começou a ser formado a partir da segunda metade da década de 1990. A questão agrária foi intensificada com a criação de novas políticas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, compreendidas pela criminalização das ocupações e na implantação do Banco da Terra, na extinção da assistência técnica e na mudança do modelo de linha de crédito agrícola para a agricultura camponesa, que prejudicou o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais.

Os objetivos dessas políticas são diversos. Podem ser sistematizados na estratégia de desarticulação das relações entre as principais instituições envolvidas com o problema agrário, principalmente dos movimentos camponeses, sindicais, e na constituição de novos espaços de representação, por meio dos conselhos de desenvolvimento rural, em diferentes escalas geográficas. Essas ações são formuladas e realizadas na produção do paradigma do capitalismo agrário.

Essa corrente teórica considera que os problemas relacionados à questão da terra, do campo e da cidade, do capital e do trabalho familiar, serão resolvidos pelo desenvolvimento do capitalismo. Dentro dessa visão de mundo, não há questão agrária. E a sua negação está no fato desta ser insolúvel na sociedade capitalista. Contudo, se é possível negar a questão, é impossível esquivar-se de seus efeitos, como por exemplo: a diferenciação social e a renda capitalizada da terra, que produzem a expropriação e a miséria.

Desse modo, pela impossibilidade de superação da questão agrária, por meio do paradigma adotado o governo FHC ajustou estrategicamente uma



política de transferência e substituição dos elementos da questão agrária. Assim, os elementos, em que os trabalhadores têm perspectiva de enfrentamento e resistência nos espaço políticos, são transferidos para o espaço econômico, onde a resistência é reduzida. E os elementos constituídos de identidade política e histórica são substituídos por novos elementos, para a produção de outra identidade e outra história.

Desse modo, como a questão agrária só pode ser administrada no território da política, onde os trabalhadores têm poder de resistência e, por conseguinte, de enfrentamento, a *intelligentsia* do Governo Fernando Henrique Cardoso instituiu a ideia de “*novo mundo rural*”, utilizando a noção de desenvolvimento sustentável, mercantilizando a questão agrária, colocando-a no território do capital, onde os camponeses são plenamente subalternos.

Dessa forma, o governo tenta refluir a luta dos trabalhadores sem-terra, procurando desmobilizá-los; transfere a questão agrária do espaço das negociações políticas para o espaço do negócio político-econômico; ocupa o território do assentamento produzindo a ideia de empreendimento, desenvolve uma parcíssima linha de crédito, que intensifica a diferenciação social e acirra as desigualdades. Ainda, a *intelligentsia* do Governo Fernando Henrique Cardoso, bem como seus ministros, produziram um conjunto de eufemismos para utilizar em suas retóricas. Igualmente, procurou dar novos significados aos conceitos consagrados.

Com esse estratagema tenta nos fazer crer que o problema agrário pode ser resolvido apenas com desenvolvimento econômico, que o governo fez “a maior reforma agrária da história do Brasil”, que as “ocupações são páginas viradas da história”, que suas políticas são propositivas para o “desenvolvimento da agricultura familiar”.

Mas na realidade este estratagema faz parte do plano político do governo FHC para impedir a territorialização da luta pela terra, já que a tese da *intelligentsia* do governo defendia a ideia de que com a implantação de alguns assentamentos rurais, a luta pela terra diminuiria de intensidade, porque seus teóricos imaginavam que o número de famílias sem-terra era igual ao número de famílias acampadas. Pelo desconhecimento dos processos de espacialização e de



territorialização da luta, seus teóricos e políticos não conseguiam compreender como a luta crescia e expandia, se o governo implantava novos assentamentos sob a pressão das ocupações de terra.

Na verdade, quanto mais assentamentos o governo implantava, mais a luta pela terra se espacializava e se territorializava, porque por meio desses processos, os camponeses se (re) criam. Essas ações são possibilidades políticas de (re) criação do campesinato. E recriação quer dizer intensificação da questão agrária. Para impedir esses processos, para tolher essa luta popular secular, o governo adotou nova tese e criou um “novo mundo rural”, onde a agricultura camponesa é metamorfoseada em agricultura familiar, procurando convencer os trabalhadores de que o mundo mudou e que a luta pela terra é coisa do passado; que a subalternidade é “natural”, na “integração ao capital e ao mercado”.

Esse “convencimento” veio acompanhado de duas medidas provisórias, em que decretou **o tempo do castigo** aos sem-terra, já que as famílias ocupantes de terra não são assentadas e que as terras ocupadas ficam livres do espectro da desapropriação, por um tempo determinado, deixando os latifundiários mais tranquilos. Desse modo, tenta-se cortar pela raiz a territorialização da luta pela terra. Foi assim que o governo tirou a questão agrária do território da política e adotou o Banco da Terra, essa política do Banco Mundial, que coloca a questão agrária no território do capital, limitando as negociações políticas às condições oferecidas pelos negócios do mercado. Dessa forma, o governo se alia aos latifundiários, entorpecendo a questão agrária. E para completar esse estratagema, abandona as famílias assentadas à própria sorte, extinguindo o programa de assistência técnica, dificultando o acesso ao crédito agrícola.

Assim, os sem-terra, por lutarem para serem eles mesmos, por lutarem contra o capital e o latifúndio, são desterrados de seus espaços políticos e de seu tempo histórico. É fundamental, reafirmar que esse novo momento é resultado da inexistência de uma política de reforma agrária, da extinção dos programas de escassas políticas públicas destinadas ao desenvolvimento dos assentamentos, da criminalização das ocupações e da mercantilização da questão agrária.



Mas, na sociedade capitalista, a questão agrária é resultado de seu modo de produção que se desenvolve por meio do mercado, onde se realiza a renda capitalizada da terra, que gera a desigualdade e a diferenciação social, de modo que nesse território é impossível minimizar o efeito devastador do problema agrário. Justamente, por optar pelo mercado para conduzir essa questão, o governo precisou inventar uma outra leitura da questão agrária e idealizou o “novo mundo rural”.

Mas, ainda, como o “novo mundo rural” é uma invenção, portanto não é o mundo real, também foi preciso inventar políticas repressivas para tentar consolidar a invenção. Em tempos de ditadura, o governo utilizava-se da militarização da questão agrária, nesses tempos de democracia, o governo utiliza-se da judicialização da questão agrária. Desse modo, ao Poder Judiciário cabe o dilema atualizado da história, em reprimir a luta pela terra, humilhando os trabalhadores, tratando-os com os mesmos recursos com que tratam os traficantes e toda bandidagem.

Na ditadura militar, os sem-terra foram presos como subversivos. Hoje são presos para garantir a “ordem social”, como aconteceu em maio de 2002 no Pontal do Paranapanema-SP, quando o juiz de Teodoro Sampaio mandou prender todas as lideranças da região, para coibir a territorialização da luta pela terra. Assim, a estrutura fundiária, mesmo que as terras sejam griladas, permanece concentrada. E os sem-terra formam acampamentos nas beiras das estradas, que é onde eles podem ficar sem serem presos e ainda castigados com a impossibilidade de serem assentados. E assim os sem-terra constroem a “geografia das beiras de estradas”, que é o “espaço perdido, ainda público” que resta entre os latifúndios e as estradas. Por essa razão, em 2001, a Comissão Pastoral da Terra iniciou o registro desses acampamentos, para que possamos ter uma referência dessa triste realidade, que o “novo mundo rural” insiste em desconhecer.

Ao inventar esse “mundo” também foi preciso idealizar sua leitura. Nesse contexto, os teóricos e políticos do “novo mundo rural” interpretam que com a diminuição, a ocupação de terra é “uma página virada” da história. Contudo, é importante lembrar que é a história de um mundo inventado e não de um mundo



transformado. Assim, de fato, o que se tem é uma página virada da estória do “novo mundo rural”.

Enquanto isso, no mundo real, a questão agrária está se intensificando. E se os números de ocupações e de famílias diminuem por meio da poder político das medidas provisórias, os trabalhadores rurais sem-terra em formação e os camponeses que se opõem a atual política agrícola do governo FHC, como por exemplo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – e o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA – estão duplicando ano a ano as manifestações. Ao analisarmos os dados relativos às manifestações, comparando os anos 1999-2001, observamos que triplicou o número de pessoas que participaram das manifestações na luta pela terra e para resistir na terra, que cresceu de 142 mil, em 1999, para 285 mil, em 2000, chegando a 479 mil pessoas em 2001. Sem dúvidas, estamos diante de uma das maiores manifestações populares.

São protestos das mais diversas dimensões e formas. São acampamentos e romarias, são bloqueios de estradas, são manifestações em frente aos órgãos federais e estaduais ou ocupações de prédios públicos; manifestações realizadas nas datas comemorativas da luta pela terra; são lutas dos sem-terrinha, das mulheres e dos jovens. São sem-terra, são posseiros, são pequenos agricultores, são sindicalistas: são camponeses. Evidente que essas manifestações representam a resistência dos camponeses que vivem no mundo real: o mundo do capital.

Portanto, é a partir deste mundo que podemos interpretar os dados do Caderno de Conflitos 2001 da Comissão Pastoral da Terra. A diminuição do número de ocupações não significa que a questão agrária está sendo minimizada. Essa é a ilusão do “novo mundo rural”, onde se acredita que é por meio da criminalização que se diminuem as ocupações de terra. O decréscimo dos números não significa que a luta pela terra seja “página virada da história”, expressa na verdade, que a estratégia da criminalização resultou nos objetivos do governo, ou seja, impedir a territorialização dos sem-terra por meio das ocupações.

As ocupações sempre foram responsáveis pelo aumento do número de assentamentos. A maior parte dos assentamentos rurais é fruto ou das



ocupações de terra no Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste ou da regularização fundiária das terras de posseiros na Região Norte. Conforme os mapas Geografia das ocupações de terra 2001, publicados nesse Caderno, observa-se que as ocupações aconteceram nas quatro regiões referidas. Na Região Norte, somente no leste do Pará ocorreram ocupações no ano de 2001. Aliás, essa realidade também pode ser observada nos mapas Geografia das ocupações de terra 1988-1999, publicados no Caderno Conflitos no Campo – Brasil 1999, p. 38-9, em que há o predomínio da luta pela terra na Amazônia Oriental.

Por essa razão é que metade das áreas dos assentamentos está na Região Norte, onde vivem 37% das famílias assentadas, enquanto a outra metade das terras dos assentamentos está distribuída pelas regiões Nordeste e Centro-Oeste (43%) e Sudeste Sul (7%), onde vivem 63% das famílias, sendo 34% no NE, 17% no CO e 12% nas regiões S e SE respectivamente. Para o mesmo período: 90% das ocupações de terra e do número de famílias ocupantes aconteceram nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, nesta ordem¹². É dessa forma que posseiros e sem-terra fazem a luta pela terra, que o governo FHC chamou de “maior reforma agrária da história”.

Com a diminuição das ocupações, também diminuiu o número de assentamentos, por essa razão o governo teve que maquiar os números de 2001, como a Folha de São Paulo denunciou amplamente. Para atingir a meta de 2001, o Ministério do Desenvolvimento Agrário teve que contar famílias que só seriam assentadas em 2002 contou famílias que foram assentadas em anos anteriores e, pior, incluiu ainda milhares de famílias que haviam preenchido as fichas da “reforma agrária pelo correio”. Contabilizou também as famílias que compraram terra por meio do Banco da Terra, e as terras resultantes de regularização fundiária das áreas de posseiros. E chamou tudo isso de reforma agrária do “novo mundo rural”

Assim, no “novo mundo rural” não existem conflitos, não há ocupações de terras, não existem acampamentos de sem-terra, os assentamentos são iniciados pelo governo e em três anos, em média (sic), estão consolidados. Nesse processo extraordinário, os trabalhadores entram como sem-terra e saem

¹² Conforme NERA. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. *Relatório DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – 2001*. Presidente Prudente, 2002.



como agricultores familiares, prontos para o mercado, prontos para se tornarem prósperos capitalistas.

No “novo mundo rural” vale tudo para se inventar este novo momento, desde criminalizar as ocupações a considerar famílias não assentadas como se já estivessem na terra de fato; vale transformar formulários em famílias assentadas comprar terra em nome da reforma agrária. Esses ardis do “novo mundo rural” são transformados em intensificação e refluxo da luta no mundo real, mas é interpretado como problema superado pelo governo federal.

Assim, um pesquisador desavisado pode se animar com os dados da CPT e utilizar a leitura do governo para interpretá-los, chegando a conclusão que a questão agrária está sendo resolvida. Um pesquisador mais atento e também comprometido com o rigor científico não irá analisar os números pelos números, nem tampouco crer que a diminuição dos números das ocupações de terra significa que o governo esteja fazendo a reforma agrária e, por essa razão, os sem-terra não precisariam mais lutar pela terra. O que o governo está conseguindo de fato é ter o controle social sobre os trabalhadores sem-terra. E mais, está obtendo os números que quer: diminuiu os números de ocupações por meio da criminalização e teria mantido o número de assentamentos através da astúcia e do malabarismo dos dados.

Frente aos fatos, o que os números indicam é o recrudescimento da violência, de forma sutil, tanto no campo ideológico: no território da produção das ideias para o controle social, com ampla cobertura midiática; quanto no mercado: lugar da realização da subalternidade; e finalmente por meio de medidas provisórias: esse espaço político, onde o governo, por enquanto, tem plenos poderes.

Todas essas formas contribuíram para a construção desse novo momento, intensificando a questão agrária ao tentar impedir a territorialização da luta pela terra. Por sua vez, a luta pela terra também intensifica a questão agrária. Portanto, a luta somente pode ser superada pela sua realização seja como ocupação de terra ou como uma política de reforma agrária. A diminuição das ocupações por meio da criminalização não representa superação do problema agrário, mas uma outra forma de intensificá-lo, de aumentar a intensidade do



conflito. Na realidade as famílias sem-terra existem e a terra existe. A questão é saber até onde o “novo mundo rural” vai resistir a esta realidade.

Nesse contexto, provavelmente, um dos temas mais pertinentes referentes aos processos de controle social que foram criados e ou incorporados pelo governo FHC é a questão conceitual com o objetivo de domesticação dos movimentos camponeses. E, neste sentido, o debate a respeito dos conceitos de agricultura familiar e agricultura camponesa é essencial.

Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar: A realidade

Durante o I Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, de 25 a 30 de janeiro de 2001, foi notável a participação da Via Campesina nas plenárias e nos diversos debates temáticos do evento. Nesse período, também foi realizado um protesto com a destruição de uma plantação experimental de soja e milho transgênicos da multinacional Monsanto, no município de Não-me-Toque – RS. Embora camponeses de diversos países do mundo tivessem participado dessa ação, a mídia deu destaque notório à participação de José Bové - um dos militantes dessa articulação, membro da Confederação Camponesa da França, e muito conhecido por causa de sua atuação, em 1999, no desmonte da loja do McDonalds, em Millau, no sul da França¹³.

A Via Campesina foi criada em 1992 e é uma articulação que congrega diversas organizações camponesas da Ásia, África, América e Europa. Tem como objetivo a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura, que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir sua própria política agrícola, bem como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento com socialização da terra e da renda (VIA CAMPESINA, s.n.t.). No Brasil estão vinculados à Via Campesina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA; Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Comissão Pastoral da Terra - CPT e Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais - ANMTR.

13 A respeito: Bleil-Marques, Suzana I. Moruzzi-Marques, Paulo E. **Cultural Identity Challenges Globalization: the french agricultures' confession**. Inédito: 2000.



Durante o II Fórum Social Mundial (31 de janeiro a 05 de fevereiro de 2002), novamente a Via Campesina estava presente realizando debates referentes às questões descritas. Todavia, dessa vez havia também um outro espaço ocupado pelos agricultores familiares, representados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul- FETRAF-SUL, vinculada à Central Única dos trabalhadores - CUT, também organizando debates¹⁴.

A FETRAF-SUL foi criada em março de 2001 e é um movimento sindical que reúne sindicatos de agricultores familiares e de trabalhadores rurais. Tem como objetivo fortalecer e ampliar a representação dos agricultores familiares, lutar pela reforma agrária, defender o meio ambiente e a vida com um sistema de produção sustentável. Essa organização é parte de uma forma de organização dos trabalhadores que cresceu de modo extraordinário, na década de 1990, constituindo um expressivo movimento socioterritorial (FERNANDES, 2001) e caminha para a construção de uma confederação.

Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar: a reflexão

Há dois pontos essenciais em seus documentos que aproximam a Via Campesina e a FETRAF-SUL: a luta contra as políticas neoliberais, contra o capitalismo e pela construção do socialismo (FETRAF-SUL, 2001).

Podemos, então, perguntar: quais as diferenças e semelhanças dessas organizações que unem as pessoas que desenvolvem o trabalho familiar e que são denominados de pequeno agricultor, pequeno produtor, agricultor familiar, camponês entre outras palavras e conceitos?

Para tentar responder esta pergunta, tomamos como referência à produção teórica recente a respeito das pesquisas relativas à agricultura familiar. Uma primeira leitura dessa questão foi realizada em Fernandes (2001), quando destacamos o que ponderamos como os principais elementos desse debate.

Neste artigo, continuamos essa leitura que consideramos fundamental, já que essa realidade começou a ser formada na década de 1990 e desde então diversos trabalhos acadêmicos vêm sendo produzidos, especialmente

¹⁴ A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG também realizou uma série de oficinas referentes à agricultura familiar.



em Geografia Agrária, ora tratando os conceitos de camponês e de agricultor familiar como iguais ou utilizando um desses conceitos sem a necessária reflexão teórica, de modo que o conceito de camponês aparece com o conteúdo de agricultor familiar ou vice-e-versa.

Os teóricos da agricultura familiar defendem:

que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal (FERNANDES, 2001, p. 29-30).

Em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos pode-se observar que os pesquisadores que utilizam o conceito de *agricultura familiar* com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho. Da mesma forma, ao se trabalhar com o conceito de camponês, pode-se utilizar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor. Todavia, como existem muitos trabalhos que utilizam essas palavras como equivalentes do conceito de *agricultura familiar*, é necessário demarcar bem o território teórico.

Os teóricos da *agricultura familiar* apresentam uma série de argumentos e elementos para diferenciar o agricultor familiar do camponês, como por exemplo, os trabalhos contíguos de Veiga e Abramovay, que destacam: a integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias (VEIGA, 1991, p. 190-192; ABRAMOVAY, 1992, p. 21-22).

Ainda, nessa lógica, aconteceria a transformação do camponês em agricultor familiar, como definida por Lamarche (1993). Numa perspectiva evolucionista, o autor parte de um *modelo selvagem* (sic) para um *modelo ideal* (sic), cujo processo seria determinado pelo projeto de vida do produtor familiar, como um complemento do *projeto da sociedade para os agricultores* (sic), tendo os



diferentes graus de integração ao mercado como principal referência da transformação do camponês em agricultor familiar. Nessa linha de pensamento, o camponês também seria apenas o produtor de uma agricultura de subsistência. É assim que Lamarche explica a exploração e a eliminação dos camponeses, na lógica da diferenciação e da desintegração do campesinato, conceitos tão caros a Lênin (1985) e Kautsky (1986).

Lênin (1985) e Kautsky (1986) são obras seminais dos estudos da questão agrária. De modo que suas pesquisas são até hoje fundamentais para se compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo. Esses trabalhos são essenciais para entender, entre outras questões, a destruição do campesinato no processo de diferenciação, e, por essa razão, estão também entre as principais referências para compreender que o espaço da luta e da resistência - para que os camponeses continuem sendo produtores familiares - não está na integração ao mercado, mas sim na luta política contra o capital. O mercado capitalista é muito mais o espaço da destruição do que da recriação do campesinato, e, em diferentes escalas, os diversos tipos de camponeses: posseiros, rendeiros, assentados, pequenos proprietários estão inseridos do mercado.

No Brasil, nos últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra, que se tornou a principal forma de acesso à terra. Mas, os teóricos da *agricultura familiar* não têm referencial para compreender esse processo. Assim, ignoraram a parte essencial da formação dos camponeses brasileiros hoje: a luta pela terra.

No final do século XIX, Lênin e Kautsky prognosticaram o desaparecimento dos camponeses no desenvolvimento desigual do capitalismo. No final do século XX, os teóricos da *agricultura familiar* procuram construir um método de análise em que o desaparecimento do camponês está no processo de metamorfose em agricultor familiar.

Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar: a crítica



Dessa forma, a questão para o camponês é: ou ele se metamorfoseia em agricultor familiar e se integra ou se mantém como ele mesmo e se desintegra. Nestes referenciais não há futuro, porque não há perspectiva desse sujeito continuar sendo camponês. Na verdade, ele é visto como um estorvo para os que vêem sua desintegração, considerando que do campesinato podem surgir o capitalista e o proletário. Igualmente é visto como um estorvo para os que vêem sua integração, porque o camponês desenvolve, também, a luta contra o capital. Os primeiros querem eliminar a face conservadora do campesinato, na polêmica representação de Marx (1979). Os segundos querem eliminar a face transformadora do campesinato, como por exemplo: a participação nas lutas revolucionárias do século XX, analisada por Wolf (1984).

A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalista de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária (FERNANDES, 2000, p. 279-280). Assim, na não realização da destruição efetiva do camponês, tenta-se refutar o conceito.

Um exemplo da refutação do conceito de camponês está em Hespanhol (2000), onde afirma:

que a utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, deve ser aprendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira e que, em última análise, levaram a valorização do segmento familiar. Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar (HESPANHOL, 2000, p. 2).



Se concordássemos com essa tese, poderíamos desconsiderar trabalhos a respeito do campesinato, que são importantes referências teóricas na Geografia, como a obra *Agricultura Camponesa no Brasil*, de Oliveira (1991), na Sociologia, que é o belo trabalho de Tedesco (1999), denominado: *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Ainda, na Antropologia, como por exemplo, o clássico *Herdeiros, parentes e compadres*, de Woortmann (1995), entre tantos outros. De fato, o conceito de camponês não perdeu o seu poder explicativo. Caso contrário, as pesquisas realizadas, que tomaram como referências teóricas as obras citadas, não conseguiriam explicar os problemas que se propuseram compreender. Ainda, na realidade estudada por Hespanhol (2000), aconteceu um processo de diminuição do campesinato, mesmo com a intensa luta dos sem-terra na região do Pontal do Paranapanema, que resultou, no período de 1984-2000, na conquista de 79 assentamentos, onde foram assentadas 4.597 famílias (Fernandes e Ramalho, 2001).

O fato de grande parte dos trabalhos acadêmicos recentes utilizarem o conceito de *agricultora familiar* não significa que o conceito de camponês perdeu seu *status* teórico¹⁵. Uma coisa é a opção teórica e política dos cientistas frente aos paradigmas, o que é extremamente diferente da perda do *status* de um conceito. Vivemos hoje um momento histórico em que a febre do fim das coisas e dos conceitos tem contaminado e modelado diversos pesquisadores. Por exemplo: o fim da história, o fim do trabalho, o fim da ciência entre outros fins. Com relação ao campesinato, *neste artigo defendemos o fim do fim do campesinato*, para que possamos analisar com eficiência essas novas realidades que acontecem em escala mundial, representada pela Via Campesina e pelas organizações de agricultores familiares.

Em um estudo, com ponderação, do referencial teórico da *agricultora familiar*, pode-se analisar uma predominante racionalidade econômica que permite uma compreensão parcial, mas não o aprofundamento da análise da questão

¹⁵ Mesmo que um dos principais teóricos do campesinato brasileiro também tenha adotado o termo *agricultora familiar* em seus últimos trabalhos, sua obra continua sendo uma das principais referências para o estudo do campesinato. É o caso de Martins (2001).



agrária¹⁶, como pode ser observado em um pensamento conclusivo do estudo de Hespanhol:

Com o agravamento dos problemas enfrentados por esses produtores (exaustão dos solos, baixa produtividade das culturas, baixos preços para os produtos agrícolas, dificuldades de acesso ao crédito rural, etc.) associado a intensificação da concentração fundiária resultante da expansão das áreas de pastagens, levaram a descapitalização crescente dessas explorações familiares, resultando numa menor capacidade de absorção de força de trabalho e a conseqüente expulsão de um expressivo contingente populacional (HESPANHOL, 2000, p. 322).

O processo de empobrecimento e expropriação das famílias trabalhadoras rurais tem como causa principal a sujeição da renda da terra ao capital, que determina os fatores analisados por Hespanhol. Portanto, a questão é de subordinação – cujo caráter principal é político. Como os camponeses não se apropriam da maior parte da riqueza produzida pelo seu trabalho, necessária para o seu desenvolvimento socioeconômico, inicia-se um processo de decadência das unidades familiares, levando ao êxodo, com a concentração de renda e da propriedade nas mãos dos capitalistas.

A construção teórica da *agricultura familiar* tem construído a compreensão e a percepção que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso. Evidente que os custos políticos dessas formas de entendimento são altíssimos para os movimentos camponeses.

Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar: a consideração

Nesse contexto de embate científico e político, será preciso muito esforço dos teóricos da *agricultura familiar* para convencer os camponeses organizados na Via Campesina, que sua luta não tem futuro. Que, fatalmente, vão se transformar em agricultores familiares. Resta conhecer como os denominados agricultores familiares organizados na FETRAF-SUL discutirão a luta pelo

¹⁶ Importante destacar: é na questão agrária que está inserido o debate teórico: campesinato e ou agricultura familiar.



socialismo, se a lógica do pensamento que originou o conceito que eles materializaram não tem essa perspectiva.

Ainda nesta consideração quero destacar uma outra leitura importante a respeito do tema em questão. Refiro-me ao texto de Neves (2001). A autora, numa análise filosófica do termo de agricultura familiar, salienta:

[...] não reconheço o termo **agricultura familiar** como conceito teórico. Ele é descritivo e politicamente classificador de um segmento de produtores instado a um projeto de redefinição de suas formas de integração. Os pesquisadores não podem usá-lo se esquecendo que o trabalho político de reconhecimento social implica a eufemização dos significados subjacentes à categoria... Ele [o termo] pressupõe a superação do insulamento político cultural e da precariedade material dos camponeses, dos pequenos produtores, dos arrendatários, dos parceiros, dos colonos, dos meeiros, dos assentados rurais, dos trabalhadores sem – terra. Portanto, a categoria de **agricultura familiar** acena para um padrão ideal de integração diferenciada de uma heterogênea massa de produtores a trabalhadores rurais. E se legitima por um sistema de atitudes que lhe está associado, que denota a inserção num projeto de mudanças da posição política e, por isso, da secundarização do papel econômico e social. Portanto, trata-se de uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político (NEVES, 2001, p. 2-3, grifos da autora).

A leitura de Neves é uma importante contribuição para o debate a respeito deste tema. Ela delinea a corrente teórica em que o termo foi instado e os limites que o mesmo apresenta para ser considerado um conceito.

Esta é uma discussão recente. Desde que o termo apareceu em princípios da década de 1990, não houve críticas em sua utilização. Utilizou-se o termo sem critérios, como é comum, principalmente na Geografia, quando se importam conceitos sem conhecer os seus significados.

No XIV ENG, realizado em dezembro de 2000, na cidade de Goiânia, pela primeira vez, debatemos essa questão. No Encontro da Associação Nacional Pós Graduação em Geografia, realizado em abril de 2002, em São Paulo, tivemos os primeiros interlocutores e no XIII Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em João Pessoa, no mês de julho de 2002, promovemos a primeira mesa coordenada a respeito do tema. Com este texto, procuramos dar continuidade ai debate.



Dentro do contexto que desenvolvemos até aqui e frente a vitória histórica de Lula para presidente da república, propomos a reflexão a respeito da questão agrária em um governo do Partido dos Trabalhadores.

O Governo Lula e a questão agrária

Neste ensaio, nosso objetivo é propor o debate a respeito do sentido e as perspectivas de uma política de reforma agrária hoje.

Apresentamos três questões para promover o debate, procurando abordar o tema a partir dos principais paradigmas teóricos, tendo como referência uma análise da realidade da questão agrária nas últimas três décadas e realizando uma reflexão a respeito da continuação da política de implantação de assentamentos rurais e da reforma agrária necessária.

Neste sentido, discutimos os paradigmas que denominamos como: da *desintegração do campesinato*, da *agricultura familiar* e da *produção capitalista das relações não capitalista de produção*. Analisamos as formas como abordam a questão da reforma agrária e as suas perspectivas.

Desses referenciais teóricos, partimos para uma reflexão das possibilidades da territorialização dos assentamentos rurais por meio da luta pela terra e concluimos com a compreensão da impossibilidade hoje da realização da reforma agrária necessária.

Os paradigmas da Questão Agrária hoje

A reforma agrária é um dos elementos da questão agrária. É uma política pública – *de caráter institucional* - da sociedade capitalista, cuja instituição competente para realizá-la é o Estado, no caso do Brasil: o governo federal.

Nosso país tem como marca história a luta pela reforma agrária movida por meio da luta pela terra. Em nossas pesquisas temos demonstrado que a luta pela terra – que compreendemos como *uma política pública de caráter popular* – tem promovido nas últimas décadas grande pressão para que diversos governos implantassem diferentes políticas de assentamentos rurais.



Desse modo, afirmamos que nunca existiu uma política de reforma agrária no Brasil (FERNANDES, 1996, 2000, 2001), embora o governo tenha propagandeado e diversos cientistas tenham utilizado essa expressão para falar das políticas de assentamentos rurais, como por exemplo MARTINS, 2000 e 2001.

Os paradigmas da questão agrária hoje possuem distintas visões a respeito da reforma agrária. Desde esses pontos de vista temos várias compreensões referentes ao problema, que se interagem, se misturam e se distanciam, contribuindo ora para o seu desenvolvimento, ora para o seu emperramento.

O paradigma da *desintegração do campesinato* que relaciona o tema, com as atividades não-agrícolas, com o assalariamento, ou até mesmo com o salário desemprego como políticas públicas para os trabalhadores rurais expulsos ou expropriados do campo.

O paradigma da *agricultura familiar* que defende a diferenciação entre agricultura camponesa e agricultura familiar, propondo a “integração ao capital e ao mercado” como formas modernas de desenvolvimento do campo, aceitando políticas de compra e venda de terra como condição de acesso à terra.

O paradigma da *produção capitalista das relações não capitalista de produção* que compreende, na lógica desigual e contraditória do desenvolvimento da agricultura no capitalismo, as possibilidades de (re) criação o campesinato, desde por meio dos processos econômico - geográficos, como por exemplo: o arrendamento da terra e da migração; como pelos processos de especialização e territorialização da luta pela terra, como por exemplo: as ocupações de terra.

O paradigma da *desintegração do campesinato* não vê a reforma agrária como uma política importante para o desenvolvimento da agricultura, pois considera a agricultura capitalista como predominante e essencial. Nesse sentido, a reforma agrária é uma política compensatória e deve considerar principalmente as atividades não – agrícolas, conforme a tendência da pluriatividade.

O paradigma da *agricultura familiar* entende como reforma agrária as políticas que possibilitem o acesso à terra, mesmo que por meio de compra e venda, privilegiando a integração ao mercado, por meio da especialização da produção em determinados sistemas agrários. Defende a capitalização e a



diferenciação dos agricultores como processos do desenvolvimento do capitalismo agrário.

O paradigma da *produção capitalista das relações não capitalistas de produção* compreende a reforma agrária como uma política importante de distribuição da terra, como forma de recriação do campesinato ou para impedir a sua destruição. O mercado e a capitalização são processos que devem ser pensados no campo da luta e da resistência. Ao contrário dos outros paradigmas, neste, a luta pela terra é considerada como uma forma essencial para a formação do campesinato.

Uma questão importante nesses paradigmas é o sujeito do processo. Quando o campesinato é sujeito, quando é o capital e ou o Estado. Tanto na academia quanto nos governos e nas políticas públicas, essas correntes teóricas estão presentes e determinam os rumos das políticas e da luta pela reforma agrária.

Da mesma forma, encaminham as políticas de crédito, de educação, de produção e de organização dos assentamentos. Evidente que as significações aqui apresentadas são iniciais, mas também são referenciais para um debate e para o aprofundamento necessário, que pretendemos realizar.

Luta pela terra e a política de implantação de assentamentos rurais

No governo Lula, não tenho a expectativa da realização de uma política de reforma agrária. Acredito que será realizada uma ampla política de assentamentos rurais. Desse modo, a luta pela terra e a política de implantação de assentamentos rurais tendem a ser os processos que já conhecemos desde o século passado. Com avanços e refluxos, de acordo com as correlações de forças das ações dos movimentos socioterritoriais, dos partidos políticos e dos governos. Nada mais do que isso.

Nos últimos trinta anos, essa tem sido a tendência e não há novos referenciais na realidade que indiquem o contrário. Nem mesmo o governo do Partido dos Trabalhadores possibilitará a realização da reforma agrária.



As razões dessa afirmação são: os trabalhadores não têm maioria no Congresso Nacional para mudarem a correlação de forças, hoje dominada pelos ruralistas. Por outro lado, o Poder Judiciário continua forte na defesa dos interesses e dos privilégios dos latifundiários.

Isso não significa que não teremos avanços na luta pela terra e na intensificação de assentamentos rurais. Mas, como já afirmamos isso não é reforma agrária. Também é possível que tenhamos políticas agrícolas voltadas para o interesse da agricultura camponesa e, com certeza, as medidas provisórias que criminalizam as ocupações não serão reeditadas.

A reforma agrária necessária

O Brasil tem a segunda maior concentração de terras do mundo e está entre os dez países com maior índice de desigualdade. A reforma agrária ao atingir a estrutura fundiária concentrada, democratizando o acesso à terra, modificará essa conjuntura.

As famílias beneficiadas poderão ser tanto de origem rural quanto de origem urbana. Uma política de reforma agrária não pode deixar de atender a população urbana interessada em construir suas vidas no campo. Hoje, nos assentamentos há famílias assentadas que nunca tinham vivido como produtoras agrícolas. Por meio da luta, elas encontraram na terra uma possibilidade de reconstruir suas vidas com dignidade.

Pela história de grilagem da terra do Brasil, não é aceitável uma política de mercantilização de terra. Reforma agrária é desapropriação. É ação do Estado e não política de mercado.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.

BLEIL-MARQUES, Suzana I. MORUZZI-MARQUES, Paulo E. **Cultural Identity Challenges Globalization: the french agricultures' confession**. Inédito: 2000.



FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. São Paulo, Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema. **Estudos Avançados**, nº 43. p.239-254, 2001.

FETRAF-SUL. **O sindicato é o Caminho**. (folder), 2001.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. **Desenvolvimento e controle social**: releitura das novas políticas públicas e desenvolvimento rural para o Noroeste Paranaense. Maringá, 2001. Relatório de Qualificação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A produção familiar**: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente. Rio Claro, 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista.

LAMARCHE, Hugues (Coord.) **A Agricultura Familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hugues (Coord.) **A Agricultura Familiar**: do mito a realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil**. Disponível em: < www.nead.org.br>, 2001.

MARX, Karl. El campesinado como clase. In: SHANIN, Teodor. **Campesinos e Sociedades Campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.



NEVES, Delma Peçanha. **A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional.** Inédito: 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família:** racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: UPF - Editora, 1999.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

VIA CAMPESINA. **Linhas Políticas.** s.n.t.

WOLF, Eric, R. **Guerras Camponesas do Século XX.** São Paulo: Global, 1984.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres.** São Paulo: Brasília: Hucitec: Editora da UnB, 1995.



4. SOBRE A TIPOLOGIA DE TERRITÓRIOS¹⁷

Bernardo Mançano Fernandes

Para Kari Polanyi Levitt

“Ao perder minha terra, estou perdendo meu país”

Mirta, campesina paraguaia, Carumbey, São Pedro – Paraguai, 23 de outubro de 2008.

Introdução

Este artigo é um ensaio sobre a tipologia de territórios para contribuir com a leitura das disputas territoriais e seus processos de conflitualidades. Convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente. Foi a inevitável convivência com esses tipos e formas de territórios que comecei meus estudos sobre este tema¹⁸ e neste trabalho procuro aprofundar essas reflexões e apresentar uma proposição para as análises dos territórios.

O estudo sobre a diversidade de territórios não é uma novidade, vários outros estudiosos do território já escreveram sobre este tema¹⁹. Nesta proposição, além de tomá-los como referências, apresento uma tipologia de modo a estabelecer uma leitura da diversidade territorial que produz a multiterritorialidade. E esta leitura tem como estrutura a produção espacial e territorial por meio das relações sociais, promovidas pelas classes em permanente conflitualidade na disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade. Nesse modo de análise, a relação classe-território são indissociáveis.

¹⁷ - O conjunto das pesquisas de campo que possibilitaram as reflexões apresentadas neste artigo contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

¹⁸ Os principais resultados estão em Fernandes (2005; 2006; 2007; 2008^a; 2008b; 2008c; 2008d).

¹⁹ Por exemplo: Gottmann (1973), Lacoste (1988), Lefebvre (1991), Oliveira (1991); Raffestin (1993), Souza (1995; 2006) Santos (1996; 2002), Moraes (2000), Harvey (2003), Haesbaert (2004), Delaney (2005), Ceceña (2007), Palau (2007), Peet (2007) e Saquet (2007).



Esta leitura é feita desde meus estudos sobre os territórios rurais. É uma construção teórico-geográfica, um mirada que traz outra perspectiva sobre o conceito de território, que contribui para o debate e para os embates.

1 – A importância do Território

O território é uma das categorias de análise da Geografia e recentemente tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço. Essa diversidade promoveu compreensões e significações imputadas ao conceito de território²⁰ de acordo com as intencionalidades dos sujeitos. A relevância que o território tem recebido levanta questões se o conceito virou moda, se é mais um *fashion concept*. O fato é que o seu uso se intensificou, mesmo que em grande parte dos trabalhos, o território seja apenas utilizado como superfície, base ou palco das relações sociais. Penso que além do modismo e do uso superficial há também a referência da geograficidade destacada por Milton Santos:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 2002, p. 9).

A imposição da geograficidade tem um conjunto de razões. Uma razão do uso cada vez mais amplo do conceito de território pode ser compreendida pelo claro argumento: “*não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’*” (HAESBAERT, 2004, p. 20). Além dessa inserção, há outras razões que

²⁰ Uma discussão a respeito dessa questão pode ser encontrada em Fernandes, 2008b, onde analiso o texto “Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural” de Sérgio Schneider e Ivan G Peyré-Tartaruga.



decorrem desta e que demonstraremos neste artigo. Nosso desafio é compreender como as diferenciações da produção espacial e territorial são organizadas e reproduzidas e por quais relações e classes sociais. Estou me referindo às diversas classes e relações sociais que produzem diferentes espaços e territórios. Por essa compreensão é que entendemos ser importante o uso de uma tipologia de territórios. Relações e classes sociais produzem diferentes territórios e espaços que as reproduzem em permanente conflitualidade.

Recentemente, surgiram diversos trabalhos que se referem às perspectivas, desenvolvimentos, enfoques, abordagens territoriais, entre outras denominações. Esses textos são propostas de políticas ou análises de projetos em implantação ou implantados, que envolvem diferentes instituições: multinacionais, governos nacionais, estaduais e municipais, movimentos socioterritoriais, sindicatos, igrejas etc. Para compreender os interesses, ações, relações e conflitos entre as instituições e os diferentes territórios, consideramos insuficiente a compreensão do território apenas como espaço de governança.

O conceito território está sendo utilizado, principalmente, para se referir aos espaços de governança em escala municipal, reunindo um conjunto de municípios que formam uma microrregião, como por exemplo os Territórios da Cidadania²¹. Também há projetos em escalas transnacional, que envolvem todas as escalas dos espaços de governança, como são os “eixos” territoriais do IIRSA - Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana²². Esses eixos são **“transterritórios”** que reúnem territórios de diversos países a partir do conjunto de projetos implantados ou a serem implantados para atender, principalmente, os interesses das transnacionais para a produção de commodities.

Transterritórios são um conjunto de territórios nacionais, compreendidos como espaços de governança, em diversas escalas. Nos transterritórios, além dos espaços de governança há outros tipos de territórios, como as propriedades privadas comunitárias ou capitalistas que produzem conflitualidades pela disputa dos projetos de desenvolvimento e de sociedade. Essas conflitualidades geram territorialidades de dominação, como estudado por

²¹ <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>

²² <http://www.iirsa.org>



Ceceña (2007) e territorialidades de resistência como estudados em Fernandes (2008d).

Entre os vários argumentos que podemos usar para dizer que o território ganhou *status* nas diversas áreas do conhecimento, há um que se destaca. O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas, nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas pelas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Neste contexto, tanto o conceito de território, quanto os territórios passam a ser disputados. Temos então disputas territoriais nos planos material e imaterial.

Em que contexto estão acontecendo as políticas e as disputas territoriais? O que está em disputa é desde o pedaço de chão, onde vive o sujeito, está a comunidade, o bairro até as formas de organização espacial e territorial dos campos, cidades e florestas, que constituem os países. Por isso, a importância de todos os tipos de território e da frase citada na epígrafe deste artigo. Mirta - campesina paraguaia de Carumbey - tem a compreensão que perder sua terra para os sojeiros brasileiros implica na predominância de um modelo de desenvolvimento que determina a organização espacial e territorial de seu país.

As disputas territoriais são, portanto, de significação, das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais. O território compreendido apenas como espaço de governança é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. O território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais. Temos, portanto, duas compreensões distintas: a do território compreendido apenas como espaço de governança, multidimensional e pluriescalar. É o território da nação, do país, dos estados, províncias, microrregiões, departamentos, municípios e outras unidades geográficas de divisão escalar dos espaços de governança. Outra compreensão é a que estamos propondo sobre a tipologia de territórios, partimos do território como espaço de governança, mas reconhecemos os outros tipos de territórios fixos e



fluxos, material e imaterial, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais, que trataremos nas partes seguintes deste artigo. Por ora, para explicitar as diferenças dessas duas compreensões de territórios, denominaremos a compreensão de território apenas como espaço de governança como “território uno” e a compreensão da tipologia como “território diverso”.

As políticas neoliberais influenciaram nas disputas e ressignificações do conceito de território, principalmente porque passaram a utilizar o conceito como forma de dominação o provocou reações de resistência. Nas cidades, nos campos, nas florestas, entre campo e cidade, entre nações e povos em um país, a partir de diferentes relações sociais e políticas territórios são produzidos e destruídos em permanentes conflitos, gerando complexas conflitualidades. São vários exemplos na América Latina, em que o capital transnacional determina as políticas de desenvolvimento socioterritorial de diversos países. O IIRSA, citado neste artigo é o exemplo mais amplo, todavia, em cada país há de disputas territoriais permanentes, que multiplicariam os exemplos aos milhares.

O capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista. Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato do território ser uma totalidade, multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. As políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de territórios para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto de demarcar os pleiteados. A imposição da geograficidade deve-se também à ascensão do conceito de território porque a disputa pelo poder de interpretar e de determinar o conceito e os territórios se intensificou. O sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade.



Gottmann (1973) dedicou-se ao debate sobre a soberania. E é a partir deste geógrafo que ampliamos o debate. Soberania é um princípio do conceito de território. Todavia, antes de ser um princípio, ela é uma necessidade humana para a liberdade. A soberania é uma construção histórica dos povos e suas nações como também é uma construção das classes sociais e seus grupos internos. Todavia, a soberania não é poder político exclusivo do Estado sobre o território. A soberania do Estado é garantida pelas soberanias das múltiplas forças sociopolíticas que garantem o Estado. Considerando a multiterritorialidade, podemos falar em soberanias, cujas existências garantem a do Estado. O território do Estado é uma totalidade mas não é totalitário. Uma nação livre não será uma nação centralizadora. As instituições que formam o Estado Nação, como seus Poderes, os partidos, os sindicatos, as igrejas, as fundações, as cooperativas, as empresas, os movimentos e as ONGs constroem espaços e territórios no interior no território do Estado, constituindo assim diferentes soberanias. O Estado e seu território são disputados pelas instituições também por meio de seus territórios. A relação jurídica entre as instituições é regida pelo poder político do Estado e pelos poderes políticos de cada instituição.

Para discutir a totalidade como um princípio do território é necessário tomar muito cuidado para não ser mal compreendido. Evidente que não estou afirmando que tudo é território, mas sim que o território é um todo. Ainda é necessário afirmar que este todo é parte da realidade. Quando compreendo o território como todo estou entendendo sua multidimensionalidade. Isto significa que ao analisar os territórios por meio de uma ou mais dimensões, é somente uma opção, o que não implica em desconsiderar as outras dimensões. O princípio da multidimensionalidade nos ajuda a compreender melhor o da totalidade, já que são as dimensões que a compõem. As dimensões são formadas pelas condições construídas pelos sujeitos em suas práticas sociais na relação com a natureza e entre si. As múltiplas dimensões do território são produzidas relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. A dimensão une espaço e relação construídos pelas ações e intencionalidades.

A intencionalidade é compreendida parcialmente a partir da contribuição de Searle (1995). Compreendo-a como a opção histórica que as



peças fazem que determinam a direção de seus pensamentos para a construção e defesa de ações políticas, como a escolha de paradigmas, correntes teóricas, políticas públicas, modelos de desenvolvimento, ou seja leituras que direcionam as compreensões das realidades. É a intencionalidade que faz com que os estudiosos definam a totalidade de seus objetos. Por exemplo, é possível estudar dimensão econômica do território ou a dimensão territorial da economia. É possível estudar o território somente como espaço de governança, como uno, ou estudá-lo como diverso, pelas suas diferencialidades. É possível falar de exclusão ou inclusão precária, ou ainda é possível falar de capital social, capital político, capital natural ou dimensão social, dimensão política, dimensão cultural, dimensão natural dos territórios. São análises distintivas pelas direcionalidades determinadas pelas intencionalidades, em que a amplitude do objeto pode conter ou não as condições em questão. A intencionalidade é uma propriedade da política entendida como liberdade (ARENDETT, 1998). As intencionalidades propõem diferentes leituras para a realidade gerando conflitualidades materializadas pelas disputas nas interpretações dos fatos. A intencionalidade como opção histórica é também uma posição política, uma preferência pelas leituras de uma determinada classe social.

A conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e ou as superações das classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios (FERNANDES, 2008c). As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e território heterogêneos, gerando conflitualidades. As classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução socioterritorial. A conflitualidade é portanto um processo em que o conflito é apenas um componente. Esse processo é formado por diversos componentes polarizados como uno – diverso; consenso - crítica; regra – conflito; padronização - variedade; centralização – centralidades; território – territórios. O âmago da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia.

A pluriescalaridade (ou multiescalaridade) é um princípio básico para a compreensão das diferentes escalas dos territórios. Aqui a utilizamos para



pensar também os diferentes tipos de territórios, organizados em várias escalas. Uma referência parcial é a espacialidade diferencial de Lacoste (1988). Parafraseando Lacoste, podemos entender a pluriescalaridade a partir de uma tipologia como uma “territorialidade diferencial”. Por exemplo um transterritório está organizado em escala internacional, mas contém territórios em escala nacional, provincial e municipal. E estes territórios estão em permanente conflitualidade por disputas territoriais. Territórios – propriedades estão disputando o território espaço de governança, estão organizados principalmente em escalas municipais, mas pela pluriescalaridade, podem superar esses limites. Não estamos falando de uma propriedade jurídica, mas de um conjunto de propriedades que podem ser contínuas e descontínuas em vários espaços de governança, em escalas diversas, desde a municipal até a internacional.

A expansão do capitalismo desterritorializa outras relações sociais e extermina relações não capitalistas por meio do que Harvey (2003, p 137-182) definiu como acumulação pela espoliação [*accumulation by dispossession*] compreendidas pela destruição de postos de trabalho, precariedade das relação de trabalho, destruição dos territórios camponeses e indígenas. A acumulação pela espoliação significa um estágio avançado das relações capitalistas que necessitam cada vez menos da recriação das relações não capitalistas. Evidente que essa condição faz com que o capital recrie com menos intensidade trabalhadores assalariados e territórios camponeses, aumentando o número de excluídos. Além da espoliação há a tentativa de controle dos territórios que resistem através de políticas públicas elaboradas em conjunto pelo Estado, agências multilaterais e transnacionais. Esses processos de disputa e espoliação ocorrem nos campos, nas cidades e nas florestas, es escalas diversas. A compreensão de uma tipologia de territórios possibilita desvendar a diferencialidade por meio da conflitualidade.

A geograficidade nos revela a importância da leitura territorial ou leitura espacial, compreendendo o espaço ou o território como totalidade. Esta leitura permite compreender as diferencialidades das relações e territórios e mapear as conflitualidades para compreender melhor os sentidos das disputas territoriais. Para contribuir com essa compreensão discutimos a seguir os tipos de territórios.



2 – Tipos de territórios

A primeira versão deste ensaio foi apresentada no III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, em 2007, e publicado em Fernandes (2008b). A ideia de pensar os tipos de territórios nasceu de minhas pesquisas de campo, da interlocução com outros cientistas, do diálogo com meus orientandos e da leitura de diversas obras, como detalhei no artigo citado. O que sempre me chamou a atenção é o fato de o território ser majoritariamente compreendido como espaço de governança, enquanto presenciemos diversas formas de conflitualidades que não estão relacionadas necessariamente com os espaços de governança. Embora muitos autores tenham estudado estas conflitualidades, por exemplo Ceceña (2007) e Palau (2007), compreendo que a falta de uma tipologia dilui a diversidade de território em disputas. Não basta falar apenas em Território. É preciso definir: qual território? As classes e relações sociais não estão alheias aos territórios porque elas os produzem e por estes são produzidas. Ainda que não tenha esta preocupação, o livro de Delaney (2005) sugere uma tipologia de territórios ao refletir e exemplificar diferentes tipos de território. Delaney chama a atenção para os territórios do cotidiano que estão contidos nos espaços de governança.

Realidades, teorias, leituras, diálogos e reflexões foram as ações que possibilitaram a proposição de uma tipologia de territórios. Os territórios em diferentes escalas se sobrepõem, são utilizados de diferentes formas assim como as pessoas assumem e executam distintas funções ou como as relações sociais se mesclam, gerando multiterritorialidades. Esses processos complexos muitas vezes são generalizados, dificultando análises mais aprofundadas. Neste ponto chamo a atenção para uma questão importante. Não confundir a tipologia de territórios com a multiterritorialidade. Da tipologia nasce a multiterritorialidade e são objetos distintos. As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios.

Nesta proposição trabalho com as duas formas de territórios: material e imaterial. Os territórios materiais são fixos e fluxos. Santos (1978 e 1996) trabalhou com essas referências, discutindo os elementos do espaço e o território. Os territórios fixos e fluxos são os espaços de governança, as propriedades privadas e os espaços relacionais, que possibilitam distinguir os territórios do



Estado, os públicos e os particulares, constituídos a partir de diferentes relações sociais. A interdependência entre espaço de governança, propriedades e espaço relacional são compreendidas pela indissociabilidade das condições físicas, relacionais e intencionais. Para compreender melhor os movimentos das relações pelas classes sociais na produção de diversos territórios, propomos as seguintes denominações de ordem dos territórios: espaços de governança como primeiro território; propriedades como segundo território e os espaços relacional como terceiro território.

A ideia de fixo e fluxo está relacionada a todas as ordens e tipos de territórios. O primeiro e o segundo território são fixos ou são fluxos, já o terceiro território contém a qualidade de ser fixo e fluxo. Os espaços de governança são territórios fixos e fluxos, por exemplo: o território da nação, os palácios dos presidentes e governadores, seus aviões, carros e navios. Da mesma forma podemos nos referir às propriedades fixas e móveis. O terceiro território é formado pelas multiterritorialidades do segundo no primeiro território ou pode ir além da escala nacional, como é o caso dos transterritório. É importante destacar que não compreendemos o primeiro território como espaço absoluto, na acepção unidimensional. Reafirmo, compreendo o espaço de governança como o território da nação, gerador de multiterritorialidades por conter todos os outros tipos de territórios. O segundo território ou território – propriedade é compreendido pela diversidade e possibilidades dos tipos de propriedades, é construído pelas diferentes relações sociais praticadas pela classes sociais. A seguir, analisamos os tipos e ordens de territórios.

3- Primeiro Território

O primeiro território é o espaço de governança da nação, é o ponto de partida da existência das pessoas. Neste se constituem outros territórios produzidos pelas relações das classes sociais. Primeiro, segundo e terceiro territórios, assim como as formas material e imaterial são indissociáveis, contudo para analisá-los com mais detalhamento, propomos uma tipologia com uma ordem.



Para compreender melhor o território da nação é necessário entender bem os territórios que o compõem.

Na primeira parte deste artigo, nos referimos à importância do território para a compreensão das disputas territoriais geradas pela expansão das políticas neoliberais e o processo de espoliação, que é também um processo de desterritorialização. Todavia, como alertou Haesbaert (2004), a desterritorialização deve ser compreendida no interior da multiterritorialidade. Portanto, a ideia de espoliação de Harvey (2003), não é aqui utilizada como um fim, mas parte de um processo de disputa territorial gerador de conflitualidades.

Nos últimos anos, as transnacionais têm comprado enormes extensões de terras em diversos países da América Latina, África e Ásia para expandir seu modelo de desenvolvimento baseado na produção de commodities. Os movimentos camponeses e indígenas têm resistido a esta política pelo menos por duas razões: 1) porque a expansão dos territórios das transnacionais ocorrem sobre seus territórios, provocando sua desterritorialização, empurrando – os para novas áreas, provocando o desmatamento, abrindo novos territórios que no futuro poderão ser controlados pelas transnacionais (STAVENHAGEN, 2005). Este processo têm gerado uma ampla disputa territorial, êxodo rural, mudanças nas relações campo – cidade – florestas, ou seja provocando fortes impactos socioterritoriais. A resistência dos movimentos socioterritoriais aos processos de desterritorialização tem gerado multiterritorialidade, promovendo também a desterritorialização das transnacionais.

Essas realidades têm gerado debates sobre a venda de terras às transnacionais como uma questão de segurança nacional. Para além da questão geopolítica, está a questão do modelo de desenvolvimento socioterritorial em disputa. A produção de commodities está associada a um modelo de desenvolvimento que além de atingir diretamente a população desafia a soberania dos países. A produção de alimentos, fibras e combustíveis para o mercado internacional está relacionado ao uso dos territórios dos países pobres e à dependência tecnológica e econômica dos países ricos. Exemplos são as monoculturas de árvores, de soja e laranja. A constituição de um modelo de desenvolvimento organiza as infra – estruturas e os serviços, determinando os



tipos de usos dos territórios, expropriando os sujeitos e relações sociais que não são incorporadas ou cooptadas.

O primeiro território ou espaço de governança está organizado em diversas escalas e instâncias. Os estados, províncias, departamentos, municípios são frações integradas e independentes do primeiro território, são diferentes escalas dos espaços de governança. As propriedades também são frações do primeiro mas compõem o segundo território. Esta classificação tem como referências as relações praticadas pelas classes sociais. Elas produzem e organizam diversos territórios configurando o primeiro território. A eliminação da propriedade privada não elimina o segundo território. Mesmo em países onde as propriedades individuais – familiares pertencem ao Estado, há um território – propriedade. A relação entre primeiro e segundo território é intrínseca

4 – Segundo Território

Nossa casa pode ser o ponto de partida de referência para a compreensão de propriedade que apresento neste artigo. Estou me referindo a propriedade como espaço de vida, que pode ser particular ou comunitária. Todos os sistemas políticos criam propriedades com diferentes formas de organização do espaço. As propriedades podem ser definidas pelo seu valor de uso e/ou pelo seu valor de troca. As sociedades capitalistas criaram as propriedades capitalistas. Embora, o poder soberano do capital crie a imagem da totalidade, no entanto, a maior parte das pessoas e das propriedades das sociedades capitalistas não são capitalistas. Pelas relações de dominação articuladas no campo e na cidade, o capital concentra propriedades de modo a controlar os territórios. E recentemente começou a comprar florestas.

As propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias e as propriedades capitalistas formam o segundo território. Territórios capitalistas e não capitalistas produzem permanente conflitualidades pela disputa territorial. Territórios indígenas, quilombolas, camponeses, de moradia, com suas várias identidades são constituídos na multiterritorialidade rural e urbana. São movimentos socioterritoriais disputando o primeiro território em todas suas escalas.



As empresas transnacionais de modo diferenciado agem para disputar estes territórios. Em alguns casos a disputa pelo primeiro território também ocorre entre as próprias empresas capitalistas. O primeiro território e o Estado são disputados permanentemente. Os segundos territórios são frações do primeiro, mas devem ser distinguidos porque as relações sociais que os produzem são diferentes. Um território propriedade – privada não pode ser confundido com um território espaço de governança.

A disputa territorial ocorre de dois modos: pela desterritorialização ou pelo controle das formas de uso e de acesso aos territórios, ou seja controlando as suas territorialidades. Exemplos são os estudos de geógrafos e sociólogos que analisam essas disputas e conflitualidades. Oliveira (1991) discute essas disputas denominando – as de territorialização do capital ou do campesinato e de monopólio do território pelo capital, chamando – as de frações do território. Ramos Filho (2008) estuda as disputas territoriais pelas formas de acesso ao território, tanto pela ocupação da terra quanto pela compra da terra. Palau (2007) enfatiza a leitura territorial ao denominar de refugiados os camponeses expropriados pela territorialização da monocultura da soja. Souza Júnior (2008) estuda a luta pela moradia em João Pessoa, denominando – as como lutas por territórios. Indígenas, camponeses e sem-tetos, na floresta, no campo e na cidade disputando territórios para garantirem suas existências a partir de suas identidades. Territórios como propriedades nas florestas, campo e cidade possuem configuração e modos de usos distintos. Na cidade são usados predominantemente para moradia. Nas florestas e nos campos, além da moradia são usados para a produção de alimentos e mercadorias.

O Território recoloca a questão das classes sociais. As classes sociais são formadas por pessoas que ocupam a mesma posição nas relações sociais de produção em função das propriedades dos meios de produção, de seus territórios e dos poderes de decisão. Não é suficiente estudar as classes sociais somente pelas relações sociais. A propriedade é relação social e território, que nos possibilita estudar os territórios das classes sociais.

A afirmação de Haesbaert (2004, p. 20) de que *“não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo inseri-los num*



determinado contexto geográfico, "territorial", nos traz outra questão. Os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição desses territórios significa o fim desses sujeitos. O desapossamento também destrói sujeitos, identidades, grupos sociais e classes sociais. A ideia de acumulação por espoliação de Harvey (2003) revela seus próprios limites. E aí está o ponto forte da luta territorial, da disputa territorial. Sujeitos, grupos sociais, classes sociais não existem sem seus territórios. Este é o sentido supremo da luta pelos territórios dos povos camponeses e indígenas. O capitalismo sempre apropriou e ou subalternizou outras relações sociais e seus territórios. O desapossamento significa a intensificação da destruição dos territórios não subalternos e é exatamente neste ponto que destaco as formas de resistências que emergem dos campos, dos territórios rurais, muito mais que nas cidades.

As disputas territoriais são diferentes no campo e na cidade. Nas cidades, os movimentos socioterritoriais lutam principalmente por moradias. Os locais de trabalho e de moradia na cidade e no campo são distintos. A propriedade camponesa reúne moradia e trabalho em um só território. Na cidade, com a supremacia do trabalho assalariado, os territórios dos trabalhadores são suas moradias. Os locais de trabalho são predominantemente territórios do capital. De modo que - em parte - as conflitualidades entre assalariados e capitalistas não são necessariamente disputas territoriais, são disputas pelas riquezas produzidas pelo trabalho.

5 – Terceiro Território

O terceiro território é o espaço relacional considerado a partir de suas conflitualidades e reúne todos os tipos de territórios. O caráter relacional por unir as propriedades fixas e móveis promove os seus movimentos de expansão e refluxo. Esse movimento é determinado pelas relações sociais e as conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado. Enquanto a ideia de segundo território obedece ao caráter jurídico da propriedade, o terceiro se apropria dessa condição, mas não está subordinada a ela. Cavalcante (2008) e Girardi (2008) exemplificam esse movimento com os processos de territorialização da soja e de



outras culturas que disputam as formas de usos dos segundos territórios. Exemplo semelhante é a denominada “república da soja” criada pela transnacional Syngenta, que reúne partes dos territórios da Argentina, Paraguai, Brasil e Bolívia (FERNANDES, 2008b, p. 284). O terceiro território está relacionado às formas de uso dos territórios, portanto às suas territorialidades. No entanto, é importante alertar para não se confundir o terceiro territórios com a produção de sua territorialidade. Esta é a representação das formas de uso dos territórios.

Outro exemplo de terceiro território é pode ser esclarecido pela circulação da mercadoria. Empresas expandem e perdem territórios de acordo com o aumento e diminuição do consumo de seus produtos. Também podemos nos referir aos territórios do narcotráfico que se expandem ou refluem de acordo com as correlações de forças entre as facções ou das ações das polícias. Vale resgatar os exemplos que demos no início deste artigo sobre os transterritórios formados por projetos de “integração” ou por blocos comerciais. O terceiro território nos atinge em todas as escalas e está cada vez mais presente em nosso cotidiano.

6 – Território Imaterial

O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. Determinar uma interpretação ou outra, ou várias, convencer, persuadir, induzir, dirigir faz parte da intencionalidade na elaboração conceitual. Estou me referindo ao mundo das ideias em que forma, limite, referência, convencimento, conteúdo, área, domínio, extensão, dimensão entre outras diversas são noções necessárias para pensar que o pensamento também é produtor de relações de poder. A produção material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial. Igualmente, a produção imaterial só tem sentido na realização e compreensão da produção imaterial. Essas



produções são construídas nas formações socioespaciais e socioterritoriais. Os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais.

O território imaterial pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Penso o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder. Essa determinação deve ser compreendida como definir, significar, precisar a ideia ou pensamento, de modo a delimitar seu conteúdo e convencer os interlocutores de sua validade.

Este procedimento é “autológico” porque é isto que estou fazendo neste texto, procurando convencer os leitores da importância da tipologia de território e principalmente do território imaterial para fazer uma leitura geográfica da realidade. Evidente que a leitura da realidade pode ser feita dos mais diferentes modos a partir de qualquer ciência ou arte. Todavia, nenhuma ciência ou arte consegue explicar essa realidade sem o diálogo com as outras ciências e artes. É o conjunto das construções dos conhecimentos que possibilitam uma aproximação mais qualificada das possíveis interpretações das realidades. E esta é somente uma contribuição possível.

O território imaterial é formado por ideias e pensamentos diversos: conceitos, teorias, métodos, ideologias, paradigmas etc., que definem a leitura, o foco, a interpretação, a compreensão e portanto, a explicação do objeto, tema ou questão. Os pensadores, intelectuais, pesquisadores, estudiosos constroem, produzem explicações a partir da intencionalidade, que é parte do processo histórico de construção do conhecimento. Assim formam correntes teóricas interpretativas ou paradigmas que determinam suas interpretações. Outros pensadores, estudiosos, intelectuais, pesquisadores ao utilizarem os conceitos ou teorias, precisam compreender e aceitar as significações, as definições, previamente estabelecidas. Esta aceitação é uma condição para garantir o rigor da referência. A fidelidade às ideias originárias é necessária para qualificar o processo de desenvolvimento do conhecimento.



O pensador originário ou seminal ao elaborar o conceito tem o propósito de explicar algo por meio de sua intencionalidade. O pensador usuário ao aceitar e compreender a significação do conceito usa a interpretação proposta. Assim intencionalidade e fidelidade se realizam na multiplicação da possível explicação das coisas e objetos, relações e espaços, temas ou questões. Assim são construídas as correntes teóricas ou paradigmas no processo de disputa pela construção do conhecimento. Esse processo pode ser reproduzido pela subalternidade ou pela autonomia. O uso de conceitos se não for feito pelo questionamento de seus significados conduz o pesquisador usuário à comodidade da explicação fácil do objeto. Este é o sentido da subalternidade. O uso criterioso de conceitos, procurando compreender bem seus significados, por meio do questionamento da validade e do reconhecimento possibilita ao pesquisador usuário uma posição autônoma e comprobatória do conceito.

O território imaterial não se limita apenas ao campo da ciência, mas pertence ao campo da política. E pode ser utilizado para viabilizar ou inviabilizar políticas públicas, por exemplo. Exemplos concretos são as políticas de cotas nas universidades. Estas são produzidas como um território imaterial, cuja intencionalidade é promover a inclusão de sujeitos por meio de processos qualificados. Essas políticas rompem com os processos seletivos genéricos que de fato escondem outras condições políticas de acesso à universidade. Os exames universais de seleção para as universidades, mantém os privilégios dos mais abastados que são perdidos nos exames seletivos por cotas. É assim que um território imaterial, uma ideia, uma política se materializa em condição real de acesso à universidade e de mudança de destino de muitas pessoas. Essa mudança não se realizaria sem a criação do território imaterial que materializou o novo rumo das vidas dos sujeitos.

Os territórios imateriais são as bases de sustentação de todos os territórios. São construídos e disputados coletivamente. As disputas territoriais são alimentadas pelas organizações e seus *think-tank*. É impossível, pensar os diversos territórios sem pensar os territórios imateriais e as pessoas e grupos que pensam os territórios.



Considerações finais

Nestas considerações finais não termino este artigo. Este é um processo de construção teórica. Proponho o debate e a pesquisa para avançar na interpretação das realidades e seus territórios. A tipologia de territórios aqui apresentada está organizada em duas formas, três ordens e três tipos de território. Os territórios materiais e imateriais estão representados em primeiro, segundo e terceiro territórios (fixos e fluxos) entendendo os territórios como espaços de governança, como propriedades e como espaço relacional. Compreendo que esta proposição contribui para leituras mais aprofundadas dos processos socioterritoriais, evitando – se assim que fale de disputa territorial sem se definir o que é território. Mas ainda há muito a avançar. Este avanço ocorrerá pela continuação das pesquisas, reflexões, leituras, diálogos, debates e embates. Evidente que escrever sobre território sempre será uma relação de poder. Este é uma responsabilidade dos geógrafos que têm o território como categoria de análise.

Referências

ARENDDT, Hannah. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAVALCANTE, Matuzalem Bezerra. **Mudanças na Estrutura Fundiária de Mato Grosso (1992 – 2003)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós – Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2008.

CECEÑA, Ana Esther; AGUILAR Paula, Motto Carlos. **Territorialidad de la dominación: La Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA)**. Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2007.

DELANEY, David. **Territory: a short introduction**. Pondicherry: Blackwell, 2005.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses In: **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008a, p. 385-404.



FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território** In: Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008b, p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Campinas: Editora da Unicamp, 2008c p. 173-224.

FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008d.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Los dos campos de la cuestión agraria**: campesinado y agronegócio. Hacia dónde vamos: conflictividad agraria e laboral. Guatemala: Pastoral de la Tierra Interdiocesana, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em educação do campo**: espaço e território como categorias essenciais. In: A pesquisa em Educação do Campo. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Observatorio Social de América Latina. , v.16, p. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2008.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. São Paulo: New York, 2003.

IIRSA - INICIATIVA PARA LA INTEGRACIÓN DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA (2007). **Planificación territorial indicativa: grupos técnicos ejecutivos – GTE 2007 - resultados y carteras de proyectos 2007 (anexo)**. http://www.iirsa.org/bancomedios/documentos%20PDF/doc_cartera_2007.pdf.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus. 1988.



LEFEBVRE, Henry. **The production of Space**. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial no Brasil**. São Paulo Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PALAU, Tomás et al. **Los refugiados del modelo agroexportador: impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas**. Asunción: BASE: Investigaciones Sociales, 2007.

PEET, Richard. **Geography of Power: the making of global economic policy**. London: Zed Books, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2008.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Indigenous Peoples: An Essay on Land, Territory, Autonomy and Self-Determination**. Disponível em: <<http://www.landaction.org/printdisplay.php?article=327>>. Acesso em 16 de novembro de 2005.

SEARLE, John R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: **Território Territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.

SAQUET, Marcos. 2007. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**. Castro, Iná Elias. Gomes, Paulo Cesar Costa. Corrêa, Roberto Lobato (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.



SOUZA, Marcelo Lopes de. **A Prisão e a Ágora**. Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA JR., Xisto Serafim de Santana. **A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço urbano de João Pessoa-PB**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2008.





5. ENTRANDO NOS TERRITÓRIOS DO TERRITÓRIO

Bernardo Maçano Fernandes

Introdução

Este artigo é um ensaio teórico sobre o Território. E com base nesta reflexão proponho um debate sobre os tipos de territórios e as disputas territoriais. O que me motivou pensar sobre estes objetos é o fato de o Território ter sido escolhido por cientistas de diversas áreas do conhecimento como conceito central para o estudo de diferentes escalas e tipos de espaços geográficos. O conceito também passou a ser tema principal muito utilizado por distintas instituições na elaboração de projetos de políticas públicas, principalmente voltados para o desenvolvimento rural. Neste ensaio sobre o Território, procuro ir além da significação clássica mais utilizada do conceito como espaço de governança. Proponho uma tipologia de territórios a partir de referencial bibliográfico e de pesquisas de campo realizadas em diferentes países. O objetivo neste artigo é ampliar o debate sobre o Território e defender a ideia que a definição de sua significação é uma relação de poder que precisa ser constantemente debatida. Este poder é hoje muito utilizado pelas instituições e pelos estudiosos na realização de projetos de pesquisa e de desenvolvimento territorial rural que atinge milhões de pessoas em seus habitats.

Este ensaio é um dos resultados da reflexão teórica que venho fazendo há pelo menos dez anos estudando os movimentos camponeses vinculados à Via Campesina. Um conjunto de atividades me possibilitaram as condições para chegar a estas ideias que ora apresento. As atividades que me motivaram a esta reflexão referem-se à pesquisa, ao ensino e à extensão. Em 1998, com a criação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA²³, produzimos nosso território onde passamos a elaborar e executar diversas linhas e projetos de pesquisa, como por exemplo o DATALUTA – Banco de Dados da Luta

²³ O NERA é vinculado Departamento de Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Presidente Prudente. www.fct.unesp.br/nera.



pela Terra e o RIST – Relatórios de Impactos Socioterritoriais. Neste espaço, junto com meus orientandos construímos as condições de trabalho para pesquisas empíricas, ensaios teóricos e contribuições científicas para diferentes instituições e organizações. É importante registrar que as ideias aqui apresentadas são de minha inteira responsabilidade, pois são frutos de meus exercícios intelectuais. Mas quero registrar também que eu não teria construído esta reflexão sem a realização das atividades descritas nesta parte e na seguinte, em que muitas pessoas me ajudaram. Sou grato a essas pessoas de distintas organizações e diversos países que de diferentes formas me ofereceram as condições para pensar o Território e os territórios.

Desde 2002, com o início do projeto de pesquisa “A Formação da Via Campesina: espacialização, territorialização e mundialização dos movimentos camponeses²⁴”, nas pesquisas de campo, tenho observado os diferentes territórios que se formam com conflitualidade expressa pelas relações de subalternidade e resistência do campesinato ao agronegócio. Desde 2005, quando iniciei a coordenação do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural da América Latina e Caribe do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO, em diversas reuniões, tenho debatido uma parte das ideias aqui expostas. Eu também me beneficieei de diferentes experiências na realização de trabalhos de extensão e assessorias. Na primeira metade da década de 1980, comecei a estudar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Esta foi sem dúvida a mais rica experiência, a partir das realidades da luta pela terra, que me levou a suscitar as ideias para a construção de outras significações para o Território. Comecei a compreender que a luta pela terra é a luta por um determinado tipo de território: o território campesino²⁵. Esta compreensão está presente em meus trabalhos da década de 1990, em que o Território aparece como conceito central. No desenvolvimento de meus trabalhos, esta compreensão se fortaleceu ainda mais com as pesquisas sobre a Via Campesina em diversos países, como por exemplo: Brasil, Canadá, Estados Unidos, México, Guatemala, Espanha e

²⁴ Projeto de pesquisa desenvolvido com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, ao qual agradeço pelas condições oferecidas para a realização da pesquisa.

²⁵ Estudando diversos autores, aprendi que outros movimentos também lutam por um determinado tipo de território, como é o caso dos movimentos urbanos dos sem-teto. Em 2007, criamos no NERA um cadastro para o registro dos movimentos socioterritoriais no campo e na cidade, de modo a aperfeiçoar nossas pesquisas.



Portugal. Também, minha experiência com as assessorias para a Comissão Pastoral da Terra – CPT no Brasil e Pastoral de la Tierra Interdiocesana na Guatemala, na realização de pesquisas e as visitas a vários territórios em conflitos têm fortalecido os sentidos das significações que tenho empregado ao discutir os diferentes tipos de territórios.

Nos últimos dois anos, tenho debatido intensamente meus ensaios a respeito dos tipos de territórios e dos movimentos socioterritoriais²⁶. Um espaço importante onde tenho exposto e desenvolvido esta reflexão é a sala de aula. Quer destacar a disciplina Teorias dos Territórios e dos Movimentos Socioterritoriais, que ministrei no Programa de Pós Graduação em Geografia da UNESP, campus de Prudente e a disciplina Estructura agraria y estado en América Latina que ministrei no Programa de Estudios Latinoamericanos de la Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador (UASB). Tenho muito a agradecer aos alunos destas duas disciplinas que me ajudaram com seus trabalhos e distintas leituras a pensar melhor sobre os diferentes tipos de territórios. Em 2007, com o início do projeto de pesquisa “Estudo comparativo das transformações recentes nos campos brasileiro e cubano (1994-2005)²⁷”, tive a oportunidade de discutir os conceitos Espaço e Território com geógrafos cubanos. Agradeço aos colegas Roberto Gonzales, Angelina Herrera, Eduardo San Marful e Silvia Diaz pelo amplo debate realizado em reuniões e em pesquisa de campo.

Os eventos científicos são espaços fundamentais onde podemos expor nossas ideias e debater com nossos colegas. Sou grato aos pesquisadores, professores e alunos que leram e ou debateram parte das ideias em desenvolvimento que foram apresentadas no Encontro de Geógrafos da América Latina, realizado em Bogotá, 2007, no Latin American Studies Association Congress, realizado em Porto Rico, 2006, no VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural, realizado em Quito, 2006, No Canadian Association for the Study of International Development (CASID), realizado em Saskatoon, 2007, no Simpósio Internacional de Geografia Agrária, realizado em Londrina, 2007, No Seminário do

²⁶ A respeito do conceito de movimentos socioterritoriais, ver Fernandes (2005).

²⁷ Projeto de cooperação científico internacional Brasil – Cuba, como o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC) e o Ministro da Educação Superior de Cuba – MES/Cuba. Agradecemos à CAPES e ao MES pelo apoio na realização desta pesquisa.



Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, realizado em Brasília, 2007 e no VII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, realizado em Niterói, 2007. Pelas críticas e considerações agradeço aos meus colegas: Cliff Welch, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Jorge Montenegro, Antonio Thomaz Jr, Norma Giarraca, Miguel Teubal, Pilar Lizarraga, Carlos Vacaflores, Harry Vanden, Sérgio Leite, Luis Hocman, Carlos Walter Porto Gonçalves, Marcos Saquet, Edgar Kolling, Roseli Caldart, Monica Molina, Wilder Robles, Marcelo José Lopes de Souza, Ana Clara Torres Ribeiro, João Cléps Jr, João Fabrini e aos meus orientandos: Matuzalem Cavalcante, Eduardo Girardi, Eraldo Ramos, Nelson Pedon, Anderson Antonio da Silva e Janaina Francisca de Souza, Herivelto Fernandes e Estevan de Freitas.

1 – Os territórios do Território

O ponto de partida para uma reflexão sobre o Território é o Espaço. O espaço é a materialização da existência humana (LEFEBVRE, 1991, p. 102). *A amplitude desta significação exige muita atenção de nossa parte, para não reduzirmos o espaço a um fragmento.* O espaço é uma totalidade. É assim que Milton Santos define o espaço: como conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ação, que formam o espaço de modo, indissociável, solidário e contraditório (SANTOS, 1996, p. 51). Nesta definição estão contempladas a natureza e a sociedade. Por sistemas de objetos são compreendidos os objetos naturais ou elementos da natureza e os objetos sociais ou objetos produzidos por meio das relações sociais, que modificam e transformam a natureza, explicitando então a indissociabilidade. *A indissociabilidade é uma palavra-chave porque une os sistemas de objetos e os sistemas de ações de modo contraditório e solidário expresso pelas conflitualidades geradas pelas diferentes intencionalidades.* Ao analisarmos o espaço não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais. Desde esse ponto de vista, o ponto de partida contém o ponto de chegada e vice-versa, porque o espaço e as



relações sociais estão em pleno movimento no tempo, construindo a história. Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios.

Partimos do princípio que o território é construído a partir do espaço geográfico, ou que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993, p. 144). As transformações do espaço acontecem pelas relações sociais no processo de produção do espaço. Os objetos naturais ou elementos naturais também transformam o espaço, mas são as relações sociais que impactam o espaço com maior intensidade. Os sistemas de ações e os sistemas de objetos são indissociáveis, todavia é possível analisar as distintas intensidades de seus movimentos. A técnica e a tecnologia dinamizaram os sistemas de ações, impactando a natureza com maior intensidade. A formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço. Os seres necessitam construir seus espaços e territórios para garantirem suas existências (GOTTMANN, 1973, p. 1 - 15). Espaço e Território são categorias geográficas e são indiferentes, pois a diferença está na definição de Espaço e Território (SANTOS, 2004, p. 34). A definição do significado do conceito é um exercício intelectual do movimento entre o abstrato e o concreto ou do movimento entre o método (pensamento pensante), a teoria (pensamento pensado) e a realidade. É a intencionalidade que vincula o sujeito ao objeto, ou o pensador e o conceito pensado (SANTOS, 1996, p. 74). O método e a teoria são pensamentos, portanto, carregados de intencionalidade. Quando um pensador define a significação na construção de um conceito, está agindo com uma determinada intencionalidade por meio do método e da teoria. A intencionalidade é caracterizada pela direcionalidade do pensamento (SEARLE, 1995, p. 223-250), constituída em diferentes tendências pela experiência histórica dos sujeitos, que trabalhando com o rigor das teorias e dos métodos, define o significado do conceito.

A intencionalidade compreendida como propriedade do pensamento e da ideologia em que o sujeito delibera, planeja, projeta, dirige e propõe a significação e por conseguinte a interpretação, se realiza através das relações sociais no processo de produção do espaço e na compreensão desse processo. Deliberar, planejar, projetar, dirigir, propor, significar, interpretar são verbos que explicitam ação e poder. O poder de significar e interpretar expressa a intenção, a



pretensão do sujeito. A intencionalidade expressa, portanto, um ato político, um ato de criação, de construção. Este ato político exprime a liberdade da criação, da significação e da interpretação. Esta é uma forma de construção do conhecimento. Os sujeitos utilizam suas intencionalidades criando, construindo, produzindo suas significações dos conceitos, suas interpretações ou “enfoques” da realidade, evidenciando aspectos de acordo com interesses, definindo seus espaços e seus territórios, concretos e abstratos, materiais e imateriais. As interpretações, enfoques, pontos de vista ou abordagens acontecem por meio das intencionalidades que representam interesses de diferentes classes organizadas em diversas instituições. Embora esta questão me pareça evidente, penso ser importante lembrá-la: os estudiosos, pesquisadores e outros profissionais trabalham os conceitos e as teorias de acordo com a intencionalidade dessas instituições.

Ainda, a proposição da amplitude da significação ou da restrição da significação de um conceito é definida pela intencionalidade. Assim, os conceitos ganham significados diferentes, de acordo com as teorias, os métodos e as instituições. Pensadores vinculados a diferentes correntes teóricas, como por exemplo o Positivismo, o Neopositivismo, o Materialismo Histórico, a Fenomenologia elaboram distintas significações dos conceitos de Espaço e Território para realizarem diferentes interpretações. De acordo com as tendências das intencionalidades, os territórios podem ser vistos de diversas formas, por diferentes sujeitos. Dar significados mais amplos ou mais restritos depende da intencionalidade do sujeito que elabora e ou que usa o conceito. Eu defendo uma significação mais ampla para o conceito de território. O princípio da multidimensionalidade pode ser considerado como uma propriedade do significado do conceito de território. Este é um grande desafio, porque por mais que se defenda a multidimensionalidade na acepção do conceito de território, as teorias, métodos e práticas a fragmentam. Mas esta fragmentação não ocorre somente na multidimensionalidade dos territórios, acontece também na sua multiescalaridade.

Nas “abordagens territoriais” predominam análises da dimensão econômica e da dimensão social numa acepção de território como uma unidade geográfica determinada, quase sempre como espaço de governança. A definição



de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. Ao se ignorar propositalmente os distintos tipos de território, perde-se a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a escala internacional. O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder. Por essa razão, parece-nos que a multidimensionalidade, embora presente na significação do conceito de território em muitos artigos e documentos, não se realiza, porque implicaria na socialização das tomadas de decisão. Assim também a multiescalaridade é completamente desprezada, porque significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais.

É interessante observar que é neste contexto que o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio. Em suas diferentes acepções, o território sempre foi estudado a partir das relações de poder, desde o Estado ao capital, desde diferentes sujeitos, instituições e relações. Na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania. Quando nos referimos ao território em sua multiescalaridade, ou seja em suas diversas escalas geográficas, como espaço de governança de um país, de um estado ou de um município, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia dos governos na tomada de decisões. Quando nos referimos ao território como propriedade particular individual ou comunitária, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia de seus proprietários na tomada de decisões a respeito do desenvolvimento desses territórios.

Sempre é importante enfatizar a relação entre os territórios como espaço de governança e como propriedades. Esta relação é determinada por políticas de desenvolvimento, portanto quem determina a política define a forma de organização dos territórios. Aqui é necessário lembrar seus atributos: cada território



é uma totalidade, por exemplo: os territórios de um país, de um estado, de um município ou de uma propriedade são totalidades diferenciadas pelas relações sociais e escalas geográficas. Essas totalidades são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc. Compreender essas relações é essencial para conhecermos as leituras territoriais realizadas por estudiosos de diversas áreas do conhecimento e por diferentes instituições que impõem seus projetos de desenvolvimento às comunidades rurais.

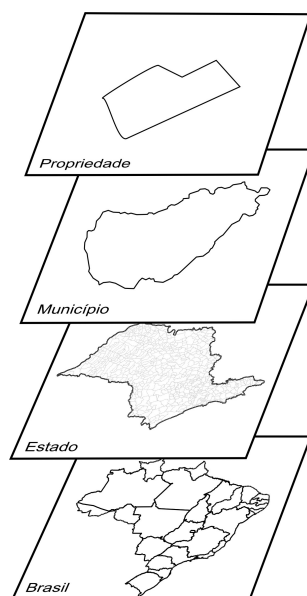
Cada instituição, organização, sujeito etc., constrói o seu território e o conteúdo de seu conceito, desde que tenha poder político para mantê-los. Esses criadores de territórios exploram somente uma ou algumas de suas dimensões. Isto também é uma decisão política. Todavia, ao explorar uma dimensão do território, ele atinge todas as outras por causa dos princípios da totalidade, da multiescalaridade e da multidimensionalidade. A compreensão de cada tipo de território como totalidade com sua multidimensionalidade e organizado em diferentes escalas, a partir de seus diferentes usos, nos possibilita entender o conceito de multiterritorialidade. Considerando que cada tipo de território tem sua territorialidade, as relações e interações dos tipos nos mostram as múltiplas territorialidades. É por essa razão que as políticas executadas no território como propriedade atingem o território como espaço de governança e vice-versa. A multiterritorialidade une todos os territórios através da multidimensionalidade e por meio das escalas geográficas, que podem ser representados como camadas sobrepostas (*layers*), em que uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional, internacional.

Neste sentido, ao se pensar políticas territoriais é necessário compreender sua multiescalaridade e sua multidimensionalidade. Quando o território é concebido como uno, ou seja apenas como espaço de governança e se ignora os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, temos então uma concepção reducionista de território, um conceito de território que serve mais como instrumento de dominação por meio das políticas neoliberais. Nesta condição, uma determinada região é escolhida para a aplicação de políticas de desenvolvimento, em grande parte, a partir dos interesses do capital. Evidente



que pelo fato das comunidades camponesas terem menor poder político, terão pouco poder de decisão na determinação das políticas, por mais que o discurso das instituições defenda o “empoderamento” das comunidades rurais. Desse modo, as políticas promovem o fortalecimento das relações capitalistas em detrimento das relações não capitalistas ou familiares e comunitárias. Intensifica-se, dessa forma, as políticas de expropriação das comunidades rurais, que perdem seus territórios para o capital que necessita se apropriar continuamente dos territórios camponeses para se expandir.

Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional. Para se compreender essa disputa é importante uma análise dos níveis e escalas territoriais: o primeiro território e o segundo território. O primeiro território é formado pelos espaços de governança em diferentes escalas: nacional, regional, estadual, municipal, distrital. O segundo território é formado pelos diferentes tipos de propriedades particulares. Por exemplo: o segundo território é uma fração do primeiro território, ou seja os diferentes tipos de propriedades são frações do território municipal, que é uma escala do primeiro território. Este é fração do território estadual, que por sua vez é fração do território nacional. Na figura 1, procuramos ilustrar esse exemplo.

**Figura 1 – Tipos de territórios**

Org.: Bernardo Mançano Fernandes/Eduardo Paulon Girardi

A partir dessa tipologia pode-se compreender as conflitualidades entre modelos de desenvolvimento que disputam territórios, condição essencial para a sua expansão. Estamos nos referindo especialmente aos modelos de desenvolvimento do agronegócio, resumidamente a partir da produção de monoculturas em grande escala, com trabalho assalariado, intensamente mecanizado e com utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas. E ao modelo de desenvolvimento do campesinato ou agricultura familiar, resumidamente a partir da produção de policulturas, em pequena escala, com predominância do trabalho familiar, com baixa mecanização, em sua maior parte, com base na biodiversidade sem a utilização de agrotóxicos. Esses modelos disputam territórios, produzindo o segundo território no interior do primeiro território. A disputa do segundo território também é a disputa do primeiro território. Embora sejam diferentes, estão no mesmo espaço geográfico municipal, que está no espaço geográfico estadual e este, por sua vez, está no espaço geográfico nacional, formando a multiterritorialidade. Esses modelos de desenvolvimento determinam a organização do espaço geográfico, por meio da produção de territórios, gerando e intensificando conflitualidades que são insolúveis por causa da hegemonia do modo capitalista de produção.



Reafirmamos, o território é uma totalidade mas não é uno. Conceber o território como uno é compreendê-lo apenas o espaço de governança, que é um tipo de território e ignorar os outros tipos de territórios. Mais uma vez é importante lembrar que compreender o território como totalidade é fundamental para se entender sua multidimensionalidade e sua multiterritorialidade. Enfatizamos que todas as unidades territoriais formam totalidades por conterem em si todas as dimensões do desenvolvimento: política, econômica, social, cultural e ambiental. Como os territórios são criações sociais, temos vários tipos de territórios, que estão em constante conflitualidade. Considerar o território como uno é uma opção para ignorar suas conflitualidades.

2 – Tipos de territórios

Para superar a compreensão do território como uno, singular, discutimos diferentes formas do território, como pluralidade. Temos territórios materiais e imateriais: os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia. Em nossa análise, consideramos três tipos de territórios materiais: o primeiro território formado pelo país, estados e municípios; o segundo território formado pelas propriedades privadas capitalistas ou propriedade privadas não capitalistas; o terceiro território formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. Estes são territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos e são produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território.

Primeiro território é o território do Estado e suas unidades territoriais internas: país, estados e municípios. São nestes que se organizam todos os outros territórios: propriedades particulares individuais e propriedades comunitárias (segundo território), que são territórios fixos. Nos territórios dos municípios são organizados territórios fluxos, cujas fronteiras se movimentam de acordo com as



ações institucionais e as conflitualidades. Exemplos de territórios fluxos ou móveis são espaços controlados por diferentes formas de organização, por exemplo: narcotráfico, prostitutas, etc.²⁸. Outros tipos de territórios móveis ou fluxos são navios e outras embarcações e os diferentes tipos de meios de transporte.

Neste artigo destacamos a formação do segundo território. O princípio da multidimensionalidade permite a compreensão que o processo de formação do território implica em conceber sua área, seus recursos e as relações que os transformam. O segundo território pode ser contínuo ou descontínuo, pertencer a uma pessoa ou instituição ou a diversas pessoas ou instituições. A caracterização fundamental é a relação social que o produz. O segundo território pode ser um todo ou parte, pode ser uma casa ou parte dela; uma empresa ou parte, uma universidade ou parte, uma igreja, um sindicato etc. Descontínuo, pode estar organizado em redes, ou as redes podem ligar diferentes territórios. A constituição desses tipos de territórios acontece por relações de poder em disputa no primeiro território. A soberania é uma qualidade ou propriedade exclusiva de todos os tipos de território. Embora não seja ininterrupta, a soberania está sempre em questão por meio da conflitualidade na disputa territorial no interior do território da nação. A conflitualidade é concebida como um conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento na disputa territorial. É um processo de enfrentamento permanente que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate constante, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político produzindo espaços e territórios heterogêneos.

Os territórios dos países são disputados pelas empresas transnacionais que controlam ou participam do controle de imensas áreas do primeiro e do segundo território. Dois exemplos podem ser observados nas figuras abaixo.

²⁸ Um exemplo desses territórios pode ser visto em Souza (1995). Entre outros autores que trabalham com diferentes tipos de territórios, para além da concepção clássica do território como espaço de governança, indicamos Saquet (2007) e Delaney (2005).



Figura 2 – Crítica à territorialização das transnacionais, por meio de compra de terras para controle do mercado de agrocombustíveis.

Fonte: Jornal Brasil de Fato, 4 de dezembro de 2007.



Figura 3 – Propaganda da Transnacional Syngenta representando área de quatro países onde predomina o monocultivo da soja.

Fonte: Evia, 2006.

Os movimentos camponeses e indígenas têm resistido a esse processo, disputando territórios com as empresas capitalistas. No Brasil, a Via Campesina ocupou uma propriedade da transnacional Syngenta como forma de protesto ao processo de territorialização da empresa. Na figura 4, observa-se a



ocupação de uma propriedade da Syngenta no município de Santa Teresa do Oeste no estado do Paraná.

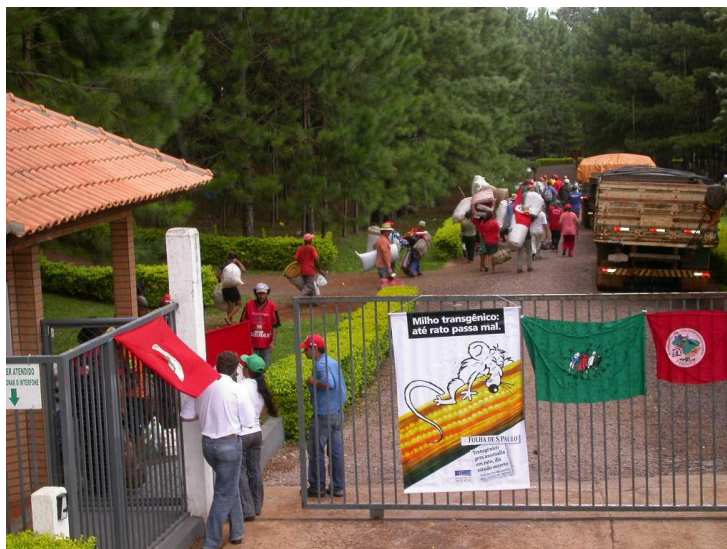


Figura 4 – Movimentos campesinos vinculado a Via Campesina ocupam propriedade da Syngenta.

Fonte: Arquivo MST

Uma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão, os territórios do agronegócio e os territórios campesinos e indígenas são distintos. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogêneo, enquanto a paisagem do território camponês é heterogêneo. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de



mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses.

Compreender essa tipologia de territórios é fundamental para o uso mais amplo do conceito. Se por um lado, o uso do conceito de território possibilitou a superação de leituras setoriais, por outro lado, predominam as leituras de territórios únicos que ignoram as conflitualidades, que promovem as disputas territoriais.

3 – Territórios em disputa

Em um ensaio publicado em 2002, Milton Santos fez a seguinte afirmação:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação do lugar (SANTOS, 2002, p. 9).

Como destacamos na introdução deste ensaio, o Território passou a ser conceito central de temas de estudos de algumas ciências como sociologia, economia, história e medicina. A antropologia, direito, ciência política e biologia, em geral, utilizam o Território como conceito central em suas análises. Mesmo na geografia, o Território ganhou mais espaço que o Espaço, a Região e o Lugar. Um dos últimos livros publicados por Milton Santos tem como título: “O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Enquanto nos anos 1980 e até meados de 1990, dedicou-se predominantemente às reflexões sobre o Espaço. Questionado sobre esta mudança, afirmou que:

O território com muita frequência e força – usado pelos homens da ciência política, pelos juristas, pelos antropólogos -, é sempre visto como uma coisa inerte, onde as ações dos homens se dão. Mesmo



quando se considera o território como contendo população, produção econômica, movimento dos homens e das mercadorias etc., quando falamos na relação sociedade-espço, sociedade-território, não víamos o território realmente como condicionante. Isso me preocupou porque, sobretudo com a globalização, com a competitividade, as empresas são terrivelmente sequiosas de localizações que lhes aumentem o lucro e o poder (SANTOS, 2004, p. 34).

Estes dois fatos chamaram minha atenção: a intensificação da territorialização do capital com a globalização e a emergência do conceito de território, que em muitos estudos passou a substituir o conceito de espaço. Em meus estudos sobre a formação da Via Campesina também os elegi em minha agenda de pesquisas como tema de reflexão teórica. Compreendo que estes dois fatos estão associados. O avanço das políticas neoliberais e seus ajustes estruturais provocaram pelo menos duas mudanças significativas na sociedade: a minimização do Estado e a maximização do capital na tomada de decisões a respeito das políticas de desenvolvimento e por conseguinte dos territórios. Esta realidade é mais bem compreendida com a crise do socialismo e conseqüentemente dos governos de esquerda, cujas políticas de desenvolvimento estão atreladas à expansão do mercado capitalista globalizado como a possibilidade econômica para o desenvolvimento. O capital maximizado determina ainda mais os rumos das políticas de desenvolvimento, enquanto o Estado minimizado assiste, muitas vezes passivo, a criação de leis e políticas que beneficiam muito mais os interesses das empresas capitalistas nacionais/transnacionais do que os interesses da sociedade. Especialmente no campo, as tomadas de decisões para o desenvolvimento têm sido determinadas pelos interesses das empresas nacionais/transnacionais. Por meio de suas *think tanks* são elaborados projetos de desenvolvimento e leis que viabilizam a sua execução, contando com apoio político e muitas vezes com o apoio econômico do Estado. Esta realidade tem gerado e intensificado as desigualdades sociais, por meio da exclusão, expropriação territorial e controle social da maior parte da população rural, com a precarização das relações de trabalho, desemprego estrutural e destruição de territórios camponeses e indígenas.



Tomamos essa conjuntura política como referência para discutir a emergência do Território no âmbito das políticas neoliberais. Esta urgência do conceito de território pode ser associada a precarização das relações de trabalho, ao desemprego estrutural e a destruição dos territórios camponeses e indígenas, por meio da acumulação por espoliação (HARVEY, 2004, p. 121). A utilização do conceito de território a partir dos princípios e da significação defendidas neste artigo nos possibilita compreender os processos que transformam os diferentes tipos de territórios. Isto significa ter uma compreensão e posição teórica e política na interpretação dessas realidades. Com a emergência e a expansão dos estudos sobre os territórios, diferentes interpretações e controvérsias geraram uma panaceia, já que o conceito de território passou a ser utilizado como fórmula mágica para tratar de projetos de desenvolvimento regionais. Na maior parte dos estudos que hoje é denominado de território são espaços geográficos que já foram chamados de microrregiões²⁹. A Ciência Geográfica tem a responsabilidade de contribuir intensamente com o com as leituras das diferentes análises. Alguns desses estudos que têm o Território como conceito central são influenciados por geógrafos que participaram ou são referências teóricas³⁰. Em outros, os estudos geográficos são ignorados e o Território, muitas vezes, é usado apenas como metáfora³¹.

Nas décadas de 1980 e 1990, principalmente, muitos geógrafos viveram uma triste experiência no uso conceitos sociológicos e econômicos como metáforas. Essa utilização inconsequente resultou numa dependência teórica da geografia às outras disciplinas. Para aplicação de um conceito de outra ciência é preciso compreender seus fundamentos e seus princípios. São poucos os estudos sobre territórios que se utilizam das teorias geográficas. Em alguns casos há até mesmo a proposta de utilização do território não como conceito, mas como instrumento. Por exemplo, Schneider e Tartaruga defendem

²⁹ Por exemplo, SCHEJTMAN, Alexander. BERDEGUÉ Julio. Desarrollo Territorial Rural. Santiago: RIMISP, 2003. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Atlas dos Territórios Rurais. Brasília: MDA, 2004.

³⁰ Um exemplo é a publicação do Ministério da Saúde "O Território e a vigilância em Saúde". Ver Escola Politécnica de Saúde.

³¹ Um exemplo é o livro "Territorios Eróticos" de Ana Teresa Torres.



a necessidade de se distinguir o uso e o significado do território como um conceito de análise, tal como lhe confere a geografia e outros disciplinas como a antropologia ou a biologia, dos sentidos instrumentais e práticos que lhe são atribuídos pelos enfoques ou abordagens territoriais [...] A diferença fundamental entre o uso e o significado conceitual e instrumental do território é que o sentido analítico requer que se estabeleçam referências teóricas e mesmo epistemológicas que possam ser submetidas ao crivo da experimentação empírica e, depois, reconstruídos de forma abstrata e analítica. O uso instrumental e prático não requer estas prerrogativas e, por isso, pode-se falar em abordagem, enfoque ou perspectiva territorial quando se pretende referir a um modo de tratar fenômenos, processos, situações e contextos que ocorrem em um determinado espaço (que pode ser demarcado ou delimitado por atributos físicos, naturais, políticos ou outros) sobre o qual se produzem e se transformam.

Neste sentido, é comum que o território perca seu sentido heurístico e conceitual e passe a ser utilizado como sinônimo de espaço ou região, conforme o caso. [...] o território passa a ser utilizado “numa perspectiva de desenvolvimento”; ou seja, como uma variável a ser considerada quando se pretende fazer algum tipo de intervenção sobre o espaço e as populações que resultem em alterações do quadro existente. Desse modo, a abordagem territorial do desenvolvimento pressupõe a ação sobre o espaço e a mudança das relações sociais nele existentes. Portanto, seus objetivos são, prioritariamente, instrumentais e práticos e, por esta razão, não se pode reivindicar ou reclamar das perspectivas ou abordagens territoriais por serem a-teóricas, **(sic)** pois foi exatamente com esta finalidade que foram elaboradas.

A tentativa de buscar referências espaciais e conferir-lhes poder de explicação causal parece ser uma tendência recente (talvez uma moda) que cresce em várias disciplinas das ciências sociais, notadamente na economia, na sociologia e na ciência política (SCHNEIDER & TARTARUGA, 2005, p. 14).

De acordo com a reflexão apresentada na primeira parte deste texto, a distinção pretendida por Schneider e Tartaruga em isolar o significado do conceito de seu uso seria como separar a teoria da prática ou o sujeito do objeto. O sujeito por meio de sua intencionalidade determina o significado que determina o uso. Esses procedimentos são indissociáveis, são diferentes e inseparáveis. Como explicitamos, a intencionalidade também se manifesta nas opções que os cientistas fazem na definição do significado do conceito de território. Antropólogos exploram mais a dimensão cultural, biólogos estudam mais a dimensão ambiental. Sociólogos e economistas também estão explorando apenas algumas das dimensões do território, principalmente as dimensões econômicas e sociais. Como



salientamos cada dimensão possui as outras, de modo que mesmo que enfatizamos uma dimensão é fundamental considerar os desdobramentos nas outras dimensões. As dimensões só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: a social, a ambiental, a cultural, a econômica etc.. Neste mesmo sentido pode se compreender as formas de organização dos diversos tipos de território em várias escalas geográficas. Estes procedimentos constituem a multidimensionalidade e a multiescalaridade que caracterizam a sustentabilidade dos territórios. A partir desses princípios não é difícil compreender o uso do conceito de território ao se falar dos monoculturas para exportação que se territorializam rapidamente em todo o mundo, desterritorializando camponeses e indígenas. Para defender grandes extensões de monocultivo, as empresas não se podem utilizar o princípio da multidimensionalidade. Por esta razão, o conceito de território aqui utilizado é um obstáculo para as empresas que exploram grandes áreas monocultoras, porque se preocupam apenas com as dimensões político-econômicas de seus territórios, como discute Porto-Gonçalves (2007).

Afirmar que se pode utilizar o Território apenas como recurso instrumental e prático nas abordagens e enfoques soa um tanto estranho. O território não é um instrumento. Instrumentos são objetos da metodologia. O Território é um conceito e uma categoria, é um objeto do método e da teoria, portanto não são a-teóricos. Vale reafirmar que o Território

é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 5).

O Território não é uma técnica, muito menos uma noção fechada, acabada, determinada. Não pode ser naturalizado, instrumentalizado, aparelhado. O sentido do uso do uso do conceito de território é o político, que tem como essência a liberdade. É esta liberdade que oferece condição para que Schneider e Tartaruga afirmem ser necessário instrumentalizar o território. Esta condição também permite que os autores revelem suas intencionalidades.



A emergência do conceito de território ainda necessita de uma reflexão profunda. Por que o conceito de território passou a ser mais usado que o conceito de espaço? Para responder esta pergunta é necessária uma ampla pesquisa sobre políticas, teorias e métodos. Portanto, neste ensaio pretendo apenas apontar algumas ideias construídas a partir de ampla bibliografia e trabalho de campo³². Os estudos sobre o desenvolvimento territorial rural podem ser classificados em duas tendências: aqueles que partem do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e os que partem do Paradigma da Questão Agrária (PQA). Para o PCA, as críticas ao capitalismo não ultrapassam os limites do sistema. As perspectivas do desenvolvimento territorial rural são compreendidas a partir dos modelos do modo de produção capitalista. Assim predominam estudos em que as referências são somente as relações capitalistas. As perspectivas de modernização são para atingir modelos do sistema para as empresas, mercados, tecnologias e outras políticas tendo como referência a reprodução das relações capitalistas. O PCA analisa e cria procedimentos metodológicos para classificar as desigualdades sociais, mas não utiliza conceitos e procedimentos para estudar a conflitualidade gerada pelo confronto entre as classes sociais. Por essa razão o conceito de território do PCA é muito próximo ao conceito de espaço ou de região, principalmente pela ausência das análises sobre as contradições e as conflitualidades. Para o PQA, as críticas ao capitalismo ultrapassam os limites do sistema. As perspectivas do desenvolvimento territorial rural são compreendidas a partir da crítica aos modelos do modo de produção capitalista. Os estudos do PQA utilizam como referências as contradições e as conflitualidades entre relações capitalistas e as relações não capitalistas. As perspectivas de modernização procuram criar modelos alternativos de organizações, mercados, tecnologias e outras políticas para superação da reprodução das relações capitalistas. Esta condição coloca o PQA em desvantagem com relação ao PCA. Enquanto o PCA acompanha o movimento da roda, o PQA procura reinventá-la. Neste ponto tem encontrado obstáculos de ordem teórica e política, por essa razão aprofunda suas críticas ao sistema que intensifica as desigualdades sociais, explorando conceitos e procedimentos para estudar a conflitualidade gerada pelo confronto entre as

³² A respeito do debate sobre os paradigmas do capitalismo agrário e da questão agrária, ver Fernandes (2007).



classes sociais. Por essa razão o conceito de território do PQA tem maior relevância à sua dimensão política, do enfrentamento entre as classes, distinguindo-se dos conceitos de espaço e região. Salvo, os casos em que os pensadores do PQA trabalham com o significado clássico de território como espaço de governança.

Quando se desenvolve as análises sobre uma realidade hegemônica, o conceito de território só tem sentido como espaço de governança, como território do Estado. Todos os outros espaços produzidos são espaços, regiões e lugares. Portanto, ao se aceitar a hegemonia de neoliberalismo ou a hegemonia do Estado, desconsiderando as contradições e as conflitualidades dessas realidades, é melhor valer-se da significação clássica de território. Uma análise da realidade em que se considere o movimento contínuo da conflitualidade pode-se observar diversos territórios e espaços. O significado de espaço é tão amplo quando o de realidade, porque esta é sua origem. O espaço e o tempo formam a realidade. Daí, as múltiplas possibilidades de compreender e usar o espaço. O Território não é tão flexível. A abstração do espaço e a concretude do território aparece nas reflexões de diversos geógrafos como por exemplo esta afirmação. *“Do ponto de vista epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território”* (MORAES, 2000, p. 17). Esta vaguidade pode ser observada nas consultas aos dicionários, onde o verbete espaço contém mais informações para explicá-lo que o verbete território. A vaguidade a que se refere Moraes, é confirmada por Santos, quando este entende que:

A palavra espaço é utilizada em dezenas de acepções. Fala-se espaço da sala, do verde, de um país, de um refrigerador, espaço ocupado por um corpo etc. (...) Palavras como vermelho, duro sólido não têm seus significados colocados em dúvida, estão associados a experiências elementares. O que não acontece com a palavra espaço, frequentemente substituída por lugar, território etc. A palavra é mesmo muito utilizada como substantivo, assim espaço do homem, do migrante, do sedentário etc. (SANTOS, 1988, p. 71).

O espaço passou ser adjetivado pelo significado de suas dimensões. Por exemplo, utiliza-se o espaço social como uma totalidade isolando-o de suas outras dimensões, como a cultural, econômica, ambiental, política etc. Esta



fragmentação do espaço pode acontecer com o território ao utilizá-lo também apenas por uma de suas dimensões, por exemplo território econômico, quando se considera a dimensão econômica do território como uma totalidade, ignorando-se as outras dimensões. Nesta acepção, o Espaço e o Território muito se aproximam em suas significações. São diferentes pelas definições dadas pelos teóricos. Mas as definições que determinam a significação também obedecem a imanência das características e qualidades ou propriedades produzidas pelas relações na história. Por exemplo, o poder é uma característica do espaço e do território, todavia, a soberania é uma qualidade ou propriedade exclusiva do Território. Com a utilização do conceito de espaço, pode-se abordar as relações de poder a partir de diferentes análises dos sistemas de objetos e de ações. Na década de 1970, a publicação do livro Espaço e Poder do geógrafo Paul Claval foi uma importante referência muito utilizada para discutir esse tema (CLAVAL, 1979). Em 2007, Richard Peet publicou *Geography of Power* abordando as relações de poder e espaço. Nos dois livros, embora os autores tratem do Estado, das relações de poder, do capital e do trabalho, o Território não aparece como conceito importante. Os conceitos de espaço e território possibilitam leituras e compreensões distintas. Um não substitui o outro. Todavia, em alguns trabalhos esses conceitos não estão bem definidos e pode-se perder as diferenças.

A globalização com a hegemonia das políticas neoliberais provocou a emergência do conceito de território em duas direções. Pelo PCA em que o significado de Território é utilizado muito próximo ao conceito de espaço ou de região, principalmente pela ausência das análises sobre as contradições e as conflitualidades. Alguns exemplos desse paradigma são os estudos financiados pelo Banco Mundial. Esta definição oculta uma forma de controle social das populações que vivem nos territórios, com a realização de políticas de subalternidade. Pelo PQA em que o ponto de partida do Território é a soberania, explicitada pela resistência à desterritorialização que acontecem por meio das políticas de desenvolvimento, evitando similitudes com o conceito de espaço. Um excelente exemplo desse paradigma é o livro *“Los Refugiados del Modelo Agroexportador: impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas”*, coordenado por Tomás Palau. As políticas neoliberais têm



intensificado o processo de desterritorialização dos territórios não capitalistas das comunidades camponesas e indígena ou de subalternidade dos territórios não capitalistas por meio de empreendimentos realizados em parcerias entre o capital e o Estado. No primeiro caso, as empresas do agronegócio se territorializam por meio da monocultura para exportação. No segundo caso, mantém o controle pelos empreendimentos, principalmente pelas tecnologias e pelo mercado. O capital administra o processo de desterritorialização dos camponeses e também a sua reterritorialização com a mercantilização das políticas públicas, como por exemplo a reforma agrária. O capital vende territórios capitalistas para a produção de territórios não capitalistas. Este é um exemplo do processo *acumulação por espoliação* (HARVEY, 2004, p. 115-148).

Para discutirmos este processo de disputa territorial apresentamos um estudo sobre a participação dos territórios capitalistas e não capitalistas no campo brasileiros, ou seja o primeiro e segundo territórios. Com a tabela 1, iniciamos nossa análise sobre o primeiro território e os diferentes espaços que o compõem, entre eles o segundo território. De acordo com Oliveira (2003, p. 126-127), com base nos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, em 2003, o território brasileiro de 850,2 milhões de hectares teria a seguinte composição: 15% ou 128,5 milhões de hectares eram terras indígenas; 12% ou 102,1 milhões de hectares eram unidades de conservação ambiental; 3,5% ou 29,2 milhões de hectares formavam as áreas urbanas, e as áreas ocupadas por rios, rodovias e as posses. 69,5% ou 590 milhões de hectares eram ocupados por propriedades rurais, sendo 49,5% ou 420,4 milhões de hectares dos imóveis cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e 20% ou 170 milhões de hectares formados por terras devolutas.

Tabela 1 – Brasil: ocupação das terras em milhões de hectares

Terras indígenas	128,5	15,0%
Unidades de conservação ambiental	102,1	12,0%
Imóveis cadastrados no INCRA	420,4	49,5%
Áreas urbanas, rios, rodovias e posses	29,2	3,5%
Terras devolutas	170,0	20,0%
Total	850,2	100%

Fonte: adaptado de Oliveira (2003, p. 126-127)



Na tabela 2, nos deteremos à análise do segundo território, ou seja os imóveis rurais cadastrados para compreendermos melhor as mudanças ocorridas na estrutura fundiária entre 1992 e 2003. Considerando o cancelamento 93 milhões de hectares de títulos de terras griladas em 1999, conforme anunciado no Livro Branco da Grilagem de Terra no Brasil, a área das propriedades rurais cresceu 89 milhões de hectares entre 1992 e 2003.

Tabela 2 – Brasil: mudanças na estrutura fundiária – 1992-2003

Imóveis em hectares	1992	%	2003	%
	Área em milhões de ha.		Área em milhões de ha.	
Com mais de 200 (capitalista)	245	74	297	71
Com menos de 200 (campeiros)	86	26	123	29
Total	331	100	420	100

Fonte: Atlas Fundiário Brasileiro, 1996; II PNRA, 2003. (Org.: Bernardo Mançano Fernandes)

Como defendemos neste artigo, os imóveis capitalistas e os camponeses produzem relações sociais distintas: capitalistas e não capitalistas, sendo, portanto, territórios distintos. Compreendemos que as relações sociais produzem os territórios e são produzidas por estes. Que os territórios são multidimensionais, onde se realizam todas as dimensões da vida, desde que, é lógico, sejam desenvolvidas por projetos políticos. Nestes territórios temos diferentes formas de organização do espaço e do trabalho, como demonstraremos adiante. Temos, portanto, duas relações sociais que produzem dois territórios distintos e, que para se expandirem, precisam destruir um ao outro ou se reproduzir ou se territorializar em outros territórios. Portanto, o território capitalista se territorializa destruindo os territórios camponeses, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Os territórios camponeses se territorializam destruindo o território do capital, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Enquanto a fronteira agrícola estiver aberta, esse processo continuará. Com o fechamento da fronteira agrícola, o enfrentamento entre os territórios camponeses e do capital será intensificado.

A tabela 2 nos possibilita uma boa noção desse enfrentamento. Em 1992 o capital controlava 245 milhões de hectares ou 74% da área dos imóveis. Observe que esta área aumentou para 297 milhões em 2003, mas a participação



relativa caiu para 71%. Enquanto a participação relativa do território camponês passou de 26% para 29%, ou em números absolutos de 86 para 123 milhões de hectares. Como afirmamos, este aumento de área de ambos os territórios só foi possível por que a fronteira agrícola está aberta. Um fator importante da territorialização do campesinato é, sem dúvida, a luta pela terra e as políticas de reforma agrária que possibilitaram a expansão dos territórios camponeses. Todavia, a expansão e o refluxo dos territórios são resultados de conjunturas econômicas e com a nova onda da agroenergia, há a tendência de expansão principalmente do território capitalista. Mas além desta tendência, o capital tem o poder de se territorializar mais rápido que o campesinato por causa das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, que expropria o campesinato de seus territórios. A territorialização do campesinato ocorre predominantemente por meio da luta popular e de políticas públicas.

Por tudo isto, utilizamos o conceito de território como um espaço de vida, ou parafraseando Ratzel, como um espaço vital, compreendido pela sua multidimensionalidade. Como salientamos, a luta pela terra e a reforma agrária formam o principal fator de territorialização do campesinato no território nacional. O desenvolvimento territorial e reforma agrária são processos indissociáveis. Portanto, a obtenção de terras e o desenvolvimento dos assentamentos são processos inseparáveis. O capital forma os seus territórios e se territorializa, ou seja, se expande multiplicando o controle de enormes áreas em todas as regiões. Na atualidade, no campo brasileiro, o capital tem o nome de agronegócio, que procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato através da terceirização da produção (que muitos chamam de integração) ou expropriá-lo através da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõe.

Pensar o território nesta conjuntura, deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios. Esses compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto formam territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes, paisagens geográficas completamente distintas. Nesta condição temos três tipos de paisagens: a do território do agronegócio que se distingue pela grande escala e



homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional pela monocultura e pelo produtivismo para a exportação; o território camponês que se diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo frequente povoamento, pela policultura e produção diversificada de alimento – principalmente – para o desenvolvimento local, regional e nacional; o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das *commodities* que se utilizam dos territórios camponeses.

Esta realidade nos coloca, pelo menos, uma questão: o que é desenvolvimento territorial para esta diversidade de territórios? Por suposto, necessitamos de vários modelos. Todavia, a tendência dos governos é pensar o desenvolvimento desde a perspectiva do agronegócio, porque este é compreendido como a totalidade da qual a agricultura camponesa ou familiar faria parte. Partir desta visão é começar perdendo e terminar derrotado. O desenvolvimento territorial e a reforma agrária devem estar contidos no conjunto de interesses dos diferentes tipos de camponeses e, no que se refere à reforma agrária, pensar os projetos de assentamentos como territórios. Um princípio importante é pensar o desenvolvimento territorial como uma totalidade, em que se desenvolvem todas as dimensões: política, social, cultural, ambiental e econômica, não necessariamente nesta ordem, mas como um conjunto indissociável. Desenvolvimento e território são conceitos multidimensionais. Neste sentido, a reforma agrária é um projeto de desenvolvimento territorial. E ao mesmo tempo, a reforma agrária é uma questão nacional.

Observando a tabela 1, compreendemos o controle territorial do agronegócio e do campesinato. Grosso modo, relacionando a tabela 2 e a tabela 3, podemos analisar que os tipos de assentamentos corresponderiam a aproximadamente metade da área dos territórios camponeses. Essa análise enfatiza a importância da luta pela terra e da reforma agrária da criação e recriação do campesinato e também nos coloca um conjunto de preocupações.



Tabela 3 - Tipologia dos Assentamentos – Brasil - 1985-2006

Tipos	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
FLONA	12	0.15	3.675	0.41	4.268,006	6.85
PE	612	7.68	49.957	5.55	2.373,453	3.81
PAE	194	2.44	45.411	5.04	6.503,154	10.43
PDS	77	0.97	22.875	2.54	2.912,305	4.67
RDS	6	0.08	2.000	0.22	5.673,710	9.10
RESEX	35	0.44	28.555	3.17	9.073,096	14.55
PA	6.727	84.45	731.059	81.16	30.804,272	49.40
OUTROS	303	3.80	17.267	1.92	742,627	1.19
TOTAL	7.966	100.00	900,799	100.00	62.350,623	100.00

Fonte: DATALUTA, 2007

Florestas Nacionais – FLONA; Projeto de Assentamento Estadual – PE; Projetos Agroextrativistas – PAE; Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS; Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS; Reservas Agroextrativistas – RESEX; Projeto de Assentamento Federal – PA; Outros correspondem diversos tipos projetos, por exemplo: projetos de colonização e projetos municipais de assentamentos.

As RESEX, FLONA e RDS são projetos reconhecidos pelo INCRA como beneficiários da reforma agrária. Nestes projetos mais os projetos agroextrativistas foram assentadas 119.783 famílias, apenas 13% das famílias assentadas no período, em 627 projetos, abrangendo uma área de 29 milhões hectares, 47% do total da área destinada a reforma agrária. Os projetos de assentamento federal e estadual, que têm como característica principal a desapropriação de terras para reforma agrária, foram responsáveis pela criação de 92% dos assentamentos implantados em todo país, utilizando 53% da área destinada a reforma agrária e assentando 87% das famílias. Os projetos estaduais e federais utilizaram apenas 4 milhões de hectares a mais do que os outros cinco projetos. Portanto, para este período compreendido desde o governo Sarney ao governo Lula, predominou a criação de projetos de assentamentos federais e estaduais. Observe-se que pelas próprias características dos tipos de assentamentos: agroflorestais e agropecuários, que as áreas de seus territórios são quase equivalentes. A maior parte dos assentamentos agroflorestais e dos projetos reconhecidos está na Amazônia.

Na tabela 4, pode-se observar que no primeiro mandato, o governo Lula implantou 2.270 assentamentos onde foram assentadas 244.873 mil famílias em 29 milhões de hectares. Somente os projetos agroextrativistas e os projetos



reconhecidos pelo INCRA foram responsáveis pelo assentamento de 104.969 famílias, em 489 Projetos de Assentamento – PAs, abrangendo uma área de 24 milhões de hectares. Estes projetos correspondem a 21% dos assentamentos criados, com 42% das famílias assentadas em 81% da área total.

Tabela 4 - Tipologia dos Assentamentos – Brasil - 2003-2006

Tipos	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
FLONA	11	0.48	3.075	1.26	3.248,006	10.95
PE	277	12.20	18.224	7.44	827,116	2.79
PAE	177	7.80	39.103	15.97	4.976,843	16.77
PDS	73	3.22	22.330	9.12	2.820,379	9.51
RDS	5	0.22	1.500	0.61	4.341,239	14.63
RESEX	29	1.28	27.341	11.17	8.046,392	27.12
PA	1.504	66.26	121.680	49.69	4.753,188	16.02
OUTROS	194	8.55	11.620	4.75	657,259	2.22
TOTAL	2.270	100.00	244.873	100.00	29.670,422	100.00

Fonte: DATALUTA, 2007

Florestas Nacionais – FLONA; Projeto de Assentamento Estadual – PE; Projetos Agroextrativistas – PAE; Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS; Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS; Reservas Agroextrativistas – RESEX; Projeto de Assentamento Federal – PA; Outros correspondem diversos tipos projetos, por exemplo: projetos de colonização e projetos municipais de assentamentos.

Através desta leitura podemos constatar que o atual governo optou pela intensificação da tendência da política de assentamentos em áreas da Amazônia. Esses projetos são criados por meio de desapropriação, mas predominantemente pela regularização fundiária. Esses projetos afetam lentamente a desconcentração de terras no país. Por outro lado, estes assentamentos impedem, ao menos no âmbito legal, o avanço do agronegócio nas regiões onde foram implantados, pois as famílias assentadas nestas áreas são responsáveis pela preservação e manejo destas terras. Por outro lado, nas regiões Nordeste e Centro-Sul as ocupações intensificam a luta pela terra, pois são nessas regiões que 90% das famílias lutam pela terra.

Considerações finais

Neste artigo, procuramos contribuir com uma definição mais ampla de território que aquela que o compreende apenas como espaço de governança.



Neste sentido, desenvolvemos uma crítica e uma proposição a partir de uma tipologia de territórios. A partir de diferentes exemplos, analisamos as disputas territoriais e conceituais. As ideias aqui apresentadas estão em aperfeiçoamento e são referências importantes para se estudar o desenvolvimento territorial rural. Acreditamos ser importante o acompanhamento dos processos de territorialização dos diferentes tipos de territórios aqui apresentados para mapear as conflitualidades geradas pelas desigualdades do sistema capitalista.

Referências

- CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- DELANEY, David. **Territory: a short introduction**. Pondicherry: Blackwell, 2005.
- ESCOLA Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Org.). **O território e a vigilância em saúde**. BARCELOS, Christovam, ROJAS, Luisa Iñiguez s. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV/Proformar, 2004.
- EVIA, Gerardo. **La Republica de la Soja: Las alegorias de la globalizacion**. Disponível em: <<http://www.agropecuaria.org/analisis/EviaRepublicaSoja.htm>> Acessado em 12 de fevereiro de 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**, v.16, p. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2007.
- GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- LEFEBVRE, Henry. **The production of Space**. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Atlas dos Territórios Rurais**. Brasília: MDA, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Revista Terra Livre**, nº 21, pp.113-156. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2003.

PALAU, Tomás *et al.* **Los Refugiados del Modelo Agroexportador: impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguaya**. Asunción: BASE: Investigaciones Sociales, 2007.

PEET, Richard. **Geography of Power: the making of global economic policy**. London: Zed Books, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De Saberes e de Territórios - diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Niterói: 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **As Consequências Sociais e Ambientais da Prioridade ao Monocultivo**. Niterói: 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: **Território Territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.

SANTOS, Milton. **Testamento Intelectual**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHEJTMAN, Alexander. BERDEGUÉ Julio. **Desarrollo Territorial Rural**. Santiago: RIMISP, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. TARTARUGA, Ivan G. Peyré. **Do território Geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural**. Trabalho apresentado nas Jornadas de intercambio y discusión: el desarrollo Rural en su perspectiva



institucional y territorial. Buenos Aires: FLACSO – Argentina – Universidad de Buenos Aires/CONICET, 2005.

SEARLE, John R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**. Castro, Iná Elías. Gomes, Paulo Cesar Costa. Corrêa, Roberto Lobato (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TORRES, Ana Teresa. **Territórios Eróticos**. Caracas: Editorial Psicoanalítica, 1998.





6. CONFLITUALIDADE E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL³³

Bernardo Maçano Fernandes³⁴

*Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender*

Chico Buarque

Introdução

Este artigo é resultado de uma longa reflexão teórica que tem como bases e referências as pesquisas de campo e as leituras sobre a questão agrária no Brasil e, nos últimos dez anos, na América Latina. Tenho debatido o conteúdo deste trabalho em diversos espaços com pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e distintos paradigmas³⁵. Neste artigo, a questão agrária é tratada a partir de dois processos que comumente são analisados em separado: o conflito por terra e o desenvolvimento rural. Há, inclusive, uma compreensão predominante de que o conflito prejudica o desenvolvimento. Confrontando essa visão afirmamos que conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente. A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão redutiva, porque esses conflitos por serem

³³ Este texto foi elaborado a convite do professor Antônio Márcio Buainain. Participamos, em abril de 2004, juntamente com Carlos Enrique Guazinroli e Antony Hall, em seminários no Lincoln Institute of Land Policy e na Harvard University debatendo a questão do acesso à terra e conflitos agrários no Brasil. Apresentamos visões distintas, o que possibilitou bom debate com os presentes e também entre nós. Buainain propôs que reuníssemos nossos textos em uma mesma publicação para expandir o debate, contribuindo com o desenvolvimento do conhecimento e, certamente, produzindo novos conflitos acadêmicos entre os teóricos da questão agrária.

³⁴ Geógrafo, professor no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista-UNESP, campus de Presidente Prudente. Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária-NERA. www.prudente.unesp.br/dgeo/nera Pesquisador do CNPq. Coordenador do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais – CLACSO.

³⁵ Meus agradecimentos aos caros amigos que se deram ao trabalho de ler e criticar a primeira versão deste texto: Ariovaldo Umbelino de Oliveira; Cliff Welch, Carlos Walter Porto Gonçalves, Jorge Montenegro Gómez e Antonio Márcio Buainain. Também sou muito grato a Wilder Robles, Jorge Nef e Jean Yves Martin, com quem troquei muitas idéias e todos contribuíram imensamente com os pensamentos desenvolvidos neste artigo.



territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais.

Um dos obstáculos que impedem uma leitura da territorialidade do conflito está na compreensão que os paradigmas têm da conflitualidade. Confrontamos os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo agrário em uma leitura crítica para analisar as contribuições e os limites de seus referenciais teóricos, suas dicotomias e preconceitos. Dois problemas explícitos nos estudos paradigmáticos são as restritas e lineares definições de conflito, de desenvolvimento e de território. Conta-se ainda com outros problemas de ordem prática, técnica e política quando nos referimos a estrutura fundiária e as ocupações de terra.

Nesta leitura crítica debatemos o conflito não como um processo externo ao desenvolvimento, mas que acontece no seu interior e é produzido em diferentes escalas geográficas e dimensões da vida. Os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento “territorial” rural e nestes se desdobram. Apresentamos uma crítica às visões de desenvolvimento territorial rural que não têm o conflito como processo presente. Esses conceitos são insuficientes e os projetos realizados fracassam exatamente porque ignoram um dos principais movimentos do desenvolvimento – os conflitos sociais.

Analisamos as formas como o MST organiza os trabalhos de base para a formação de grupos de famílias e realização de ocupações. Este é um trabalho formador de organizações sociais e de territorialização que contribui para o desenvolvimento. Basta ler os diversos relatórios de pesquisas, livros, teses,



dissertações e monografias³⁶ para observar como milhares de famílias que cotidianamente, realizaram ocupações, se estabeleceram em diferentes municípios por todos os estados brasileiros e estão contribuindo com o desenvolvimento territorial rural.

Essas famílias produzem e se reproduzem por meio dos conflitos e do território, ou seja, ao conquistarem a terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência. Através da territorialização da luta pela terra, elas realizam – também – novos assentamentos. A maior parte dos assentamentos é resultado do conflito que promove o desenvolvimento. Essas famílias organizadas em movimentos socioterritoriais não aceitam as políticas de mercantilização da vida e por essa razão usam meios “estranhos” ao capital, que é confrontado a todo momento. Por outro lado, as políticas mercantis não têm apresentado resultados amplos de ressocialização que possam impedir ou convencerem as famílias sem-terra a abandonarem suas ações. O Estado também não consegue acompanhar os conflitos para solucioná-los. Por tudo isso, nas considerações finais, proponho o “empate” com espaço-diálogo em que os interessados possam debater o conflito como desenvolvimento, não criminalizar a luta, tratando-a por meio de diferentes políticas no processo da conflitualidade.

1. Questão agrária e conflitualidade

Compreender a questão agrária está entre os maiores desafios dos pesquisadores das Ciências Humanas. A amplitude e a complexidade deste problema possibilitam várias leituras, porque os cientistas que pensam a questão agrária constroem diferentes paradigmas que projetam suas visões de mundo. Nas pesquisas a respeito da questão agrária, esses intelectuais têm seus respectivos métodos de estudos, seus referenciais teóricos, portanto suas ideologias, que compõem as análises e influenciam, determinando as compreensões do problema. Desse modo, procurar compreender a questão agrária nos coloca num turbilhão que pode ser representado por um enunciado de José de Souza Martins (MARTINS, 1994, p. 12-13): “*Na verdade a questão agrária engole a todos e a*

³⁶ Ver, por exemplo, Romeiro, Guazinroli, Leite (1994); Lima e Fernandes (2001); Ramalho (2002); Leal (2003) e Leite (2004).



tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê quem quer e quem não quer". Evidente que a questão agrária não é um enigma. Sua compreensão é possível, desde que seja analisada na sua essência, sem subterfúgios, reconhecendo e revelando os seus limites em um campo de possibilidades que exige uma postura objetiva nas tomadas de decisão no tratamento da questão agrária.

A questão agrária está presente no nosso cotidiano há séculos. Pode-se querer não vê-la, encobrendo deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia-a-dia. Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto. Em cada estado brasileiro a questão agrária se manifesta, principalmente, nas ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças. Iguamente está presente nos latifúndios, no agronegócio e nas "*commodities*"; nas teses, livros e relatórios. No dia-a-dia é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua *conflitualidade*. Por sua complexidade, alguns pesquisadores e outros envolvidos com este problema desistem de tentar compreendê-la. Abandonam esse desafio, pois se investe tanto em busca de uma solução que nunca se realiza. A questão agrária derrota os políticos com prometem resolvê-la, vence os religiosos que crêem no seu fim, atropela indiferente os cientistas que tentam afirmar sua inexistência.

A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da *sujeição da renda da terra ao capital* (MARTINS, 1981, p. 175). Nessa diferenciação prevalece a sujeição e a resistência do campesinato à lógica do capital. Na destruição do campesinato por meio da expropriação, ocorre simultaneamente a recriação do trabalho familiar através do arrendamento ou da compra de terra e, também; uma pequena parte é transformada em capitalista pela acumulação de capital, compra de mais terra e assalariamento.



Por essa razão, a questão agrária gera continuamente *conflitualidade*. Porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato; de monopólio do território camponês pelo capital (OLIVEIRA, 1991, p. 24-5). A *conflitualidade*³⁷ é o processo de enfretamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do *controle político* e de modelos de desenvolvimento. Santos, 1999, apresenta algumas idéias-elementos contidas no conceito de *conflitualidade*, que reproduzimos aqui, todavia, acrescentada de noções que contribuem com uma leitura da espacialização e da territorialidade da *conflitualidade*. As idéias-elementos são: 1) a complexidade das relações sociais construídas de formas diversas e contraditórias, produzindo espaços e territórios heterogêneos; 2) a historicidade e a espacialidade dos processos e conflitos sociais, dinamizadoras e não determinadas; 3) a construção política de uma perspectiva relacional das classes sociais em trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução social; 5) o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao “consenso”; 6) posicionar-se ante aos efeitos da globalização da sociedade, da economia e dos espaços e territórios, marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades e ameaçando a consolidação da democracia (SANTOS, 1999, p. 12-13).

A vastidão da questão agrária alcança o campo e a cidade, atinge todas as instituições e abarca todas as dimensões do desenvolvimento. A questão agrária é composta da contradição e do paradoxo, que revelam sua complexidade. A contradição está na estrutura do sistema capitalista e o paradoxo no movimento da questão agrária. E é este o seu caráter mais importante, porque manifesta *conflitualidade e desenvolvimento* através de relações sociais distintas, que constroem territórios diferentes em confronto permanente. Do reconhecimento

³⁷ São diversos os estudos a respeito da conflitualidade que abordam diferentes dimensões e escalas desse processo. Dois estudiosos da questão são: o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves que tem realizado estudos amplos das conflitualidades na luta pela terra, inclusive classificando as distintas formas de conflito. Ver Gonçalves (2004; 2005). Também o sociólogo José Vicente Tavares dos Santos tem investido na construção teórica de uma sociologia da conflitualidade. Ver, a respeito, Santos (1999) e Santos (2004). Neste artigo, trabalhamos com algumas dimensões da conflitualidade produzida pela questão agrária.



dessas diferenças compreendemos melhor a *conflitualidade* que promovem o *desenvolvimento* do Brasil.

A *conflitualidade* é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A *conflitualidade* é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural. A *conflitualidade e o desenvolvimento* acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento. A agricultura camponesa estabelecida ou que se estabelece por meio de ocupações de terra e implantação de assentamentos rurais, resultantes de políticas de reforma agrária, promovem conflitos e desenvolvimento. A agricultura capitalista, na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento. É importante destacar, ainda, que uma parte fundante desse paradoxo é a obsessão da destruição do campesinato³⁸ e no crescimento da organização camponesa em diferentes escalas e de diversas formas: no Brasil, na América Latina e no Mundo³⁹.

Em todo o século XX, *conflitualidade e desenvolvimento* coexistiram, embora fossem tratados separadamente. O tratamento à parte desses processos simultâneos atrapalha a compreensão da questão agrária. Da forma como tem sido tratada, é como se o capitalismo só promovesse o desenvolvimento e a luta pela terra só motivasse o conflito. De um lado, a apologia ao agronegócio. De outro a criminalização da luta pela terra. Enquanto, de fato, ambos produzem *conflitualidade e desenvolvimento*. É preciso superar esta visão dicotômica para tratar a essência da complexidade da questão agrária.

³⁸ Referências a respeito deste debate são Bryceson *et al*, 2000; Goldberg, 1996. Na parte seguinte deste artigo, aprofundamos essa questão a partir de uma análise dos principais paradigmas utilizados na leitura da questão agrária brasileira.

³⁹ Um bom exemplo é a Via Campesina, que está organizada em todos os continentes, reunindo dezenas de movimentos camponeses (DESMARIS, 2001; FERNANDES 2004).



O capital se realiza desenvolvendo a sua própria relação social, destruindo o campesinato, mas também se desenvolve na criação e na recriação do campesinato. Nesta *condição*, a formação do campesinato acontece, em parte, por meio da subalternidade dirigida pela *lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo* (MARTINS, 1986, p. 21). A relação capitalista se realiza em si mesma e pela reprodução de suas contradições. Esta é a marca de seu poder, cuja capacidade extraordinária de superação tem como fundamento o *controle político* das relações econômicas. O *controle político* é explicitado pelas regras que regem o mercado, construídos a partir da lógica do capital. Desse modo, o mercado torna-se território do capital. Essas regras são determinadas por lei, a partir de princípios que representam interesses de uma classe, e são votadas no Congresso Nacional pela maior parte dos parlamentares eleitos democraticamente. Assim, os capitalistas, também denominados *ruralistas*, procuram sempre que possível deslocar as políticas relativas à questão agrária para o mercado.

A formação do campesinato não acontece somente pela *reprodução ampliada das contradições do capitalismo*. A outra *condição* de criação e recriação do trabalho camponês é uma estratégia de *criação política do campesinato: a luta pela terra*. É por meio da *ocupação da terra* que historicamente o campesinato tem enfrentado a condição da *lógica do capital* (FERNANDES, 2000, p. 279 *et seq.*). A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação e ou recriação da relação social familiar ou camponesa. Este é o seu ponto forte, que gera a possibilidade da formação camponesa, da sua própria existência, fora da *lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo*. Este também é seu limite, porque não possui o *controle político* das relações econômicas.

Essas duas condições, a reprodução ampliada das contradições do capitalismo e da política camponesa de construção de sua existência, geram a conflitualidade que projeta diferentes modelos de o desenvolvimento. A conflitualidade resulta do enfrentamento das classes. De um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa. A



conflitualidade gerada pelo capital em seu processo de territorialização, destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades. A *conflitualidade* gerada pelo campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. Essa *conflitualidade* promove modelos distintos de desenvolvimento.

No interior desse processo há os trabalhadores assalariados qualificados e os bóias-frias, de origem rural e urbana. Estes últimos estão em movimento decadente por causa do desemprego estrutural, gerado pela mecanização da agricultura e a informatização da indústria e do comércio. Uma tendência na trajetória da vida dessas pessoas é a de tornarem-se camponeses, por meio da ocupação de terra ou das políticas de crédito fundiário. É importante destacar que a ocupação da terra é uma saída para a ressocialização dessas pessoas que foram excluídas da condição de trabalho. Da mesma forma, trabalhadores desempregados de origem urbana encontram nessa possibilidade a condição de ressocialização. A ocupação gera o conflito. Isso é fato. Entretanto, é preciso estar atento para a amplitude do fato e observar as dimensões da *conflitualidade*. Neste contexto, o *conflito*⁴⁰, evidentemente, não é ocasionado unilateralmente. Ele é uma reação ao processo de exclusão. A ocupação não é o começo da *conflitualidade*, nem o fim. Ela é desdobramento como forma de resistência dos trabalhadores sem-terra. O começo foi gerado pela expropriação, pelo desemprego, pelas desigualdades resultantes do desenvolvimento contraditório do capitalismo.

O desenvolvimento da agricultura acontece também pela *conflitualidade* perene das classes sociais, que se enfrentam e disputam a política e o território. Esse *desenvolvimento pela conflitualidade* é caracterizado pela contradição e pelo paradoxo insolúveis, que vem sendo registrados na história moderna, predominantemente, por meio da territorialização do capital e da desterritorialização e reterritorialização do campesinato. De um lado, o capital destrói e recria o campesinato, a partir de sua lógica e princípios. De outro lado, o

⁴⁰ Vale a pena lembrar a etimologia da palavra conflito. Ela vem do Latim e é composta do prefixo *co* com o verbo *flictum*. O prefixo *co* explicita correlação (de forças); o verbo *flictum* denota choque, embate, oposição de forças.



campesinato também se recria, rompendo com a lógica e com os princípios do capital. A reprodução de ambas as formas de organização social são incongruentes, mas realizam-se no mesmo espaço, disputando territórios, gerando *conflitualidade*, promovendo *desenvolvimentos*.

O capital gera a *conflitualidade* determinando a relação social dominante, tornando sempre subalterno o campesinato. Nessa *condição*, nasce o conflito, porque o capital, tentando manter sua lógica e seus princípios, enfrenta permanentemente os camponeses para continuar dominando-os. Por sua própria dignidade, os camponeses lutam continuamente pela autonomia política e econômica⁴¹. A destruição e a recriação do campesinato pelo capital e a recriação do campesinato por si mesmo são processos diversos, com lógicas distintas, com valores diferentes. Enquanto o capital promove a recriação do campesinato no interior de suas relações: por exemplo: o arrendamento e a relação de compra e venda de terras, o campesinato ocupa terras e reivindica a desapropriação. Essa é uma forma de rompimento com a relação dominante, mas que não supera a subalternidade, porque após a conquista da terra, os novos camponeses são dominados pelos capitalistas por meio da sujeição da renda da terra. Esse processo de dominação e resistência permanentes é constituinte estrutural da questão agrária, gerador de *conflitualidade*.

A questão agrária não é problema em si, mas é problema da contradição inerente do sistema capitalista que se movimenta e se perpetua por meio de seu paradoxo. A contradição impossibilita a superação da questão agrária, gerando o paradoxo que alimenta a própria contradição. Como a questão agrária é insolúvel, ela tem movimentos diferenciados. Os movimentos de destruição e recriação dos camponeses por meio da expropriação, arrendamento e ou ocupação da terra, são maiores ou menores de acordo com a conjuntura política e econômica. Nessa conjuntura o campesinato ocupa mais ou menos terra, para recriar-se e se ressocializar. E dessa forma a questão estrutural permanece. A contradição e o paradoxo devem ser tratados no campo político de acordo com a essência da questão agrária, que explicita a luta de classes, construindo territórios

⁴¹ Ou aceitam a dominação do capital sem questionar as suas regras, seus valores e sua lógica. Esta tem sido a atitude de algumas lideranças de movimentos camponeses, que aceitam as políticas construídas dentro da lógica do capital, como por exemplo, Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário. Essa postura é defendida por cientistas vinculados ao paradigma do Capitalismo Agrário.



diferentes em distintos modelos de desenvolvimento. Desde essa compreensão pode-se distender ou tensionar a questão agrária, como forma de administrá-la. O tensionamento da questão agrária é gerado por um modelo de desenvolvimento, que aumenta a *conflitualidade* por causa da expropriação, concentração da terra e das riquezas. Quem perde com o tensionamento da questão agrária são os camponeses, que são presos, assassinados, expropriados e suas organizações políticas entram em refluxo. A distensão da questão agrária é gerada por um modelo de desenvolvimento, que diminui a *conflitualidade*, desconcentrando terra e riquezas. A luta pela terra, pela reforma agrária e de formação da agricultura camponesa são políticas desse modelo. Quem ganha com a distensão da questão agrária é toda a sociedade, por causa da diminuição das desigualdades, do desenvolvimento regional e fortalecimento da democracia. A história ensina que na *conflitualidade* da questão agrária não existem trégua perene nem rendição total, há transigência e intolerância.

Estes são os elementos da complexidade: o paradoxo e a contradição, que compreendidos, nos desafia a tomar decisões a respeito do tratamento da questão agrária. A questão agrária não pode ser ignorada, nem se alimentar de nossas incertezas; não pode nos destruir, nem nos anular. Embora seja *uma unidade de desunidade*, é sempre uma possibilidade. Todavia, este estado possível depende das compreensões da questão agrária, que são construídas pelos diferentes paradigmas.

2. Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário: conflitualidade em debate

Há um problema original do desenvolvimento da agricultura no capitalismo manifestado na constante indagação a respeito da permanência ou do fim do campesinato. Até o final da década de 1980, esta questão dominou o principal debate das vertentes teóricas do paradigma da Questão Agrária. Conforme Oliveira (1991, p. 45-64), em uma vertente, alguns cientistas asseveravam a destruição do campesinato por meio da diferenciação interna produzida pelas contradições típicas do processo de integração no mercado



capitalista ou pelo processo de “penetração das relações capitalistas de produção no campo”. Esses processos determinariam a proletarização do campesinato. Em outra vertente, alguns autores negavam essa possibilidade, entendendo que o campesinato é criado, destruído e recriado pelo desenvolvimento contraditório do capitalismo, pela *produção capitalista de relações não-capitalistas de produção*, na expressão notável de José de Souza Martins (1986). Essas vertentes teóricas fazem parte do paradigma da Questão Agrária e têm como principais elementos de análise: a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social geradas pelo desenvolvimento do capitalismo⁴². Na década de 1990 surgiu um outro paradigma denominado “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”. Este é o título do livro derivado da tese de doutorado de Ricardo Abramovay, publicado em 1992, que se tornou uma referência expressiva para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

Em “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”, Abramovay propõe uma ruptura com o paradigma marxista (1992, p. 42) ou lenista/kautskyano (1992, p. 249) e apresenta uma leitura em que o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas ricos atingiu estágios determinados, sendo que a agricultura de base familiar teve participação expressiva e se consolidou. Ao contrário do que foi defendido por uma vertente do outro paradigma em que o trabalho assalariado seria predominante. A leitura de Abramovay traz uma questão ainda pouco debatida que é a diferença entre campesinato e agricultor familiar que apresentamos a seguir. É necessário provocar este debate⁴³, pois o paradigma do Capitalismo Agrário trouxe uma diferenciação teórica e política que tem se manifestado em políticas públicas e organizações sociais dos trabalhadores, gerando conflitualidades.

Para promover este debate, elegemos dois estudos ⁴⁴ paradigmáticos:⁴⁵ Questão Agrária, de Kautsky ([1899] 1986) e Paradigmas do

⁴² Uma obra que reúne trabalhos e explicita essas vertentes é “A questão Agrária Hoje”, organizada por Stedile (1994).

⁴³ Uma primeira análise dessa questão está em Fernandes, 2001b.

⁴⁴ Neste artigo, trataremos apenas destes dois autores, porque consideramos que seus trabalhos são seminais. Outro trabalho seminal é “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” de Vladimir Ilitch Lênin, que não analisamos aqui por ser componente e criador do mesmo paradigma de Kautsky.

⁴⁵ Consideramos os livros de Kautsky e Abramovay como paradigmáticos pela abrangência teórica e política das obras. Pelas influências e potencialidades que se espacializaram em diversas frentes e tornaram-se referências para várias instituições, embora em escalas geográficas distintas.



Capitalismo Agrário em Questão, de Abramovay (1992), compreendem a permanência ou o fim do campesinato de maneiras diferentes. Para o primeiro, este é um problema estrutural e só pode ser superado com a destruição do sistema capitalista e sua transformação em um regime socialista. Kautsky (1986, p. 389 *et seq.*). Para o segundo, este é um problema conjuntural e sua superação pode acontecer *desde que* o desenvolvimento do capitalismo atinja um determinado estágio, em que as relações sejam determinadas por *estruturas nacionais de mercado* e por um controle rigoroso desse processo pelo Estado. Abramovay (1992, p. 249 *et seq.*).

O livro de Kautsky tem duas partes: uma dedicada à análise das desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo⁴⁶ na Europa e a outra em que apresenta suas perspectivas com relação à sociedade socialista. Kautsky toma como uma de suas referências principais *O Capital* de Karl Marx e analisa a questão agrária a partir de alguns fundamentos da sociedade capitalista, como por exemplo: mais-valia, lucro, renda da terra, classes sociais etc. A organização social camponesa não é analisada a partir da lógica de sua estrutura interna, mas sim no espaço econômico em que se realiza. Desde esse ponto de vista, defende a superioridade técnica do grande estabelecimento, em relação ao pequeno, que associado as desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo, condenaria o campesinato à proletarização, pobreza e exclusão.

O livro de Abramovay também tem duas partes: uma dedicada ao debate teórico, a partir de autores clássicos e contemporâneos e na segunda mira-se na estrutura social da agricultura dos Estados Unidos e Europa. Concomitante ao “aniquilamento teórico” de Kautsky e Lênin, afirmando ser “*impossível encontrar uma questão agrária formulada explicitamente nos escritos de Marx*”⁴⁷, o autor utiliza diferentes modelos analíticos para explicar as características formadoras da agricultura familiar e sua diferenciação da agricultura camponesa. Desde esse

⁴⁶ Há também um capítulo dedicado a análise da agricultura no feudalismo.

⁴⁷ Abramovay faz esta afirmação na abertura do capítulo 1 (p. 31), todavia o autor não explicita o que compreende por questão agrária, já que o trabalha com a expressão “Capitalismo Agrário em questão”. Os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário possuem métodos diferentes e projetam visões de mundo distintas. Os métodos possibilitam que os estudiosos manipulem os elementos das realidades estudadas de acordo com suas lógicas. Estas são construídas pelas liberdades que os intelectuais possuem em escolherem seus referenciais teóricos e assim construir seus próprios pensamentos ou até de se subordinar aos pensamentos de outros cientistas. De qualquer forma, o autor se refere aos escritos de Marx em quase todo o livro.



ponto de vista, defende a importância da agricultura familiar, demonstrando sua participação no desenvolvimento dos países ricos, afirmando ser um equívoco tentar encontrar benefícios que só uma classe possa ter no desenvolvimento da agricultura em países capitalistas *avançados*.

É importante lembrar que as duas obras têm quase um século de diferença desde suas publicações. Como os autores analisam a questão a partir de diferentes métodos com distintas e prospectivas visões de mundo, pode-se expor o *conflito* teórico entre essas obras, representado pelas duas perspectivas: Kautsky projeta a transformação da sociedade capitalista para a socialista. Nesse processo, a tendência do campesinato é a sujeição e a proletarização no capitalismo e ao Estado no socialismo. Segundo o autor:

[...] é muito mais agradável depender do Estado democrático que ser explorado por meia dúzia de “tubarões” do açúcar. O Estado nada irá tirar do camponês, mas antes dar-lhe alguma coisa. A transformação da sociedade capitalista numa sociedade socialista transformará os camponeses e os trabalhadores rurais, sem dúvida alguma, em uma força de trabalho especialmente respeitada (KAUTSKY, 1986, p. 391).

Abramovay projeta o desenvolvimento do capitalismo, tomando como referência as realidades dos países ricos. Nesse contexto, com a consolidação das estruturas nacionais de mercado, o campesinato não conseguiria sobreviver no capitalismo por sua incompatibilidade com esses ambientes econômicos onde se realizam relações mercantis. Essas estruturas destruiriam a *personalização dos laços sociais, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social* (ABRAMOVAY, 1992, p. 117). Segundo o autor, a pobreza do campesinato é uma das bases sociais, em que se apóiam os *mercados incompletos*. “O capitalismo é por definição avesso a qualquer tipo de sociedade e de culturas parciais” (ABRAMOVAY, 1992, p. 125 e 129).

Todavia, nesse estágio do desenvolvimento do capitalismo aconteceria um processo de integração plena. Com base na realidade dos camponeses do Sul do Brasil, Abramovay afirma:

[...] **integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado**, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e **metamorfoseiam-se** numa



nova categoria social: de camponeses tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social [...] O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. [...] Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento (Abramovay, 1992, p. 126-7 e 131, as palavras em itálico são de Abramovay e os destaques das palavras em negrito e sublinhado são meus, BMF).

Para o paradigma do Capitalismo Agrário a permanência ou fim do campesinato é uma questão conjuntural, porque depende de uma *mudança na conjuntura* socioeconômica determinada pelo desenvolvimento do capitalismo⁴⁸. Segundo o autor, em um determinado estágio, o capital cria relações mercantis que aniquila um modo de vida que não se adequaria ao capitalismo. Entretanto, ocorre uma *metamorfose* e este modo de vida vira uma profissão. Logo, entende-se que o camponês por não ser um agricultor profissional, é *asfixiado* pelo desenvolvimento do capitalismo e então, para sobreviver, ele precisa se *converter* em *agricultor familiar*. A *integração plena* a um *mercado completo* que possui *fisionomia impessoal* define o processo em que o camponês adentra o mundo moderno do capital. Diferentemente do paradigma da Questão Agrária em que o camponês é um sujeito subalterno que resiste ao capital, no paradigma do Capitalismo Agrário o camponês é um objeto em sua plenitude, a ponto de sofrer uma metamorfose para se adequar à nova realidade em formação. Por que resistir ao capital se a

⁴⁸ É importante registrar que para o paradigma do Capitalismo Agrário o que está em questão na permanência ou fim do campesinato não é o assalariamento. Esta seria uma questão resolvida porque nos países ricos “o peso do trabalho assalariado na agricultura é minoritário, e às vezes irrisório” (ABRAMOVAY, 1992, p. 255). A questão é o fim do campesinato e a permanência do agricultor familiar.



integração é a condição da continuidade? Na resistência está o sentido da descontinuidade, na integração está o sentido da continuidade.

Seria o modo de vida camponês incompatível com capitalismo ou o capitalismo é incompatível com o modo de vida camponês? Esta é uma questão de método, pois dependendo da lógica que determina o sentido em que o processo acontece, tem-se uma leitura do problema. Como pode ser observado, Abramovay inverte o sentido dado pelo paradigma da Questão Agrária: o problema não está no capitalismo, mas sim no campesinato. A ênfase de Abramovay não está no capital que expropria, mas no camponês que por ser uma *sociedade parcial* (ABRAMOVAY, 1992, p. 101) e ter uma *integração parcial aos mercados incompletos* (ABRAMOVAY, 1992, p. 103), não se adequaria ao capitalismo, porque o capital seria avesso a esse tipo de relação (ABRAMOVAY, 1992, p. 129).

O paradigma da Questão Agrária manifesta o sentido da conflitualidade na leitura do desenvolvimento da agricultura como um movimento de destruição e recriação de relações sociais. O paradigma do Capitalismo Agrário revela o sentido da conflitualidade na interpretação do desenvolvimento da agricultura como um movimento de *metamorfose* do campesinato. Além dessa diferença processual há também uma diferença na orientação da leitura. No primeiro paradigma, as contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo são as causas da permanência ou do fim do campesinato. No segundo paradigma, as relações sociais parciais e plenas, incompletas e completas são as causas de permanência ou do fim do campesinato. Essa forma linear de ver o processo de desenvolvimento do capitalismo impossibilita a compreensão de sua contradição, assunto que de fato Abramovay não trata. A adequação por meio da conversão do campesinato ao capitalismo é a condição para a sua existência. É isso ou a morte. Desse modo, há apenas uma diferença entre a sentença de Kautsky e a sentença de Abramovay. É forma de como o campesinato pode acabar. Ou não, se consideramos a contradição.

Partindo da lógica do paradigma do Capitalismo Agrário, formulamos a seguinte pergunta: um agricultor familiar poderia voltar a ser camponês? Por exemplo, um agricultor familiar residente em uma região de “mercado completo”, onde o mesmo está plenamente integrado, mas que por causa de mudanças na



base técnica, este agricultor familiar não podendo acompanhar a escala de produção, *na qual ele está integrado*, é empobrecido. Este agricultor familiar compra (ou ocupa) terra em uma região onde o preço da terra é mais barato, principalmente, pela falta de infra-estrutura social e por ter um “mercado incompleto”, onde vigora *laços sociais personalizados*. Este é o caso de agricultores expropriados que migram dentro do próprio estado, dentro de uma macrorregião ou para outro estado de outra macrorregião. São, por exemplo, “agricultores familiares” gaúchos, catarinenses, paranaenses que migram para o Mato Grosso e Rondônia. Nas pesquisas de campo realizada em dezenove estados, em todas as regiões do país, um das características presentes nas entrevistas foi a migração causada pela “modernização” da agricultura no Sul. (FERNANDES, 2000).

A distância entre camponês e agricultor familiar encontrada na análise de Abramovay é tão grande quanto à distância que separa dois irmãos agricultores: um em Santa Catarina e outro em Rondônia. O que ficou é competitivo e eficiente, portanto integrado em um mercado completo. O que migrou é incompatível com a plenitude do mercado. Um é agricultor familiar e o outro é camponês. São membros da mesma família, mas separados pelas contradições, diferenciados e *metamorfosados* pelas desigualdades e pelos paradigmas. Camponeses expropriados, migrantes em busca de condições para sua existência não teriam sido competitivos ou eficientes? Há um enorme conjunto de fatores para explicar esta questão, além de integração parcial ou plena, mercados incompletos e completos, que envolve poder político, conhecimento, acesso à educação, domínio de técnicas entre outras condições. A competição e a eficiência não são virtudes, mas sim condições sociais em que uns ganham e outros perdem. Ganha quem tem o poder de determinar as regras que vão definir a eficiência.

Mercados completos e mercados incompletos são formados pelo desigual desenvolvimento territorial do capitalismo. Integração parcial e integração plena representam diferentes formas de subordinação do campesinato ao capital. Os camponeses se comportam distintamente diante desses processos de expansão do capitalismo. Os camponeses que contribuíram com o desenvolvimento socioeconômico e político de uma região não tiveram,



necessariamente, seus comportamentos transformados, como mostra a pesquisa de Tedesco (1999). O modo de vida camponês não foi substituído por um determinado comportamento “moderno” derivado das práticas mercantis. A cultura camponesa não é avessa às mudanças da base técnica. Há centenas de anos que os camponeses vêm modificando essa base (MAZOYER; ROUDART, 2001). Da mesma forma como o capital os incorpora diferenciando, expropriando e recriando-os, vamos encontrar camponeses viabilizados, remediados, empobrecidos e excluídos ⁴⁹ nestas duas realidades, resistindo, construindo estratégias de reprodução. *Nesse sentido, a lógica que Abramovay utiliza para denominar a metamorfose (de camponês a agricultor familiar), explicita o processo de diferenciação do campesinato transformado em dicotomia. Além da redundância, que faz soar estranha a separação em duas categorias, quando de fato eles são sujeitos diferenciados de uma mesma classe.*

Mesmo que considerada dicotômica e redundante a separação entre camponeses e agricultores familiares, essa compreensão tem se formado a partir de uma construção teórica. Ela pode ser mais bem compreendida na afirmação de Lamarche (1993, p. 16): *“a exploração camponesa é familiar... mas nem todas as explorações familiares são camponesas”*. A partir de um conjunto de critérios que explicitam a diferenciação do campesinato, esse autor distingue o camponês do agricultor familiar. Assim cria-se uma espécie de “preconceito”, definindo a agricultura camponesa como residual (LAMARCHE, 1998, p. 328); a agricultura camponesa produz pouco e utiliza técnicas bastante tradicionais (LAMARCHE, 1998, p. 70). Ainda, segundo Lamarche (1998, p. 314), “o produtor familiar moderno caracteriza-se, sempre, por um comportamento que recusa um envolvimento pleno num modo de funcionamento extremo, quer seja próximo do modelo camponês ou dos modelos empresa”. Afirma também que “o estabelecimento familiar moderno define-se como uma unidade de produção menos intensiva, financeiramente pouco comprometida e, principalmente, muito retraída em relação ao mercado, com efeito, a maior parte de suas produções é

⁴⁹ São diversas as tipologias para diferenciar os camponeses desde a clássica forma de diferenciação: rico, médio e pobre, apresentada por Lênin (1985) e Kautsky (1986); ou forte, médio, fraco, apresentada por Bloemer (2000, p. 105); ou camponeses viabilizados, remediados, empobrecidos e excluídos (FERNANDES, 2003b, p. 21); ou ainda agricultura familiar consolidada, de transição e periférica (FAO/INCRA, 1995, p. 4-5).



parcialmente reutilizada para as necessidades da unidade de produção ou autoconsumida pela família, nunca é totalmente comercializada”.

De fato, essas referências de Lamarche possibilitam diferentes leituras. Então como utilizar esses conceitos? Como diferenciar um agricultor familiar periférico de um camponês viabilizado? Ou um agricultor familiar consolidado de um camponês empobrecido? Não poderia ser somente pela renda de cada um deles. Nem tampouco pelo acesso e uso de determinadas técnicas; de integração parcial ou plena aos mercados; de diferentes relações sociais personificadas ou impessoais pelos diferentes níveis de subordinação e de resistência; do uso dos termos moderno e atrasado; etc. *Mas, principalmente, pela opção em adotar um determinado paradigma. É importante deixar claro que os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário são diferentes modelos de análise do desenvolvimento da agricultura. É neste quadro teórico político que se concebe a diferenciação e a metamorfose.*

O paradigma do Capitalismo Agrário não teve uma forte influência somente nas pesquisas acadêmicas, mas também na organização dos movimentos camponeses e nas políticas públicas. Na academia, o uso dos conceitos de campesinato e de agricultor familiar passou a exigir esclarecimentos, que revelam as muitas possibilidades de compreendê-los. As dificuldades em se delimitar o conceito de agricultor familiar contribuíram com definições bastante diferenciadas. Um caso emblemático é a nota de José de Souza Martins:

Neste livro, uso as palavras “camponês” e “campesinato”, ao me referir ao Brasil, porque são palavras incorporadas, ainda que indevidamente, ao nosso discurso político e ao trato da questão agrária. Estou pensando no agricultor familiar e seu mundo, que ainda preserva muitos traços culturais do velho mundo camponês europeu que se adaptou ao nosso país de diferentes modos em diferentes ocasiões e por diferentes meios. Mas, penso, sobretudo, no pequeno agricultor familiar, proprietário ou não da terra, que organiza sua vida mediante diferentes graus e modalidades de combinação da produção para o mercado com a produção direta dos meios de vida. Mas sujeito, portanto, as condutas e relacionamentos e a uma visão de mundo de tipo tradicional (MARTINS, 2000, p. 45).



Se as palavras “camponês” e “campesinato” foram incorporadas indevidamente como afirma Martins, não foi diferente a juntada do termo “agricultor familiar”. Martins usa a palavra camponês e está pensando no agricultor familiar e seu mundo que contém características que contemplam tanto a definição de camponês quanto a de agricultor familiar, segundo as referências teóricas de Abramovay. Ainda, Martins afirma que a denominada agricultura familiar amplia possibilidades ao assumir feição empresarial e moderna. Mas essa condição não impede, de forma alguma, que o agricultor pague o preço social de subsidiar o consumo de quem trabalha para o grande capital, na medida em que não se apropria de toda a renda da terra e do lucro médio (MARTINS, 2000, p. 43). Também utiliza a expressão “camponês modernizado”, que é ao mesmo tempo “empreendedor e comunitário, economicamente moderno e socialmente conservador” (MARTINS, 2000, p. 45) Mais uma vez, Martins reúne características que Abramovay separa. A territorialização do capital em uma região e suas diferentes formas de intensidade, socializa e expropria, incorpora e exclui, não somente os camponeses, mas também os próprios capitalistas. E essa não é somente uma questão de “competitividade” e ou de “eficiência”, mas é um processo complexo por sua amplitude que, sem dúvidas, contém, sobretudo a conflitualidade.

Neste sentido, separar o camponês de agricultor familiar ou considerá-los como um único sujeito em processo de mudança é *uma questão de método*. De fato, o conjunto de relações que predominam no processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, possibilita diferentes leituras que podem levar à compreensão de metamorfose ou da reinvenção. As mudanças engenhadas, no movimento do desenvolvimento do capitalismo, atualizam desse modo, um conceito carregado da história, construído no mundo da resistência. Num processo de configurações diversas, de identificação e de estranhamento, formadas pela contradição e pelo paradoxo da questão agrária, ocorrem simultaneidades e descontinuidades, em que o campesinato concebe múltiplas estratégias de recriação da própria existência, subordinando e resistindo, reinventando-se no fazer-se do dia-a-dia. Martins chama o processo de mudanças em que o camponês se insere e é inserido nas relações mercantis modernas de



“reinvenção social” (MARTINS, 2000, p. 45). No movimento do processo de mudanças acontece a construção de relações sociais, de visões de mundo, de modos de vida, que se opõem à expropriação territorial e ao trabalho altamente subordinado pela anomia gerada por determinado estágio do desenvolvimento capitalista. Enquanto Abramovay vê a metamorfose do camponês em agricultor familiar no desenvolvimento do capitalismo, podemos ver processos de viabilização econômica, de empobrecimento e de exclusão, ou seja, processos de diferenciação que promovem a destruição e a recriação do campesinato a partir de sua própria reinvenção social. O foco do método do paradigma do Capitalismo Agrário dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que metamorfoseia um sujeito para adequá-lo aos seus princípios. O foco do método do paradigma da Questão Agrária dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história.

Nas organizações dos movimentos camponeses o paradigma do Capitalismo Agrário também teve uma influência política extraordinária. Os movimentos camponeses que mais se identificaram e receberam influência deste paradigma foram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul – FETRAF – SUL. Esse impacto político não teve tanta repercussão nos movimentos camponeses vinculados à Via Campesina – Brasil, constituída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimentos dos Pequenos Agricultores – MAP; Movimentos dos Atingidos por Barragens – MAB; Movimento das Mulheres Camponesas – MMC e Comissão Pastoral da Terra – CPT. Nos eventos conjuntos desses movimentos camponeses, criou-se uma disputa ideológica pelas denominações, que foi resolvida com os usos das seguintes expressões: *agricultura familiar/camponesa* ou *agricultura camponesa/familiar*, dependendo de quem está à frente da organização do evento.

Nas políticas públicas, o paradigma do Capitalismo Agrário teve forte influência, principalmente, a partir do segundo governo Fernando Henrique



Cardoso – FHC. Surgiram diferentes políticas públicas, como por exemplo: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; o Programa Novo Mundo Rural que tinha como principais ações a implantação da relação de compra e venda da terra como forma de inibir as ocupações de terra, além de criação de infra-estrutura social nos assentamentos rurais. A partir da lógica do paradigma do Capitalismo Agrário, a ocupação de terra é uma aberração, um atraso, uma violência. A compra da terra, por meio de políticas tipo “Banco da Terra” é uma forma de “integrar” os sem-terra ao mercado. Desse modo, as políticas públicas que o paradigma do Capitalismo Agrário não conseguiu “aparelhar” foram extintas ou congeladas, como por exemplo, o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA (que foi substituído pelo PRONAF); o Projeto Lumiar de Assistência Técnica, que foi extinto em maio de 2000⁵⁰ e pelo menos até janeiro de 2005, as famílias assentadas em projetos de reforma agrária ficaram sem assistência técnica por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que havia sido criado a partir do Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO; O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e a Universidade de Brasília – UnB. O PRONERA ficou praticamente congelado durante a maior parte do segundo governo FHC, sem recursos e com exigüidade de pessoal, exatamente por não se enquadrar no paradigma do Capitalismo Agrário.

A potencialidade do paradigma do Capitalismo Agrário é extraordinária e admirável. Como demonstramos, esse paradigma espacializou-se em diferentes frentes por diversas direções e fincou territórios políticos, colocando em cheque o paradigma da Questão Agrária. Neste sentido, é inegável a contribuição do paradigma do Capitalismo Agrário à crítica do paradigma da Questão Agrária. Ao mesmo tempo, a contestação dos pressupostos do paradigma do Capitalismo Agrário demonstra a fragilidade e os amplos limites dos referenciais

⁵⁰ Por causa do aparelhamento dos profissionais do projeto pelos movimentos camponeses, segundo me revelou um dos intelectuais que assessoram o governo FHC.



e de suas interpretações. Este questionamento nasceu na reflexão sobre a teoria e a realidade, que fertilizam os paradigmas e movimentam os métodos e as metodologias nas interpretações possíveis das realidades. Evidente que esses pensamentos e procedimentos geram conflitualidades na criação ou na destruição de políticas públicas, na elaboração de uma tese e no debate em uma mesa redonda. A conflitualidade acadêmica é salutar e não pode ser impedida pela ausência de debates entre os grupos de pesquisadores que possuem diferentes paradigmas para ler as mesmas realidades.

A facilidade com que o paradigma do Capitalismo Agrário se espacializou na academia, nos movimentos camponeses e nos governos, deve-se à carona que pegou no processo de implantação de políticas neoliberais: de flexibilização do trabalho, de fortalecimento do mercado com amplas aberturas, de diminuição do poder do Estado, de refluxo dos movimentos sindicais e dos movimentos camponeses, de aumento do desemprego e da criação de políticas compensatórias. Isso tudo foi acompanhado por uma mudança de intelectuais, políticos e partidos de esquerda para o centro e à direita, obscurecendo o espectro político, assim como a manifestação iluminada dos intelectuais de direita que tiveram os holofotes da grande mídia, com generosos espaços em periódicos de circulação nacional. Essas “paragens” do campo das conflitualidades permitiram a exploração de novos territórios políticos pelos cientistas vinculados ao paradigma do Capitalismo Agrário. Nessas condições propícias, esses intelectuais construíram novas leituras das realidades, tornaram-se referenciais teóricos e compuseram a *intelligentsia agrária* do governo FHC. São diferentes grupos de intelectuais que se apresentaram como pensadores ofensivos no melhor estilo dos *think tanks*, sendo que alguns montaram até mesmo empresas de consultorias⁵¹.

Os paradigmas geram conflitualidades que são expressas nos debates, nas publicações, nas políticas públicas (ou privadas), nos eventos e manifestações através de suas respectivas ideologias⁵². As diferenças teóricas, de

⁵¹ E o caso de Francisco Graziano Neto que foi secretário de FHC e depois presidente do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária, que preside a ONG AgroBrasil.

⁵² O significado do conceito de ideologia aqui utilizado é próximo ao definido por Gramsci, ou seja, o conceito de ideologia orgânica, que compreende o pensamento como força real, como fato, que provoca mudanças na vida das pessoas. A ideologia é uma construção política que representa os interesses, as vontades e os sonhos de classes sociais, segmentos ou grupos (COUTINHO, 1989). Portanto, não há nenhuma relação com a definição marxista de ideologia como falsa consciência.



método, de metodologia, políticas e ideológicas entre os paradigmas são manifestadas na construção de leituras sobre o desenvolvimento da agricultura no capitalismo.

Para o paradigma do Capitalismo Agrário o espaço de análise de seus objetos, coisas e sujeitos é a sociedade capitalista, que é apresentada como totalidade. As perspectivas estão nas possibilidades de se tornar unidades do sistema. Assim a agricultura familiar é mais uma unidade do sistema, que caminha segundo os preceitos do capital. Daí, a facilidade dos movimentos camponeses, que se identificam com o paradigma do Capitalismo Agrário, em recusar a participação em eventos que confrontam as políticas propostas a partir da lógica do capital, como por exemplo, o Banco da Terra. Todavia, as questões relativas às técnicas e ao mercado são muito mais debatidas e praticadas por estes movimentos camponeses⁵³. A lógica do paradigma do Capitalismo Agrário cria um estado de mal estar, quando o assunto a ser discutido implica em contestar o capitalismo, porque isso lhe atinge o âmago. Este é o limite de sua ideologia. A desobediência só é permitida dentro dos parâmetros estipulados pelo desenvolvimento do capitalismo. A partir desse ponto é subversão. A “integração plena” carrega mais que um estado de subordinação contestada, contém o sentido da obediência às regras do jogo comandado pelo capital. Neste paradigma, o camponês só estará bem, se, integrado plenamente ao capital.

Para o paradigma da Questão Agrária, considerando as diversidades presentes em suas vertentes e vieses, o espaço de análise não se limita à lógica do capital, de modo que a perspectiva de enfrentamento no capitalismo torna-se uma condição possível. Daí a ocupação de terra ser uma das formas de luta mais presentes nos movimentos camponeses, porque fere seu âmago. Também a compreensão de uma economia da luta, em que a conquista da terra não deve ser transformada na condição única de produção de mercadorias, mas igualmente na produção da vida em sua plenitude, bem como do enfrentamento com o capital,

⁵³ Interessante notar que no Fórum Social Mundial, o espaço dos movimentos camponeses identificados com o paradigma do Capitalismo Agrário, era muito mais representativo pela exposição de mercadorias organizadas em uma grande feira com a diversidade da produção agropecuária camponesa, industrializada ou in natura. Enquanto o espaço dos movimentos camponeses identificados com o paradigma da Questão Agrária, era mais representativo pelos debates políticos e venda de livros, bandeiras, camisetas etc. Também havia mercadorias, mas em proporção muito menor que o espaço dedicado pelos outros movimentos. Evidente que os conteúdos dos debates dos diferentes espaços tinham como marco a integração e o enfrentamento ao capital.



para a recriação continuada do campesinato. Desse modo, os camponeses sem-terra organizam ocupações em todo o país, espacializando-se e territorializando-se (FERNANDES, 2000). A economia política deste paradigma contempla a integração ao mercado simultaneamente ao uso dessa condição para promover a luta pela terra e pela reforma agrária. A constituição de territórios em diferentes campos, como por exemplo, na educação, produção, saúde, formação política são condições essenciais na construção de sua identidade política. Por essa razão, enfrenta desafios com a realidade comanda pelo capital, já que este quer o camponês apenas como produtor de mercadorias e jamais como produtor de conhecimentos avessos aos princípios do capital. Isto é ideologia, de fato⁵⁴.

Para concluir esta parte é necessário discutir uma questão ideológica. Para onde caminham estes movimentos camponeses identificados com os diferentes paradigmas? Contribuir com o desenvolvimento do capitalismo ou lutar contra ele? A construção das condições para o desenvolvimento e superação é encontrada no próprio capitalismo. Contraditoriamente, os camponeses destroem e constroem o capitalismo, evidente que em uma proporção bem menor do que a capacidade do capitalismo em destruir e recriar o campesinato. Ocupando a terra, destruindo o latifúndio, conquistando o assentamento; comprando terra, migrando, trabalhando, produzindo, industrializando, vendendo, consumindo, contribuindo com o desenvolvimento local, lutando, estudando, participando, reocupando terra, esses camponeses estão promovendo o desenvolvimento do capitalismo e suas estratégias de recriação. Todavia, também estão construindo sonhos, brechas, possibilidades, condicionantes. Os camponeses permanecem como sujeitos históricos e os movimentos articulados na Via Campesina vão além, manifestam-se na construção de um outro mundo: socialista? Esta é uma questão cada vez mais presente e mais distante. Presente porque a convicção da luta contra o capital é manifestada de todas as formas. Distante, porque as referências esvaem-se e o

⁵⁴ Esta ênfase é para discutir a ideologia construída pelos movimentos camponeses identificados com o paradigma da questão agrária. Recusar a "integração plena ao mercado" - que é na verdade uma forma de servilismo, porque não têm poder de decisão - e negar ser apenas um produtor de mercadorias, não fazem o camponês nem melhor e nem pior; nem competitivo, nem incompatível. É uma condição política conquistada e que afronta a lógica do capital. Há perdas e ganhos nesta decisão, por isso ela representa uma visão de mundo, um forma de compreender o mundo.



que permanece é a irreverência dos limites e dos desafios de construir espaços e de projetar o futuro.

Questão agrária, desenvolvimento e conflitualidade são as questões centrais deste artigo. Não é por meio da subserviência do campesinato que acontece o desenvolvimento, mas sim por diferentes formas de enfrentamento ao capital. É esse paradoxo que alimenta o desenvolvimento da sociedade capitalista. Este paradoxo é explicitado por Bourdieu:

A história social ensina que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-la, e que não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, mas sim o movimento social que “civilizou” a economia de mercado, contribuindo ao mesmo tempo enormemente para sua eficiência (BOURDIEU, 2001, p. 19).

Por ser insuperável, a questão agrária do capitalismo carrega em si as possibilidades da transgressão e da insurgência. E pela mesma razão, carrega em si as possibilidades de cooptação e conformismo. Essas propriedades da contradição da questão agrária compõem a *conflitualidade*. Elas estão presentes nas disputas paradigmáticas entre a Questão Agrária e o Capitalismo Agrário, nos processos de espacialização e de territorialização (FERNANDES, 2000) e nos projetos de políticas públicas criadas pelo Estado. Urge ao campesinato assumir de fato seu lugar na história, e ao Estado democrático o papel de garantir a participação efetiva dos camponeses na construção de projetos de desenvolvimento da agricultura camponesa. Evidente, que esse processo não acontecerá sem conflitos, porque os capitalistas vão disputar os mesmos recursos e os mesmos territórios. É com base neste referencial teórico que discutiremos os conflitos agrários representados nas ocupações de terra que foram e têm sido tratados de diferentes formas pelos governos FHC e Lula.

3. Conflitualidade: crítica e diálogo

O conceito de conflitualidade é essencial para compreender a questão agrária, porque estorva possíveis visões linear-negativas na leitura do problema.



Para compreender a conflitualidade é fundamental considerar as contradições e os paradoxos em que na solução de conflitos emerge tanto o desenvolvimento quanto novos conflitos. A desigualdade gerada e gerida pelo capitalismo não produz apenas riqueza, pobreza e miséria. Ela também desenvolve o conflito, porque as pessoas não são objetos que compõem unidades de produção. São sujeitos históricos que resistem a exploração e a expropriação, bem como querem compartilhar os resultados da produção de seu trabalho. Portanto, o desenvolvimento político econômico é igualmente o desenvolvimento de conflitos. O conflito é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o *empate*⁵⁵. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestação dos direitos. Direito a ter direitos, como expressava Eder Sader (1988). Os acordos, pactos e tréguas definidos em negociações podem resolver ou adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo.

A conflitualidade é uma propriedade dos conflitos e está relacionada, essencialmente, à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução capitalista do capital, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária e aos processos de expropriação dos camponeses e assalariados por diversos meios e escalas e bases sociais, técnica econômica e política. A resposta é a luta pela terra, reforma agrária, resistência na terra e a perspectiva de superação da questão agrária. Esses processos não se referem apenas à questão da terra, mas também

⁵⁵ O termo *empate* criado pelos camponeses seringueiros do Acre, significa um resultado de um conflito em que ninguém perde e nem ganha. Ao fazerem um empate, impedindo a derrubada de árvores e têm êxito na empreitada, consideram que nem eles, nem a empresa madeireira perdem ou ganham, pois eles estavam garantindo a permanência na terra e impedindo o desmatamento. Com as árvores em pé, todos podem viver da floresta. A floresta, o território, portanto a existência não se negocia. A respeito deste termo, ver Gonçalves, 2003, p. 535 *et. seq.*



às formas de organização do trabalho e da produção, do abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas, às formas de inserção ao mercado e aos tipos de mercado; à questão campo - cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política. A questão agrária é antes de tudo uma questão territorial.

A conflitualidade está natureza do território. O território é um espaço político por excelência. A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e controle político. Os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as idéias transformando em território até mesmo as palavras. As idéias são produtoras de territórios com suas diferentes e contraditórias interpretações das relações sociais. Os paradigmas são territórios. Na parte anterior, analisamos os paradigmas e conjunto de conflitualidades geradas no desenvolvimento da sociedade capitalista. Nesta parte, analiso três tipos de conflitualidade selecionadas para focar o multidimensionamento dos conflitos em diversos níveis, dimensões e escalas. Pretendemos demonstrar que no desenvolvimento da sociedade há um conjunto de relações e de condições produtoras de conflitualidades. A política partidária, as ideologias, as ciências, as mídias, os territórios, as instituições num conjunto indissociável de sistemas e ações que produzem a conflitualidade como espaço político, geográfico: território. (Santos, 1996)

3.1 - Nem havia legiões de camponeses prontos para fazer reforma agrária “na marra”, nem abundância de terras para localizá-los⁵⁶

O tratamento da questão agrária não pode contemplar apenas o momento do conflito, mas sim o movimento da conflitualidade, seu caráter histórico e geográfico em todas as dimensões atingidas pela questão agrária. Considerar esta questão é compreender porque ao se resolver um conflito pode nascer outro.

⁵⁶ Palavras de Fernando Henrique Cardoso no prefácio do livro *Tragédia da Terra*, com base nas conclusões da tese de doutorado de Francisco Graziano Neto. Ver Cardoso, 1991, p. 11.



Por não ponderar sobre a conflitualidade é que o ex-presidente do INCRA, Francisco Graziano Neto ficou perplexo com o que estava acontecendo no Pará, quando no dia 5 de novembro de 1995 viajou para Curionópolis, onde foi participar do ato oficial de entrega dos lotes do assentamento Palmares. Este assentamento foi criado com a desapropriação da fazenda Rio Branco, de vinte e dois mil hectares. Entretanto, ao chegar ao município, encontrou um novo acampamento com mil e quinhentas famílias que reivindicavam a desapropriação da fazenda Macaxeira de quarenta e dois mil hectares, no município de Eldorado dos Carajás. Francisco Graziano Neto interpretou aquele conflito como um “circo” (GRAZIANO NETO, 1996, p. 23). Pois esperava o agradecimento dos sem-terra pela desapropriação da fazenda Rio Branco e implantação do assentamento Palmares. Não esperava encontrar outra reivindicação de desapropriação. Ainda mais porque, segundo ele, haveria um compromisso das lideranças do MST, em que com a criação do Palmares, não haveria mais ocupações de terras na região, o então presidente do Incra acreditava que com a desapropriação da fazenda Rio Branco, os conflitos por terra no Pará estavam resolvidos. Conforme a sua tese “A Verdade da Terra” (Graziano Neto, 1989) sobre a questão agrária, aquilo não podia estar acontecendo. Afinal, não existiria nem tanto latifúndios, nem tantos sem-terra. A realidade estava lhe desmentindo. Nas palavras de Graziano Neto, ele havia caído numa arapuca (GRAZIANO NETO, 1996, p. 24). Cinco meses e onze dias depois deste fato, no dia 16 de abril de 1996, quando as famílias que reivindicavam a desapropriação da fazenda Macaxeiras realizavam uma marcha até Belém bloquearam a rodovia PA 150 para pressionar o governo, aconteceu uma tragédia, que ficou conhecida como Massacre de Eldorado dos Carajás.⁵⁷ O sudeste paraense continua em posição de destaque no *ranking* dos estados com maior número de ocupações de terra. Como podem ser observadas na Tabela 1, as microrregiões de Parauapebas está 9º lugar e a de Marabá em 12º lugar, entre as quinze microrregiões com maior número de famílias envolvidas em conflitos agrários.

⁵⁷

A respeito desse fato, ver Fernandes, 2000, p. 199-211.



Tabela 1: Brasil - microrregiões com maior número de famílias em ocupações (1988-2003)

	Microrregião	UF	Nº Famílias	Nº Ocupações
1º	Presidente Prudente	SP	31.700	168
2º	Mata Meridional Pernambucana	PE	26.095	186
3º	Iguatemi	MS	25.736	97
4º	Mata Alagoana	AL	16.386	83
5º	Petrolina	PE	13.143	61
6º	Porto Seguro	BA	12.003	42
7º	Paranavai	PR	11.006	95
8º	Dourados	MS	9.250	72
9º	Parauapebas	PA	9.051	36
10º	Guarapuava	PR	8.450	33
11º	Vale do Ipojuca	PE	8.320	78
12º	Marabá	PA	8.184	59
13º	Santiago	RS	8.128	17
14º	Cruz Alta	RS	7.997	14
15º	Mata Setentrional Pernambucana	PE	7.793	74

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra - www.prudente.unesp.br/dgeo/nera

Se a tese de Graziano Neto possui pressupostos facilmente contestáveis pela realidade, não acontece a mesma coisa no campo da política e da técnica. A precariedade dos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, por sua própria natureza de caráter declaratório, permite especulações de todos os tipos. As mudanças de metodologia dos censos agropecuários e os critérios ultrapassados para definição de parâmetros relativos à produtividade da terra e ao cumprimento de sua função social, contribuem para que se produzam diversas leituras a respeito da concentração fundiária. Essas indefinições e incertezas possibilitam a maquiagem dos dados com mais facilidade; a confecção de vistorias com resultados ambíguos, criando enormes dificuldades para o desenvolvimento dos processos de desapropriação. Nesta questão é necessário abrir um parêntese para dar um exemplo das dificuldades que temos no tratamento dos dados da estrutura fundiária brasileira.

Segundo uma estimativa feita por Veiga, 2003, no período 1995 e 2001 foram obtidos quase 20 milhões de hectares, por meio de desapropriação de propriedades que não cumpriam a função social, conforme previsto pela



Constituição Federal, e por meio de compra através de programas de crédito fundiário. Conforme Tabela 2 Perfil Agrário do Brasil, 1995-2000), Veiga compara a área total dos estabelecimentos patronais e a área total dos estabelecimentos familiares, em 1995, com a área total dos estabelecimentos patronais e a área total dos estabelecimentos familiares, em 2000, acrescentando 20 milhões de hectares na área total dos estabelecimentos familiares, em 2000, subtraindo 14 milhões de hectares da área total dos estabelecimentos patronais, em 2000. Há uma diferença de seis milhões de hectares entre a área total dos estabelecimentos em 1995 com a área total dos estabelecimentos em 2000, que pode se presumir, refere-se a uma possibilidade de incorporação de terras com a expansão da fronteira agrícola.

Tabela 2 - Perfil agrário do Brasil, 1995-2000

	1995		2000	
	(milhão ha)	%	(milhão ha)	%
Agricultura patronal	224	63	210	58
Agricultura familiar	130	37	150	42
Total	354	100	360	100

Fonte: Estimativa do autor com base no Censo Agropecuário 1995/96⁵⁸

Comparando a estimativa de Veiga, 2003, com os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, organizados nas Tabela 3 e Tabela 4 referentes à estrutura fundiária brasileira em 1992 e 2003, pode-se observar que a conjectura de Veiga supervalorizou o impacto da transferência de vinte milhões de hectares do grupo patronal para o grupo familiar.

Tabela 3: Estrutura Fundiária Brasileira - 1992

Estratos de área total (ha)	Nº imóveis	% imóveis	Área total (ha)	% de área	Área média (ha)
Até 10	995.916	32,0	4.615.909	1,4	4,6
De 10 a -25	841.963	27,0	13.697.633	4,1	16,3
De 25 a -50	503.080	16,2	17.578.660	5,3	34,9
De 50 a -100	336.368	10,8	23.391.447	7,0	69,6
De 100 a -200	201.564	6,5	27.405.779	8,3	135,9

⁵⁸ Tradução nossa.



De 200 a -500	140.609	4,5	43.344.186	13,1	308,2
De 500 a 1-000	51.442	1,6	35.573.732	10,8	697,5
De 1000 a -2000	23.644	0,8	32.523.253	9,8	1.414,0
Mais de 2000	20.312	0,6	133.233.460	40,2	6.559,3
Total	3.114.898	100	331.364.059	100	106,4

Fonte: Atlas Fundiário Brasileiro, 1996

Tabela 4: Estrutura Fundiária Brasileira - 2003

Estratos de área total (ha)	Nº imóveis	% dos imóveis	Área total (ha)	% de área	Área média (ha)
Até 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a -25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a -50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a -100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,3
De 100 a -200	284.536	6,7	38.574.392	9,1	135,6
De 200 a -500	198.141	4,7	61.742.808	14,7	311,6
De 500 a -1.000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1.000 a -2.000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
Mais de 2.000	32.264	0,7	132.631.509	31,7	4.110,82
Total	4.238.387	100,0 %	420.446.362	100,0%	99,1

Fonte: II PNRA, 2003

Para facilitar a leitura desses dados, organizamos o Tabela de modo a se aproximar da forma como Veiga organizou os dados do censo e sua estimativa.

Tabela 5: Mudanças na estrutura fundiária brasileira 1992 – 2003

Imóveis em hectares	1992		2003	
	Área em milhões de ha.	%	Área em milhões de ha.	%
Com mais de 200 (patronal)	245	74	297	71
Com menos de 200 (familiar)	86	26	123	29
Total	331	100	420	100

Fonte: Atlas Fundiário Brasileiro, 1996; II PNRA, 2003 (Org.: Bernardo Mançano Fernandes)

É importante considerar que esta comparação é uma aproximação, pois existem diferenças entre as áreas dos estabelecimentos agrícolas (que é a unidade pesquisada pelo censo agropecuário) e as propriedades fundiárias



cadastradas no INCRA⁵⁹. Também se deve considerar que os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural referem-se a três anos antes e três anos depois do período comparado por Veiga. O que essa comparação possibilita é a análise dos dados relativos e suas respectivas ordens de grandeza. Assim, através dessa comparação aproximada, observa-se que Veiga acerta na tendência da diminuição da participação relativa da unidade patronal e do aumento da participação relativa da unidade familiar. Todavia, a análise da mudança da participação relativa dos imóveis patronais e familiares apresenta uma diferença pouco menor da estimada por Veiga (2003).

O que chama a atenção de fato, e que a estimativa de Veiga não previu⁶⁰, é o enorme aumento das áreas dos imóveis de 1992 para 2003. Foram 89 milhões de hectares em pouco mais de uma década. O aumento de trinta e sete milhões de hectares dos imóveis com menos de 200 hectares pode ser explicado parcialmente se considerarmos a incorporação de vinte milhões de hectares advindos da implantação de assentamentos rurais. Todavia, restam dezessete milhões de hectares. Pode-se especular que foram terras compradas, fora das políticas de crédito fundiário. É uma possibilidade. Pode-se especular também que uma parte foi incorporada pelo avanço da fronteira agrícola. É outra possibilidade. O aumento de cinquenta e dois milhões de hectares dos imóveis de mais de 200 hectares contraria a estimativa de Veiga, já que seria coerente a diminuição dessas áreas. Mas se isso é confuso, é mais difícil entender como um grupo de área que deveria passar de 245 milhões de hectares para um número menor, ainda teve um aumento tão fabuloso. Se especularmos que esse número deveria ser em torno de 230 milhões de hectares, considerando desapropriação e incorporação de novas áreas, como passou para 297 milhões de hectares? Nossa hipótese é que este aumento pode estar associado a pelo menos três processos: a) por causa das ocupações, os latifundiários passaram a declarar com precisão as áreas dos imóveis (para não correr o risco de serem surpreendidos com os pedidos de liminares de reintegração de posse, requerendo áreas maiores do que as declaradas); b) a incorporação de novas áreas em faixas de fronteira e ou de terras

⁵⁹ Os dados do INCRA são registros de propriedades e de seus detentores. O IBGE registra a ocupação desse espaço pelos produtores rurais.

⁶⁰ E de fato seria muito difícil alguém prever esse aumento, pois esse número foge do padrão de aumento de área dos censos agropecuários.



devolutas; c) a incorporação de áreas de menos de 200 hectares, o que significaria desterritorialização das propriedades familiares, o que parece não ter sido tão intensa.

Por tudo isso, a ocupação de terra ganha eficiência, porque revela o que os bancos de dados e os censos apresentam de forma irresoluta e diferenciada. Ainda mais quando se considera que noventa por cento desses vinte milhões de hectares foram “obtidos” graças à ocupação da terra, pelos movimentos de sem-terra.⁶¹ Portanto, sem a ocupação, sem o conflito, esta mudança de vinte milhões de hectares não existiria. Mas essa mudança nos é muito conhecida. O que precisamos estudar e explicar é a incorporação de mais de cinquenta milhões de hectares pelas propriedades patronais e conferir qual a relação que explica o aumento de dezessete milhões de hectares das áreas dos imóveis familiares. Fecha parênteses.

Portanto, não é de se estranhar a perplexidade de Graziano no Pará, porque os conflitos ferem a lógica dos que acreditam que somente o mercado e o Estado podem mudar a realidade. É assim que se compreendem os artigos que ele escreve, nos periódicos nacionais, condenando os sem-terra e metamorfoseando o latifúndio em empresa rural. Não é difícil compreender a leitura que Graziano faz da questão agrária, porque seus escritos⁶² denotam os limites de suas análises no campo cerceadas pelo por sua condição de político ruralista. Essa leitura foi afiançada por Fernando Henrique Cardoso que escreveu o prefácio do livro “A Tragédia da Terra”⁶³ (Cardoso, 1991) Este título sarcástico, infelizmente, expressava uma visão da realidade agrária como uma espécie de obra teatral, ou “circo”. Nesse contexto, as ocupações, não por acaso, acabaram em fatalidade. A tese de Graziano foi demolida na primeira gestão do governo FHC.

Essa é uma conflitualidade que destaca o paradoxo e a construção política das estratégias. Apesar de não acreditar na existência de um número grande de famílias sem-terra, nem na abundância de terras para assentá-las, a

⁶¹ Ver Leite (2004, p. 40) e Fernandes (2000, p. 300).

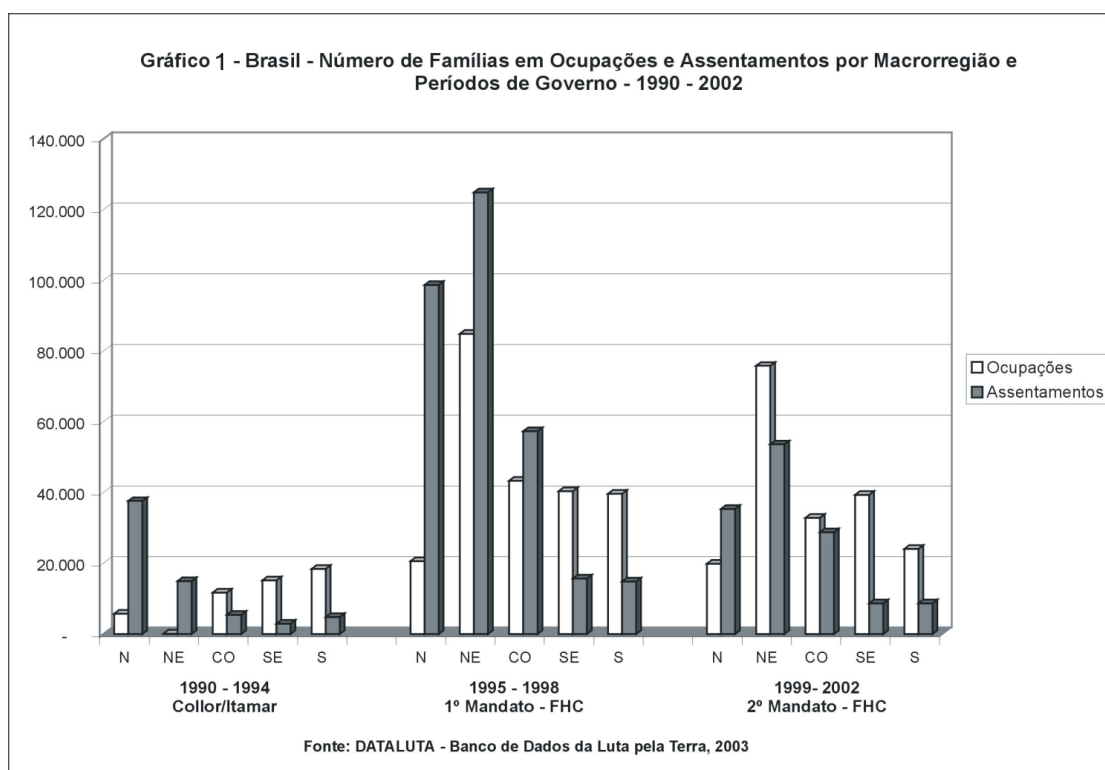
⁶² Francisco Graziano Neto publica regularmente artigos em periódicos de circulação nacional. Seus artigos são produzidos com base em informações de terceiros e de visitas in loco. Pelo teor literário jornalístico sem referências científicas, os conteúdos se parecem com textos de auto-ajuda para aqueles que querem acreditar que a reforma agrária não tem mais sentido.

⁶³ Este livro é a tese de doutorado de Francisco Graziano. Todavia, o título da tese é “A Verdade da Terra” – Crítica da Reforma Agrária distributivista.



primeira gestão do governo Fernando Henrique Cardoso foi o momento da história em que mais se assentou famílias e se implantou assentamentos, como demonstra O Gráfico 1.

Gráfico 1: Comparação de ocupações e assentamentos por períodos de governo



Todavia, esta “maior reforma agrária do mundo”, como classificou Fernando Henrique Cardoso, não foi resultado de um projeto elaborado previamente. Foi muito mais resultado da luta pela terra, como demonstramos na última parte deste artigo. Na segunda gestão, a política agrária do governo mudou de paradigma. A questão agrária foi estrategicamente substituída pelo capitalismo agrário. Começava a ocorrer uma mudança do eixo da questão agrária. Por causa do massacre de Eldorado dos Carajás, o governo Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e empossou Raul Jungmann, que com base na diminuição do número de famílias em ocupações de terra, como pode ser observado no gráfico 1, predisse sobre o fim das ocupações de terra.



3.2 - Ocupação de terra é página virada⁶⁴

A discussão agora não era mais se existiam terras e famílias. 1996 foi marcado por tragédia e mudanças radicais. De fato foi um ano divisor de águas para a questão agrária. O paradigma do Capitalismo Agrário, pela primeira vez, ocupava um espaço político decisivo no ministério⁶⁵. Desde 1996, com a implantação do programa Reforma Agrária Solidária no Ceará e, depois, com o debate inaugurado com a criação do Programa Piloto de Reforma Agrária Cédula da Terra, lançado em dezembro de 1997, indicava a criação de um novo espaço na realização de políticas de reforma agrária. A mudança do eixo da questão agrária objetiva transferir a reforma agrária do campo da política para o mercado. Com a criação desse novo espaço nascia uma nova conflitualidade. Para compreendê-la é necessário atentar para os efeitos da globalização marcados pelas políticas neoliberais. Em diversos países pobres, o Banco Mundial investiu recursos para a compra de terra e desenvolvimento da agricultura camponesa⁶⁶.

A diminuição das ocupações de terra não era resultado do sucesso da política do mercado de terras. Era um refluxo produzido pela judicialização da luta pela terra e criminalização dos movimentos camponeses. Essa “ajudinha” política por meio de medidas provisórias⁶⁷ era para “desideologizar” a reforma agrária e pacificar o campo. Este é outro caráter da conflitualidade: o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao consenso. A mercantilização da reforma agrária estipulava a regra por meio de uma ordem determinada e de um suposto consenso. Os conflitos representavam a oposição a uma política que delimitava os territórios de negociação, subordinando o campesinato à lógica rentista.

Depois da crença que não há tantas famílias sem-terra, nem tantos latifúndios, tentou-se criar o auto-engano do fim das ocupações de terra, como que se essas ações fossem apenas atos subversivos, forçados, sem razão histórica. A

⁶⁴ Declaração de Raul Jungmann ao jornal O Estado de São Paulo de 15 de setembro de 2001.

⁶⁵ Chamamos genericamente de ministério como forma de representar os tantos nomes de estruturas políticas: SUPRA – IBRA – INDA – GERA – INCRA – MEAF – MIRAD – INTER – MEPF – MDA (A respeito dessa superprodução de siglas, ver Fernandes, 2000 p.46) O que queremos afirmar é que o Paradigma do Capitalismo Agrário entrou pela primeira vez neste espaço político e permaneceu até o final do governo FHC, revivendo no governo Lula.

⁶⁶ Não vamos tratar aqui deste tema, que pode ser analisado em Martins, 2004; Buainain, 1999.

⁶⁷ Sobre as medidas provisórias, ver a última parte deste trabalho.



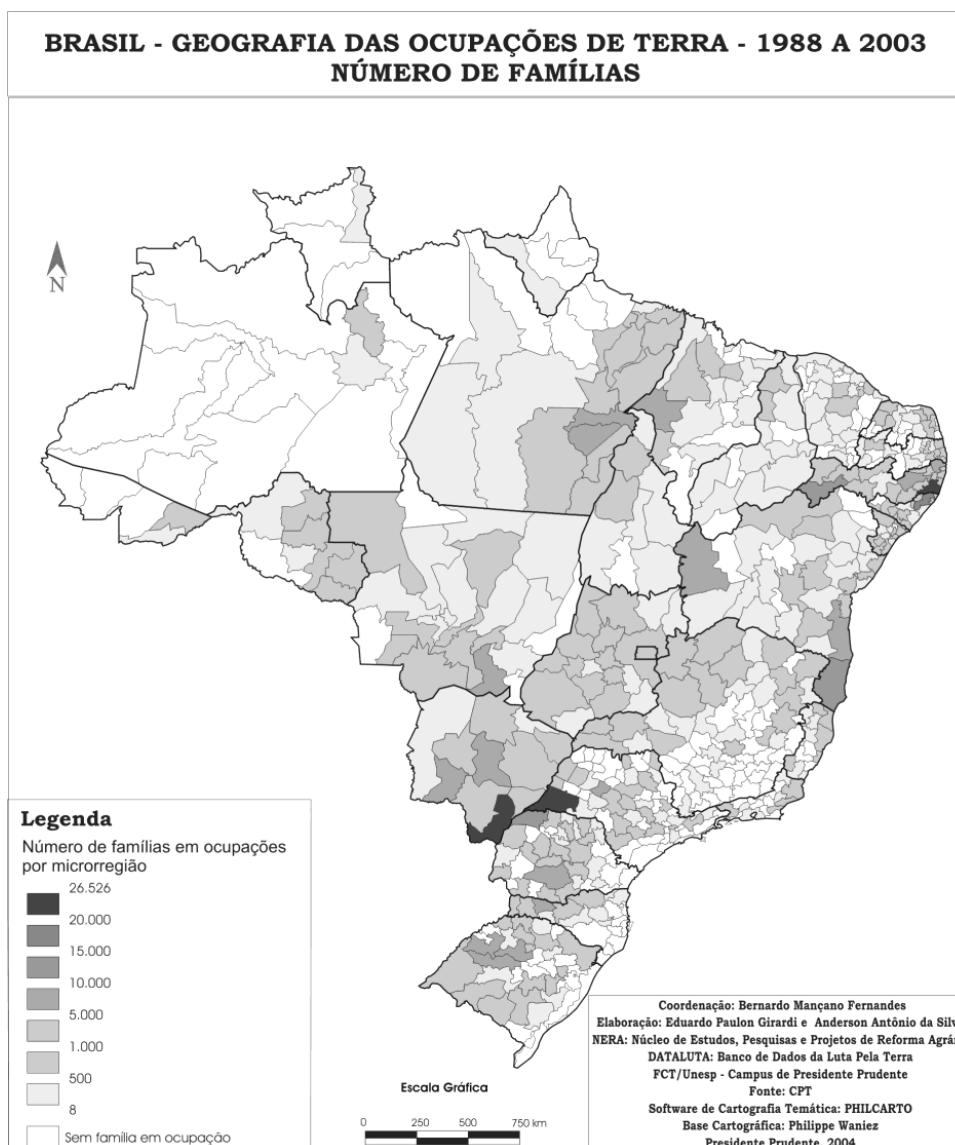
conflitualidade contém a historicidade e a espacialidade dos conflitos sociais. A questão agrária está presente em nosso cotidiano há séculos⁶⁸. Está em quase todas as páginas da história. Quando falamos da presença da questão agrária em nosso cotidiano, certamente, não é um exagero. Desde 1975, a Comissão Pastoral da Terra registra os conflitos por terra. A partir de 1985 passaram a ser publicados nos Cadernos Conflitos no Campo. Desde 1999, também a Ouvidoria Agrária, vinculada ao Ministério do passou a registrar conflitos. Por meio do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra - analisamos os dados de conflitos por terra, levantados pela CPT e Ouvidoria Agrária, com o objetivo de conhecer melhor o desenvolvimento dos conflitos e acompanhar as metodologias de pesquisa. Em uma análise mais apurada dos dados pode-se observar que quase todos os dias acontecem conflitos por terra em nosso país. A temporalidade dos conflitos é acompanhada da sua espacialidade. Observando o mapa *Geografia das Ocupações de terra - 1988 a 2003* (Mapa 1), constata-se a realização de ocupações de terra em praticamente todo o Brasil. Contudo, é importante destacar que tanto a CPT, quanto a Ouvidoria, certamente não conseguem registrar todos os conflitos. O movimento da conflitualidade não é totalmente mensurável, mesmo com todos os esforços dos agentes de pastorais da CPT, dos técnicos do Incra e da grande cobertura que a mídia nacional dá à questão agrária.

⁶⁸

Uma referência é o Dicionário das Batalhas Brasileiras que também traz os registros de conflitos por terra e território desde o século XVI (DONATO, 1996).



Mapa 1: Geografia das Ocupações de terra - 1988 a 2003



A mercantilização da reforma agrária não foi o único elemento da mudança de eixo da questão agrária. As políticas neoliberais demarcadas pela globalização expandiram as potencialidades da agricultura capitalista, dando-lhe, inclusive, um novo nome: agronegócio. A produção primária para exportação aumentou com a abertura de mercados, intensificando a territorialização do capital, expropriando o campesinato, aumentando o desemprego, produzindo riquezas, misérias e conflitualidades⁶⁹.

⁶⁹ O Jornal Folha de S. Paulo publicou uma matéria a respeito desse processo na região Centro-Oeste (Folha de São Paulo, 12 de setembro de 2004).



3.3 - Agronegócio: a conflitualidade “invisível”

O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia, a questão estrutural permanece. Do trabalho escravo à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo capitalista de produção. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração.

A apologia ao agronegócio, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando *invisibilizar* sua conflitualidade. O agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, aparece como espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. A fundação do agronegócio expandiu a conflitualidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – conseqüentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como



ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada.

O agronegócio não cria conflitualidade apenas por sua extraordinária capacidade produtiva. A reação às ocupações de terra tem aumentado e no último trimestre de 2004, ocorreram vários conflitos entre sem-terra acampados e jagunços que os expulsaram a mando dos fazendeiros. Todavia, a mídia evita fazer relação entre o agronegócio e o conflito, entre o agronegócio e o trabalho escravo. A “invisibilidade” da conflitualidade gerada pela blindagem apologética feita para o agronegócio cria certo estranhamento quando se crítica este modelo. Foi o caso do presidente do Incra – Rolf Hackbart – quando associou a chacina ocorrida no município de Felizburgo – MG, em novembro de 2004, ao agronegócio. Hackbart argumentou que os fazendeiros que mandam matar sem-terra acampado são personagens do agribusiness. Essa afirmação quase lhe custou o cargo e o ministro da Agricultura – Roberto Rodrigues – enfatizou que não se pode “misturar as coisas”, pois o agronegócio representa 34% do PIB e 42% das exportações brasileiras.⁷⁰

Ainda, essa imagem revestida pelos números relativos da produção para exportação ganha mais relevância quando se associa a agricultura camponesa como parte do agronegócio⁷¹. Essa é a leitura do paradigma do Capitalismo agrário que ao entender a agricultura familiar como unidade do sistema capitalista, considera parte deste modelo. Nesta acepção, o agronegócio é a única forma de desenvolvimento da agricultura, limitando qualquer análise da conflitualidade. Assim, o conflito perde sentido, aparece como uma coisa de fora e não de dentro do agronegócio. Essa mudança de eixo da questão agrária desafia os pesquisadores deste problema para pensar outros modelos de desenvolvimento territorial, rompendo com a cooptação do agronegócio e de sua postura totalitária.

⁷⁰ Ver matéria em O Estado de São Paulo, 24 de novembro de 2004, p. A8.

⁷¹ É o que faz Ricardo Abramovay. Ver entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, 21 de dezembro de 2003, p. 11.



4. Desenvolvimento Territorial Rural: a construção da multiterritorialidade

O desenvolvimento territorial é compreendido por sua amplitude e multidimensionalidade e em oposição ao desenvolvimento setorial⁷². A idéia de desenvolvimento territorial rural é recente. As primeiras publicações são do começo da década de 1990. Há duas questões fundamentais na construção deste conceito. A primeira refere-se à preocupação das instituições a respeito do desenvolvimento territorial e a segunda à abordagem *fashion* com que a questão territorial vem sendo tratada. Vejamos um pouco mais sobre cada uma destas questões.

A preocupação das instituições com o desenvolvimento territorial é importante, sem dúvida. Todavia, essa preocupação tem um sentido pouco explicitado, que é o controle político do debate público para a construção de teorias, métodos, metodologias e ideologias que visam o controle territorial. A geografia política do debate amplo que está acontecendo hoje, em toda a América Latina, revela uma “monocultura institucional”, ou seja, a construção das referências teóricas para as definições de desenvolvimento territorial tem como ponto de partida e de chegada o pensamento consensual. Este pensamento é uma construção ideológica fantástica que obscurantiza a sua forma real que é o pensamento ofensivo. Por pensamento consensual estamos nos referindo ao pensamento que lê a realidade sem considerar suas contradições produtoras de conflitualidade. É um pensamento de cunho neoliberal que tem invadido muitos espaços e organizações populares, principalmente por meio das organizações não governamentais. Constroem cenários e procuram convencer os movimentos populares e as comunidades rurais que devem procurar o desenvolvimento sustentável sem criar oposições. Outro trabalho intenso dessas ONGs é a integração - subalterna – completa das comunidades ao mercado. O pensamento consensual procura convencer que o desenvolvimento territorial tem o mercado como essência. Essas ações revelam seu caráter de pensamento ofensivo, estruturado para desconstruir os pensamentos oponentes e projetar modelos e padrões de comportamento e de visão de mundo. É uma espécie de política de

⁷² Uma referência em escala latino-americana é o Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural. Ver: <http://www.rimisp.org>.



despolitização, ao propor a autonomia dentro dos marcos do pensamento neoliberal e da obediência às regras capitalistas do mercado. Duas instituições multilaterais – Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial – têm investido consideravelmente na criação de espaços para o avanço da pesquisa e do debate a respeito do desenvolvimento territorial rural;

Da falta de crítica e até mesmo da distância que muitos pesquisadores⁷³ mantêm do tema, o conceito de desenvolvimento territorial como *conceito-fashion*, decorre, principalmente. Nestas condições prevalece o conceito produzido pelas instituições que promovem o controle político do tema em questão. Essa produção conceitual parte de sua visão de mundo e de seus interesses em implantar determinados modelos de desenvolvimento. Esses conceitos tornam-se amplamente usados⁷⁴ por governos, cientistas e movimentos sociais e cuja aplicação contribui pouco para a compressão do território em questão, de modo que o desenvolvimento reproduz mais intensamente a pobreza que se propõe diminuir. O conceito de desenvolvimento territorial que não contem a possibilidade de questionamento, de oposição e conflito, de diferenciação e ruptura, de soberanias; que não reconhece que a construção das decisões coletivas dos sujeitos dos territórios levará aos processos de distintos modelos de desenvolvimento territorial, na verdade é um *conceito-fashion*. Território é um termo autológico. Construí-lo significa dominá-lo. Pode-se até mesmo decretar o fim dos territórios⁷⁵, o que significa construir um novo território.

O conceito de território pode significar o espaço físico em diversas escalas: desde o espaço geográfico de uma nação, de uma região, de um estado, de uma microrregião, de um município, de um bairro, de uma rua, de uma propriedade e de partes de uma moradia. Esse é seu sentido absoluto, objetivo, concreto, material e localizado. O conceito de território pode significar também espaços sociais em suas diversas dimensões: culturais, políticas, econômicas, histórica, ou seja, as relações sociais em sua complexidade, espacialidade e temporalidade. Inclusive no plano das idéias, da construção de conhecimentos e

⁷³ Especialmente os geógrafos e geógrafas. O que é lamentável, considerando que o conceito de território é uma categoria geográfica tão cara a esta Ciência.

⁷⁴ Por causa de uma orquestrada publicidade política com oferecimento de recursos para projetos de pesquisa e projetos de implantação de políticas públicas, desde que se utilize o método, os referenciais teóricos e as metodologias propostas pela instituição financiadora.

⁷⁵ É o caso do ensaio *O fim dos territórios*. Badie, 1996.



suas diferentes leituras das realidades, do sentido e do significado, das divergências e convergências, do diálogo e do conflito. Esse é seu sentido relacional, subjetivo, abstrato, representável e indeterminado. Portanto, temos territórios em movimento.

Esses territórios colidem, são destruídos e recriados por meio de relações de poder. São paradigmas que superam outros paradigmas. São ocupações nas periferias em áreas de proteção de mananciais, localizadas em bairros com áreas abertas à especulação de imobiliária. São prédios vazios ocupados por famílias sem-teto, moradores de rua. São ocupações terra por populações rurais e urbanas. São os despejos realizados pela polícia. São empresas falidas, fechadas e novas empresas sendo instaladas. São áreas desapropriadas para construção de novas vias de acesso. São condomínios de luxo e conjuntos populares sendo construídos no processo de urbanização, ocupando áreas antes destinadas à agricultura. São governos recém eleitos descontinuando projetos de governos anteriores. No interior do território de um município existem múltiplos territórios em escalas e dimensões diferenciadas. Esses territórios em movimento produzem múltiplas territorialidades e territorializações, desterritorializando e reterritorializando relações sociais, gerando conflitos, negociações, acordos, manifestações, prisões (às vezes mortes), superando e resolvendo problemas, criando-os e recriando-os, desenvolvendo, por meio da contradição, manifestando sua conflitualidade. Portanto, a noção de território somente como espaço físico é insuficiente para se pensar o desenvolvimento territorial.

Uma parte importante dos pesquisadores que trabalham com o conceito de desenvolvimento territorial não incorpora o conflito como uma de suas dimensões. Uma das razões do porquê isso acontece é o conceito de território que se usa. Grande parte dos economistas e sociólogos que trabalham com esse conceito toma como referência a corrente positivista da Geografia. Desse modo, o conceito de território é importado para representar uma microrregião, que passa a ser concebida como um espaço geográfico com seus elementos e relações que promovem o desenvolvimento sustentável, sem nenhum tipo de conflito. Um



exemplo é o conceito de território da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA):

O enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social, metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2005, s/p).

Essa visão “essencialmente integradora” não contempla os processos de desintegração, ou seja, de desterritorialização. O desenvolvimento territorial rural - DTR acontece por meio de um processo geográfico denominado TDR – territorialização – desterritorialização – reterritorialização caracterizando uma multiterritorialidade, onde se observa os processos integralizadores que também excluidores e ressocializadores. É esse movimento contraditório e paradoxal que promove o desenvolvimento, em que o mercado, o estado e a sociedade conflitam e se reúnem para superar os problemas, criando outros e ainda prolongando outros. Essa concepção de desenvolvimento territorial rural é muito próxima da apresentada pelo Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural:

Definimos desenvolvimento territorial rural (DTR) como um processo de transformação produtiva em um espaço rural determinado, cujo fim é reduzir a pobreza rural. A transformação produtiva tem o propósito de articular competitiva e sustentavelmente a economia do território a mercados dinâmicos. O desenvolvimento institucional tem os propósitos de estimular e facilitar a interação e a conciliação entre os atores locais entre si e entre eles e os agentes externos relevantes e seus benefícios e de incrementar as oportunidades para que a população pobre participe do processo e de seus benefícios (SCHEJTMAN & BERDEGUÉ, 2003, p. 32-33).

Uma definição de DTR é um território. Neste caso a essência econômica e mercantil é ainda mais evidente. A maior parte dos projetos de DTR é ampla de modo a contemplar o campo e a cidade; os diversos setores da economia e as dimensões política e cultural, com ênfase ao meio ambiente. A questão é: quem e quantos vão definir a “transformação produtiva”. Quem vai convencer o trabalhador que a competitividade também significa desemprego? Quem vai convencer um camponês que a mudança na base técnica, resultante da



transformação produtiva, irá determinar uma escala de produção necessária para garantir a competitividade que sua condição de agricultora familiar não irá comportar? Quem vai determinar as relações com os agentes externos? De fato, em um território com relações precarizadas de trabalho, intenso desemprego, o poder de decisão de como o território será desenvolvido está em alguns territórios e não está em outros. Em um território comandado por empresas nacionais e transnacionais com alto índice de desemprego e forte concentração fundiária, não será numa reunião “conciliadora” que os sem-terra conseguirão convencer empresários e grandes proprietários em desenvolver um projeto de reforma agrária. Na região do Pontal do Paranapanema, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) terá que convencer a UDR – União Democrática Ruralista a aceitar a reforma agrária para assentar as famílias acampadas organizadas no MST. Esse é um caso emblemático que desafia “visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais” e “a interação e a conciliação entre os atores locais entre si”.

O desenvolvimento territorial rural acontece por meio de relações socializadoras e excludoras em mercados e políticas públicas; com justiça e injustiça social, com conflito e superação, construindo histórias e experiências. Na questão agrária, os projetos institucionais são desafiados pelos movimentos socioterritoriais⁷⁶. Os movimentos populares constroem formas de luta e resistência para além do controle político das instituições governamentais, não governamentais e multilaterais, e das políticas que transferem para o mercado as possibilidades de transformação territorial. Na seguinte e última parte deste trabalho analisamos essas formas de construção de espaços, de luta e resistência, de conflito e desenvolvimento.

5. Luta pela terra e desenvolvimento

Nesta parte apresentamos uma breve análise das práticas de luta pela terra promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

⁷⁶ Movimentos socioterritoriais são os movimentos sociais que têm o território como condição de existência, de trunfo, de possibilidades de recriação. Esses movimentos produzem espaços políticos e realizações ocupações de propriedades privadas, reivindicando o direito à terra ou à moradia. Em seu processo de recriação se espacializam e se territorializam, criando conflitualidades, dialogando e superando a condição de excluídos. A respeito deste conceito, ver Fernandes, 2001b.



e as políticas dos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva. Desde sua gênese, o MST tem se territorializado por todas as regiões do Brasil por meio da ocupação de terra. Essa é uma antiga forma de luta do campesinato brasileiro, todavia nos últimos vinte anos foi intensificada com o aumento do número de famílias sem-terra e do número de ocupações de terra.

A ocupação da terra não é o começo da luta pela terra. Quando as famílias sem-terra ocupam uma propriedade é porque há vários meses essas famílias estão se organizando para que este momento acontecesse. (Fernandes, 2001a). A ocupação da terra começa com o trabalho de base, quando os sem-terra do MST visitam as casas de famílias nas periferias das cidades (pequenas, médias e grandes - inclusive nas regiões metropolitanas) para convidar pessoas interessadas em participar na luta pela terra e pela reforma agrária. Essas pessoas reúnem-se em diferentes lugares: salões paroquiais, escolas, sedes de sindicatos ou na própria casa de uma das famílias participantes. Com esse ato, inauguram um espaço de socialização política. Neste espaço discutem as possibilidades da luta pela terra e pela reforma agrária. Com essa atitude, iniciam uma dimensão do espaço de socialização política, que chamamos de espaço comunicativo. Neste espaço, as pessoas apresentam-se, conhecem as suas histórias, discutem suas trajetórias, pensam as possibilidades de seus destinos. A proposta do MST de ocupar a terra aparece como esperança e medo. Esperança porque é uma possibilidade apresentada por quem lutou e conquistou a terra. Medo porque a luta pode levar a conquista da terra, mas também pode levar a outros caminhos, inclusive à morte no enfrentamento com os latifundiários e com a polícia.

Todo esse processo cria outra dimensão do espaço de socialização política, que denominamos de espaço interativo. A interação acontece porque as pessoas se identificam, compreendem que têm trajetórias semelhantes: são migrantes, camponeses expropriados há anos ou décadas, desempregados do campo e da cidade, sem perspectiva de trabalho estável. Ao mesmo tempo em que têm vontade de mudar o rumo de suas histórias, eles têm a insegurança porque são apenas possibilidades. A interação também acontece porque essa experiência possibilita a construção de conhecimentos sobre a luta pela terra, abrindo novas perspectivas para suas vidas. Já não existe apenas a possibilidade do



assalariamento. As reuniões do trabalho de base podem durar meses. Elas acabam quando os coordenadores apresentam a proposta de ocupar uma ou mais propriedades e as famílias decidem pela ocupação. Até esse momento, viviam os efeitos da conflitualidade gerada pelo desemprego e exclusão social. Com essa decisão, abrem uma nova dimensão do espaço de socialização política: o espaço de luta e resistência, que se materializa por meio da ação das famílias que ocupam uma propriedade privada ou uma propriedade pública, ou apenas acampam nas margens de uma rodovia. A partir dessa ação mudam o sentido da conflitualidade e transferem o espaço de socialização política para esse novo lugar, onde agora as famílias organizadas tentarão manter-se reunidas pelo tempo curto ou longo. A permanência dessas famílias naquele espaço político, um “prototerritório”, dependerá da conjuntura política e econômica, do seu poder de mobilização junto com outros grupos de famílias acampadas por todo o país.

Agora, o espaço de luta e resistência chama-se *acampamento*. A inversão do sentido da conflitualidade criou um novo fato e ganha as páginas dos jornais. Essa forma de organização espacial causa um impacto na paisagem, demonstrando que aquelas famílias querem mudar suas realidades. Agora, ninguém pode ignorar essas pessoas. Elas estão juntas reivindicando condições dignas de vida. Nem as estatísticas, nem os discursos políticos, nem as teorias poderão ignorá-las. Todavia, se não é possível ignorar, é possível reprimir, repelir, rechaçar, despejar. Assim nasce o conflito. Um dos conflitos mais antigos da história do Brasil. O latifundiário contra o sem-terra. Os grandes proprietários querem manter seus privilégios em nome dos seus direitos. Os sem-terra querem conquistar os seus direitos em nome da democratização do acesso à terra.

Os conflitos, portanto, envolvem privilégios, interesses e direitos, reivindicações e luta. A instituição competente para solucionar esse conflito é o Estado. E os governos têm dado diferentes respostas para a questão da terra. Ora tratando como políticas compensatórias, ora ensaiando a questão como desenvolvimento territorial. Por meio das ocupações de terra, os sem-terra mantêm na pauta política a questão da reforma agrária. As ocupações de terra tornaram – se uma das principais formas de acesso à terra. É, portanto, uma forma de criação e recriação do campesinato. Ainda a pressão política das ocupações de terra



obrigou o Estado a procurar soluções para os conflitos, ora com o assentamento das famílias, ora com a repressão política. A ocupação de terra é uma afronta aos princípios da sociedade capitalista. Mas, ao mesmo tempo também é uma forma de desenvolvimento do capitalismo, porque as áreas ocupadas quando transformadas em assentamentos, tornam-se propriedades familiares, que produzem a renda apropriada na sua maior parte pelos capitalistas.

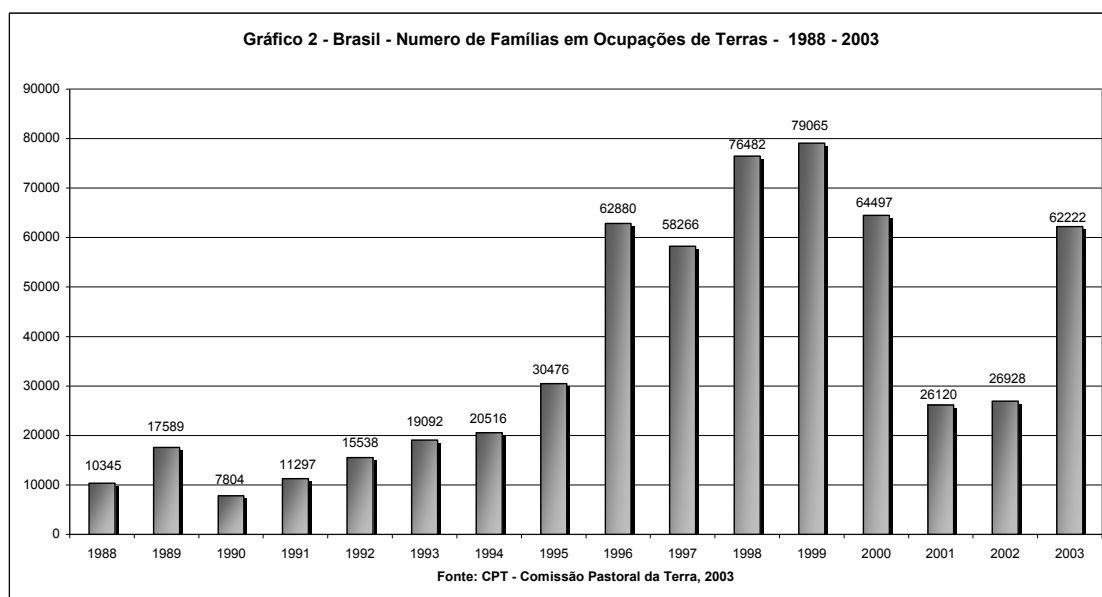
Todavia, não existe tolerância política com as ocupações de terra. As ocupações são rechaçadas, as famílias despejadas de modo que o conflito aumenta e as ocupações se repetem até que as famílias são assentadas ou desistem da luta. A intolerância é enfraquecida, em parte, pela conhecida grilagem de terras e pelo alto grau de concentração fundiária. Em 2003, somente 1.6% dos proprietários de terra controlavam 43.8% das terras, ou seja: quase metade das propriedades está nas mãos de menos de 2 % dos proprietários (Tabela 3). Por essa razão, as ocupações tornaram-se parte do cotidiano brasileiro, sendo divulgada quase todos os dias nos principais jornais do país.

A violência física praticada a mando dos latifundiários ou do Estado contra os sem-terra não diminui as ocupações. Todavia, as medidas políticas têm sido eficazes para conter as ocupações de terra. É bom lembrar que contenção não significa solução. As medidas políticas são formas de controle da luta popular. Através do controle político, o Estado pode mudar o rumo das ações dos movimentos camponeses: fazê-lo refluir e até desmobilizá-los. Ainda assim o problema agrário continua.

No Gráfico 2, a seguir, apresentamos os dados referentes ao crescimento e a diminuição dos números de famílias em ocupações de terra. Observa-se que em 1990 e em 2001 aconteceram diminuições abruptas de ocupações por causa de medidas políticas de controle político da luta pela terra. Contudo, observa-se também que os resultados políticos dessas medidas foram efêmeros, não duraram mais que um ano e o número de famílias em ocupações de terra voltou a crescer.



Gráfico 2: Número de famílias participantes em ocupações de terra – 1988-2003



Em 1990, o governo do presidente Collor reprimiu violentamente as ocupações, com prisões seletivas de lideranças. A Polícia Federal invadiu as diversas secretarias do MST em vários estados e prendeu muitos membros do MST. Essa ação causou o refluxo do MST e diminuiu o número de ocupações de terra. No entanto, em 1991, o número de famílias voltou a crescer e em outubro de 1992, o presidente Collor foi destituído pelo *impeachment*, resultado de uma grande mobilização política nacional. Com a eleição do presidente FHC, em 1994, e a promessa de realização da reforma agrária, no ano 1995, aumentou o número de famílias que ocuparam terra, tendência que continuou até 1999. O primeiro governo FHC, foi o período com maior número de famílias assentadas da história do Brasil, de acordo com as questões apresentadas na seção 1.19. O aumento do número de famílias assentadas significava o aumento do número dos que ocupavam terras e vice e versa. A cada assentamento criado, multiplicava-se o número de sem-terra realizando os trabalhos de base, criando espaços de socialização política e espacializando a luta pela terra.

Na verdade, o governo FHC percebera que o aumento do número de famílias assentadas e os investimentos realizados por meio das linhas de crédito fortaleciam a organização do MST. Muitas ocupações eram realizadas com o apoio de cooperativas de assentados, que emprestavam caminhões e financiavam os



custos da ocupação de terra. Essa prática era uma afronta à lógica do paradigma do Capitalismo Agrário que organizava diversas políticas que tinham o mercado como território da questão da reforma agrária. O governo FHC denominou esses fatos de aparelhamento político e cortou todas as fontes de recursos para os assentados. No segundo mandato, FHC intensificou as políticas ofensivas contra o MST e obteve sucesso. Em 2000, o número de ocupações começou a diminuir e em maio de 2001, o governo do presidente FHC publicou uma medida provisória de criminalização das ocupações. A Medida Provisória 2109-52, de 24 de maio de 2001, criminaliza as pessoas que ocupam terra e privilegia os latifundiários com a condição da não desapropriação por dois anos, no caso de uma ocupação e por quatro anos, quando houver reincidência.

Enquanto o governo Collor colocou a Polícia Federal para reprimir os sem-terra, o governo FHC utilizou-se do Poder Judiciário. As ocupações de terra eram acompanhadas com rigor pelo governo e as liminares de reintegração de posse e despejo das famílias ocupantes eram expedidas em menos de vinte e quatro horas, que resultava na maior parte das vezes na prisão das lideranças. A esse processo político denominamos de judicialização da luta pela reforma agrária. Ocorreram casos em que os juízes mandavam prender lideranças como prevenção as ocupações (FERNANDES, 2003a). Com a diminuição do número de ocupações, diminuiu o número de assentamentos. Para “manter” o número de assentamentos implantados nos anos anteriores, o governo FHC usou de uma estatística imaginária que contava assentamentos implantados em governos anteriores, pelos governos estaduais e até as famílias que o governo prometera assentar. Criava-se dessa forma “clones” de assentamentos e “assentamentos imaginários”, que só existiam nas tabelas de dados do governo FHC (FERNANDES, 2003a).

A ocupação de terra é uma afronta aos princípios da sociedade capitalista. Todavia, as ocupações de terra continuavam crescendo, tendo pela frente as ações da Justiça e as ações dos latifundiários. O governo FHC, em 1997, implantou o programa Cédula de Terra na tentativa de impedir as ações do MST, especialmente os trabalhos de base para formar novos grupos de famílias. Desse modo, as famílias sem-terra agora tinham duas opções: participar de uma reunião do grupo de base para discutir as ocupações de terra ou participar de reuniões com



técnicos de instituições federais e estaduais para organizar um grupo e comprar uma fazenda. Pela primeira vez na história do Brasil ocorreu uma intervenção direta na questão da luta pela terra por meio de política econômica, em escala nacional. Com essa medida, o governo transferia a questão da terra do território da política para o território do mercado. Essa ação extraordinária diminuía o poder de negociação dos trabalhadores sem-terra. Aos que aceitaram a política do Cédula da Terra – depois – Banco da Terra, o espaço de negociação limitou-se ao contrato de compra e venda, ou seja às políticas do mercado⁷⁷. O governo FHC criou também um projeto denominado reforma agrária pelo correio e iniciou um serviço de cadastramento de pessoas interessas em ser beneficiado com um lote de terra. Em torno de 800 mil famílias se cadastraram.

No ano de 2002, houve um pequeno crescimento no número de ocupações. Com a derrota de FHC e a vitória de Lula nas eleições de 2002, as ocupações voltaram a crescer e em 2003, o número de famílias em ocupações de terra ficou entre os cinco maiores da luta pela terra, desde 1988. Nos últimos vinte anos, desde a fundação do MST, as famílias participantes das ocupações têm se diferenciado. Na década de 1980, as famílias sem-terra participantes das ocupações eram predominantemente de origem rural. Com a intensificação da mecanização da agricultura e com o desemprego estrutural, na década de 1990, nos acampamentos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, a participação de trabalhadores de origem urbana aumentou.

Na região Nordeste, o MST começou a organizar migrantes nordestinos retornados da região Sudeste por causa do desemprego. No Estado de São Paulo, o MST e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MTST) começaram a organizar famílias para lutarem pela moradia ou por terra. Essa ação resultou no aumento do número de famílias de origem urbana nas ocupações de terra. No Pontal do Paranapanema, registramos até 50% de trabalhadores urbanos entre as famílias assentadas (LIMA; FERNANDES, 2001). No Estado do Rio Grande do Sul, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) que tem ocupado terras nos municípios da região metropolitana de Porto Alegre com o objetivo de desenvolverem atividades agrícolas e não agrícolas como formas de

⁷⁷ Ver Buainain (1999; 2004).



sobrevivência. Esse fato demonstra que a determinação do governo, de assentar apenas as famílias de origem rural, tem sido ignorada pelos trabalhadores de origem urbana. Essa é uma das razões do aumento do número de famílias acampadas em todas as regiões do país. Isso significa que o processo de criação e recriação do campesinato tem contato com a participação dos trabalhadores desempregados de origem urbana.

As ocupações, o avanço e o refluxo do MST, as conquistas e as derrotas dos movimentos camponeses, o crescimento da participação das famílias de origem urbana na luta pela terra, todas essas realidades são indicadores da resistência, gerando conflitualidades à procura de solução, de negociação, de terra, trabalho e dignidade. No ano de 2003, a luta pela terra apresentou nova tendência de crescimento. Neste ano foram registradas 166 mil famílias acampadas em todo o Brasil (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003). Segundo DATALUTA, 2004, as famílias acampadas organizadas no MST eram 112.532. Esse crescimento é resultado da espacialização da luta pela terra, feita por meio do trabalho de base. É também resultado da ineficaz política de assentamentos implantada pelo governo FHC e do fracasso da criminalização da luta pela terra. É uma forma de pressão ao governo Lula, que até o momento não apresentou indicadores de que irá realizar a reforma agrária.

Em 2003, o governo Lula assentou trinta e seis mil famílias. Desse total, vinte e sete mil famílias foram assentadas em assentamentos antigos e nove mil famílias em assentamentos novos. Em 2004, o governo Lula assentou oitenta e uma mil famílias. Desse total, cinquenta e cinco mil famílias foram assentadas em assentamentos antigos e vinte e seis mil famílias em assentamentos novos. Com esses resultados, o governo Lula terá dificuldades em cumprir com as metas. Para atingir o prometido no Plano Nacional de Reforma Agrária, precisará assentar quatrocentas e treze mil famílias em dois anos.

De fato, a reforma agrária não avançou no governo Lula. Nem mesmo a promessa de assentar todas as famílias acampadas foi cumprida. Em setembro de 2004, o governo desistiu do intento, considerando que os trabalhos de base são fontes inesgotáveis de organização de grupos de famílias. Todavia, a relação política com os movimentos camponeses melhorou em relação ao governo



Cardoso. Embora, a medida provisória que criminaliza a luta pela terra continue vigorando, o governo Lula não a aplicou com mesmo rigor político contra os sem-terra, como acontecia no governo Cardoso. Nos dois primeiros anos do governo Lula, as linhas de créditos para os assentamentos foram retomadas com a apresentação de uma nova política de assistência técnica. A formação profissional dos assentados foi ampliada com a intensificação de projetos de alfabetização, escolarização e acesso à universidade (FERNANDES; MOLINA, 2004).

Considerações finais - superar paradigmas e empatar

Em dezembro de 2004, o Ministério do Desenvolvimento Agrário divulgou os resultados de uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo a respeito da participação da agricultura familiar no Produto Interno Bruto – PIB. Os destaques da pesquisa são:

- a) Em 2003, o PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar alcançou R\$ 156,6 bilhões ou 10,06% do PIB nacional. O PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Patronal alcançou 20,51% do PIB brasileiro.
- b) Em 2003, o PIB da Agropecuária Familiar alcançou R\$ 55,6 bilhões ou 3,57% do PIB nacional. *[O PIB do setor de Extração de petróleo, gás natural, carvão e outros combustíveis, por exemplo, corresponde a 3,34% do PIB brasileiro (valor adicionado a preços básicos)].*
- c) Em 2003, o PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar cresceu R\$ 13,4 bilhões, ou 9,37% a mais que no ano anterior. Esse valor é superior ao crescimento do PIB nacional (0,5%) e do PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Patronal (5,13%).
- d) Em 2003, o PIB da Agropecuária Familiar cresceu 14,31% em relação ao ano anterior. Esse valor é superior ao crescimento do PIB da Agropecuária Patronal (11,08%).



- e) Em 2003, o PIB das Lavouras da Agricultura Familiar cresceu 18,41% em relação ao ano anterior. Esse valor é superior ao crescimento do PIB das Lavouras da Agricultura Patronal (14,61%).
- f) Em 2003, a Agricultura Familiar foi a base de importantes cadeias de produtos proteicos de origem animal, sendo majoritária no caso do PIB da Cadeia Produtiva dos Suínos (58,8% do PIB total desta cadeia), do Leite (56%) e das Aves (51%). (MDA, 2004)

A constituição desta realidade econômica é resultado de um conjunto de políticas que envolvem sujeitos, territórios, conflitualidade, ocupações de terra, mercado, Estado, instituições diversas. Entre os agricultores pesquisados, uma parte é assentada que lutou pela terra para se ressocializar. E foi essa condição original que os colocou nos resultados desta pesquisa.

Os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário disputam com suas interpretações da geografia agrária nacional, os espaços políticos, lócus de decisões para o desenvolvimento da agricultura. Nesse processo desenvolve-se a conflitualidade na teoria e na realidade. O paradigma do Capitalismo agrário trouxe importante contribuição para a compreensão da questão agrária ao destacar o peso da participação familiar na agricultura e romper com a visão determinista do assalariamento total. Todavia, a visão da dicotomia agricultura camponesa x agricultura familiar representa a criação de uma condição de integração - subalterna – completa ou parcial, dependendo o estágio de desenvolvimento das relações sociais, determinada pela lógica do capital. O paradigma da Questão Agrária, por sua vez, não tem conseguido teorizar a respeito do desenvolvimento da economia camponesa frente mercado como território do capital. Mas, tem sido extremamente eficaz em compreender os processos de criação, recriação e reinvenção do campesinato, demonstrando que há possibilidades de construir espaços políticos diversos para resistir ao processo de territorialização do capital e desterritorialização do campesinato.

Se por um lado o paradigma do Capitalismo Agrário não tenha considerado a conflitualidade em seu corpo teórico, como processo eficiente e promotor de desenvolvimento, por outro, o paradigma da Questão Agrária não tem



considerado a importância das formas de relação com o mercado. Um paradigma ignora a conflitualidade gerada a partir das relações mercantis, o outro ignora as relações mercantis produtoras de conflitualidade. Neste sentido, parece-nos que a noção de *empate* construída pelos seringueiros projeta um espaço – diálogo onde pode se discutir o desenvolvimento territorial rural com base na sustentabilidade. Essa condição garante os princípios básicos da cidadania, da democracia e mantém abertas as perspectivas de construção de idéias e experiências para transformar o mundo, para lutar contra a exploração, a subalternidade e a expropriação gerida pelo capitalismo. Evidente que todo esse processo acontecerá por meio de conflitos e desenvolvimento.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores familiares: Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. Campinas, 1990. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava Gente Brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRYCESON, Deborah; KAY, Cristobál; MOOIJ, Jos. **Disappearing Peasantries?** Rural labour in Africa, Asia and Latin America. London: IT Publications, 2000.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Reforma Agrária por conflitos: a gestão dos conflitos de terra no Brasil**. Campinas: inédito, 2004.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Avaliação do Programa Cédula da Terra: resultados preliminares, desafios e obstáculos**. Campinas, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: GRAZIANO NETO, Francisco. **A Tragédia da Terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil**. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo. Brasil 2004**. Goiânia: CPT, 2004.



COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DANBOM, David, B. **Born in the Country**: A History of Rural America. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório Pesquisa Nacional – DATALUTA – MST**. Presidente Prudente, 2004.

DESMARAIS, Annette. **The Via Campesina**: Peasant resisting globalization. Calgary, 2001. Tese (Doutorado em Geografia). Department of Geography of the University of Calgary.

DONATO, Hernâni. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. São Paulo: Ibrasa, 1996.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A judicialização da luta pela reforma agrária. In: **Violências no tempo da globalização**. SANTOS, José Vicente Tavares (Org.) São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. São Paulo, Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **The occupation as a form of Access to land**. XXIII International Congress of the Latin American Studies Association. Washington, D.C., September 6-8, 2001a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001b.

FERNANDES, Bernardo, Mançano, *et alii*. **Insertion socio-politique et criminalisation de la lutte pour la terre**: occupations de terre et assentamentos rurais das le Pontal do Paranapanema-São Paulo. Cahiers du Bresil Contemporain. La Riche: v.51/52, p.71 - 94, 2003a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O Futuro do MPA**. Porto Alegre: MPA, 2003b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões da Via Campesina. ANAIS DO 6º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. Goiânia, 2004. Disponível em: <http://www.lead.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/e1_contsn4.htm>.

FERNANDES, Bernardo Mançano e MOLINA, Monica. O Campo da Educação do Campo. In **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Nead, 2004.



GOLDBERG, Jake. **The Disappearing American Farm**. New York: Franklin Watts Library, 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília: Ibama, 2003.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2003**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2004, p.10-26.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio grilagem e devastação. In **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2004**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005, p.142-156.

GRAZIANO NETO, Francisco. **A Verdade da Terra**. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em Economia Aplicada à Administração). Curso de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas/Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Qual Reforma Agrária?** São Paulo: Geração Editorial, 1996.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, 2003.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura Familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura Familiar: do mito à realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LEAL, Gleison Moreira. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio-SP**. 2003. 168 f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Pudente.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

LÊNIN, Vladimir. Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.



LIMA, Solange; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Trabalhadores urbanos nos assentamentos rurais: a construção de novos sujeitos sociais.** Presidente Prudente, 2001. Relatório CNPq – PIBIC 1999 - 2001.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo.** São Paulo : Edusp, 2000.

MARTINS, Mônica. **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia.** São Paulo: Viramundo, 2004.

MAZOYER, Marcel; ROURDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea.** Lisboa. Ed. Histórias e Monografias, 2001.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária.** Brasília, 2003.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar.** Brasília: MDA, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema-SP.** 2002. 144 f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Pudente.

ROMEIRO, Ademar; GUANZIROLI, Carlos; LEITE, Sérgio (Orgs.) **Reforma agrária: produção, emprego e renda.** Petrópolis: Vozes, 1994.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena.** São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, José Vicente Tavares. Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização. In **Violências no tempo da globalização.** SANTOS, José Vicente Tavares (Org.) São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, José Vicente Tavares. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. In **São Paulo em Perspectivas.** Vol.18; nº. 1 São Paulo Jan./Mar. 2004.



SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHEJTMAN, Alexander. BERDEGUÉ, Julio A. **Desarrollo Territorial Rural**. Santiago: RIMISP, 2003.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES Bernardo Mançano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

VEIGA, José Eli. **Poverty alleviation through access to land**: the experience of the Brazilian agrarian reform process. Synthesis paper prepared for the informal panel session organized by the Committee on World Food Security, 16 May 2003,

FAO, Rome. Disponível em:

<http://www.fao.org/documents/show_cdr.asp?url_file=/docrep/006/j0415T/j0415t07.htm> Acesso em 31 de dezembro de 2004.



7. MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA PARA UMA LEITURA GEOGRÁFICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Bernardo Maçano Fernandes

Introdução

Recentemente, diversas áreas do conhecimento adotaram o território como conceito essencial em suas análises. Todavia, o conceito de território é utilizado como uma dimensão das relações sociais, enquanto na verdade, o território é multidimensional, constituindo-se em uma totalidade. Mesmo, muitos geógrafos trabalham com os conceitos de espaço e de território a partir de uma visão unidimensional, muitas vezes importada de outras áreas do conhecimento.

Este artigo é um novo ensaio de uma reflexão maior em realização no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) do Departamento de Geografia da Unesp, campus de Presidente Prudente (São Paulo – Brasil). Nossas primeiras reflexões a respeito do conceito de movimento socioterritorial surgiram em Fernandes (2000a), na realização da tese de doutorado sobre as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em todo o território brasileiro.

Neste texto, procuramos aprofundar essa discussão a partir de Santos (1988; 1996), Lefebvre (1991), Raffestin (1993), Oliveira (1991), Gonçalves (2001) e Fernandes e Martin (2004). Para tanto, revisitamos os conceitos de espaço e território e apresentamos o conceito de processos geográficos à luz de nossa reflexão com base nas leituras e a partir dos diversos projetos de pesquisa em realização no NERA.

Reforçamos nossos argumentos sobre a importância dos conceitos de movimentos socioterritorial e socioespacial para estudar as realidades contemporâneas frente às mudanças paradigmáticas. As ideias aqui apresentadas ainda estão em processo de formação, todavia se constituindo como referências importantes para as leituras geográficas dos movimentos sociais.

Essa é a contribuição contida na parte referente aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Hoje, frente aos intensos processos de exclusão



social provocados pelas políticas neoliberais, urge pensar os espaços e os territórios como forma de compreender melhor as conflitualidades. Acreditamos que este artigo provoca essa questão e a coloca em movimento, revelando espaços e territórios antes não pensados.

1 – Espaço e território

O espaço social é a materialização da existência humana. Esta definição extremamente ampla de espaço foi elaborada por Lefebvre (1991, p. 102). O espaço assim compreendido é uma dimensão da realidade. Esta amplitude, de fato, oferece diferentes desafios para a Geografia que tem o espaço como categoria de análise e necessita estudá-lo para contribuir com sua compreensão e transformação. Dentre os maiores desafios, com certeza, estão os trabalhos de elaboração do pensamento geográfico para a produção de um corpo conceitual, a partir da Geografia em um diálogo permanente com as outras ciências.

Por sua amplitude, o conceito de espaço pode ser utilizado de modos distintos. Todavia, muitas vezes a sua utilização não é compreensível, porque não se define o espaço do qual está se falando. É assim que o espaço vira uma panaceia. Para evitar equívocos, é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços.

O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como *composicionalidade*, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma *completitude*, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também



e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade.

O Espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da *completividade*. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços. Esse é o caráter da *composicionalidade*, em que as dimensões são igualmente espaços completos e *completivos*.

Essas qualidades dos espaços desafiam os sujeitos que neles vivem e pretendem compreendê-los. O *espaço é multidimensional, pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação*. As relações sociais, muitas vezes, realizam *leituras e ações* que fragmentam o espaço. São análises parciais, unidimensionais, setoriais, lineares, uniescalar, incompletas e, portanto, limitadas, porque necessitam delimitar. Essas leituras espaciais fragmentárias promovem desigualdades e diferentes formas de exclusão. A superação dessa visão de mundo exige ponderabilidade na criação de métodos que *desfragmentem* o espaço e que não restrinjam as qualidades *composicionais e completivas* dos espaços.

Essa é a identidade do espaço, sua plenitude, como demonstra Santos (1996, p. 50) na elaboração de uma definição plena de espaço. Santos compreende que o “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Essa definição explicita o espaço geográfico onde se realizam todos os tipos de relações.



*As relações são formadoras dos sistemas de ações e de objetos, que de acordo com Milton Santos são contraditórios e solidários. As relações sociais são predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos. A produção de fragmentos ou frações de espaços é resultado de *intencionalidades* das relações sociais, que determinam as *leituras e ações propositivas que projetam a totalidade como parte*, o seja, o espaço em sua qualidade completa é apresentado somente como uma fração ou um fragmento.*

Essa determinação é uma *ação propositiva* que interage com uma *ação receptiva* e a representação do espaço como fração ou fragmento se realiza. Assim, a *intencionalidade determina a representação do espaço*. Constitui-se, portanto, numa forma de *poder*, que mantém a representação materializada e ou imaterializada do espaço, determinada pela intencionalidade e sustentada pela receptividade. Sem essa relação social o espaço como fração não se sustenta.

É importante reforçar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social. Essa representação exige uma *intencionalidade*, ou seja, uma forma de compreensão unidimensional do espaço, reduzindo suas qualidades. Desse modo, apresentam o espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural. Essa compreensão se efetiva, ainda que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e completos do espaço geográfico.

A *intencionalidade* é um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, se materializar no espaço, como bem definiu Lefebvre. A *intencionalidade* é **uma visão de mundo**, ampla, todavia una, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui-se em uma identidade. Por esta condição, precisa delimitar para poder se diferenciar e ser identificada. E assim, constrói uma leitura parcial de espaço que é apresentada como totalidade. Afinal, todos os povos se sentem o centro do universo.



Desse modo, a multidimensionalidade do espaço é restringida ao ser delimitada pela determinação da intencionalidade. Em outras palavras: a parte é transformada em todo e o todo é transformado em parte. Isso significa que o espaço agora passa a ser compreendido segundo a intencionalidade da relação social que o criou. É, então, reduzido a uma representação unidimensional e a visão que o criou, embora parcial, é expandida como representação da multidimensionalidade. A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não. E assim, criam-se diferentes leituras socioespaciais.

Dessa forma é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades.

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades *composicionais e completivas* dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade.

O território foi definido por Raffestin (1993, p. 63), como sistemas de ações e sistemas de objetos. Essa similitude das definições de Claude Raffestin e Milton Santos significa também que espaço geográfico e território, ainda que diferentes, são o mesmo. Pode-se afirmar com certeza que todo território é um espaço (nem sempre geográfico, pode ser social, político, cultural, cibernético etc.). Por outro lado, é evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O espaço



geográfico de uma nação é o seu território. E no interior deste espaço há diferentes territórios, constituindo o que Haesbaert (2004), denominou de multiterritorialidades.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis.

A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. Um bom exemplo dessas características está em Oliveira (1991), nos conceitos de territorialização do capital e monopólio do território pelo capital.

As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento.

Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. O conhecimento é um importante tipo de território, daí a essencialidade do método. Para a construção de leituras da realidade é fundamental criar métodos de análise, que são espaços mentais (imateriais) onde os pensamentos são elaborados. Para um uso não servil dos territórios dos paradigmas é necessário utilizar-se da propriedade do método.

A mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade determina a construção de territórios concretos. Estes



possuem o sentido de trunfo que Raffestin (1993), defende para o conceito de território. Sem a produção de espaços e de territórios, o conhecimento, como relação social, pode ser subordinado por outros conhecimentos, relações sociais, espaços e territórios.

Para a Geografia o território é uma totalidade, portanto é multidimensional. Para outras ciências o território pode ser compreendido apenas como uma dimensão. Alguns economistas tratam o território como uma dimensão do desenvolvimento, reduzindo o território a uma determinada relação social. Assim como o desenvolvimento, o território é multidimensional, portanto não existe uma dimensão territorial do desenvolvimento. A compreensão do território como espaço unidimensional trata-o como um setor, chamando-o equivocadamente de território. Essa é uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de “desenvolvimento territorial”.

No espaço as relações sociais se materializam e se reproduzem, produzindo espaços e territórios em movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos. Denominamos esses movimentos de processos geográficos.

2 – Processos geográficos

Os processos geográficos são também processos sociais. As relações sociais a partir de suas intencionalidades produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens. Ao produzirem seus espaços e neles se realizarem, as relações sociais também são produzidas pelos espaços. Essa indissociabilidade promove os movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos. Nesses movimentos as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais.

Os movimentos das propriedades dos espaços e territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição. A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições



das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização – desterritorialização – reterritorialização.

Exemplos de TDR podem ser dados com o movimento das empresas capitalistas que se instalam e mudam de cidades e países de acordo com as conjunturas políticas e econômicas; ou os movimentos do agronegócio e da agricultura camponesa modificando paisagens, mudando a estrutura fundiária e as relações sociais; ou ainda quando a polícia prende traficantes que controlam determinados bairros e semana depois o tráfico é reorganizado; Também quando um paradigma entra em crise ou é abandonado e tempos depois é retomado.

Os processos geográficos são, igualmente, movimentos das propriedades espaciais e das relações sociais. São quatro os processos geográficos primários: espacialização, espacialidade, territorialização e territorialidade. São três os processos geográficos procedentes: desterritorialização, reterritorialização, desterritorialidade, reterritorialidade.

Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrupto, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas. Existem dois tipos de territorialidade, a local e a deslocada, que podem acontecer simultaneamente.

A territorialidade local pode ser simples ou múltipla, depende dos usos que as relações mantenedoras fazem do território. Um exemplo de territorialidade local simples é um hospital, cujo espaço é utilizado unicamente para seu fim próprio. Exemplos de territorialidade local múltipla são os usos dos territórios em diferentes momentos. O uso múltiplo de um mesmo território explicita a sua territorialidade. Uma rua pode ser utilizada com o tráfego de veículos, para o lazer nos finais de semana e com a feira livre acontecendo um dia por semana. A desterritorialidade acontece com o impedimento da realização de uma dessas ações. Da mesma forma fora que a reterritorialidade acontece com o retorno da mesma. Outro exemplo é o prédio de um sindicato onde acontecem reuniões para tratar dos interesses políticos e econômicos dos trabalhadores, mas também é



ocupado com aulas de alfabetização de jovens e adultos e também para a prática de esportes.

Exemplos de territorialidades deslocadas são as reproduções de ações, relações ou expressões próprias de um território, mas que acontecem em outros territórios. Dois exemplos: pessoas tomando chimarrão em determinados lugares das regiões Sudeste e Nordeste, apropriadas pela população local como resultado da interação e convivência com gaúchos. Pessoas dançando forró, rock ou tango na cidade de São Paulo como resultados da interação e convivências com diferentes culturas.

Os territórios materiais ou imateriais se manifestam por meio das intencionalidades, são delimitados, identificados e ou demarcados no espaço geográfico. Essas mesmas relações produzem espaços sociais diversos, cujos movimentos são manifestados em espacializações e espacialidades. Todavia, esses processos geográficos são fugazes, de difícil delimitação e demarcação e de fácil identificação.

A espacialização é movimento concreto das ações e sua reprodução no espaço geográfico e no território. A espacialização como movimento é circunstancial, é o presente (SANTOS, 1988). Ao contrário da territorialização, a espacialização não é expansão, são fluxos e refluxos da multidimensionalidade dos espaços. Portanto não existe a “desespacialização”. Uma vez realizada em movimento, a espacialização torna-se fato acontecido, impossível de ser destruído. Dois exemplos de espacialização são: o comércio, com a circulação de mercadorias ou as marchas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST);

A espacialidade é o movimento contínuo de uma ação na realidade ou o multidimensionamento de uma ação. A espacialidade carrega o significado da ação. Na espacialidade a ação não se concretiza como é o caso da espacialização. A espacialidade é subjetiva e a espacialização é objetiva. Dois exemplos de espacialidade são as propagandas e as lembranças da memória. Os processos geográficos também são conjuntos indissociáveis e pode acontecer simultaneamente. Um mesmo objeto pode ser parte de diferentes ações no processo de produção do espaço. Ou diferentes objetos e sujeitos podem produzir diferentes processos geográficos. Desse modo espacialidade e espacialização



podem acontecer concomitantemente. Todavia, territorialização e desterritorialização não acontecem com ao mesmo tempo e no mesmo lugar, mas pode acontecer ao simultaneamente em lugares diferentes.

3 – Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais

As reflexões teóricas apresentadas neste artigo possibilitam aprofundar as leituras geográficas a partir das ações dos movimentos sociais. As primeiras reflexões a respeito do conceito de movimentos socioterritoriais datam da segunda metade da década de 1990 e resultaram na publicação do artigo “Movimento Social como Categoria Geográfica” (FERNANDES, 2000b). Essas reflexões continuaram no debate com o geógrafo francês Jean Yves – Martin (2001) e resultaram na publicação do texto “Movimento socioterritorial e globalização: algumas reflexões a partir do caso do MST” (FERNANDES; MARTIN, 2004).

Estes trabalhos resultam de um desafio e esforço no sentido de superar os conteúdos sociológicos do conceito de movimento social, muito utilizado nos trabalhos de geógrafos, mas que pouco contribui para um estudo geográfico dos processos desenvolvidos pelos movimentos produtores e construtores de espaços sociais e transformadores de espaços em territórios.

Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento.

Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no



enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios¹. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade.

Na década de 1980, a geografia brasileira intensificou seus estudos referentes às ações dos movimentos sociais. Todavia, o referencial teórico para análise dos objetos era sempre de origem sociológica, econômica ou histórica. Por esta razão, desde meados da década de 1990, realizamos esse esforço em pensar as dimensões geográficas das ações e das relações construídas pelos movimentos sociais, no sentido de reconceitualizá-los a partir de uma leitura geográfica dos processos sociais e geográficos.

Neste sentido, há tempos, estamos cunhando os conceitos de movimento socioespacial e de movimento socioterritorial para contribuir com os estudos geográficos nas Ciências Humanas. Os sociólogos, na construção do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos espaços e dos territórios produzidos/construídos pelos movimentos. Mas não é satisfatória.

As formas de organização, as relações e as ações acontecem no espaço. Elas se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, ambiental, cultural etc. Portanto, a partir do momento que nos propomos a realizar uma análise geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos.

Esses espaços são materializações, se concretizam na realidade, em lugares diversos, espaços múltiplos, e é possível mapeá-los de diferentes modos, contribuindo com leituras geográficas. Neste sentido, todos os movimentos são socioespaciais, inclusive os socioterritoriais, pois o território é construído a partir do

¹ Estudos amplos das conflitualidades na luta pela terra são realizados por Gonçalves (2004; 2005).



espaço (LEFEBVRE, 1991). Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização.

De acordo com Raffestin (1993), partimos da premissa que para alguns movimentos o território é seu trunfo e, portanto, a razão da sua existência. Para todos os movimentos o espaço é essencial. É evidente que não existem movimentos sociais sem espaço. Todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mas nem todos os movimentos têm o território como trunfo. Existem movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais no campo, na cidade e na floresta.

Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica.

É com essa preocupação que apresentamos esse ensaio teórico, ou seja, construir um referencial que nos permita compreender como as formas de organização e as relações sociais definem e delimitam os espaços e os territórios de ação dos movimentos.

Ainda queremos enfatizar que isso não significa uma visão determinista do lugar, como lembra Neves (2004). Não propomos o estudo descritivo do espaço ou do território, mas da multidimensionalidade possível, da composicionalidade e da completividade, em todas as interações que são constituintes de transformação da realidade a partir de processos geográficos. Não nos interessa o espaço em si, mas o movimento do espaço e sua transformação em território. Não nos interessa somente o espaço físico em si, mas o espaço



geográfico em sua totalidade. Estudamos o espaço em movimentos e o movimento no espaço e no território.

Com essa preocupação cunhamos os conceitos que nos possibilitam compreender as ações dos movimentos socioespaciais e dos socioterritoriais, a partir dos espaços e dos territórios construídos pelas relações sociais, materiais e imateriais. Enfatizando, é preciso compreender as formas de organização dos movimentos, tomando como referência, o espaço, o território e o lugar produzidos por suas ações por meio das relações sociais.

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.

As organizações não governamentais se constituem apenas como movimentos socioespaciais. Estas são agências de mediação, uma vez que as ONGs são sempre representações da reivindicação, de espaços e ou de territórios. Não são sujeitos reivindicando um território. Não existem a partir de um território. São sujeitos reivindicando espaços, são entidades de apoio ou contrárias aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, são agências intermediárias, que produzem espaços políticos e se espacializam.

As organizações não governamentais trabalham com representações de interesses, defendendo desde os interesses de uma multinacional aos interesses de um movimento indígena. Portanto, só podem se constituir como



movimentos socioespaciais, uma vez que não possuem um território definido. O fato de defenderem uma ou outra intencionalidade não lhes dá o status de movimentos socioterritoriais, pois como afirmamos na primeira parte deste artigo, os territórios imateriais são também espaços políticos, abstratos. *Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes.* Todavia, as imaterialidades representadas pelas intencionalidades defendidas não se materializam como território próprio, mas como território dos movimentos socioterritoriais que elas defendem. Assim sendo, o conceito de território vincula-se ao conceito de espaço geográfico, seus elementos naturais e relações sociais. Elemento fundamental do território e do espaço geográfico é a materialização da existência humana.

As igrejas podem ser movimentos socioespaciais e ou movimentos socioterritoriais, dependendo das relações sociais com as quais trabalham, podem ser agências de mediação ou defender seus próprios interesses.

De acordo com as pesquisas da Comissão Pastoral da Terra (2005, p. 219-224), existiam, até 31 de dezembro de 2004, em torno de 240 movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuando em todo o território brasileiro. Desses a maior parte é de movimentos socioterritoriais isolados e respondiam por um número menor de ações, enquanto os movimentos territorializados executaram um número maior de ações, enquanto os movimentos socioespaciais aparecem com agências de mediação.

Movimentos (socioterritoriais) isolados são aqueles que atuam em uma determinada microrregião ou num espaço geográfico equivalente. Consideramos esses movimentos como isolados não por estarem sem contato com outras instituições, mas sim por atuarem um espaço geográfico restrito.

Os movimentos (socioterritoriais) territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços.



Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços.

Os movimentos socioespaciais também possuem diferentes escalas. Podem atuar da escala mundial à escala local. São predominantemente agências de mediação. Um exemplo de movimento socioespacial global do é o Greenpeace. Um exemplo de movimentos socioespacial em escala local são as organizações de bairro em luta contra a carestia ou pela implantação de serviços sociais, como energia elétrica, asfalto, escolas etc.

No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território. Na cidade, os movimentos socioterritoriais são predominantemente os movimentos de sem-teto. Constroem seus espaços e espacializam-se para conquistar o território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra e pela moradia.

Os movimentos socioespaciais e os socioterritoriais enfrentam contra – espaços (MOREIRA, 2002), que foram estudados por Feliciano, 2003, com exemplos das medidas políticas do Estado constituídas como barreiras espaciais para impedir a espacialização e territorialização dos movimentos camponeses. O conflito é fato presente nas ações dos movimentos socioterritoriais e são promotores de desenvolvimento e refluxo das políticas das instituições. A exclusão, a negociação e a ressocialização são condições que se realizam e se superam por meio das ações dos movimentos na construção de espaços e conquista de territórios.



Considerações finais

A construção dos conceitos aqui apresentados é um processo amplo e de debate permanente. Compreender esses processos é importante para a superação de pré-conceitos contra os sujeitos que lutam por suas existências na conquista de seus territórios. Muitas vezes são denominados baderneiros porque mexeram, entraram, penetraram em espaços – territórios de onde foram excluídos e que, por causa da desigualdade econômica e do controle social, não poderiam entrar, permanecer em seus territórios.

Também é possível mapear os movimentos das forças políticas sobre o espaço geográfico, transformando as paisagens, criando e destruindo territórios. A leitura geográfica é estratégica e fundamental para o desenvolvimento das intencionalidades que nascem e fazem nascer relações socioespaciais e socioterritoriais.

Igualmente, nos ajuda a compreender como a Geografia pode utilizar uma leitura autônoma, para compreender melhor a realidade dos movimentos e contribuir com outras áreas do conhecimento. Os conceitos de movimento socioespacial e socioterritorial são tentativas de desfragmentação do espaço e do território. Pode-se fazer uma leitura mais ampla a partir do conceito de movimento socioterritorial, mas esta sempre será uma leitura parcial, porque a totalidade da realidade é um processo coletivo que só pode ser compreendida no movimento de todos.

Referências

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo – Brasil – 2004**. Goiânia: CPT, 2005.

FELICIANO, Carlos Alberto. **O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária**. São Paulo, 2003. Dissertação (mestrado em Geografia) Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a.



FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento Social como Categoria Geográfica. In **Revista Terra Livre**, nº 15. São Paulo: AGB, 2000b, pp. 59-85.

FERNANDES, Bernardo Mançano; Martin, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 12, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geo-grafias**: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. México: Siglo Veintiuno, 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2003**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2004, p.10-26.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio grilagem e devastação. In **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2004**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005, p.142-156.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

MARTIN, Jean Yves. **Les Sans Terre du Brésil**: géographie d’un mouvement socio-territorial. Paris: L’harmattan, 2001.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: Sociedade Civil e Estado, Privado e Público na Ordem Espacial Burguesa. In **Revista Território Territórios**. Programa de Pós-Graduação Em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

NEVES, Achiles Lemos. Dos movimentos socioespaciais aos movimentos socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos movimentos pela perspectiva geográfica. Goiânia: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS (ANAIS), 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.





8. CAMPESINOS Y PROCESOS RURALES: DIVERSIDAD, DISPUTAS Y ALTERNATIVAS

Bernardo Mançano Fernandes

Introducción

Es un gusto y honor hacer la *conferencia magistral* del **VIII congreso de la Asociación Mexicana de Estudios Rurales (AMER)** “*Campesinos y procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas*”

Estoy muy agradecido a Isabel Mora Ledesma por la invitación y a Hubert de Grammont por haber sugerido mi nombre. Estoy muy agradecido a todos los compañeros de México que comparten sus trabajos y principalmente sus esfuerzos de trabajo con nosotros.

He trabajado, hace veinticinco años con el Movimiento de los Sin Tierra, con la Comisión Pastoral de la Tierra y hace casi diez años con la Vía Campesina del Brasil. También he trabajado con instituciones gubernamentales en las proposiciones de políticas públicas. Por dos años presidí la Asociación de los Geógrafos Brasileños y por cinco años coordiné el Grupo de Trabajo en Desarrollo Rural de América Latina y Caribe del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO. Desde 2009 soy el coordinador de la Cátedra UNESCO de Educación del Campo y Desarrollo Territorial. Siempre trabajé con la investigación y con la política, porque son indisolubles y porque son una forma de cambiar realidades con la construcción de nuevos espacios y nuevos territorios.

He trabajado – principalmente – con la educación del campo y con el desarrollo territorial de las comunidades campesinas.

Es a partir de estos trabajos que voy presentar algunos pensamientos y proposiciones

Traté de ser fiel al temario del congreso, porque pienso que reúne las principales dimensiones del campo campesino.

“Campesinos y procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas”

Pero, es un temario muy amplio, entonces voy proponer una reflexión teórica y presentar algunos ejemplos en Latino América y el Caribe.



Mi proposición teórica es trabajar con el temario desde el debate paradigmático para analizar las disputas en su diversidad, donde los campesinos desarrollan procesos rurales y son partes de otros procesos en que son subordinados y destruidos y desde esta realidad, resisten, son criados y recriados en la busca continua por alternativas, superaciones, de donde se construye el camino de la persistencia.

Voy a empezar por las disputas, pero siempre haciendo relaciones con el temario. Cuando hablo de disputas estoy hablando de la lucha contra el capital por medio la lucha de clase, en que los campesinos componen una clase que en este siglo tiene aspectos destacados por causa de la mundialización de las luchas campesinas – principalmente – por la articulación de la Vía Campesina. Pero también hay disputas intraclase, o sea por dentro de la clase campesina y el debate paradigmático ayuda a comprenderlas mejor.

Las disputas

Lo que llamo como paradigma es el proceso de producción del conocimiento que organiza y ejecuta prácticas y políticas que cambian la realidad, que a su vez cambian el paradigma. Este es un proceso continuo de lo cual todos nosotros participamos: los que quieren y los que no quieren, los que pueden y los que no pueden, quién sabe y quién no lo sabe, nadie se escapa de este proceso.

En el campo o en las sociedades rurales o el mundo rural, cualquiera que sea la denominación, tenemos muy claro que ocurre el proceso de elaboración de **dos paradigmas** – o modelos de interpretación de la realidad, producidos por investigadores de las universidades y de otras instituciones, estos trabajos resultan en tesis y libros y artículos que orientan y dirigen al mismo tiempo las políticas de desarrollo del campo y ciudades y que pueden ser tomadas como el principio de las disputas.

Estos dos paradigmas, que son el paradigma de la cuestión agraria y el paradigma del capitalismo agrario, tienen diversas tendencias que también generan disputas internas. Quiero alertar que este dualismo paradigmático es un proceso en construcción y que se puede pensar en otros paradigmas, pero yo no



he encontrado en la realidad aspectos o elementos que me permitan hablar de un tercer paradigma. Es importante aclarar que estoy demarcando como punto de partida el desarrollo del campesinado en el capitalismo, sus formas de resistencia y subordinación.

Voy, entonces, presentar una reflexión sobre las disputas.

Pero para empezar esta reflexión tenemos que considerar los protagonistas de las disputas y que se disputa.

En todas partes, la diversidad de campesinos disputan sus existencias en un mundo capitalista globalizado.

Para seguir siendo campesinos tienen que luchar constantemente contra la relación social capitalista que mantiene solamente relaciones de destrucción y subordinación con ellos. Pero paradójicamente una parte de los campesinos se desarrollan dentro de la lógica capitalista, no tanto por la estrategia de reproducción campesina, sino mas bien por la voluntad y necesidad del capital. Pero lo cierto es que la mayoría está siendo destruido.

Esta es una interpretación desde el paradigma de la cuestión agraria.

Para el paradigma de la cuestión agraria, la relación entre campesinado y capital es estructuralmente una relación desigual y la cuestión en su esencia está en la estructura del sistema capitalista que produce, contradictoriamente, relaciones no capitalistas en condiciones de subordinación.

Pero hay otra interpretación:

Para el paradigma del capitalismo agrario los campesinos son tradicionales y son, por lo tanto, un sistema incompleto que necesita integrarse a un sistema perfecto: el capitalismo. Pero, cuando si integran sufren una metamorfosis y cambian hacia una forma moderna llamada de agricultura familiar. Aquí hay otra disputa, que voy analizar adelante.

Lo que para el paradigma de la cuestión agraria es la subordinación al capital, para el paradigma del capitalismo agrario es la integración al capital. Es evidente que desde estas visiones dispares, son propuestas políticas de desarrollo de subordinación o de disputa con el capital. Cuando se toma la atención sobre los paradigmas, se observa las contradicciones entre ellos y las direcciones de las políticas.



Voy hacer un paréntesis para comentar como es interesante que el concepto de “tradicional” puede significar las relaciones campesinas auténticas que resisten al capital y, por lo tanto, son valorizadas, como pueden significar una relación antigua, vieja, atrasada que necesita ser modernizada. Este es un ejemplo de cómo las “disputas” ocurren también en el campo conceptual.

En esto punto voy hacer una aplicación conceptual que considero apropiada.

Los conceptos son una modalidad de territorio. La tierra es un tipo de territorio. La idea es otro tipo de territorio, así como necesitamos defender la tierra, tenemos que defender también las ideas. Los territorios están en disputa.

¿Pero, que es el territorio? ¿Por que tanto hablamos de territorios? Bien, cuando hablamos de territorio, estamos hablando de dominación y soberanía. Esta es la contradicción inherente del territorio. Estos dos términos son una pareja territorial.

Podemos hablar del territorio como área simplemente o como espacio de vida, de nuestra existencia. Algunos hablan de territorio para dominar y otros hablan de territorio para defenderse. Se habla de territorio porque la existencia esta en cuestión.

El territorio no es solamente el área. La superficie del territorio es solamente una de sus dimensiones. El territorio es el espacio en su multidimensionalidad definido por relaciones de poder en defensa de la soberanía. El territorio no existe sin las personas y son las personas de construyen la identidad del territorio, que definen los tipos de usos de los territorios. Y lo hacen por medio de distintas relaciones sociales que son productoras y productos del territorio. El campesino no existe sin su territorio, el capital no existe sin su territorio. Estas dos relaciones sociales y sujetos producen distintos territorios en el territorio de la nación, de la provincia, de la municipalidad.

Tenemos entonces una tipología de territorios:

El primer territorio, que son los territorios de las naciones, cuyas políticas tiene el Estado como el gestor del desarrollo. Este territorio es el espacio de gobernancia, donde se producen el segundo y tercer territorio. El primero territorio es multiescalar y puede ser comprendido desde la municipalidad al país.



El segundo territorio es una parte y esta sobrepuesto al primero territorio a partir de un pacto, acuerdo, consenso o imposición de la sociedad que estableció diferentes tipos de propiedad de la tierra. Tenemos propiedad privada capitalista y no capitalista, particular individual y particular colectiva, propiedad pública y social. Estas propiedades disputan el primer territorio y las políticas de desarrollo.

El tercer territorio es un espacio relacional definido por relaciones de poder en las que formas hegemónicas de uso del territorio construyen formas de control sobre el segundo y primer territorios, un ejemplo son las grandes extensiones de commodities o agricultura agroexportadora que contralan grandes extensiones, como la república de las bananas, de la soya, de la caña, de la naranja entre otras o el narcotráfico. Estas extensiones crean transterritorios porque ultrapasan las fronteras nacionales.

La disputa territorial es la disputa por el país, por políticas de desarrollo, por modelos de desarrollo. La disputa territorial es la disputa de las ideas, de los conceptos, de las teorías, de los paradigmas, de las políticas y de las relaciones que se realizan en los territorios. Hay territorios materiales e inmateriales y su defensa se hace en los debates y en las luchas.

La conflictividad es la expresión de las disputas por los territorios y por modelos de desarrollo. En esto sentido, el conflicto es parte de los procesos rurales que revelan las resistencias y la resiliencia del campesinado.

En las disputas de políticas territoriales, comprendemos la tierra como territorio porque es donde se materializa nuestra existencia.

Los campesinos

Desde la cuestión agraria de Kautsky o del saco de papas de Marx, la cuestión de la destrucción del campesinado esta planteada. Mucho ya se escribió sobre el fin del campesinado = yo mismo ya escribí sobre el fin del fin del campesinado. Esta es una cuestión del siglo XIX, del siglo XX y del siglo XXI. Segundo la FAO, en el mundo hoy tenemos mil millones de personas que tienen hambre y setecientos millones son campesinos.



¿Por que las personas que tienen tierras tienen hambre?

Es la paradoja tierra y hambre producida por la concentración de tierra, renta, tecnología y conocimiento por el capital. Muchos campesinos no tienen tierras, otros tienen poca tierra, otros no tienen renta suficiente para sobrevivir.

La tendencia en algunos países de nuestra América es mantener entre diez a treinta por ciento de los campesinos en una cuota de renta que garantiza la reproducción calificada de los miembros de la familia que siguen desarrollándose; entre veinte a treinta por ciento con una renta mediana en que los campesinos se reproducen en la pobreza, pero siguen viviendo; entre cuarenta a setenta por ciento de campesinos que tienen poca o ninguna renta, pero producen alimentos y contribuyen con el desarrollo local y regional. Contribuyen con la seguridad alimentaria, pero ellos no poseen ninguna seguridad.

Podemos hacer las preguntas: ¿sobran campesinos en el mundo? ¿Porque hay campesinos que producen alimentos y tienen hambre? Bueno, las respuestas son distintas para los dos paradigmas. Para el paradigma del capitalismo agrario es necesario eliminar los campesinos ineficientes, que no consiguen renta suficiente. Esta lectura es hecha por algunos estudiosos en las universidades, por algunos políticos en los gobiernos y en los partidos y también en algunos de los propios movimientos campesinos.

Para el paradigma de la cuestión agraria la condición de participación del campesinado en el sistema capitalista es la subordinación, siendo que las corporaciones utilizan del trabajo y territorio campesino siempre que el trabajo familiar sea más eficiente que el trabajo asalariado o que los territorios campesinos estén inmovilizados por leyes y las corporaciones no consiguen expropiar a los campesinos. En estas condiciones, las corporaciones tratan de cambiar las leyes para apropiarse de los territorios y lo hacen por medio de políticas de mercantilización de la tierra. Por lo tanto, el capital puede desterritorializar a los campesinos o monopolizar sus territorios.

La monopolización del territorio campesino por las corporaciones por medio de la producción de commodities o producción agroexportadora es visto por el paradigma del capitalismo agrario como el objetivo a ser alcanzado. Los



campesinos que consiguen integrarse al capital sufren un proceso de metamorfosis y dejan de ser campesinos para transformarse en el agricultor familiar. Esta es la visión de desarrollo de este paradigma.

Esta es otra disputa conceptual. ¿Son los campesinos agricultores familiares? ¿Los agricultores familiares son campesinos? Es un sujeto y dos conceptos o son dos conceptos y dos sujetos. Yo afirmo que es un sujeto, un concepto y un preconcepto. Definir al campesino como atrasado y al agricultor familiar como moderno es el resultado de una aceptación del capitalismo como un sistema perfecto y el modo de vida campesino como un sistema incompleto. Cuando el campesino se integra al capital, con ello pierde su condición histórica para transformarse en un productor de mercancía de pequeña escala.

Pero las ideas se materializan y producen espacio, territorios y sujetos. Agricultor familiar ya es una identidad política de los campesinos en algunos países de América Latina. La construcción de esta identidad es una forma de construir la comprensión de que no debemos luchar contra el capital, porque el no es nuestro enemigo, más bien es al revés: el capital es la única condición del desarrollo, no hay alternativa.

En Brasil, Argentina y Chile hay formación de movimientos campesinos que se identifican como agricultores familiares y hay campesinos que sueñan un día sufrir la metamorfosis y cambiar para la modernidad.

El agricultor familiar es un concepto creado por el paradigma del capitalismo agrario con la intencionalidad de evitar la idea de resistencia del campesinado a capital. Produjo entonces un sujeto dócil al capital, observen que en los trabajos con los agricultores familiares el capital es la alternativa.

Este es uno de los temas de la cuestión agraria del siglo veinte y uno.

Procesos rurales, diversidad y desigualdad

Voy destacar algunos procesos rurales que la cuestión agraria de este principio de siglo:

1. *Territorialidades campesinas y commodities;*
2. *Crisis alimentaria y producción de agroenergía;*



3. *La geopolítica de la lucha por tierra y agua;*
4. *Nuevas ruralidades, soberanía alimentaria, turismo y preservación de la vida en el campo;*
5. *Acaparamiento o extranjerización de las tierras y territorios.*
6. *La reforma agraria y el desarrollo territorial*

Territorialidades campesinas y commodities

Este es el principal ejemplo de las disputas territoriales, donde la producción de alimentos y commodities van a disputar las tierras, las ideas y las políticas públicas de desarrollo territorial. Es una disputa en el imaginario de la sociedad en que el agronegocio se presenta como la estrategia de la nación para garantizar el desarrollo.

La territorialidad campesina se expresa por la producción de alimentos y agroenergía a partir del trabajo familiar, comunitario y cooperativo, ampliando el sistema agroecológico y con el abastecimiento del mercado local, en cuanto el agronegocio amplía la producción y tecnologías con el uso del monocultivo en gran escala con la aplicación de pesticidas y uso de semillas transgénicas para el mercado global.

Crisis alimentaria y producción de agroenergía

Estamos viviendo un momento de cambio de matriz energética y el campo - en el futuro próximo – no será responsable solamente por la producción de alimentos, pero también por gran parte de la energía

La gran cuestión para el Estado es como hacer un ordenamiento territorial que defienda la soberanía nacional y alimentaria. Es más, como construir políticas públicas que posibiliten la producción de acuerdos con los modelos de desarrollo.



La geopolítica de la lucha por tierra y agua

El desarrollo del modelo insostenible del capitalismo ha explotado tierras y aguas de modo que el agotamiento de estos recursos produjo políticas de defensa, en cuanto las corporaciones transnacionales presentan geopolíticas de desarrollo territorial como el IIRSA – Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana, que tiene como objetivo la explotación de commodities agrícolas y minerales.

La cuestión agraria esta cambiando para una cuestión geopolítica por causa de la escasez de recursos como la tierra y el agua como demuestra el creciente proceso de acaparamiento de la tierra y surgimiento del agrohidronegocio.

Nuevas ruralidades, soberanía alimentaria, turismo y preservación de la vida en el campo

El cambio del campo en la dos últimas décadas del siglo veinte muestra que el campo tiene una nueva connotación. Las nuevas ruralidades son muestras que el campo no puede ser comprendido solamente como productor de alimentos, pero también de energía, no solamente como productor de mercancías, pero también de servicios, no solamente como lugar de trabajo, mas también de recreación, no que todo esto no existía, pero se intensificó.

Por todo esto, el campo necesita de planes territoriales que contemplen la diversidad de procesos rurales, pero sin expropiar a las personas que viven en sus territorios. Tenemos que superar la visión de la agricultura comercial o agronegocio que ve el campo solamente como espacio de producción. El campo es antes de todo, espacio de vida, así como la ciudad.

Es de nuestra responsabilidad construir conocimiento que contribuyan con políticas públicas en defensa del campo como espacio de vida, de garantizar la soberanía alimentaria, este concepto nuevo que necesita ser alimentado para que se desarrolle y nosotros podamos superar las republicas bananeras, cañeras y sojeras que exilan campesinos e indígenas en las periferias de las ciudades.



Acaparamiento o extranjerización de las tierras y territorios

El reciente proceso de acaparamiento que ocurre en Latinoamérica, África y Asia es otro nuevo elemento de la cuestión agraria actual. Este es un proceso de intensificación de la espoliación que el capital practica desde el siglo quince. Los defensores del paradigma del capitalismo agrario son favorables a que los países entregan sus tierras para corporaciones que producen commodities para vender a los propios países. El acaparamiento o extranjerización de las tierras y territorios es el rompimiento de la dignidad y destrucción de la poca soberanía que resta a los países pobres.

El Banco Mundial propuso un código de conducta que es definir las reglas para que el capital explote las tierras de los países, como si su población no tuviese la capacidad de producir su propia comida. Empieza entonces un proceso de defensa de la comida y del territorio.

La reforma agraria y desarrollo territorial

Probablemente, el acaparamiento es uno de los principales enemigos de la reforma agraria. El latifundio esta perdiendo el lugar frente al agronegocio. Un breve análisis de las conflictividades agrarias en nuestro continente puede revelar que los principales expropiadores de campesinos e indígenas son las corporaciones transnacionales en fusión con el capital nacional e con el latifundio.

La reforma agraria en Brasil, Paraguay y Bolivia es realizada por medio de la regularización de tierras públicas, expropiación de latifundios, o por medio de compra de tierras. El agronegocio no permite que se desapropien tierras particulares. Esto solamente ocurre cuando los movimientos campesinos e indígenas tienen la suficiente fuerza como para sostener la lucha hasta el triunfo.

**Alternativas (A la globalización capitalista)**

El geógrafo brasileño Milton Santos tiene un libro con el título “por otra globalización” en que defiende la globalización de los pueblos, sus saberes y políticas en un contrapunto a la globalización capitalista.

Pienso que cualquiera forma de resistencia hoy no puede ser pensada sin las diferentes escalas geográficas. La articulación de las organizaciones y el cambio de nuestros conocimientos es una forma efectiva de fortalecernos en la correlación de fuerzas.

Para el desarrollo rural es fundamental pensar constantemente en las condiciones de (re)creación del campesinado y su cualificación. Es necesario desarrollar los sistemas y las dimensiones que organizan y están organizadas en el territorio del campesinado

Para enfrentar los desafíos de la cuestión agraria actual es necesario el acceso a la educación y toda la infraestructura social para cualificar la vida de los campesinos. Por lo tanto, políticas de Educación del Campo o Educación Campesina son fundamentales para desarrollar los territorios campesinos

Para que los campesinos produzcan nuestros alimentos es necesaria una renta equivalente a la renta en las ciudades. Políticas de precios y mercados garantizados son luchas permanentes y hay muchas políticas en desarrollo en América Latina, pero todavía con una visión asistencialista. Son necesarias políticas estructurales que están garantizadas con la organización campesina y el reconocimiento de su importancia por la sociedad.

Otra política esencial es construir mercados alternativos, como políticas de adquisición de alimentos para el mercado estatal y crear una política de cuotas para el mercado social. Fomentar políticas de economía solidaria como paso necesario para romper con el monopolio del mercado capitalista. El mercado capitalista tiene que ser comprendido como una parte del mercado y no como el mercado total.

Otros dos elementos de la cuestión agraria actual en todo el mundo son el derecho a la comida y la defensa de la comida. Lo primero es la necesidad de desarrollar sistemas agroalimentarios locales para garantizar la producción



cercana de alimentos que no son más producidos por causa de la regionalización mundial del agronegocio. Lo segundo es producir alimentos a partir de los sistemas agroecológico para garantizar a todos el derecho de alimentarse con comida que no sea transgénica. Es necesario defender la comida de los impactos nocivos de la transgenia.

Bueno para finalizar, quiero hablar a respecto de la Maestría en Desarrollo Territorial en América Latina y Caribe, una asociación entre de la Cátedra UNESCO de Educación del Campo y Desarrollo Territorial da la UNESP, Universidad Estatal de Sao Paulo y Vía Campesina.

Estamos empezando la primera clase de estudiantes originarios de los territorios campesinos para hacer la maestría. Desde 1998, por medio del Programa Nacional de Educación en la Reforma Agraria – PRONERA, tenemos posibilitado que 5 mil campesinos y campesinas tengan acceso a la enseñanza superior. Es importante destacar que este proyecto fue presentado por los propios campesinos. En 2014, posiblemente empezamos el doctorado dirigido al desarrollo territorial campesino.

Trabajar con los movimientos campesinos para el desarrollo territorial es un reto, pero tenemos que ampliar esta condición. Es un proceso rural como otros y necesitamos ampliar la experiencia en escala latino americana.

Pienso que AMER, Clacso, Alasru, nuestras universidades y los movimientos campesinos pueden sumar fuerzas para el desarrollo.

Crear nuevos espacios y políticas, que son condiciones para cambiar la realidad

Superar las políticas de subordinación por las políticas de disputas con el capital

Tenemos que crear más y más políticas de disputas para disputar territorios materiales e inmateriales, haciendo nuestro mundo.

Es imposible competir con el capital por causa de su condición de explotar la plus valía, que posibilita superar los límites humanos del tiempo y espacio. Solamente relaciones capitalistas pueden explotar en gran escala, pero estas condiciones son insostenibles.



Por lo tanto, tenemos que pensar nuevos tiempos y nuevos espacios, despacio, pero siempre.

MUCHAS GRACIAS.





9. ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NA NOVA CONJUNTURA DA QUESTÃO AGRÁRIA

Bernardo Mançano Fernandes

Introdução

É da natureza do capitalismo se expandir infinitamente. A este processo, na Geografia, chamamos de territorialização do capital ou da agricultura capitalista ou do agronegócio. Por meio de sua reprodução ampliada, o capital não respeita barreiras ou fronteiras, destruindo ou incluindo de forma subordinada tudo o que encontra pela frente. A inclusão, incontestavelmente, subalterna às lógicas das relações capitalistas domina outras relações sociais, como por exemplo, o campesinato. Os camponeses nas suas lutas contra a subalternidade são destruídos e recriados pelo capital (OLIVEIRA, 1991). Mas, eles também se recriam nas ocupações de terra (FERNANDES, 2000) para - ainda assim -se subordinarem através da renda capitalizada da terra (MARTINS, 1981).

Subalternidade, destruição, resistência e recriação fazem parte da vida do campesinato. As lutas contra a subalternidade ocorrem nas manifestações contra a renda capitalizada que leva à destruição do campesinato por meio do empobrecimento e expropriação. Com a territorialização do agronegócio, principalmente com a intensificação da produção de agrocombustíveis que tem levado às crises alimentares, a agricultura capitalista precisa cada vez mais de terra e cada vez menos de gente no campo (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2010). O uso crescente de novas tecnologias exige trabalho qualificado e elimina o trabalho manual. Nessa tendência, a recriação do campesinato deixa de ser cada vez menos do interesse do capital para se tornar uma crescente forma de luta do campesinato para garantir sua própria existência (RUBIO, 2001).



O acirramento dos conflitos no campo tem um novo componente que projeta a questão agrária no futuro próximo: a estrangeirização da terra. Neste artigo, apresentamos uma leitura de crescente processo em que países ricos compram terras nos países pobres para produção de agroenergia e alimentos. Ao campesinato empobrecido, não resta alternativa a não ser lutar para defender seus territórios.

Conjunturas da questão agrária

Na segunda metade do século XX, assistimos profundas mudanças na conjuntura da questão agrária. A consolidação do agronegócio e a transgenia foram elementos determinantes neste processo contínuo de modificações da questão agrária. No início deste século, a estrangeirização da terra é um novo elemento da conjuntura da questão agrária. Contudo, é importante lembrar que a expansão do capital sempre rompeu fronteiras nacionais desde seu princípio, de modo que a territorialização do capital não é um fenômeno novo. O que estamos denominando de estrangeirização da terra ou “*acaparamiento de tierras*” ou “*land grabbing*” nas versões em espanhol e em inglês, são processos recentes de intensificação da territorialização da agricultura capitalista associados a outros elementos da atual conjuntura da questão agrária que são a mudança na matriz energética do combustível fóssil para a agroenergia que ampliou a crise alimentar. Compreendendo as mudanças na conjuntura da questão agrária com o surgimento desses novos elementos podemos interpretar melhor a intensificação da territorialização do capital em escala mundial.

O processo de substituição do combustível fóssil pelo agrocombustível tem impactado os territórios, com a expansão das áreas de produção com destaque para a cana-de-açúcar Brasil e do Milho nos Estados Unidos. A mudança de matriz energética tem recebido apoio das políticas governamentais, do agronegócio e parte do campesinato para a produção de agrocombustíveis. Esta mudança está promovendo intensos processos de reordenamento do uso dos territórios rurais através de disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato pelo uso dos territórios para produção de alimentos e



de agrocombustíveis (FERNANDES, 2009a). Pesquisas recentes sobre o tema apresentam duas tendências que nos possibilitam acompanhar os impactos da expansão dos agrocombustíveis. De um lado a tendência de intensificação da expansão das monoculturas do agronegócio em territórios de florestas aumentando o desmatamento (MENDONÇA, 2009, p. 67) e em muitas áreas associadas com o uso de trabalho escravo (GIRARDI, 2008, p. 300), principalmente com a territorialização da cana-de-açúcar como registrado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2009) e também recentemente divulgado pelo Department of Labor dos Estados Unidos, p. 14. E ainda disputando os usos dos territórios entre a produção de alimentos e agrocombustíveis (HURTADO, 2009, p. 77-87; OLIVEIRA, 2008). De outro lado, a tendência de subordinação do campesinato ao processo de produção de agrocombustíveis e aos mercados capitalistas. (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007).

Estrangeirização das terras

A procura de novos territórios para a expansão da agricultura tem hoje uma nova característica. Empresas e governos de diversos países estão arrendando, comprando, dando em arrendamento gigantescas áreas de terras. Apresentamos esses países em três conjuntos: 1) países arrendatários e/ou compradores de terras; 2) países arrendatários e/ou compradores de terras que são ao mesmo tempo países arrendadores e vendedores de terra; 3) países arrendadores de terras.

Os países arrendatários e/ou compradores de terra são predominantemente ricos, interessados na produção de agrocombustíveis e na produção de alimentos. Estão arrendando terras de países pobres, usando seus territórios para produzir alimentos e energia. Estado e capital explorando terras, pessoas e países não é novidade, mas agora além das empresas, os governos estão ainda mais envolvidos nos acordos que reforçam o neocolonialismo e consequentemente aprofundam as formas de dependência.

Este processo está relacionado às crises de falta de alimentos e com o aumento do preço dos combustíveis. Um fator novo é que estamos vivendo um



momento de mudança estrutural na produção de energia. O campo produtor de alimentos e fibras passa a produzir cada vez mais energia. Evidente que esta nova realidade exige a expansão dos territórios. E os países ricos estão adotando as estratégias imperialistas para se apropriar de novos territórios pela lógica do mercado.

Por exemplo: os Estados Unidos por meio de suas transnacionais ou de seus cidadãos têm comprado terras em vários países, principalmente no Brasil; A China tem arrendado terras em países africanos e na Rússia; países do golfo arrendam terras em países africanos e sul-americanos; a Daewoo – transnacional da Coreia do Sul - arrendou por 99 anos 1,3 milhões de hectares a U\$ 25 o hectare na República de Madagascar para plantar milho e palma africana. Em Madagascar 70% da população vive abaixo da linha de pobreza.

Países como a Arábia Saudita, Bahrein, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, França, Canadá, Espanha, Japão, Jordânia, Kuwait, Líbia, Malásia e Qatar têm arrendado e comprado terras nos continentes americano, africano e asiático.

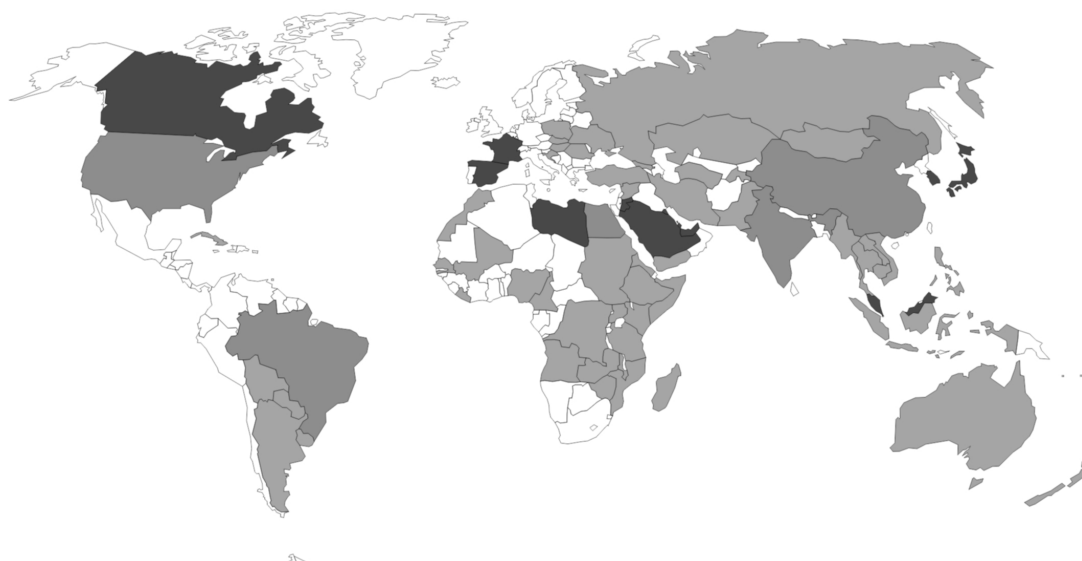
Países como o Brasil, China, Egito, Estados Unidos e Índia ou empresas desses países são arrendatários ou compradores de terras em diversos países. Mas estes países também têm dado terras em arrendamento ou têm vendido muitas terras para empresas estrangeiras.

Por outro lado, a maior parte dos países que têm terra em arrendamento são países empobrecidos onde grande parte da população vive em extrema miséria sem acesso à terra. Noutros casos são países que formavam a ex – União Soviética e há países do núcleo do capitalismo cujos territórios foram entregues às transnacionais do agronegócio. Nesta diversidade de países, temos: Angola, Argentina, Austrália, Birmânia, Camarões, Camboja, Cazaquistão, Congo, Croácia, Cuba, Eritreia, Etiópia, Filipinas, Geórgia, Hungria, Iêmen, Indonésia, Iraque, Laos, Libéria, Madagáscar, Malauí, Mali, Marrocos, Moçambique, Mongólia, Nigéria, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Polônia, Quênia, Republica Checa, Romênia, Rússia, Senegal, Síria, Somália, Sudão, Tailândia, Tajiquistão, Tanzânia, Turquia, Ucrânia, Uganda, Uruguai, Uzbequistão, Vietnã, Zâmbia e Zimbábue.



Na figura a seguir apresentamos a geopolítica da questão agrária mundial (FERNANDES, 2009b).

Arrendamentos e/ou compras de terras para produção de alimentos e agroenergia



- Arrendatários e/ou compradores de terra
- Arrendador de terra (oferece terra em arrendamento)
- Arrendatários e arrendadores de terra

Fonte: Grain - Via Campesina - The Economist

Elaboração: Bernardo Mançano Fernandes

Segundo o Banco Mundial, somente entre outubro de 2008 e agosto de 2009 foram adquiridos 46,6 milhões de hectares de terras por estrangeiros, o que significa uma área superior a toda a região agricultável do Reino Unido, França, Alemanha e Itália (O ESTADO DE S. PAULO, 2010, p. B9).

No Brasil, segundo registros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no primeiro semestre de 2010, em torno de 4,2 milhões de hectares eram propriedades de estrangeiros. Em matéria da Folha de S. Paulo, do dia 2 de novembro de 2010, publicada no Caderno Poder, com o título “Estrangeiros compram 22 campos de futebol por hora”, no período de dois anos e meio, os estrangeiros adquiriram 1.152 imóveis, num total de 515,1 mil hectares.



69% das terras sob controle de estrangeiros estão concentradas nos estados de Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Bahia, formando a *faixa da estrangeirização*. Mas este processo também se territorializa para o Sul, no Paraná e Rio Grande do Sul, onde estão 10% das terras estrangeirizadas. Em direção a Amazônia, destacam-se o Pará e o Amazonas, com 12% do processo de estrangeirização (Ver tabela 1).

O Paraguai é outro exemplo de intensa estrangeirização de terras. De seus 31 milhões de hectares de terras agriculturáveis 25% estão nas mãos de estrangeiros, sendo que desse total, os brasileiros dominam 4.792,528 hectares (GLAUSER, 2009, p. 36-39).

Tabela 1 - Área total pertencente às empresas estrangeiras – por estado - 2010

Estado	Área/há (mil)	%
Mato Grosso	844	20
São Paulo	491	12
Minas Gerais	491	12
Mato Grosso do Sul	473	11
Bahia	368	09
Paraná	299	07
Pará	235	06
Amazonas	232	06
Goiás	230	05
Rio Grande do Sul	113	03
Outros estados	408	09
Brasil	4184	100

Fonte: Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
Dados recolhidos por reportagem do Correio Braziliense. Brasília, junho 2010

A compra de terras por estrangeiros aumentou o preço da terra em todo o Brasil (VALOR ECONÔMICO, 2010). Em 2010, o preço da terra teve o maior aumento das últimas décadas (ESTADO DE S. PAULO, 2011). O agronegócio compra as terras dos latifúndios e se territorializa aceleradamente ameaçando os territórios camponeses e indígenas. Estes novos elementos da questão agrária criam novas conflitualidades, gerando novas formas de luta e de resistência.



Novas formas de luta pela terra e pelo território

A luta contra capital ganhou novos elementos com as mudanças na conjuntura da questão agrária. Continua a luta contra o latifúndio, mas o agronegócio aparece a cada dia como o principal inimigo dos camponeses e ou agricultores familiares (RUBIO, 20010). Representado por corporações transnacionais e nacionais, o agronegócio necessita cada vez menos de “integrar” o campesinato. Para piorar a situação, governos de diversos países não possuem políticas agrárias para o desenvolvimento da agricultura camponesa e optam por arrendar terras para empresas transnacionais. Frente a este contexto, Borrás e Franco (2010) apresentam uma proposta de reordenamento territorial como forma de procurar superações para novos problemas agrários criados pela expansão da produção de agrocombustíveis gerador da crise alimentar.

A disputa territorial será o tema principal da questão agrária nos próximos anos. A luta do campesinato contra o agronegócio é explicitada nos recentes conflitos da Via Campesina contra corporações multinacionais e nacionais (Aracruz, Singenta, Cutrale, etc.) e pelos diferentes modelos de desenvolvimento na produção de comida e commodities: produção local e agroecológica na disputa territorial com a produção de commodities em grande escala para exportação. Para garantir a sua existência, o campesinato depende muito mais de sua ação do que das condições ofertadas pelo capital, o que tem acirrado os conflitos. A criminalização dos novos conflitos que surgem a cada dia revela que parte da população em geral tem dificuldade de entender as razões dessa nova realidade formada pelos novos elementos da questão agrária. E por essa mesma razão, o agronegócio pressiona os governos para reprimirem as ações dos movimentos que lutam contra a estrangeirização da terra.

Referências



ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo. 2007. **The access of family farmers to biodiesel markets: partnerships between big companies and social movements.** Disponível em:

<www.regoverningmarkets.org/en/global/innovative_practice.html>

BORRAS JR. Saturnino; FRANCO, Jennifer. **La política del acaparamiento mundial de tierras Replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistencia.** The Hague, ICAS Working Paper Series No. 001, 2010.

CORREIO BRAZILIENSE. Brasil - **Mais de 4 milhões de hectares estão sob comando de estrangeiros** - 09/06/2010.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2008.** CPT: Goiânia, 2009.

DEPARTMENT OF LABOR'S BUREAU OF INTERNATIONAL LABOR AFFAIRS. **List of Goods Produced by Child Labor or Forced Labor - Trafficking Victims Protection Reauthorization Acts (TVPRA) of 2005 and 2008.** Washington, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Vozes, Petrópolis, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009a, p. 35-71.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Geopolítica da questão agrária mundial.** Boletim Dataluta. Presidente Prudente, p.2-4, 2009b.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Agrofuel policies in Brazil: paradigmatic and territorial disputes. **Journal of Peasant Studies** 37(4):793-819, 2010.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2008

GLAUSER, Marcos. **Extranjerización del territorio paraguay.** Asunción: Base Investigaciones Sociales, 2009.

HURTADO, Laura. Agrofuels. Plantations and the Loss of Land for Food Production in Guatemala. In JONASSE, Richard. **Agrofuels in the Americas.** Food First Books, Oakland, 2009, p. 77-87.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agrocombustíveis e produção de alimentos. In **Folha de S. Paulo**, 17 de abril de 2008, p. A3.



OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Vozes, Petrópolis, 1981

MENDONÇA, Maria Luisa. The Environmental and Social Consequences of “Green Capitalism” in Brazil. In JONASSE, Richard. **Agrofuels in the Americas**. Food First Books, Oakland, 2009, p. 65-76.

RUBIO, Blanca. **Explotados y excluidos. Los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal**. Plaza y Valdés, México, 2001.





10. REFORMA AGRÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO GOVERNO LULA²

Bernardo Mançano Fernandes

Introdução

As duas gestões do governo Luiz Inácio Lula da Silva são referências importantes, por suas singularidades, para tratarmos de dois temas fundamentais: a reforma agrária e a Educação do Campo. Embora, se esperasse mais agilidade do governo na realização destas políticas, os resultados de fato foram conseguidos pelas constantes exigências os movimentos camponeses, que participaram intensamente na proposição e realização de políticas públicas, acompanhadas de intensivas manifestações para garantir o mínimo implementado. Nesta análise, também nos referimos aos governos Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff, para explicar a manutenção e a mudança dessas políticas públicas.

No Brasil, nas últimas três décadas surgiram diversas políticas públicas de caráter emancipatório e compensatório. Estes estilos de políticas são relativos a correlação de forças que definem os destinos da população subalterna rural e urbana. O protagonismo dessa população é condição essencial para as organizações que querem defender suas intencionalidades e interesses, de modo propositivo. As políticas compensatórias, quase sempre, são elaboradas de cima para baixo com o objetivo de controle político das populações subalternas. As políticas emancipatórias, quase sempre, são elaboradas de baixo para cima com o objetivo de construir autonomias relativas e formas de enfrentamento e resistência na perspectiva de superação da subalternidade. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA nasceu da proposição de movimentos camponeses e se consolidou como política emancipatória em constante disputa. A reforma agrária tem sido realizada predominantemente como um política compensatória e os resultados, como demonstramos neste trabalho, estão aquém das proposições dos movimentos. Vale salientar que ao reunirmos o tema da reforma agrária e da Educação do Campo neste artigo, organizamos sua análise



conjunta por consideramos que são duas políticas do processo de desenvolvimento territorial rural.

Este artigo está organizado em duas partes. Na primeira, apresentamos uma reflexão e nossa posição a respeito de um debate recente sobre a experiência da reforma agrária brasileira, que suscitou a discussão sobre o fato de sua realização ou não. Para contribuir com este debate, apresentamos uma proposta de repensar o conceito de reforma agrária, analisando diferentes compreensões sobre o conceito. Neste contexto, debatemos os diferentes modelos de desenvolvimento do agronegócio e do campesinato a partir dos termos de “História Possível” e “impossível diálogo” de José de Souza Martins.

Na segunda parte, apresentamos uma reflexão sobre a Educação do Campo, política pública emancipatória proposta pelos movimentos camponeses e em construção na relação entre os movimentos e diferentes instituições públicas e privadas. Destacamos o Programa Nacional de Educação na Reforma agrária (PRONERA) em diversas experiências em seus 15 anos de vida e em seguida comentamos o Programa Nacional de Educação no Campo – PRONACAMPO em fase de implantação.

Reforma agrária: repensar o conceito, o desenvolvimento e suas dimensões

A experiência da reforma agrária brasileira está entre as questões mais polêmicas do debate político. Nas duas gestões do governo Luiz Inácio Lula da Silva esta polêmica se acirrou porque havia a expectativa de uma reforma agrária mais ofensiva que a realizada nas duas gestões do governo Fernando Henrique Cardoso. Mas, o que ocorreu de fato foi a continuidade, constituindo um modelo de reforma agrária baseado numa lógica de política compensatória. No centro da polêmica há discursos díspares. Como exemplo, cito duas declarações: uma que a considera a maior reforma agrária do mundo, como classificou Fernando Henrique Cardoso; outra que afirma que o Brasil ainda não teve sua reforma agrária, como declarou João Pedro Stedile (FERNANDES, 2000; 2008a) ou como escreveu Oliveira, 2006, a respeito da não reforma agrária do governo Lula. Estas afirmações divergentes são possíveis por causa das diferentes



referências utilizadas para a definição do conceito que o coloca em questão. Por exemplo: pode se afirmar que o Brasil fez a “maior reforma agrária do mundo” se não diminuiu a concentração fundiária? Os registros dos censos agropecuários comprovam que índice de Gini sempre esteve acima de 0,85, sendo um dos mais altos do mundo. Este fato desmente o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, pois não se pode desconsiderar que a realização da reforma agrária necessariamente deva desconcentrar a estrutura fundiária, já que um de seus objetivos é democratizar o acesso a terra por meio da distribuição territorial.

Um dos argumentos utilizados para declarar que no Brasil não há reforma agrária é o fato de que em torno de 50% das terras dos assentamentos serem resultado de regularização fundiária e não de desapropriação, que corresponde a apenas 31% (FERNANDES, 2010). A regularização, a compra e a desapropriação são procedimentos que deveriam levar a desconcentração. Todavia, neste sentido, no Brasil a experiência da reforma agrária é extremamente conservadora, pois não há desconcentração exatamente pelo fato de a maior parte das terras terem sido regularizadas, ou seja eram terras de posseiros que passaram a ser assentados ou eram terras públicas ou griladas que foram regularizadas.

Portanto, se tomarmos somente a referência da desconcentração fundiária podemos afirmar com certeza que o Brasil não fez a reforma agrária, de modo que o membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) João Pedro Stedile estaria correto em sua declaração. É neste sentido que Oliveira, 2006 também argumenta. Contudo, a questão da reforma agrária é mais ampla e uma afirmação, baseada somente na referência da estrutura fundiária, não resolve mais o problema, se consideramos que o conceito de reforma agrária utilizado não corresponde a realidade atual. Evidente, que se pode continuar utilizando o conceito de reforma agrária com base na predominância da desapropriação, todavia pode-se observar facilmente que não é esta política que está acontecendo.

Na tabela 1, a seguir, observa-se que no período de 1979 a 2010, nada menos que 1.030,610 famílias foram assentadas em 78.821,493 hectares. Este área representa mais de três vezes o território do estado de S. Paulo.



Aproximadamente 80% dos 8.823 assentamentos foram implantados durante os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, aproximadamente metade em cada um. Estes dados não autorizam dizer que no Brasil foi realizada a “maior reforma agrária do mundo”, como não é possível não chamar de reforma agrária um área tão extensa voltada à produção agropecuária camponesa.

Estas afirmações são repetidas por diversas pessoas, desde os partidos, na academia, no governo e nos movimentos. Frente a esta realidade, pode-se dizer portanto que temos e que não temos reforma agrária. Os usos das referencias fazem os argumentos para se interpretar esta realidade e explicá-la.

Tabela 1 - Brasil - Número de assentamentos rurais - 1979-2010

Região/UF	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
NORTE	1.977	22,9	444.724	43,8	58.711.207	76,2
AC	146	1,7	26.548	2,6	5.126.721	6,7
AM	125	1,5	48.003	4,7	25.847.903	33,6
AP	40	0,5	12.612	1,2	2.125.350	2,8
PA	1.052	12,2	260.486	25,6	18.641.197	24,2
RO	187	2,2	52.596	5,2	4.151.928	5,4
RR	52	0,6	20.178	2,0	1.577.631	2,0
TO	375	4,4	24.301	2,4	1.240.477	1,6
NORDESTE	4.049	47,0	333.289	32,8	10.001.668	13,0
AL	162	1,9	13.765	1,4	106.500	0,1
BA	667	7,7	50.350	5,0	1.792.517	2,3
CE	430	5,0	25.101	2,5	896.651	1,2
MA	972	11,3	131.390	12,9	4.334.432	5,6
PB	280	3,2	14.215	1,4	265.613	0,3
PE	556	6,5	34.357	3,4	539.121	0,7
PI	488	5,7	34.185	3,4	1.370.058	1,8
RN	290	3,4	20.373	2,0	523.271	0,7
SE	204	2,4	9.553	0,9	173.505	0,2
CENTRO-OESTE	1.204	14,0	161.120	15,9	7.861.147	10,2
DF	11	0,1	746	0,1	5.290	0,0
GO	430	5,0	25.950	2,6	1.032.524	1,3
MS	199	2,3	32.451	3,2	699.511	0,9



MT	563	6,5	101.973	10,0	6.123.822	8,0
SUDESTE	787	9,1	51.637	5,1	1.441.685	1,9
ES	89	1,0	4.486	0,4	48.362	0,1
MG	383	4,4	23.961	2,4	987.702	1,3
RJ	67	0,8	6.071	0,6	72.277	0,1
SP	248	2,9	17.119	1,7	333.344	0,4
SUL	807	9,4	39.840	3,9	805.787	1,0
PR	318	3,7	20.220	2,0	416.525	0,5
RS	331	3,8	13.671	1,3	287.288	0,4
SC	158	1,8	5.949	0,6	101.975	0,1
BRASIL	8.823	102,4	1.030.610	101,4	78.821.493	102,4

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. www.fct.unesp.br/nera

Mas, o que devemos considerar ao definir o que é reforma agrária? Coca, 2011, fez uma ampla análise das diferentes compreensões do significado do conceito de reforma agrária, a partir dos estudiosos, dos movimentos camponeses e do governo brasileiro. Tomaremos algumas referências deste estudo, como questão estrutural, marginal, conjuntural, processos de desenvolvimento, sistemas econômicos e limites políticos etc., para repensá-la no sentido de atualizar o conceito. Os problemas estruturais e as mudanças ocorridas na questão agrária brasileira, desde meados do século passado, se não considerados impugnam o conceito de reforma agrária. A reforma agrária ofensiva desapropriatória não se confirmou, como discutiremos neste texto, o que ocorreu foi a regularização e desapropriação resultado da pressão das organizações camponesas e da ação do Estado. Querer usar referências que se demonstraram inviáveis na correlação de forças para a realização da reforma agrária torna o conceito obsoleto. Para contribuir com uma melhor compreensão do conceito é importante o exercício de repensá-lo com a finalidade de explicar a partir dos acontecimentos que mudaram seu conteúdo.

A experiência brasileira de reforma agrária vem sendo analisada a partir de distintas visões: de uma *perspectiva revolucionária*³ como uma forma de resistência e enfrentamento com o sistema capitalista e de uma *perspectiva capitalista* de inserção dos assentados no modelo de desenvolvimento do



agronegócio⁴. A distância entre estes dois pontos de vista é uma referência para entender porque a desapropriação, regularização e distribuição de quase oitenta milhões de hectares não é e é considerado reforma agrária. Estes dois pontos de vista representam e estão representados em dois paradigmas que contribuem para explicar o desenvolvimento da questão. Embora os campos de visão destes paradigmas se sobreponham, a maior parte dos espaços de seus modelos explicativos estão separados, não dialogam. De fato, o número de famílias e a extensão da área são tão relevantes quanto ao fato da não desconcentração da estrutura fundiária, o que coloca a reforma agrária como um processo em realização, como perspectivas que estão sendo disputadas pelos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário⁵. A reforma agrária brasileira não é um projeto finalizado e tampouco um projeto impossível. Ela é uma disputa territorial realizada pela conflitualidade gerada pelo enfrentamento de diferentes modelos de desenvolvimento.

A maior parte das terras (em torno de 85%) que chamamos de reforma agrária não são resultados somente da ação do Estado que as desapropriou e ou regularizou, são também resultados das ações que iniciaram o processo de luta e as conquistaram através da luta pela terra nas ocupações realizadas pelas famílias sem-terra, organizadas em diversos movimentos socioterritoriais, predominantemente no MST (FERNANDES, 2000; DATALUTA, 2011). O Estado, principalmente nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, priorizou a regularização fundiária na Amazônia e não atendeu a grande maioria das demandas dos movimentos que ocuparam terras predominantemente no Nordeste e Centro-Sul do país. Examine as tabelas 1 e 2, os mapas 1 e 2 e observe que 76.2% da área dos assentamentos estão na região Norte, onde estão 22.3% dos assentamentos e 43.8% das famílias. O fato de a maior parte das terras dos assentamentos estarem nesta região é por causa da predominância de terras públicas federais e também pelo grande número de posseiros, sendo que uma parte migrou ou teve migração forçada para esta região. Examine também, na tabela 2, que 81% das famílias que demandam terra estão



nas regiões Nordeste e Centro-Sul onde estão assentadas 56% das famílias. É nestas regiões que se encontra o maior número de conflitos tanto porque o Estado não possui terras públicas para utilizar na implantação de assentamentos, quanto porque as terras foram griladas, compradas, apropriadas pelos latifundiários e cada vez mais serve à expansão do agronegócio.



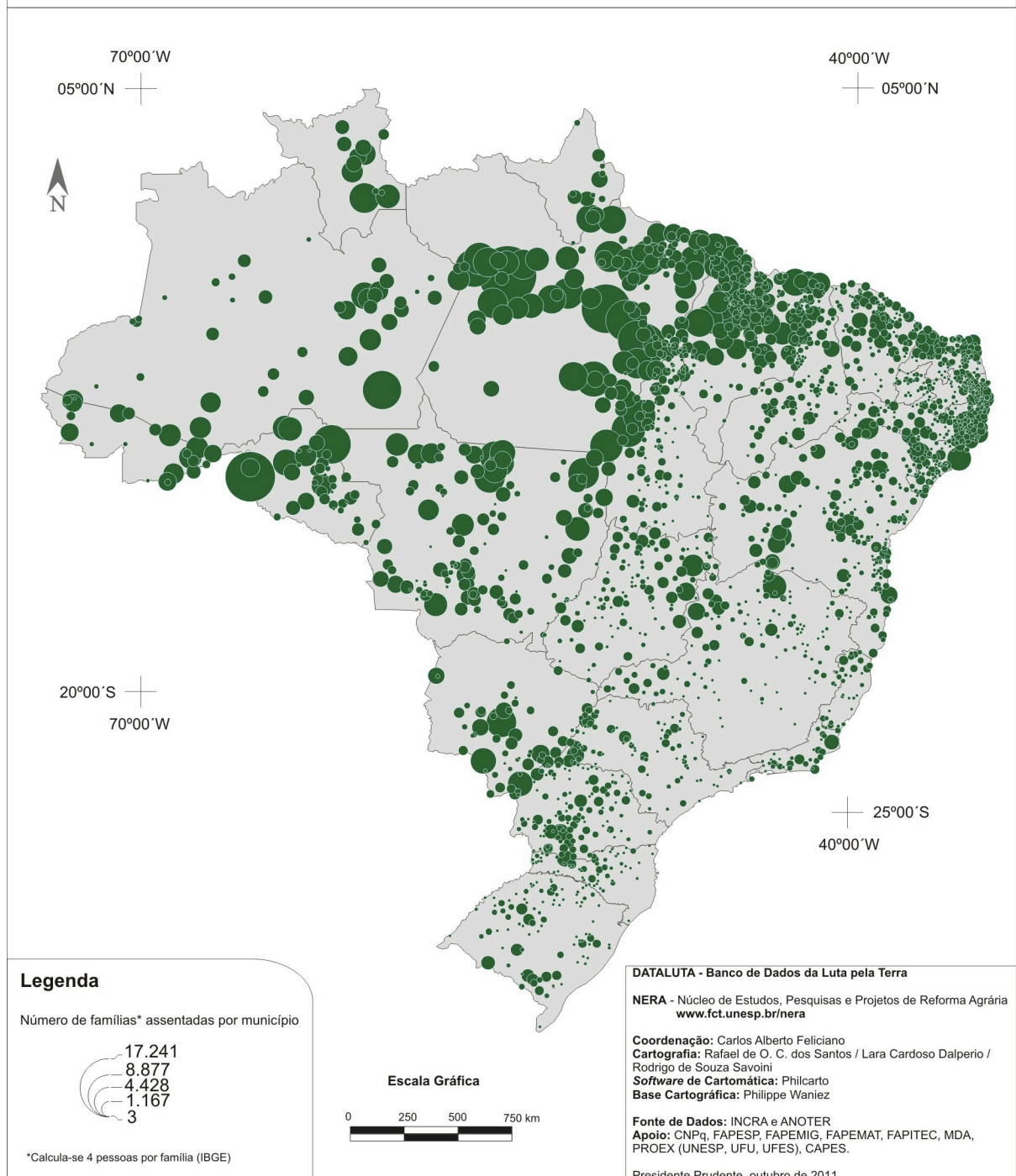
**Tabela 2 - Brasil - Número de ocupações e de famílias por estados e macrorregiões
1988-2010**

REGIÃO/UF	Nº OCUPAÇÕES	%	Nº FAMÍLIAS	%
NORTE	778	9,36	106.181	9,05
AC	22	0,26	2.026	0,17
AM	11	0,13	2.886	0,25
AP	2	0,02	120	0,01
PA	524	6,30	80.875	6,89
RO	109	1,31	13.579	1,16
RR	12	0,14	1.471	0,13
TO	98	1,18	5.224	0,45
NORDESTE	3.137	37,74	423.243	36,07
AL	563	6,77	65.289	5,56
BA	579	6,97	94.586	8,06
CE	110	1,32	12.764	1,09
MA	110	1,32	17.732	1,51
PB	186	2,24	19.487	1,66
PE	1.233	14,83	160.258	13,66
PI	77	0,93	9.696	0,83
RN	131	1,58	16.867	1,44
SE	148	1,78	26.564	2,26
CENTRO-OESTE	1.126	13,55	187.861	16,01
DF	42	0,51	5.898	0,50
GO	404	4,86	56.023	4,77
MS	538	6,47	88.278	7,52
MT	142	1,71	37.662	3,21
SUDESTE	2.196	26,42	285.203	24,31
ES	97	1,17	12.842	1,09
MG	654	7,87	63.296	5,39
RJ	96	1,15	13.653	1,16
SP	1.349	16,23	195.412	16,65
SUL	1.075	12,93	170.856	14,56
PR	683	8,22	87.023	7,42
RS	216	2,60	60.200	5,13
SC	176	2,12	23.633	2,01
BRASIL	8.312	100,00	1.173.344	100,00

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2011. www.fct.unesp.br/nera

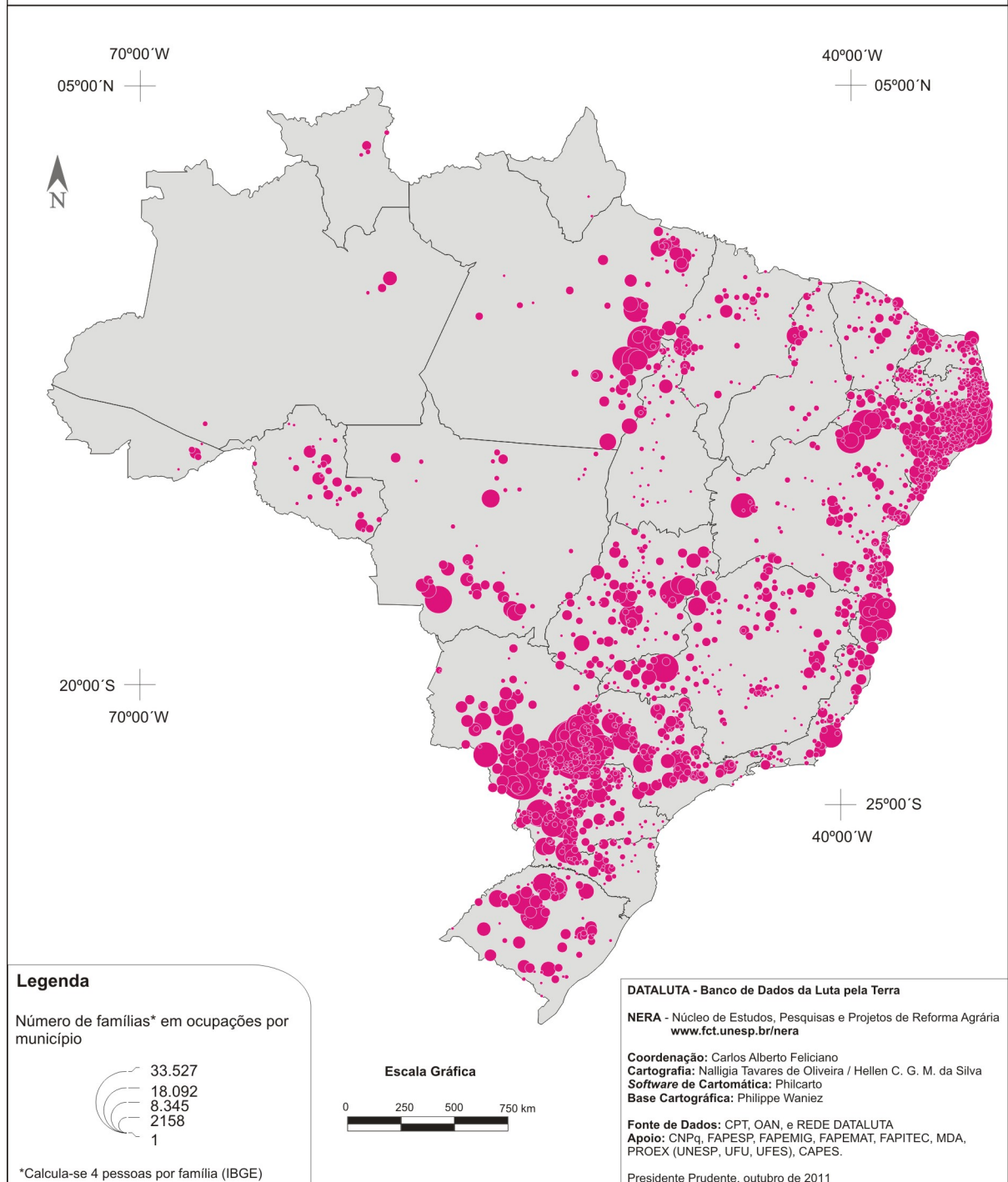


Mapa 1 - Brasil - Geografia dos Assentamentos Rurais - 1979-2010 Número de Famílias Assentadas





Mapa 2 - Brasil - Geografia das Ocupações de Terra - 1988-2010 Número de Famílias





As discrepâncias nestas regiões estão associadas às políticas agrárias do governo Fernando Henrique Cardoso que teve continuidade no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Lula que prometera fazer a reforma agrária em uma “única canetada” nas eleições de 1994 e 1998, quando ganhou em 2002, não tinha a reforma agrária como prioridade de seu governo. Um exemplo e talvez o mais significativo é o fato do governo não ter aceitado o plano de reforma agrária elaborado pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio e ter implantado o plano de reforma agrária elaborado pela equipe de Miguel Rosseto, então ministro do Desenvolvimento Agrário, que foi denominado de II Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Para compreender melhor esta questão, vale lembrar que o I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), elaborado durante o governo José Sarney, foi um fracasso pela resistência dos latifundiários que impediram em todas as instâncias a sua realização. Evidente que associada a esta ação dos ruralistas estava a postura do próprio governo que não tinham interesse algum nesta política. Mas em 2003, quando o II PNRA era elaborado, o problema não era mais os latifundiários. Neste tempo formara-se uma nova instituição: o agronegócio. Os ruralistas, no começo deste século não representavam somente os interesses dos latifundiários, mas principalmente do agronegócio, que absorveu os interesses dos latifundiários, arrendando ou comprando suas terras.

Aquilo que fora chamado de agroindústria, porque reunia somente os sistemas agropecuário e industrial, agora é denominado de agronegócio (*agribusiness*) porque passou a reunir também os sistemas mercantil, financeiro e tecnológico em uma única empresa ou em um grupo de empresas. Estas fusões e coalisões fortaleceram tanto o latifundiário quanto empresário que se encontram nos campos dos interesses e influências e determinaram um modelo de desenvolvimento da agricultura que pretendem transformar no modelo de desenvolvimento da agricultura mundial, mantendo assim o campesinato na condição de eterna subalternidade. Os sentidos e os significados da reforma agrária mudaram por causa destes processos. Como mudou a compreensão da relação capital – campesinato. Em seu desenvolvimento, o agronegócio precisa cada vez menos do campesinato, tanto que as chamadas “integrações agricultura familiar-indústria capitalista” estão em plena decadência (RUBIO, 2009).



A construção do modelo hegemônico do agronegócio não eliminou a reforma agrária, pelo fato que a ocorrência do aumento da produtividade mantém a concentração fundiária. Esta realidade reafirma que a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura camponesa não podem estar subordinado ao capital, ao contrário, devem construir seu próprio caminho. Acreditar que o agronegócio tem interesse na agricultura camponesa e na reforma agrária não encontra sentido na realidade, porque não há elementos que possam demonstrar. Todavia, falta a compreensão dos governos e dos movimentos para a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo. Este fato se evidenciou com a derrota do “plano Plínio” que fora erigido na perspectiva da construção de um plano de desenvolvimento do campesinato. A vitória do “plano Miguel”, tornou o II Plano Nacional de Reforma Agrária não um completo fracasso, como o Primeiro, mas um plano subordinado à “História possível”. Aqui, estou me apropriando do termo de Martins (2000). Compreendendo que o capitalismo é a “História possível”, o governo Lula decidiu fazer a “reforma agrária possível”, ou seja regularizar terras na Amazônia e desapropriar as terras “possíveis”, que não afetassem a governabilidade. Assim, o governo Lula optou pela tese do “impossível diálogo”, mas de modo um pouco distinto do governo Fernando Henrique Cardoso. Enquanto o governo Fernando Henrique não dialogava porque discordava da perspectiva revolucionária, o governo Lula dialogava mas praticava a perspectiva capitalista, ou seja, em ambos os governos não estava em discussão a perspectiva de enfrentamento ao capitalismo. A ordem foi não tocar no território do agronegócio, porque este é o modelo de desenvolvimento da agricultura do Brasil. Os enfrentamentos a este modelo foram reprimidos e os movimentos e seus membros criminalizados. As políticas públicas elaboradas foram direcionadas pelo paradigma do capitalismo agrário, subordinando e enfraquecendo o campesinato. No enfrentamento a este modelo, os movimentos camponeses (principalmente o MST) construíram uma política de conflitualidade, não aceitando a condição de subalternos, persistindo para se manter um movimento camponês (FERNANDES, 2008a).

A reforma agrária também pode ser compreendida como resultado de um conjunto de políticas dos movimentos socioterritoriais e do Estado, por meio do



governo federal e de alguns governos estaduais e municipais. O consentimento dos últimos governos em aceitar o agronegócio como o modelo de desenvolvimento do campo brasileiro anulou a possibilidade de construção de outro modelo baseado em relações não capitalistas. Todavia, esta possibilidade está em movimento porque há várias histórias possíveis. As políticas públicas que nasceram da experiência de reforma agrária territorializaram-se para o campo e beneficiaram grande parte dos camponeses, mesmo os que não fazem parte do processo de reforma agrária, como é o caso da educação que analisaremos na segunda parte deste artigo. A reforma agrária é uma política pública que representa tanto o processo de desconcentração fundiária quanto o desenvolvimento das áreas reformadas no conjunto de seu entorno, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil. Em síntese, a reforma agrária é uma política de desenvolvimento territorial. E neste sentido é também uma política de disputas por território e modelo de desenvolvimento não capitalista.

Não haverá desconcentração fundiária enquanto os governos acreditarem que o agronegócio é o modelo do país. Os territórios do agronegócio e do campesinato continuaram se expandindo porque a fronteira agrícola brasileira ainda está aberta. Todavia, esta fronteira está se fechando e pode aumentar a conflitualidade entre campesinato e agronegócio na disputa territorial. As famílias camponesas brasileiras que lutaram pela reforma agrária e as que não lutaram, continuam resistindo na terra. Para fortalecer esta resistência é fundamental um modelo de desenvolvimento que as incluam como protagonistas e não como coadjuvantes, ou sujeitos subalternos que acreditem na “História possível” e deixem de construir suas histórias.

Na construção da história, para disputar seus rumos, é essencial que os sujeitos sejam propositivos. Esta é a postura crítica de uma *perspectiva revolucionária*, que não aceita as determinações e que está carregada de esperança. A esperança não é um tempo de chegada, é um espaço a ser construído, portanto, uma realidade a ser modificada pelos subalternos. A subalternidade está diretamente relacionada com políticas de dominação formuladas pelo poder hegemônico e a resistência tem que ser construída com políticas emancipatórias a partir das instituições interessadas. Para uma



perspectiva revolucionária é preciso um modelo de desenvolvimento camponês construído também no movimento da reforma agrária, como forma de enfrentamento, não aceitando o modelo hegemônico do agronegócio. A história da luta pelo território camponês no Brasil não pode abrir mão da reforma agrária em movimento, acirrando as conflitualidades como diálogo possível, porque o agronegócio não consegue imaginar, dialogar e não aceita a emancipação dos territórios camponeses e indígenas. Um exemplo contundente é o texto da senadora Katia Abreu e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) que a partir da lógica produtivista das “*commodities*”, questiona as formas de uso dos territórios indígenas (ABREU, 2012). Contudo, é impossível compreender as formas de uso dos territórios camponeses e indígenas a partir dessas referências. As visões de mundo do paradigma do capitalismo agrário não valoriza as práticas territoriais desses povos e somente consegue enxergá-los como assalariados, como trabalhadores ao seu dispor.

Mesmo sabendo que temos conhecimentos suficientes a respeito da dominação do capitalismo sobre o campesinato, não é demasiado reforçar que a ideia do agronegócio como único modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro é a aceitação da subalternidade. O pensamento sobre o desenvolvimento do campo desde essa visão coloca o campesinato na condição de um quase assalariado que depende do agronegócio para sobreviver. Quando se elege a educação, como dimensão do desenvolvimento do campo é preciso definir qual a formação que se pretende: formar um profissional para o agronegócio ou um especialista da agricultura camponesa. É bom advertir que há diferenças substanciais nas educações para assalariados e para camponeses, pois são processos de formação de sujeitos distintos para trabalhar em territórios distintos. Tratar da educação para o trabalho familiar é necessário pensar no trabalho associativo, cooperativo na perspectiva do desenvolvimento territorial das unidades camponesas ou da agricultura familiar. E esta não é uma educação voltada para a competitividade destruidora, mas sim para a solidariedade criadora. Não estamos tratando do empreendedorismo individualista, mas do companheirismo coletivo das individualidades, das diferenças e diversidades, que podem caminhar juntas



quando seus territórios são respeitados e suas soberanias reconhecidas. Este é o caminho da Educação do Campo, que trataremos a seguir.

Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial

É impossível dissociar a origem da Educação do Campo da reforma agrária. A Educação do Campo é fruto da compreensão da reforma agrária como política autônoma de desenvolvimento territorial. Educação do Campo e reforma agrária ajudam a entender melhor como a terra se transforma em território camponês (FERNANDES, 2012 p. 746-750). *Quando se ultrapassa a compreensão da terra como superfície unidimensional e começa a pensá-la a partir das dimensões do desenvolvimento, das relações sociais que produzem o território como espaço de vida e propriedade da existência da classe camponesa, a terra é transformada em território camponês.* Forma-se assim uma identidade territorial de classe e de resistência no processo violento de expropriação do campesinato pelo capital. Isto tudo não acontece em situação de subalternidade, mas sim de autonomia.

Igualmente é impossível dissociar a origem da Educação do Campo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. As práticas do Setor de Educação do MST de pensar a educação na construção dos territórios camponeses, de teorizar sobre suas ações e sobre as relações com outras instituições na organização de novos espaços políticos, levou o Movimento a propor, em 1997, o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), com apoio de Universidade de Brasília, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Molina (2003, p. 50), explica que “foi no ENERA que gestou-se o que viria a se tornar uma das primeiras políticas públicas de Educação do Campo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA”. Desde esse evento, o processo de construção da Educação do Campo esteve associado ao desenvolvimento do território camponês, de modo que “Campo” não é o campo como uma ideia genérica. “Campo” tornou-se um espaço definido: o “Território



Camponês”, distinguindo-o do território do agronegócio, como demonstrado em Fernandes (2008b).

Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial tornaram-se políticas indissociáveis, pois nasceram da compreensão multidimensional do desenvolvimento, tendo o ENERA, seu ponto de partida, como explica Stedile: “O ENERA ajudou a propagandar, no sentido positivo, que o MST não se preocupa só com terra, se preocupa também com escola, com educação. Existe a compreensão de que o MST deve lutar contra três cercas: a do latifúndio, a do capital e a da ignorância. Esta última não no sentido apenas de alfabetizar pessoas, o que é simples, mas no sentido de democratizar o conhecimento para um número maior de pessoas” (STÉDILE; FERNADES, 1999, p. 56).

O PRONERA e a Educação do Campo nasceram na contramão das políticas compensatórias neoliberais. Surgiram como alternativas, como políticas emancipatórias, fundamentando-se nos princípios da emancipação, promovendo a universalização do conhecimento a partir de territórios definidos. O desafio da Educação do Campo, do PRONERA e outras políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos territórios camponeses, numa perspectiva autônoma, é a construção de políticas públicas para a qualificação, ampliando seu potencial econômico. Assim como a Educação do Campo foi concebida em uma perspectiva territorial multidimensional, será necessário construir as outras dimensões. Na Educação do Campo este desafio foi transformado em esforço de organização de referências que promovam o debate e explicitem *as diferenças entre os modelos de desenvolvimento do campesinato e do agronegócio*.

O debate paradigmático contribui para entender estas *diferenças*. O paradigma da questão agrária compreende que as desigualdades geradas pelas relações capitalistas diferenciam, destroem e recriam o campesinato. Explica que as relações campesinato – capital são sempre de subalternidade e as resistências a dominação explicam as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilize autonomia dos camponeses. Estes problemas agrários são da natureza do capitalismo, ou seja, fazem parte da sua estrutura e são insuperáveis (FERNANDES, 2008a). Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um



problema conjuntural e podem ser superadas por meio de políticas públicas que possibilitem a “integração ” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao agronegócio. Esta é a única saída para o campesinato que é visto como uma economia incompleta que não teria outra alternativa que não seja a “integração” ao agronegócio. Nesta lógica, campesinato e agronegócio comporiam um mesmo espaço político fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista). (ABRAMOVAY, 1992). Em síntese, para o paradigma da questão agrária o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato; no paradigma da questão agrária a *conflitualidade* é uma disputa de modelos de desenvolvimento e para o paradigma do capitalismo agrário a disputa não tem sentido, porque existe apenas um modelo de desenvolvimento.

Estas duas visões sobre o desenvolvimento se expressam em paradigmas que procuram explicar as desigualdades defendendo uma via de acordo com seus interesses e necessidades. Para o agronegócio, a eliminação de agricultores é natural num modelo competitivo em que sobrevivem os melhores. Nesta lógica, para o paradigma do capitalismo agrário, o problema das desigualdades é resultado do fracasso das pessoas que não conseguem se manter no mercado. Para os movimentos camponeses vinculados à Via Campesina, aumentar o número de agricultores e sua participação na distribuição de terras e na economia agropecuária é fundamental para corrigir os problemas agrários gerados pela lógica perversa da produção capitalista. Neste sentido para o paradigma da questão agrária, o problema das desigualdades é gerado nas relações de subalternidade imposta pelo capital que elimina parte importante dos agricultores.

Estes paradigmas têm contribuído para a elaboração de distintas leituras sobre o campo brasileiro realizadas pelas universidades, pelos governos, pelas empresas e pelos movimentos camponeses. As organizações mais influentes do agronegócio estão: a Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Entre as organizações camponesas estão a Via Campesina, formada pelo MST, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Movimento das Mulheres Camponesas e Comissão Pastoral da Terra - CPT; a



Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF. O governo federal possui dois ministérios que tratam das políticas de desenvolvimento para o campo: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Estas instituições manifestam seus interesses, produzem suas políticas e promovem suas propostas de desenvolvimento no âmbito das características dos paradigmas, resultando nas disputas que explicitam o atual momento da questão agrária e do capitalismo agrário. Estas disputas estão em questão: de um lado a perspectiva da “História possível” e de outro a possibilidade de fazer histórias.

Os princípios construídos pelo movimento das políticas públicas da reforma agrária e da Educação do Campo defendem a emancipação e autonomia como condição de superação da subalternidade. Construir estas condições é o desafio principal para o desenvolvimento dos territórios camponeses. Não é demasiado afirmar que a educação tem papel essencial neste processo. Sabe-se disso há tempos e foi por essa razão que a Educação do Campo foi criada concomitantemente ao PRONERA. Estas políticas têm atuado no sentido de fortalecer os assentamentos de reforma agrária e suas organizações para o desenvolvimento humano. O PRONERA começou preocupado com a Educação Básica e hoje atua em todos os níveis, tendo um papel importante na formação técnica e no Ensino Superior, inclusive na Pós-Graduação.

Mas, este processo não se desenvolve sem enfrentar ataques. Em muitos casos, para criar um curso de nível superior foi preciso superar barreiras de forças contrárias à democratização da educação. Alguns exemplos são: o curso de agronomia na Universidade Federal de Sergipe, o curso de Geografia na Universidade Estadual Paulista – UNESP, o curso de Direito na Universidade Federal de Goiás e o curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas. Diversas organizações e pessoas tentaram impedir o início destes cursos, porque eram destinados aos camponeses de programas de reforma agrária. A intervenção e contribuição do PRONERA na contínua construção da Educação do Campo tem sido de forma crítica. É sem dúvidas uma das mais importantes experiências de educação popular que reúne Estado e sociedade civil,



representados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, movimentos camponeses, sindicais de agricultores familiares e diversas universidades públicas em todos os estados.

O PRONERA se estabeleceu como uma ampla referência que inspirou outras políticas públicas constituindo diversas pedagogias: da terra, da alternância, em movimento, sempre voltadas para a formação e para o desenvolvimento, criticando a subalternidade e a dependência. No dia 20 de março de 2012, a presidenta Dilma Rousseff lançou uma nova política educacional para a população do Campo: o Programa Nacional de Educação no Campo – PRONACAMPO, afirmando “que as gerações futuras terão outro tipo de oportunidade”⁶, referindo-se a exclusão a que a população do campo foi submetida por causa das políticas de subalternidade comandadas pelos latifundiários e atualmente pelas corporações do agronegócio.

A constituição de uma importante política como é o PRONACAMPO não deverá ignorar o debate paradigmático e territorial. Defenderá a formação de pessoas para serem subalternas ao agronegócio ou defenderá uma postura de emancipação da população do campo? Quais referências teóricas políticas tomará para suas estratégias?

O PRONACAMPO se apresenta como “conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade na educação no campo em todas as etapas e modalidades - Decreto nº 7.352/2010” (MEC, 2012). O PRONACAMPO é resultado de um processo de construção da Educação do Campo que tem no PRONERA a sua gênese. E o PRONERA nasceu da demanda popular de uma população que lutava pela terra num momento em que o êxodo rural ainda era intenso. Estamos nos referindo a uma realidade de resistência, hoje, enquanto milhares de famílias deixam o campo, fecham-se escolas do campo, em um sistema de desigualdades crescente, milhares de famílias, pessoas, professores, militantes, alunos, agricultores, homens, mulheres e crianças têm como condição de existência viver no campo.



Com base nos dados de pessoal ocupado do Censo Agropecuário de 2006, o PRONACAMPO propõe uma série de cursos de formação. É preciso pensar qual pedagogia e quais metas socioterritoriais para o desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa. É essencial pensar o trabalho familiar não como emprego mas como trabalho autônomo, associativo e cooperativo. O PRONACAMPO terá que tratar das diferenças da Educação do Campo para as comunidades camponesas e para o agronegócio. Pois, enquanto ao agronegócio interessa “limpar” o campo de gente para ter uso exclusivo, ao campesinato interessa desenvolver comunidades rurais com qualidade de vida e futuro.

Considerações finais

Neste artigo defendemos que é preciso superar a polêmica sobre a reforma agrária e pensar o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Destacamos a Educação do Campo, iniciando pelo PRONERA e destacando o PRONACAMPO como políticas fundamentais para a promoção das comunidades rurais desde que sejam pensadas desde o paradigma da questão agrária.

Estas são as contribuições deste texto que pretendo ser um parâmetro para o debate sobre a reforma agrária e a Educação do campo. É um texto em elaboração, portanto, aguardamos as suas considerações, que serão muito úteis, pois se chegou até aqui é porque de fato leu este trabalho. Só tenho a agradecer.

Notas

1 - Trabalho apresentado no *Latin American Studies Association Meeting*, realizado em San Francisco Califórnia – EUA, de 23 a 26 de maio de 2012.

2 - Perspectiva revolucionária é a expectativa de muitas das pessoas que lutam ou apoiam a luta pela terra e pela reforma agrária e tem diversos sentidos: desde acreditar na revolução socialista até a postura anticapitalista de hegemonia alternativa na construção de propostas de desenvolvimento territorial autêntico.

3 - Agronegócio é o complexo de sistemas, que tem por base a agropecuária, criado a partir da lógica das relações capitalistas, sendo seu modelo de desenvolvimento. Para mais detalhes, ver o estudo de Welch e Fernandes (2008).

4 - Um amplo estudo sobre estes paradigmas está em Felício, 2011. Para uma síntese, ver Fernandes, 2008.

5 - Gerações futuras terão um outro tipo de horizonte de oportunidades com o Pronacampo, afirma Dilma Rousseff. <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/releases/presidenta-dilma-rousseff-participa-do-lancamento-do-programa-nacional-de-educacao-no-campo>



Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

ABREU, Kátia. **A manipulação de um conflito**. Folha de São Paulo, 16 de maio de 2012, pág. 3.

CALDART, Roseli Salete. **Escola é mais do que escola na Pedagogia do MST**. Editora Vozes. Petrópolis, 2000.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu - Estado do Paraná**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2011.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório DATALUTA 2011**. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008a, p. 173-224.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campepinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reconceitualizando a reforma agrária. **Boletim DATALUTA** número 31, julho de 2010. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/boletim>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. In CALDART, Roseli Salete *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 76-50.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.



MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Revista Tempo Social** (São Paulo) pp. 97-128, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Educação no Campo – PRONACAMPO**. Brasília: MEC, 2012.

MOLINA, Monica Castagna. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável**. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula**. São Paulo: Instituto Iandé, 2006.

RUBIO, Blanca. **Explotados y excluídos: los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal**. El Quinde (Quito) 2009.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

WELCH, Clifford Andrew; Fernandes, Bernardo Mançano. Agricultura e Mercado: Campesinato e Agronegócio da Laranja nos EUA e Brasil. In: TOMIASI, Eliane et al. (Org.). **Campesinato em movimento**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, p. 161-191.